

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUCIANE PARAISO ROCHA

**IMPrensa e impressos para a civilidade da infância:  
representações e apropriações  
(Vitória na segunda metade do século XIX)**

VITÓRIA  
2012

LUCIANE PARAISO ROCHA

**IMPrensa e impressos para a civilidade da infância:  
representações e apropriações  
(Vitória na segunda metade do século XIX)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Juçara Luzia Leite

VITÓRIA  
2012



Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

R672i Rocha, Luciane Paraiso, 1978-  
Imprensa e impressos para a civilidade da infância :  
representações e apropriações (Vitória na segunda metade do  
século XIX) / Luciane Paraiso Rocha. – 2012.  
267 f. : il.

Orientadora: Juçara Luzia Leite.  
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade  
Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Espírito Santo (Estado) – História. 2. Educação – História.  
3. Imprensa. 4. Bibliografia - Livros selecionados. 5. Cortesia. 6.  
Representações sociais. I. Leite, Juçara Luzia. II. Universidade  
Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

---

LUCIANE PARAISO ROCHA

IMPrensa e Impressos para a Civilidade da Infância:  
REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES  
(VITÓRIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na linha de pesquisa História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais

Aprovada em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profª Drª Juçara Luzia Leite  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora

---

Profª Drª Valdete Côco  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Profª Drª Helenice Aparecida Bastos Rocha  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Ao meu pai e à minha mãe  
À Juçara Luzia Leite

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, a meus pais, que sempre foram os maiores incentivadores dos meus estudos, e a meus irmãos.

Ao maior e melhor amigo Má, pelas horas de ouvido, de MSN, pelas longas hospedagens e todo o carinho que sempre tem para mim.

A meus amigos, estão longe, mas *estão* sempre tão perto.

A meus colegas de trabalho da Escola Clotilde Rato, que em muitos momentos precisaram me cobrir e mudar horários. E a meus alunos pela compreensão.

A meus colegas de pós-graduação pelos conhecimentos compartilhados.

A meu grupo de pesquisa, que me recebeu com toda atenção e que, durante esse percurso, colaborou com significativas discussões.

À professora Juçara Luzia Leite, minha orientadora – quero ser como você quando eu crescer. Me acolheu em seu grupo com todo carinho e aceitou o trabalho proposto, sempre disponível para qualquer ocasião. Tem sempre uma palavra de encorajamento e incentivo. Exemplo de ser humano, dedicação, paciência e profissionalismo.

À professora Valdete Côco, que me aceitou como orientanda de monografia. Monografia esta que abriu caminho para essa dissertação. Sempre carinhosa e cuidadosa, ensinou-me a olhar para as crianças em toda a sua “completa incompletude”.

À professora Helenice Aparecida Bastos Rocha, por aceitar fazer parte da banca de avaliação desse trabalho, por seu carinho a mim dispensado, na leitura desse trabalho e todas as contribuições que fortaleceram a essa dissertação.

A todos os professores e funcionários do PPGE/UFES, pela acolhida, pelo carinho, por tudo que tive a oportunidade de aprender com todos nesse espaço.

Ao pessoal do Arquivo Público, que do início ao fim da pesquisa sempre tão solícito.

Às pessoas da Biblioteca Pública Estadual, pelo carinho com que me receberam, pelos dias e horas de pesquisa, pelos lanchinhos. Sempre muito solícitos a meus pedidos.

À FAPES, por me conceder a bolsa que permitiu as longas horas e dias dedicados exclusivamente a este trabalho. Espero ter correspondido às expectativas de trazer à tona um conhecimento histórico sobre o nosso Estado.

## RESUMO

A dissertação, desenvolvida no âmbito do PPGE/UFES, estuda as representações sobre a infância que circularam nos jornais capixabas publicados em Vitória entre os anos de 1849 e 1869 e as representações para a infância que circularam em impressos com a intenção de educar e instruir, como alguns compêndios. Partimos do pressuposto que a infância é uma construção histórico-social-cultural e elaboramos a seguinte questão norteadora: as representações sobre a infância e para a infância que permeavam os textos dos intelectuais capixabas estavam enlaçadas a que interesses políticos, econômicos e sociais? Tivemos como hipótese que a presença de representações sobre e para a infância nos textos dos intelectuais capixabas (impressos e imprensa) estava permeada por apropriações de textos nacionais e internacionais, resultantes da circulação dessas representações. Concluímos que os textos estudados revelam o direcionamento da circulação de representações e suas apropriações, com o objetivo de formar futuros adultos e cidadãos imersos em uma dada leitura de civilidade. Nossas principais fontes foram os jornais *Correio da Victoria*, *A Regeneração*, *O Tempo* e o *Jornal da Victoria* e os impressos *Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias* (Luis da Silva Alves de Azambuja Suzano), *História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras* (Laurent de Jussieu) e *Thesouro de meninos* (Pedro Blanchard). Fundamentamo-nos no esquema conceitual de Roger Chartier e nas noções de civilidade de Elias e intelectuais de Sirinelli. A pesquisa contou com bolsa da FAPES.

Palavras-chave: História do Espírito Santo – Imprensa e educação – impressos e educação – civilidade – representações

## ABSTRACT

The dissertation, developed under the PPGE/UFES, studies the representations of childhood that circulated in the capixabas newspapers, published in Victoria between the years 1849 and 1869, and the representations for childhood, circulated in print with the intent to educate and instruct, as some compendiums.

We start from presumption that childhood is a social-historical-cultural construction and we elaborated the following question: representations of childhood and for the childhood that permeated the texts of capixabas intellectuals were entwined that political, economic and social?

We hypothesized that the presence of representations of childhood in the texts of capixabas intellectuals (printed and press) was permeated by national and international text appropriating, resulting from the circulation of these representations. We conclude that the studied texts show the direction of movement of its representations and appropriations, with the goal of to form future adults and immersed citizens in a given reading of civility.

Our principal sources were *Correio da Victoria*, *A Regeneração*, *O Tempo* e o *Jornal da Victoria* newspapers e *Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias* (Luis da Silva Alves de Azambuja Suzano), *História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras* (Laurent de Jussieu) e *Thesouro de meninos* (Pedro Blanchard) compendiums. We based our research on the conceptual scheme of Roger Chartier, the Elias civility notions and Sirinelli intelectual notions. This research was sponsored by FAPES.

Keywords: History of Espírito Santo State – Press and education – print and education – civility – representations

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

**Figura 1:** Primeira página do jornal Correio da Victoria. Digitalizado do microfilme disponível na Biblioteca Estadual. p. 49.

**Figura 2:** Página do jornal A Regeneração. Retirado do sítio do Arquivo Público Estadual. p. 55.

**Figura 3:** Página do jornal O Tempo. Retirado do sítio do Arquivo Público Estadual. p. 58.

**Figura 4:** Página do Jornal da Victoria. Digitalizado do microfilme disponível na Biblioteca Estadual. p. 65.

**Figura 5:** Capa do Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias. Digitalizado do microfilme disponível na Biblioteca Nacional. p. 123.

**Figura 6:** Capa do livro A História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras. Retirado do sítio do Google e-books. p. 129.

**Figura 7:** Aquarela do livro A História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras. Disponível no sítio do Google e-books. p. 136.

**Figura 8:** Capa do livro Tesouro de Meninos. Disponível no sítio Caminhos do Romance da Universidade de Campinas. p. 157.

**Figura 9:** Frontispício do livro Tesouro de Meninos. Disponível no sítio Caminhos do Romance da Universidade de Campinas. p. 159.



## **LISTA DE ABREVIações E SIGLAS**

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

GEHPAI - Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PPGHIS - Programa de Pós-Graduação em História

PUC – Pontifícia Universidade Católica

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>p. 14</b>
<b>CAPÍTULO 1 – CONTEXTO HISTÓRICO: VITÓRIA E OS INTELLECTUAIS</b>	<b>p. 37</b>
1.1 – A IMPRENSA	p. 44
1.2 – A IMPRENSA CAPIXABA	p. 47
1.3 – INTELLECTUAIS	p. 67
1.4 – OS INTELLECTUAIS NA IMPRENSA	p. 70
1.5 – LUÍS DA SILVA ALVES DE AZAMBUJA SUZANO E AS HISTÓRIAS CONECTADAS	p. 86
<b>CAPÍTULO 2 – A INFLUÊNCIA FRANCESA NOS TEXTOS DOS INTELLECTUAIS CAPIXABAS: OS MANUAIS ESCOLARES</b>	<b>p. 98</b>
2.1 – A FRANÇA COMO MADRINHA	p. 98
2.2 – O LIVRO COMO OBJETO CULTURAL: PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E PRÁTICA DE ESCRITA	p. 102
2.2.1 – A PRODUÇÃO DOS MANUAIS ESCOLARES	p. 103
2.2.2 – A CIRCULAÇÃO DE LIVROS NO BRASIL E NO ESPÍRITO SANTO	p. 109
2.2.3 – A PRÁTICA DE ESCRITA DIDÁTICA	p. 114
2.3 – A CIVILIDADE NOS MANUAIS ESCOLARES	p. 115
2.4 – O COMPÊNDIO DA GRAMMÁTICA PORTUGUEZA PARA USO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS E SEU AUTOR	p. 120
2.4.1 – O COMPÊNDIO DE GRAMMÁTICA PORTUGUEZA	p. 123
2.5 – AS LIÇÕES MORAIS: A HISTÓRIA DE SIMÃO DE NANTUA OU O MERCADOR DE FEIRAS	p. 129
2.5.1 – O NOSSO HERÓI	p. 135
2.5.2 – OS ENSINAMENTOS CRISTÃOS	p. 149
2.6 – THESOIRO DE MENINOS	p. 157
2.6.1 – THESOIRO DE MENINOS: MORAL, VIRTUDE E CIVILIDADE	p. 161
<b>CAPÍTULO 3 – JORNAIS, CIVILIDADE E REPRESENTAÇÕES PARA A INFÂNCIA</b>	<b>171</b>
3.1 – O JORNAL: FONTE E OBJETO DE PESQUISA	p. 171
3.1.1 – CIVILIDADE E OS JORNAIS	p. 178
3.1.2 – A INFÂNCIA NOS JORNAIS	p. 182
3.2 – ROMANCE FOLHETINESCO: PAIXÕES, VÍCIOS, FAMÍLIA E SERVIDÃO	p. 182
3.2.1 – O LAVRADOR CRISTÃO	p. 183

3.2.2 – NELLY	p. 189
3.2.3 – NOBRE ORIGEM DO NOME FIGUEREDO OU O TRIBUTO DAS DONZELAS	p. 194
3.2.4 – CELESTINA	p. 197
3.3 – A EDUCAÇÃO MORAL	p. 200
3.3.1 – A MENINA, A MULHER E A MÃE	p. 206
3.3.2 – O HOMEM, O PAI E O FILHO	p. 210
<b>CONCLUSÕES FINAIS</b>	<b>p. 217</b>
<b>FONTES</b>	<b>p. 222</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>p. 223</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>p. 230</b>

## Introdução

O presente estudo traz os resultados da pesquisa de mestrado desenvolvida, junto ao PPGE\UFES, na Linha **História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais**, que, dentre seus objetivos, prioriza as práticas e representações das culturas escolares, consideradas culturas políticas, a partir da interface da historiografia e história da educação, investigando diferentes usos do passado na construção do conhecimento histórico e compreendendos como escolhas políticas. Considerando esse recorte, objetivamos estudar as representações sobre a infância que circularam na imprensa capixaba no período de 1849 a 1869 e de que forma tais representações também podem ser percebidas em impressos dirigidos à infância, como, por exemplo, os livros escolares de então.<sup>1</sup>

O propósito deste estudo surgiu a partir de minhas leituras sobre a infância e sua história realizadas durante minha graduação em história e, também, no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Infância e Educação Inclusiva (PPGE/UFES). Verifiquei, na ocasião, que muito se fala sobre a importância em dar voz às crianças e em como concebemos a infância, questionando a compreensão de que as crianças são “pequenas pessoas” que serão algo no futuro, como se o presente delas nada representasse. O texto que resultou daquela pesquisa motivou a continuação do tema com maior densidade. Dedicamo-nos a esse tema por perceber a falta de trabalhos que relacionam história e infância durante o período imperial no Espírito Santo.

Assim sendo, a presente dissertação visou aprofundar os estudos iniciados na confecção da monografia de especialização, intitulada “As concepções de infância no periódico Correio da Victoria (1849-1850)”, orientada pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Valdete Côco.

---

<sup>1</sup> Usamos neste início livros escolares como denominação geral de compêndios, livros de lições morais, virtudes, condutas, civilidade e manuais escolares como, por exemplo, de geografia e história sagrada. Sobre isso, faremos abordagem ao longo do texto.

Nos anos em que estivemos envolvidas na pesquisa de mestrado, algumas mudanças mostraram-se necessárias para o seu desenvolvimento e conclusão. Iniciamos, simplesmente, com a proposta de ampliar a monografia de especialização e dar conta do período do início da imprensa no Espírito Santo (1840) ao final do período imperial (1889). À medida que nosso contato se complexava com as fontes, percebemos que tínhamos um farto material para análise e que seria necessário fazer recortes de fontes e de período (e como é difícil selecionar fontes tão ricas para análise!). Algumas fontes foram logo desconsideradas, por estarem ainda sem organização no Arquivo Público Estadual; outras, por estarem fora de nosso recorte cronológico. Já, em relação à baliza cronológica, iniciamos com a perspectiva de realizar o estudo de 1840 a 1889, mas isso logo se mostrou muito longo para apenas dois anos de mestrado.

Assim, optamos por reduzir nosso período para 1849 a 1869, justificado pelo início da publicação do *Correio da Victoria* – jornal conservador que circulou por vinte e quatro anos em Vitória – e pelo fim da publicação do *Jornal da Victoria*, jornal liberal que circulou por seis anos.

Esses dois jornais, somados aos menores que circularam durante o período recortado, formam grande parte de nosso corpus documental. Uma vez que consideramos a imprensa como meio eficaz de circulação de ideias, não obstante o índice de analfabetismo no país à época, nela buscamos as representações sobre a infância que circulavam e os sujeitos responsáveis pelos escritos impressos.

Considerando o período recortado, buscamos em um dicionário da época a definição de infância e encontramos: “Infância s. f. Idade do menino que ainda não fala, meninice” (SILVA, 1832, p. 615).

Para efeitos de nossa análise, consideraremos que essa definição pertencia à época e aos sujeitos dessa época, mas também levamos em conta os avanços

das atuais pesquisas sobre o tema. Por isso, a infância aqui denominada é descrita por Kuhlmann Júnior e Freitas (2002):

No singular, a infância seria um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns às diferentes crianças. Mas encontra-se também o inverso, a subdivisão em infâncias, quando surgem propostas para a infância material ou moralmente abandonada, para a infância pobre, delinquente [...]. Às vezes, a expressão infância refere-se às crianças dos setores dominantes, quando se atribui a esses setores a primazia dos sentimentos e das práticas que caracterizam esse conceito ou representação. Outras vezes, a infância representa as crianças pobres, objeto das políticas sociais. (p. 7-8)

Já as representações sobre a infância e para a infância constituíram-se em projetos para educar e instruir os futuros cidadãos imersos em uma dada leitura de civilidade, que circulou nos jornais e nos compêndios na cidade de Vitória no período de 1849 a 1869.

Lançamos mão dos jornais do período, particularmente *O Correio da Victoria*<sup>2</sup> e *O Jornal da Victoria*, e também *A Regeração* e *O Tempo*, como importantes fontes para o nosso trabalho. Posto ser este um estudo de cunho histórico, abriu-se a possibilidade de reflexões a partir do cotejamento com diferentes fontes, tais como: relatórios de presidentes de província, documentos manuscritos sobre a educação na Província capixaba e compêndios. Sendo assim, as fontes colaboraram como elementos relevantes que nos remeteram à construção de um projeto civilizador para a Província espírito-santense. O conceito de representação (Chartier, 1990, 2000, 2001), dessa forma, tornou-se importante ferramenta da leitura dessas fontes para entendimento da sociedade oitocentista.

Analizamos, assim, a partir do esquema conceitual de Roger Chartier, a presença de representações para e sobre a infância nos compêndios e a circulação dessas representações nos jornais da época.

---

<sup>2</sup> Neste trabalho atualizamos as grafias das palavras, com a exceção dos nomes dos jornais e dos nomes próprios.

Partimos do pressuposto de que a infância é uma construção histórico-social-cultural e elaboramos a seguinte questão norteadora: as representações sobre a infância e para a infância que permeavam os textos publicados pelos intelectuais capixabas estavam enlaçadas a que interesses (políticos, sociais, econômicos)? Tivemos como hipótese que **a presença de representações sobre e para a infância nos textos dos intelectuais capixabas (impressos e imprensa) estava permeada por apropriações de textos nacionais e internacionais, resultantes da circulação dessas representações.**

Outrossim, destacamos que nossas fontes estão localizadas principalmente no Arquivo Público do Espírito Santo (APEES), onde foi possível a identificação dos jornais, dos relatórios dos presidente de província e de diretores de instrução pública. Estes últimos eram obrigatórios por lei, apresentados à Assembleia Provincial na posse do presidente, no encerramento do mandato e a cada abertura das Assembleias, e trazem, em anexo, os relatórios dos diretores da instrução pública. Segundo Veiga (2005), os relatórios procuram dar conta da forma como as leis estavam sendo cumpridas, se estavam sendo cumpridas, ou justificativas para o não cumprimento.

Os jornais selecionados tratam dos mais variados temas: política local e nacional; a preocupação com a educação; quais os benefícios e malefícios desta para o homem e para a sociedade; literatura composta por histórias contadas em capítulos; apólogo, pequenas histórias que poderiam trazer críticas a pessoas importantes na cidade etc. Estão todos microfilmados e disponíveis para consulta. A Biblioteca Pública Estadual, por sua vez, possui alguns microfilmes de jornais do século XIX e XX e um escâner de microfilme que possibilita a digitalização dos mesmos. Já os compêndios que selecionamos para este estudo foram encontrados na Biblioteca Nacional (*Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias* disponibilizado, a partir de pedido, microfilmado), no sítio Google e-books ([http://books.google.com.br/books/about/Historia\\_de\\_Sim%C3%A3o\\_de\\_Nantu\\_a\\_ou\\_O\\_Mercad.html?id=Qd3tAAAAMAAJ&redir\\_esc=y](http://books.google.com.br/books/about/Historia_de_Sim%C3%A3o_de_Nantu_a_ou_O_Mercad.html?id=Qd3tAAAAMAAJ&redir_esc=y), *História de Simão de*

*Nantua ou o mercador de feiras*) e no sítio Caminhos do Romance (<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>, *Tesouro de meninos*).

Salientamos ainda que, no caso dos jornais e mais especificamente dos compêndios, estes proporcionam pensar também as práticas de escrita, visto que a forma literária na qual estavam escritos possibilitava a assimilação rápida de novos valores, normas e costumes que circulavam no país. Para melhor compreender esse processo, utilizamos o conceito de história conectada.

O conceito de histórias conectadas é defendido por Diana Vidal (2005), baseando-se em Subrahmanym (2001, 2005), ao procurar compreender a “[...] configuração e transformação das culturas e práticas escolares nas épocas moderna e contemporânea” (p. 66). Para isso, Vidal dedicou-se ao estudo das publicações dos livros “La comédie enfantine”, publicado na França em 1860, e “Contos infantis”, publicado pela primeira vez em 1886, em Portugal e depois no Brasil.

Isso posto, resumimos nossos objetivos da seguinte forma:

Geral:

- Analisar a construção das representações para e sobre a infância veiculadas nos compêndios para uso da infância e nos jornais capixabas do século XIX (1849 a 1869).

Específicos

- Identificar quem eram os intelectuais que escreviam sobre a infância nos jornais capixabas do século XIX (1849 a 1869) e a quem se dirigiam.
- Analisar a influência que os manuais escolares exerceram sobre os textos dos intelectuais capixabas.
- Compreender como os intelectuais capixabas se apropriaram das representações sobre e para a infância que circulavam no Brasil.



Pensamos que o nosso trabalho vem ao encontro dos anseios atuais para compreender a infância no contexto sócio-histórico-cultural brasileiro e perseguimos práticas culturais na busca da análise da construção, apropriação e circulação das representações de infância e para e sobre a infância no século XIX nos textos dos intelectuais espírito-santenses.

Concluimos, dessa forma, que a construção, apropriação e circulação das representações para e sobre a infância, nos textos dos intelectuais capixabas publicados na imprensa espírito-santense de 1849 a 1869 e em compêndios para a infância que aqui eram usados, faz parte de uma “história conectada” com aquilo que circulava na imprensa nacional, e não uma mera transposição de ideias.

\*\*\*

## Revisão de literatura

O mundo infantil foi desvelado por profissionais de diversas áreas, psicólogos, médicos e pedagogos, que dedicaram-se principalmente aos aspectos físico, cognitivo e emocional. Os historiadores se atentaram para a História da infância somente após o advento da História Nova; nesse ínterim, Ariès talvez seja o responsável por nos introduzir no mundo da história infantil, a partir da obra “História social da criança e da família” (1978), chamando nossa atenção para a criança enquanto um ser social, histórico e cultural. Essa obra sensibilizou pesquisadores a pensarem essa etapa da vida em diferentes épocas e lugares e utilizando diversos tipos de fontes.

Com o desenvolvimento desta área de conhecimento, diversos pesquisadores foram inspirados pelo trabalho de Áries, inclusive no Brasil. Nas nossas pesquisas para esta revisão de literatura, localizamos o levantamento bibliográfico realizado pelo Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância (GEHPAI)<sup>3</sup> – USP; as pesquisas foram realizadas no âmbito da USP e na PUC-SP, bem como através da publicação de obras relacionadas ao tema; os estudiosos pertencentes ao GEHPAI realizaram o levantamento entre julho e agosto de 2001. Para o grupo, o primeiro trabalho brasileiro dedicado à infância data de 1926, o livro “Historico da protecção á infancia no Brasil, 1500-1922”. Na apresentação dos dados, o grupo chama atenção para o crescimento ao longo das décadas de trabalhos no campo da história da infância, sendo que até a década de 1970 poucos foram os pesquisadores que se dedicaram a este tipo de estudo. Já, nos 30 anos, que se seguiram, percebemos que muitas das investigações foram desenvolvidas com base nesta temática, mas que ainda existem lacunas a serem preenchidas. O nosso estudo tem a intenção de ajudar a preencher algumas lacunas na história da infância capixaba.

---

<sup>3</sup> O Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância, coordenado pela docente e pesquisadora Maria Helena Souza Patto, foi criado em 1998. O GEHPAI pertence ao Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e conta, atualmente, com cinco pesquisadores, dos quais quatro psicólogos e um historiador. Disponível em: <http://www.abrapee.psc.br/> acesso em 01/02/2009.

Para esta revisão de literatura, procedemos o levantamento de pesquisas: a) nos sites da Capes; b) da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), onde nos detemos na Revista Brasileira de História da Educação e nos Congressos Brasileiros de História da Educação; c) no site da ANPED, em que nos dedicamos à Revista Brasileira de Educação e aos Congressos da ANPED disponibilizados on-line; e d) na Biblioteca da UFES, em busca de trabalhos nas áreas de história e educação. Para as buscas usamos sempre de palavras-chave: primeiramente “infância”, o que nos gerou um número muito grande de trabalhos, principalmente estudos que têm os relatos das crianças como fontes, usamos, então, “infância e história” e “história da infância” com o objetivo de identificar trabalhos sobre a infância no século XIX, nessa etapa não identificamos estudos desenvolvidos sobre infância na imprensa. Passamos então a fazer uma busca sobre trabalhos com imprensa, para isso utilizamos as palavras “história da imprensa” e “imprensa e representação”.

Na historiografia recente, verificamos, por exemplo, que são crescentes os trabalhos de cunho histórico que se debruçam sobre o estudo da infância negra e/ou pobre, principalmente sobre a escolarização dessa camada da sociedade. É necessário salientar que em nosso trabalho não estamos focando numa infância em especial, mas nas múltiplas infâncias. Dessa forma, os trabalhos aqui selecionados dialogam com o nosso trabalho a partir do conceito de infância historicizado, do aporte teórico conceitual, das fontes que privilegiamos ou do período de estudo. Ao selecionarmos os estudos aqui apresentados, tivemos a preocupação de confluir ideias, lugares de produção e perspectivas teóricas diferenciadas da nossa.

Por tomarmos para essa revisão somente trabalhos acadêmicos e artigos científicos, resolvemos subdividi-los em três partes: teses de doutorados, dissertações de mestrado e artigos científicos. Dessa forma, tomamos os seguintes trabalhos para a nossa revisão de literatura:

## 2.1-Teses de doutorado

Iniciamos essa revisão de literatura com algumas teses de doutorado em educação e em história que contribuíram para a construção do nosso trabalho, partindo de nossa hipótese da construção: a apropriação e circulação das representações para a infância nos textos dos intelectuais capixabas.

Por ser a história da infância oitocentista uma história das crianças escrita pelos adultos, dedicamo-nos ao estudo de referências que demonstrem a passagem das crianças pelos mais diversos âmbitos da sociedade.

O estudo de Isabel Cristina Brandão (2009) é dedicado à educação das crianças que frequentavam as instituições escolares na Bahia oitocentista. Para esse intento, a autora buscou identificar quais eram as concepções de criança, infância e educação infantil para o período. Por tratar-se de estudo documental, as fontes privilegiadas foram: a) relatórios de presidentes de província; b) correspondências da instrução pública no Império; c) constituição do império, atos administrativos e outras legislações; d) relatórios do diretor da instrução pública; e e) jornais. A perspectiva teórica deste estudo difere-se dos outros, pois remete-se ao marxismo. Para a autora

“[...] o projeto de instrução que se desenvolvia na escola primária tinha como objetivo principal a moralização das crianças, por meio da qual se buscava formar um indivíduo que atendesse a uma sociedade em pleno desenvolvimento da burguesia e expansão do sistema capitalista, que exigia um povo civilizado de acordo com o modelo de sociedade e civilização que definiam os padrões da época.” (BRANDÃO, 2009, p. 7)

A tese de Heloísa Maria Teixeira, por sua vez, buscou contribuir à história da infância “[...] investigando a utilização da criança – escrava, ingênua ou livre – como mão de obra nos domicílios de Mariana [...]” (TEIXEIRA, 2007, p. 28), em Minas Gerais, na segunda metade do século XIX. A autora contou com um grande número de fontes primárias, como: a) inventário post-mortem, b) matrículas de escravos, c) registro de compra e venda de escravos, d) registros de alforria, e) processos envolvendo propriedade de escravos, f) apreensões

de escravos, g) ações de liberdade, h) processos-crime, i) registros de tutela, j) remoções de tutela, l) matrícula de ingênuos, m) ações de liberdade decorrentes de tentativas de escravização, n) relatórios de presidente de província, o) listas de habitantes, recenseamento de 1872, p) mapas de população e q) mapas econômicos. O trabalho segue a perspectiva teórica da história econômica e demográfica. Segundo a autora, “entre os porquês da inserção precoce da criança no trabalho, citamos o cativo, a orfandade, a ilegitimidade, a pobreza e as crises sazonais enfrentadas pelas famílias decorrentes de doenças, mortes, carestia etc.” (IDEM, p. 28).

Marcus Vinicius Fonseca (2007) buscou construir um perfil racial das escolas mineiras, para isso se utilizou das seguintes fontes: a) listas nominativas de habitantes, b) listas de alunos, c) relatórios de presidente de província, d) legislação da província de Minas Gerais, e) relatos de viagem dos europeus que passaram por Minas Gerais e f) “o depoimento de um indivíduo da Cidade de Campanha, que vivenciou o processo de escolarização a partir dos anos 1830” (Fonseca, 2007, p. 13). A perspectiva teórica do trabalho perpassa em “um diálogo com vários conceitos e áreas do conhecimento, [...] o elo de ligação entre as diferentes modalidades da história foi construído através das questões ligadas à demografia” (FONSECA, 2007, p. 13-14). Segundo Fonseca, “a interpretação que produzimos em relação à presença dos negros nas escolas mineiras revela que esta instituição era um dos elementos acionados por este grupo com objetivo de afirmação no espaço social” (IDEM, p. 9).

As três teses aqui relacionadas tratam da história da infância a partir de perspectivas teóricas diferenciadas; a tese de Isabel Cristina (2009) parte da perspectiva marxista, em que a formação do indivíduo atende principalmente aos interesses da burguesia, os estudos de Teixeira (2007) e Fonseca (2007) foram dedicados à história demográfica<sup>4</sup> – fazendo uso de grande quantidade

---

<sup>4</sup> Os primeiros trabalhos com a demografia histórica realizados por brasileiros aparecem a partir de 1960 como teses de doutorado. Os pesquisadores dedicaram-se principalmente ao estudo da família e à relação com os aspectos econômicos e políticos mais amplos. As fontes

de fontes primárias, buscaram demonstrar os espaços ocupados pelas crianças na Minas oitocentista.

Na sua tese, Mônica Yumi Jizenji (2008) dedicou-se ao estudo do jornal O Mentor das brasileiras, um jornal dedicado à educação das mulheres que circulou em São João Del Rei no período de 1829 a 1832. Os textos presentes no jornal são

“[...] resultado da leitura e do crivo estabelecidos pelo redator e responsáveis pela sua produção, que operam cuidadosa montagem, coletando diversos tipos de texto para compor cada número do jornal; [...] nessa ação, o redator não se resume a um compilador, mas um leitor de vários textos que, ao retirá-los de seus suportes originais e reagrupá-los com vários outros textos, realiza um trabalho de apropriação, produzindo novas significações a cada um desses textos e ao conjunto deles [...]; propiciando um novo repertório de comportamentos, valores e opiniões.” (JIZENJI, 2008, p. 28 e 29)

A autora entende essas apropriações e práticas do editor enquanto práticas políticas e nos convida a analisar os jornais do XIX como vinculados às atividades políticas do país, constituindo-se, assim, uma cultura política do Império brasileiro. Este trabalho é importante aqui nesta revisão, pois a autora aplicou-se ao estudo dos conceitos de apropriação e circulação de Roger Chartier, assim como descreve e faz a associação dos conceitos com a materialidade do jornal. Ao analisar as práticas de leitura Jizenji, ela traz para essa revisão outra importante faceta nos vínculos de apropriação-circulação-materialidade; aponta para a necessidade de vincular as práticas de escrita e de leitura ao material que estava sendo difundido, uma vez que, ao apropriar-se de textos para um público muito seletivo – como os jornais de outras províncias que só chegavam para assinantes, por exemplo –, eles passam a fazer parte do repertório de conversas da população em geral.

Para o nosso estudo, em que temos as histórias conectadas e Chartier como parte do aporte teórico conceitual, os editores de jornais da província do Espírito Santo, ao apropriarem e selecionarem as notícias que divulgarão em

---

utilizadas são variadas e incluem listas nominativas, inventários post-mortem, testamentos, contratos de casamento e dotes, escrituras etc. (FARIA, 1997, p. 241-258).

seu jornal, estão “popularizando” conteúdos e formando um leitor ideal. Percebemos que, ao divulgarem notícias, informações, conteúdos de livros, os editores e/ou redatores estão imprimindo na população espiritossantense novos valores e comportamentos.

Os objetos de pesquisa dos estudos foram principalmente a infância negra e/ou pobre, dando ênfase ao processo de escolarização e à adoção de crianças como mão de obra. O estudo que apresentamos não restringe a história da infância ao espaço da escola, ou da casa, ou da rua, mas toma-a como espaços por lutas de representação. O nosso trabalho parte da História cultural de Chartier para compreender as representações do mundo social. A infância vista por diferentes vozes contribui ao nosso estudo para aguçar a nossa percepção das histórias contidas nos documentos.

## **2.2 – Dissertações de mestrado**

Luciana de Araújo Pinheiro (2003) privilegiou fontes oficiais para o estudo de uma integração entre os chefes de polícia e os juízes, dando especial atenção ao juiz de órfãos Tito Augusto Pereira de Mattos, levando em consideração um pouco de sua trajetória e atribuições, e concluiu nos informando sobre a continuidade da carreira política do juiz, que se tornou presidente de Província no Maranhão. Essa pesquisa vem de encontro à nossa por pretendermos analisar a trajetória de alguns dos intelectuais capixabas que exerceram a função de inspetores da instrução pública.

Por sua vez, Rachel Souza Tavares (2009), na dissertação de mestrado intitulada *A infância pobre no Maranhão imperial: a escolarização pública primária da criança pobre e livre no período de 1855-1889*, privilegiou como fontes: a) relatórios dos presidentes da província, b) relatórios dos inspetores da instrução pública, c) ofícios, regulamentos, leis e decretos sobre a instrução pública, d) relatórios dos diretores da instituição Asilo de Santa Teresa, e) regulamentos do estabelecimento Casa dos Educandos Artífices e f) jornais no

período de 1855 a 1877. Seus interlocutores teóricos foram Foucault e Elias. A autora demonstrou que a presença das ideias de Rousseau, Pestalozzi, Herbert e Froebel no período oitocentista permitiu a construção de uma nova identidade educativa para a infância: "[...] a educação da criança passa a ser um elemento importante para moldar o comportamento, por meio da promoção de mudanças morais e cultivo do caráter [...]" (TAVARES, 2009, p. 47). Este trabalho contribui para o nosso estudo, uma vez que apresenta as ideias e as contribuições de Rousseau, Pestalozzi, Herbert e Froebel no Brasil.

A educação profissional para a infância pobre foi a preocupação de Guaraciane Mendonça de Lima (2008), que buscou lançar luz sobre as “condições da criança e da infância paraibana no século XIX, tomando por base a educação profissional oferecida pelo Collégio de Educandos Artífices da Parayba do Norte” (Lima, 2008, p. 5). Para isso, utilizou-se das seguintes fontes: a) manuscritos referentes ao Collégio de Educandos Artífices, como relatórios, ofícios, termos de contratos, balancetes; b) regimentos; c) regulamentos e normatizações referentes à instrução pública e particular. A autora tomou por referenciais teóricos E. P. Thompson e a história social e cultural na perspectiva de Burke. Ela demonstrou que a educação profissional foi voltada “para as crianças de uma determinada classe que foi constituída a partir de vivências econômicas sociais e [...] culturais” (IDEM, p. 5).

A dissertação de Márcia Selvátice Tourinho (2009) *A assistência à infância desvalida no Espírito Santo – o Orfanato Cristo Rei (1957-1990)* foi até o momento a única que localizamos no Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS) da UFES que faz menção à história da infância. As concepções de infância utilizadas pela autora foram baseadas na sociologia da infância e de Larrosa, definindo assim a teoria que embasa o trabalho. As fontes utilizadas foram: a) documentação do orfanato, b) relatos orais, c) leis, d) mensagens de governadores e e) jornais que circulavam em Vitória, com a finalidade de contextualizar a atuação da irmã Marcelina que administrou a instituição nesse período e analisar se as diretrizes gerais do orfanato estavam em consonância com as diretrizes do governo federal para a infância desvalida.



As dissertações aqui selecionadas são importantes para o nosso trabalho por terem o mesmo objeto, mas perpassam os espaços diferentes como o da chefatura de polícia, os juizados para órfãos, o orfanato, as escolas, os colégios artífices para uma infância pobre e desvalida. Os intelectuais que atuaram juntamente a essa infância estavam preocupados em transformá-la em cidadãos úteis para a sociedade, tendo a escolarização e o trabalho o conjunto necessário para esse feito, trazendo à luz a história da infância institucionalizada. Para o estudo que está sendo desenvolvido em que nos incita a curiosidade à circulação das representações sobre e para a infância, os intelectuais imbuídos de uma identidade educacional travam lutas de representações com a rua, a casa, a imprensa enquanto espaços educacionais.

No PPGHIS-UFES foi possível a localização de 6 dissertações que fazem uso dos jornais capixabas no século XIX. Nenhum desses trabalhos tem a história da infância como tema. São dissertações que dialogam com o nosso trabalho através das fontes.

Para essa revisão, interessa-nos particularmente o trabalho de Fabíola Martins Bastos (2009), dedicado às relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades em Vitória entre os anos de 1850 a 1872. Com o objetivo de perceber o código informal de convivência construído e legitimado pelos moradores, a pesquisadora debruçou-se na História do cotidiano como uma vertente da História Cultural e nas fontes primárias a) dos jornais Correio da Victoria e Jornal da Victoria e b) dos processos criminais de injúria e agressão física, para perceber como as relações sociais e sociabilidades pacíficas ou violentas se entrelaçavam ao cotidiano da capital da província capixaba. A autora caracteriza as sociabilidades como informais, pois acontecem “nas lojas de comércio, nas praças, nas ruas, nas janelas de casa, enfim, nos espaços abertos e diversificados das cidades” (Bastos, 2009, p. 18); as festas, sendo profanas ou religiosas, principalmente, consistiam em um lugar privilegiado de sociabilidades. E conclui que “as sociabilidades [...] constituíram-se,

obrigatoriamente, por relações sociais baseadas na linguagem e no sentimento” (Bastos, 2009, p. 188). Desse modo, a dissertação nos permite visualizar aspectos e lugares em que os textos dos intelectuais capixabas publicados pelos jornais circulavam constituindo uma apropriação pela imitação cultural ou sofrendo imposições.

A dissertação de Aline de Moraes Limeira (2010) trata da instrução particular na Corte entre os anos de 1860 a 1875, tendo como fonte privilegiada: a) anúncios do *Jornal do Commercio* e do *Almanak Laemmert*; articulados com b) ofícios e leis que regulamentaram a instrução primária e secundária; c) abaixo-assinados; d) relatórios dos Ministros do Império. A autora tem em Chartier um teórico para entender como constituiu-se o processo de apropriação e circulação dos impressos e como a materialidade está impregnada desse processo, sendo, portanto, necessária a análise do texto, do objeto que comporta o texto e da organização dos textos e anúncios nos impressos. Esse estudo dialoga conosco por seu olhar chartieriano sobre o impresso, evidenciando as tensões produzidas no cotidiano e difundidas na imprensa.

Destacamos que os trabalhos apresentados salientam a importância em ter a imprensa tomada como fonte primordial por seu caráter educativo e transformador durante o século XIX.

Os manuais escolares foram selecionados como fontes para contribuição no conhecimento de autores e/ou autoras que não escreviam para os jornais e que, por meio dessas obras, difundiam suas representações de infância, compondo o diálogo com os jornais e os relatórios de presidente de província e de inspetor da instrução pública.

A dissertação de Mônica Yumi Jizenji dedicou-se ao estudo de um manual didático-pedagógico intitulado *Curso normal para professores de primeiras letras ou direcções relativas á educação physica, moral e intellectual nas escolas primarias escrito pelo barão francês Joseph-Marie de Gérando e introduzido o Brasil em 1839* (JIZENJI, 2002, p. 34). Como fontes auxiliares

foram utilizados: a) um “[...] relatório intitulado Memória, escrito pelo professor Francisco de Assis Peregrino em 1839, que constitui um plano para a reforma do ensino público primário”; b) jornais; c) relatórios de presidentes de Província; d) ofícios; e e) portarias referentes à instrução pública. O trabalho tem como base teórica a história cultural, principalmente em Chartier, tratando do conceito de representação da escolarização da infância pobre. A autora entende “que as práticas voltadas para a intervenção nas classes pobres através da educação estão ‘impregnadas’ das representações para a infância pobre e sua educabilidade.” (IDEM, p. 34) Dessa forma, essa dissertação em muito contribui para o estudo empreendido por nós.

Giselle Baptista Teixeira (2008) dedicou-se ao estudo dos livros de leitura para a escola primária da Corte, no período de 1827 a 1885. Na dissertação foram analisadas a produção e a circulação dos livros, assim como as tensões e estratégias das editoras existentes e de seus autores. As fontes utilizadas pela autora foram: a) as leis que regulamentaram a instrução primária e secundária da Corte, b) relatórios dos Ministros dos Negócios do Império e da Inspetoria Geral da Instrução Pública, c) documentos dos autores e professores, d) dicionários biobibliográficos, e) periódicos encontrados na Biblioteca Nacional e f) os livros de leitura e escrita e os de moral e religião, “que naquele período faziam parte do currículo oficial das escolas brasileiras” (Teixeira, 2008, p. 17). Entendendo o livro de leitura como um artefato cultural, a autora elegeu para embasamento teórico a História cultural a partir de Roger Chartier, Lucien Febvre, Robert Darton.

### **2.3-Artigos científicos**

Ao longo dos Congressos realizados pela Sociedade Brasileira de História da Educação, do primeiro congresso realizado em 2000 no Rio de Janeiro ao quinto realizado em 2008 em Aracaju, percebemos um gradativo aumento nos trabalhos que tratam da história da infância. No primeiro, identificamos 4 trabalhos; no segundo congresso, realizado em 2002, na cidade de Natal, o

número de trabalhos sobe para 11; no terceiro congresso, realizado na cidade de Curitiba, em 2004, foram apresentados 26 trabalhos; o quarto congresso, realizado em Goiânia, no ano de 2006, totalizou 22 artigos; o quinto congresso, realizado em Aracaju, no ano de 2008, os trabalhos não estão disponíveis para consulta; e no mais recente, em Vitória, foram 50 trabalhos. Aqui apresentamos alguns desses trabalhos, que tratam da história da infância em diferentes tempos e lugares e contribuem para o nosso trabalho.

O trabalho de Amarilio Ferreira Jr. e Marisa Bittar (2000) versa sobre a educação jesuítica para as crianças negras nascidas no Brasil, mais especificamente das crianças negras que nasciam nas fazendas de propriedade da Ordem jesuítica. Para os autores, “investigar o fenômeno da educação infantil no período colonial [...] significa desvelar aspectos importantes da própria formação sócio-econômica brasileira” (FERREIRA JR e BITTAR, 2000, p. 2). A partir desse objetivo, as fontes selecionadas foram: para fontes primárias, impressos em IV volumes que reúnem cartas dos primeiros jesuítas no Brasil e os X tomos da História da Companhia de Jesus no Brasil e, para fontes secundárias, a bibliografia produzida pelos “chamados intérpretes da história do Brasil” (IDEM, p. 2): Casa-grande & Senzala, de Gilberto Freire; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, e Evolução política do Brasil, de Caio Prado Jr. Concluindo que

“[...] as crianças negras, nas fazendas da Companhia de Jesus, sofriam de dois tipos simultâneos de violência, [...] porque nasciam marcadas pela escravidão [...] e estavam submetidas a um processo de aculturação, [...] que preconizava uma visão repressiva de modelagem da moral cotidiana do comportamento social.” (IBIDEM, p. 13)

Destacamos também o trabalho de M. Cecília C. C. de Souza e M. Lucia S. Hilsdorf (2000), em que analisam a vida e obra de José Vicente de Azevedo e a educação das meninas negras. As pesquisadoras dedicaram-se a situar quem foi José Vicente de Azevedo e sua participação e influência na vida social e cultural paulista no final do século XIX e princípio do XX, bem como suas obras educativas ou assistenciais dedicadas à população pobre. Concluíram que, “[...] a respeito da educação dos negros e sua história ou diante da omissão

republicana, permanece um silêncio que mostra como a continuidade histórica pode ser também perversa” (SOUZA e HILSDORF, 2000, p. 10). Podemos notar que o alerta das pesquisadoras criou ecos por todo o Brasil, pois percebemos que houve um aumento nas pesquisas tratando da educação dos negros, desde a infância à idade adulta.

O artigo de Irma Rizzini (2002) foi dedicado às crianças indígenas do sexo masculino do Norte do Brasil no período imperial, e as fontes usadas foram a) regulamentos das casas asilares; b) relatórios de presidentes de província; c) ofícios; d) relatórios de diretores; e) relatos de viajantes. O objetivo foi analisar as propostas pedagógicas de instituições de formação de artífices do Norte do Brasil, “[...] entendidas como tentativas de controle social de uma população percebida como potencialmente ameaçadora à vida urbana” (RIZZINI, 2002, p. 1). A pesquisadora observou que as instituições analisadas tiveram como base “o respeito à hierarquia, a promoção da civilidade dos costumes e a introjeição do amor ao trabalho são motes que aparecem insistentemente nos escritos de seus defensores e até nos regulamentos dos estabelecimentos” (IDEM, p. 2).

O artigo de José Gondra e Inára Garcia (2004) buscou, nas teses defendidas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ) no oitocentos, entender como a infância vem sendo concebida. Nesse artigo, os autores trataram especificamente da infância pobre, através de dois manuais mais usados nas teses da FMRJ: Becquerel e Fénelon, destacando na higienização a condição primordial para civilizar as crianças. Os autores se debruçaram sobre as idades que correspondem à etapa da infância como parte dos aspectos que a definem, pois “as idades da vida [...] passaram a ser associadas não apenas a etapas biológicas, mas também às funções sociais” (GONDRA e GARCIA, 2004, p. 69), e ao longo do artigo os pesquisadores ilustram como essa idade da vida é para as crianças pobres, as ricas e as negras. Sendo assim,

“Pensar a infância implica trabalhar com a idéia de uma vida segmentada, o que nos impõe construir marcos que permitam identificar o começo e o término das diferentes fases, constituindo, assim, um efetivo gradiente das idades, evolutivo e linear. Procedimento que, pela tentativa de se constituir aquilo que seria

homogêneo, específico e privativo de cada uma das etapas, termina por repartir a vida de modo mais detalhado do que a clássica idéia do ciclo, a qual se expressa pelo fluxo inevitável do nascimento-crescimento-reprodução-morte, concorrendo também para unificar o que se encontra recoberto em cada uma das supostas idades da vida.” (IDEM, p. 82)

Esse artigo contribui para o nosso trabalho na medida em que discute as idades da infância e tem o olhar de uma construção social, sendo também um dos estudos que nos levou ao estudo da história da infância nos oitocentos.

Salientamos que outros trabalhos foram igualmente importantes para o início desse trabalho. Quando dizem da educabilidade da infância, Maria Cristina Soares de Gouvêa e Mônica Yumi Jizenji (2006) apontam para “[...] a especificidade dos discursos acerca da infância pobre e sua educabilidade, inserido num projeto de escolarização dos extratos considerados inferiores da população” (GOUVÊA e JINZENJI, 2006, p. 114), tendo como objetivo analisar os discursos sobre a infância em circulação no contexto educacional mineiro. Para isso, adotaram como fontes “[...] um manual didático-pedagógico [...] intitulado a) Curso normal para professores de primeiras letras ou direcções relativas à educação physica, moral e intellectual nas escolas primarias [...]” (IDEM, p. 114-115), b) o periódico O Universal, c) a legislação educacional mineira, d) os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, e) mapas trimestrais de frequência dos alunos das escolas elementares, f) ofícios, g) requerimentos e portarias referentes à instrução pública mineira, h) relatórios dos delegados de ensino. Nesse artigo, as autoras apontaram para a necessidade de um “[...] entrecruzamento das fontes [...] na pesquisa histórica, para contemplar a complexidade da construção da vida social, a polifonia dos discursos e práticas produzidos pelos distintos atores sociais [...]” (IBIDEM, p. 115).

Como possibilidade de ouvir diversas vozes, a nossa pesquisa é baseada nos jornais capixabas do século XIX, nos relatórios de presidente da província, nos relatórios dos inspetores de instrução pública e nos manuais escolares.

As crianças trabalhadoras nas últimas décadas do século XIX são o objeto de Vera Regina Beltrão Marques e Silvia Pandini (2001) em comunicação da ANPED; o objetivo do trabalho foi discutir a arregimentação de meninos para as Companhias de Aprendizes Marinheiros no Paraná e tratar das condições de saúde e sobrevivência no interior do quartel, acompanhadas do processo de aprendizagem das artes do mar. As autoras dizem de um “alistamento a ferro e fogo” (MARQUES e PANDINI, 2001, p. 2), em que os meninos, chamados desvalidos, eram dirigidos por juízes de órfãos e delegados de polícia, sempre embasados em boa formação e melhores condições de vida. Dialogando com nosso trabalho, percebemos nesses discursos a representação de uma infância, a infância pobre, desvalida, que precisa ser educada para ser algo no futuro.

A comunicação de Bernadete de Lourdes Streisky Strang (2006) lança luz sobre os papéis dos intelectuais na imprensa, mais especificamente nas crônicas de Cecília Meireles publicadas pelo jornal carioca Diário de Notícias, entre os anos de 1930 e 1933, com o objetivo de compreender como a categoria se organizou, agiu e interveio na realidade social da época, “[...] especialmente aqueles que elegeram a imprensa como um lugar estratégico em defesa de um objetivo comum, [...] a reestruturação do sistema de ensino brasileiro” (STRANG, 2006, p. 1). A pesquisadora dividiu em dois grupos aqueles que lutaram em prol da educação, Católicos e Renovadores, em que

“tanto um quanto o outro tiveram a seus serviços intelectuais alinhados com suas filosofias, que atuaram na imprensa, esporádica ou frequentemente; [...] as páginas dos jornais, revistas e outras publicações, além de constituírem instrumento de alto valor estratégico, funcionaram como trincheiras aonde as antagônicas matrizes discursivas não só estimularam como também promoveram o inevitável confronto de interesses e ideias.” (Strang, 2006, p. 2)

Ao concluir, a autora nos revela sua perspectiva de que, ao escrever as crônicas, Cecília Meireles “tornou-se sujeito da história” (IDEM, p. 8) e que “não somente Cecília e seu grupo que se encontram nesses textos, todo um cortejo de diferentes personagens passeia pelas entrelinhas, constrói sentidos, produz memórias [...]” (IBIDEM, p. 8). Assim, esse artigo nos permite entrever

perspectivas para o nosso estudo e vem ao encontro do nosso interesse em estudar os intelectuais que atuaram nos jornais capixabas do século XIX.

O trabalho de Adlene Silva Arantes e Fabiana Cristina da Silva (2002) dedica-se a analisar as concepções de professor e aluno ao longo do século XIX em Pernambuco, tendo como fontes: a) livros escolares de leitura, b) relatórios de instrução pública, c) regimentos escolares e d) legislações educacionais. Procura compreender os usos e apropriações que eram feitas desses impressos. O artigo está dividido em “[...] dois grandes momentos; [...] um primeiro, em que a escola está minimamente institucionalizada e a rede informal de instrução prevalece sobre a formal; um segundo momento em que a escola vai se institucionalizando [...]” (ARANTES e SILVA, 2002, p. 2). Desse modo, as autoras concluem que, ao longo do século XIX, foram se modificando as concepções de aluno e de professor. Em princípio, “[...] o aluno era geralmente tratado como “menino”, cuja aprendizagem deveria limitar-se a ler, escrever e contar por meio de métodos decorativos e coercitivos” (IDEM, p. 12) e, com o passar do século, os alunos são educados “[...] com métodos que valorizam a reflexão e o desenvolvimento do aluno” (IBIDEM, p. 12). Em relação aos professores, as pesquisadoras atentam que “[...] podia ser alguém sem formação específica, sua função podia ser exercida por qualquer pessoa que soubesse ler e escrever [...] e que se dispusesse a ensinar [...]” (Arantes e Silva, 2002, p. 12). Ao longo do século XIX, o professor passa a ser “[...] um mediador da aprendizagem, precisando [...] cursar uma das Escolas Normais” (Arantes e Silva, 2002, p. 12).

Por sua vez, o artigo de Maria Celi Chaves Vasconcelos (2002) faz uma história comparada da educação de meninos e meninas no Brasil e em Portugal no oitocentos, usando como fontes para a infância brasileira relatos de viajantes e o livro de Ina Von Binzer e, para a de Portugal, manuais de civildade. Para a autora, a educação “já se caracterizava em seu conteúdo na preparação para os papéis a serem exercidos na vida adulta e continha especificidades próprias das representações de gênero da época” (p. 1), já



havia “[...] um certo consenso do que era apropriado a meninas e meninos” (VASCONCELOS, 2002, p. 1). Com o propósito de desenvolver a colônia,

as preocupações da metrópole com relação ao ensino de meninas e meninos, estavam identificadas com a questão populacional, prioridade na condução política da época [...]. A política de incentivo ao aumento da população, incluía enfraquecer todos os setores que se mostrassem obstáculos a esse fim, como por exemplo, os conventos, que diminuía os casamentos realizados por aqui.” (IDEM, p. 7)

E conclui que

“[...] o pensamento pedagógico do oitocentos, presentes na educação doméstica de meninos e meninas, que se realizava nas casas, palácios, conventos ou recolhimentos, bem como, nas escolas; [...] praticada por mestres, e mestrinas preceptoras ou por professores, no Brasil e em Portugal, demonstram através de seus conteúdos as idéias que subsidiaram a educação de meninos e meninas [...]” (IBIDEM, p. 14)

Em nosso estudo, tendo o conceito de histórias conectadas como um dos aportes teóricos, lançamos nosso olhar não para uma história comparada, mas para histórias conectadas em que pesem as especificidades locais. Os textos que circulavam nos jornais e nos manuais escolares apresentam aspectos europeus adaptados aos costumes, à cultura e à sociedade brasileira e capixaba.

Buscamos compreender como a circulação dos textos nos jornais fomentava a formação das representações para a infância, uma vez que as crianças eram vistas como ideal de futuro para a formação de uma sociedade que se pretendia civilizada segundo moldes europeus.

Com o objetivo de conhecer o campo ao qual nos dedicamos, os trabalhos que tomamos para essa revisão de literatura evidenciam que a história da infância capixaba no século XIX encontra-se incipiente e que a continuidade de pesquisas da temática propiciará o desenvolvimento de novos estudos.

\*\*\*

Dessa forma, estruturamos a presente dissertação da forma abaixo apresentada para melhor expor o processo e os resultados de nossa pesquisa:

No capítulo 1 abordamos o contexto histórico no qual estavam imersos os intelectuais capixabas no segundo quartel do século XIX. Destacamos a História da Imprensa no Espírito Santo e os intelectuais envolvidos na atividade jornalística na qual compreendemos como os mesmos foram responsáveis pela construção e reprodução das representações para e sobre a infância. Em seguida, abordamos como esses intelectuais, representados por Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano, se apropriaram de ideias vindas do exterior e de outras províncias divulgando esses ideais através da imprensa.

Já, no capítulo 2, dedicamo-nos à análise dos manuais escolares importados do modelo francês e que influenciaram os textos dos intelectuais capixabas na perspectiva de mudanças de comportamentos e atitudes. Compreendemos os livros *Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias* (1851), *História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras* (1867), *Thesouro de meninos* (1851) como objetos culturais, para tanto analisamos os aspectos de produção, circulação e prática de escrita. E, por fim, procuramos construir uma noção de civilidade para o período estudado que utilizamos como chave de leitura para os manuais escolares.

E, o capítulo 3, consagramos a compreender o jornal como fonte e objeto de pesquisa e a relação do jornal com a civilidade. E, finalmente, consideramos a análise das representações para e sobre a infância constantes nos jornais *Correio da Victoria* e *Jornal da Victoria*.

## Capítulo 1 – Contexto histórico: Vitória e os intelectuais

No início do século XIX, o viajante francês Auguste Saint-Hilaire, que visitou o Espírito Santo por duas vezes, descreveu assim a Vila de Victoria:

“As ruas de Vitória são calçadas, porém mal; têm pouca largura, não apresentando qualquer regularidade. Aqui, entretanto, não se veem casas abandonadas ou semiabandonadas, como a maioria das cidades de Minas Gerais. Dedicados à agricultura, ou a um comércio regularmente estabelecido, os habitantes da Vila de Victoria não estão sujeitos aos mesmos reveses dos cavadores de ouro e não têm motivos para abandonar sua terra natal. Cuidam bem de preparar e embelezar suas casas. Considerável número delas tem um ou dois andares. Algumas têm janelas com vidraças e lindas varandas trabalhadas na Europa. A Vila de Victoria não tem cais; ora as casas se estendem até a baía, ora se vê, na praia, terrenos sem construção, que tem sido reservado ao embarque de mercadorias. A cidade também é privada de outro tipo de ornato: não possui, por assim dizer, qualquer praça pública, pois a existente diante do palácio é muito pequena, e com muita condescendência é que se chama de praça a encruzilhada enlameada que se prolonga da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia até a praia. Há, na Vila da Victoria, algumas fontes públicas, que também não concorrem para embelezar a cidade, mas, pelo menos, fornecem aos habitantes água de excelente qualidade” (SAINT-HILAIRE, 1936, p. 95-96).

Essa não era apenas a impressão do viajante estrangeiro. A Província espírito-santense também era descrita pelos presidentes de Província como pobre, em que tudo faltava, mesmo o comércio. Entretanto, após 1840, começou a passar por um processo de urbanização. Ocorreram a criação da imprensa local, a fundação das colônias de imigrantes, a iluminação das ruas da capital por lampiões de azeite de peixe ou de mamona, a construção de chafarizes, a fundação de sociedades literárias, a criação de teatro e escolas para o sexo masculino e outra para o sexo feminino, e a fundação do primeiro liceu, que deveria funcionar no térreo do antigo colégio dos Jesuítas. Verificaram-se, também, um comércio incipiente e o calçamento das ruas, conforme podemos apreender a partir dos relatórios dos presidentes de província que por aqui passaram no período pesquisado.

Nesses relatórios e nos jornais pesquisados é possível perceber a transformação por que passou a economia capixaba, que já estava dedicada principalmente à agricultura, com a introdução do cultivo do café em larga

escala para a exportação. Destacamos o crescimento do comércio, principalmente entre a província capixaba, a província carioca e a Corte, com as rotas marítimas.

No campo político, a divulgação do Ato Adicional de 1834, que estabelecia o poder legislativo local, “motivou grandes festejos, tanto na Capital quanto noutros lugares da província” (NOVAES, 1964, p. 181). Poder-se-ia, a partir daí, legislar sobre a “[...] instrução pública primária, a polícia, fixação das despesas e outros assuntos administrativos. ‘la levantando a cabeça’, – dizia o povo” (NOVAES, 1964, p. 181). Isto é, no que diz respeito à instrução, “[...] a lei de 1827, fracassava por motivos econômicos, técnicos e políticos” (PERES, 2005, p. 7), uma vez que

“[...] o governo central, com os encargos decorrentes de uma centralização excessiva, mostrava-se incapaz de cuidar da educação popular e de organizar toda a instrução pública. Era chegado o momento de o governo central dividir com as províncias as responsabilidades do ensino” (PERES, 2005, p. 7).

Assim, a descentralização de 1834 promoveu

“[...] o concurso mais direto das províncias à atuação dos poderes gerais no cumprimento da missão de instruir o povo e, assim, afastar as dificuldades que a centralização opunha à expansão do ensino nas províncias, o Ato Adicional, pelo § 2º do Art. 10, conferiu às Assembleias Legislativas provinciais o direito de legislar “[...] sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la” (PERES, 2005, p. 8).

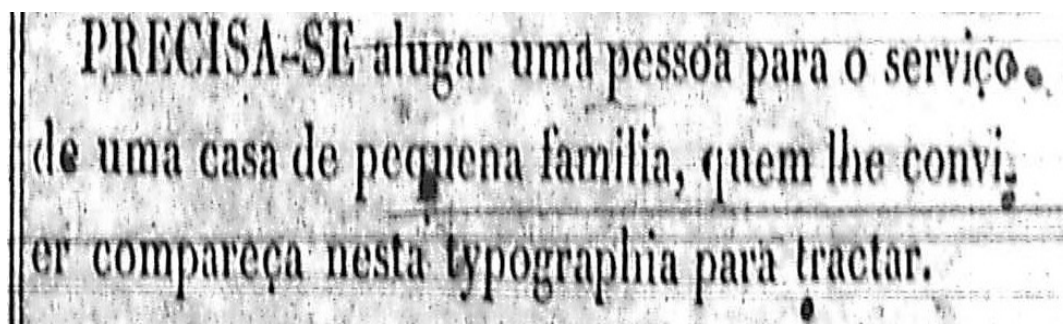
No Espírito Santo, essa mudança pouco mudou as condições da instrução pública, principalmente a primária, uma vez que os relatórios de presidente de província declaravam sempre estar esse importante ramo do serviço público aquém de todas as expectativas. Logo, como no restante do país, a situação da instrução pública não alterou muito o grande número de analfabetos. Em uma ponta estava a grande maioria da população em condições precárias de existência. Enquanto, na outra, havia uma elite intelectualizada formada por médicos, advogados, professores, engenheiros, oficiais militares, altos funcionários públicos, formados em Portugal ou no Brasil (MATTEDI, 2010).

A sociedade capixaba era então formada, em sua grande maioria, por “uma elite fardada” (Mattedi, 2010, p. 24), que chegou ao território espírito-santense no século XVIII, com o objetivo de guardar e proteger, através da construção de fortes, o ouro das Minas Gerais. A partir da segunda metade do século XIX, essa sociedade diferencia-se com a chegada dos imigrantes europeus e com a migração interna, visto que muitos estavam abandonando as minas de ouro, que chegaram à decadência.

A imprensa assumiu lugar de destaque na sociedade ao clamar pelo progresso material da província, influenciando os leitores e a população em geral, uma vez que

há fortes indícios de que o impacto da imprensa foi decisivo passando a atingir cada vez maior número de pessoas, ainda que não soubessem ler. A prática da leitura em voz alta, costume da época, quer no âmbito doméstico, quer no público, era muito difundida e valorizada. (FARIA FILHO, 2006 p.13)

Desse modo, as tipografias tornaram-se um dos locais encontrados pelos intelectuais da época para debater os assuntos que julgavam necessários para a província capixaba, visto ser o local de comércio de livros e assinaturas. Dessa forma, proliferam os anúncios que solicitavam o comparecimento à tipografia com o objetivo de conhecer o anunciante, como o que reproduzimos abaixo:



Correio da Victoria, 24 de janeiro de 1849. Disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Doravante vamos nos referir ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo como APEES.

Assim, percebemos que os redatores dos jornais capixabas se revestiam de defensores da província e publicavam textos que provocavam o debate sobre o estado de desvelo do governo central para com a província:

“[...] É de certo, uma coisa bem extraordinária, mais do que todas as outras coisas, creio, e tem conservado o atual estado desta desventurada província, porque bem e muito extraordinário é que os poderes supremos do país se tenham esquecido, quase que completamente, que a província do Espírito Santo é uma das estrelas do diadema imperial; que a província do Espírito Santo é como todas as outras, parte integrante do império brasileiro; e finalmente, de que a província do Espírito Santo tem, como todas as suas co-irmãs, os mesmos direitos, e deve, como elas, [rece]ber a mesma proteção, os mesmos socorros, e os mesmos benefícios<sup>6</sup>” (CORREIO DA VICTORIA, 23 de junho de 1849, p. 2) (Anexo 1).

Ao chamar a atenção para as riquezas naturais que poderiam ser aproveitadas para o crescimento da província, o redator do *Correio da Victoria*, no intuito de entender as causas do abatimento da província, questionava, por exemplo, a falta de vapores que façam a ligação principalmente com o Norte do país:

“Quais tem sido as causas do abatimento em que se acha esta província?  
Procuraremos indagá-las, e queira Deus que o seu conhecimento algum benefício produza a este pedaço tão importante do nosso querido Brasil.  
Quando se sabe que esta província, toda cortada de magníficos rios, muitos deles navegáveis em grande extensão, com imensos portos, e alguns destes excelentes, com as melhores terras para a produção do café, da cana, do algodão, da mandioca, do milho, do feijão, etc., etc.; quando se sabe, digo, que esta província, com as maiores proporções para ser uma das mais produtivas do Império, se acha, todavia, no estado de prostração em que a vemos, por sem dúvida logo se reconhecerá que alguma coisa extraordinária tem ocasionado tão lamentável estado. [...] Que nos digam qual a razão, o direito e a justiça com que, por exemplo, se tem negado a esta província uma escala dos vapores da companhia dos paquetes do Norte, quando de tal benefício gozam todas as outras províncias do litoral, sem exceção do Rio Grande do Norte, que ninguém se atreverá a considerar mais importante do que esta seja qual for a relação em que a queiram considerar” (CORREIO DA VICTORIA, 23 de junho de 1849, p. 2-3) (Anexo 1).

Os jornais também atentavam para as necessárias melhorias nos portos, com a finalidade de aquecer o comércio e facilitar a circulação dos impressos que estavam sendo publicados pelo país. Daí o apelo do editor do *Correio da*

---

<sup>6</sup> Neste trabalho atualizamos as grafias das palavras, com a exceção dos nomes dos jornais e dos nomes próprios.

*Victoria* para a instalação de um vapor que facilitasse as relações com as províncias do Norte:

“Navegação a vapor

A notícia da rescisão do contrato que tinha o governo com Sr. Ferreira por navegação a vapor nas águas desta província assaz nos alegrou. Não tome alguém por [ ]adoxo este nosso modo de pensar. Nem no alguém inimigo do adiantamento desta província, por assim pensarmos. A empresa do Sr. Ferreira, como ia, nenhum bem nos trazia.

O péssimo estado dos vapores, a irregularidade e incerteza das viagens eram caras suficientes para que a empresa não pudesse satisfazer o serviço público. A [ ] e a [ ] são as duas principais condições que devem ter hoje as vias de comunicação; era justamente o que faltava à empresa do Sr. Ferreira. Demais não precisamos de vapores que nos comuniquem com o Rio, por lá temos o correio de terra de cinco em cinco dias, temos os barcos do porto, em número proporcionado às nossas precisões. [ ]ndaguemos precisamos estreitar relações com Caravelas, e Mucuri!...

O que necessitamos, o que nos ressenete, é a companhia de vapores do norte, que nos ligue às províncias do litoral do Império, que nos traga animação e vida destes grandes centros de civilização e de comércio; o que necessitamos é que as demais províncias saibam que existimos; que nos venha visitar, que venham conhecer nosso solo [ ], e o próprio para todo gênero de planta [ ], e para toda espécie de culturas; finalmente necessitamos de quem nos facilite relações com a Bahia, Pernambuco, Maranhão etc., e não com o Rio que temos em demasia” (CORREIO DA VICTORIA, 7 de janeiro de 1854, p. 3) (Anexo 1).

Assim, ao reafirmar que são muitos os benefícios da rota de vapores para o Norte e que esses benefícios são conhecidos de todos, consideramos que o editor referia-se às faculdades de medicina de Salvador e a de direito do Recife, searas de ideias e ideais para a Nação recém-emancipada.

Que proveitos pode vir de Caravelas? O que ganhamos nós tendo relações com o Mucuri? Que utilidade poderemos tirar, se tivermos um vapor que toque em Guarapari, ou Benevente? Nada, absolutamente nada.

Entretanto numerosos são os benefícios, que nos [ ] do toque da companhia de vapores do norte.

São patentes estes benefícios, e tão conhecidos de todos, que ocioso seria o querer [ ] uma verdade que cala em todos os ânimos e que alguém sofre contestação.

Por muitas vezes se tem mostrado pela imprensa a necessidade de termos estreitas relações com todo o norte do Império.

Por muitas vezes o Correio da Victoria tem pedido este favor para a província, e até hoje tem sido infrutuoso!!...

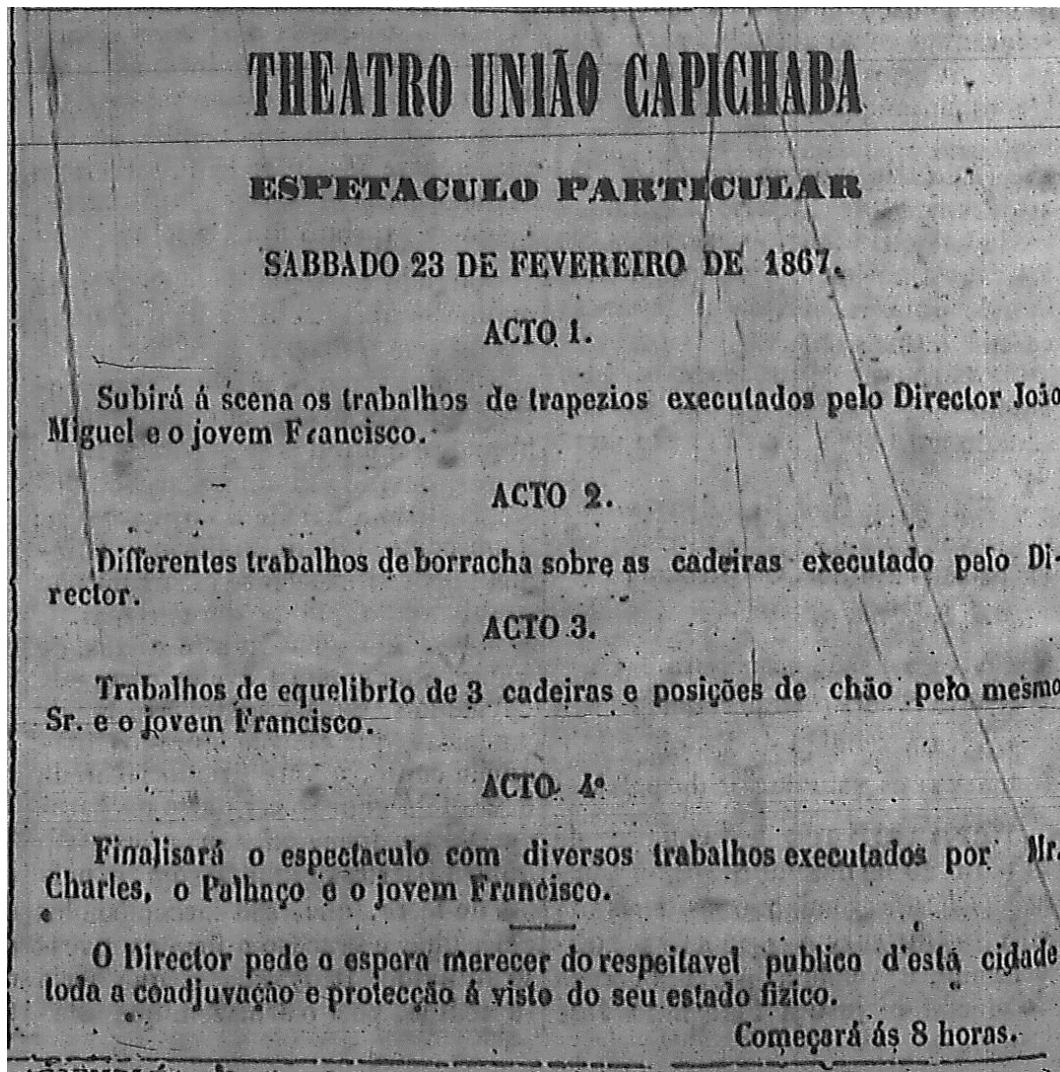
R. A. (CORREIO DA VICTORIA, 7 de janeiro de 1854, p. 3) (Anexo 1)

A década de 1860 parece-nos ser a grande virada na vida política e cultural da província. Os relatórios dos presidentes de província, que sempre ressaltaram a tranquilidade e pacatez da capital da província capixaba, passaram a ressaltar as brigas entre os adversários políticos e, pela primeira vez, é citado, no relatório do presidente de província José Fernandes da Costa Pereira Júnior (1861), o início das brigas entre os conservadores e os liberais. Nesse mesmo ano, é lançado o jornal *O Tempo*, o primeiro jornal ligado ao partido liberal da província espírito-santense.

“Toda a província está em paz. A luta eleitoral que, em outros pontos do Império perturbou o sossego público, causando até derramamento de sangue, terminou aqui, sem que tivéssemos que lamentar cenas ltuosas e o passamento de vítimas. Os partidos correrão às urnas, pleitearão com o ardor natural das paixões políticas, mas, graças ao gênio eminentemente ordeiro do povo espírito-santense, não descerão até a violência, o espancamento e o homicídio que deslustrarão o mandato e imprimem, no diploma do mandatário que os excitou, um estigma vergonhoso” (ESPÍRITO SANTO, 1861, p. 4) (Anexo 2).

A vida cultural agitava-se com apresentações teatrais, acontecendo até mais de uma por noite, conforme o anúncio do Jornal da Victoria.





Jornal da Victoria, 20 de fevereiro de 1867, p. 4. (APEES)

O viajante Johann Jakob von Tschudi, que esteve no Espírito Santo em 1860 e foi enviado pelo governo suíço “[...] incumbido de fiscalizar e propor melhorias nas colônias de imigrantes aqui instaladas” (Rocha, 2004, p. 23), descreve uma apresentação a que esteve presente a convite do presidente de província Antonio Alvez de Souza Carvalho (1860):

“[...] encontramos convites escritos com muita elegância para a apresentação beneficente da prima-dona do Teatro Municipal de Vitória. O presidente afirmou ironicamente que um prazer nunca vivenciado nos aguardava, e por isso nos dirigimos à noite em sua companhia ao recinto das musas. A anfitriã, uma mulata baixinha e corpulenta num traje extremamente ingênuo, apresentou-se no meio do palco com o pé direito estendido e, diante do público que ouvia silenciosamente, desempenhou o seu papel com uma voz monótona e um pouco anasalada, levantando e abaixando com a regularidade

de um pêndulo a mão direita e a esquerda alternadamente, com os dedos bem distendidos. Os aplausos efusivos dos inúmeros ouvintes ali reunidos foram a recompensa da prima-dona pelos seus esforços artísticos. Evidentemente, ela se sentiu cada vez mais sublime, pois em cada um dos atos seguintes ela avançava um pouco mais com seu pé. As oscilações pendulares dos braços aceleraram-se. A voz ficou mais alta e monótona e no final da peça ela estava se sentindo obviamente uma artista completa e excelente. E teria olhado com desprezo e orgulho para a primeira atriz do Teatro São Pedro de Alcântara no Rio de Janeiro. Os outros companheiros de palco mereceram o respeito da prima-dona. Todos se esforçaram sinceramente para fazer valer os seus estranhos conceitos de declamação e mímica, mas também causaram em nós o desejo mais ardente de ver encerrada o mais breve possível aquela tortura física e espiritual, pois o pequeno auditório do teatro estava repleto de espectadores e o calor e o ar pesado eram quase sufocantes” (TSCHUDI, 2004, p. 69).

Este contexto de mudanças é chave para o entendimento do papel da imprensa no cenário capixaba, pois diz respeito diretamente aos editores e seus jornais. As disputas entre adversários políticos ganham força por meio da imprensa e, mesmo não sendo esse tema o interesse central de nossa pesquisa, atentamos para o fato de ser esse contexto uma situação onde a imprensa cresce como propagadora de ideias e ideais. Compreendemos que os editores são parte de uma elite intelectual que queria uma província civilizada nos modelos europeus e, para isso, fazia circular, por meio dos jornais, textos que propagavam ideias, representações e opiniões entre a população espírito-santense, procurando convencê-la da necessidade de mudanças nos costumes, atitudes e valores.

Dessa forma, para a consecução de nossos objetivos, é preciso nos debruçarmos brevemente sobre a trajetória da imprensa no Brasil e, mais especificamente, no Espírito Santo do século XIX.

## **1.1 – A imprensa**

Desde a invenção dos tipos móveis de chumbo fundido, por Gutenberg, o processo de fabricação de livros e trabalhos impresso agilizou-se, provocando uma grande mudança na história da humanidade. Isso aconteceu porque os tipos móveis de chumbo, mais resistentes que os de madeira, podiam ser

reutilizados, acelerando o processo de impressão e ampliando o acesso ao conhecimento.

De acordo com Rizzini (1977), no século XVII, surgem na Europa os chamados jornais modernos, que tinham em comum a concepção, circulação e divulgação. Concebido para ter poucas páginas, esse tipo de jornal trazia principalmente notícias da Europa e, devido à censura imposta pela realeza e pela Igreja aos redatores, raramente tratava de notícias locais. No século XVIII, os jornais passaram a tratar de notícias locais, desde que não incitassem a população a atos violentos ou revoltas contra o poder constituído.<sup>7</sup> Desse modo, pouco a pouco, os jornais passam a fazer parte de um amplo processo de massificação da circulação de ideias e, no século XIX, passam a ser o principal veículo para comunicar e receber informações. A partir de então, incorporam as notícias locais, políticas e cotidianas, e também as nacionais e internacionais.

Para Chartier (1999), os primeiros jornais do século XIX vão herdar a forma dos jornais do século XVIII, mas a partir da

“[...] década de 1840 baixa o preço do periódico, que definia até esse momento uma sociedade de leitores muito restrita e que adquire novas formas, por exemplo com a publicação dos feuilletons. [...] O segundo momento, o da verdadeira evolução do periódico, aconteceu na década de 1860, com a compra por número, que permitiu a difusão em todo o país graças ao correio ou à estrada de ferro, e com a invenção do formato grande dos periódicos ou diários, que já se vinculam à atualidade, não só política como também da vida cotidiana” (p. 128-129).

Quanto ao conteúdo, o jornal tem uma relação com o efêmero, com uma sucessão brutal e rápida de fatos. É a notícia urgente que exerce pressão, e é esta relação com o fluxo cotidiano das notícias que vai definir o periódico. (CHARTIER, 1999)

---

<sup>7</sup> Para saber mais sobre o jornal na Europa, ver: RIZZINI, Carlos. *O Jornalismo antes da tipografia*, 1977.

Marco Morel e Mariana Barros (2003), por sua vez, demonstram que, mesmo antes da chegada da imprensa no Brasil, já circulavam papéis manuscritos, chamados incendiários: “[...] sabemos que onze folhas manuscritas afixadas em locais públicos, em 12 de agosto de 1798 em Salvador, foram suficientes para desencadear a repressão contra a tentativa de sedição conhecida por Conjuração Baiana” (p.12). Além disso, atentam para o fato de que, no raiar do século seguinte, os periódicos em sua grande maioria tinham ligações políticas.

Em relação ao Brasil oitocentista, Isabel Lustosa (2004) aponta que a imprensa ancora, juntamente com a família real portuguesa, com o objetivo de “imprimir os atos do governo e divulgar notícias interessantes à Coroa” (p. 8) e que esta passou por períodos muito característicos. A autora defende o ponto de vista de que o nascimento da imprensa brasileira ocorrera no exílio, considerando a existência e circulação do periódico *Correio Braziliense*, inglês e liberal, que defendia as vantagens do sistema de governo baseado na Constituição. O *Correio Braziliense* aportava no Brasil de forma clandestina e circulou entre 1808 e 1822. Hipólito da Costa, seu editor, se engajaria na luta pela independência e, com ela, consideraria encerrada a sua missão. Ele foi o primeiro brasileiro a denunciar na imprensa os danos que a escravidão causava não só à economia, como também à cultura e à sociedade (LUSTOSA, 2006).

No entanto, a historiografia em geral estabelece como o primeiro jornal do Brasil a *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado em 10 de setembro de 1808, que trazia a comunicação dos atos oficiais, propaganda de produtos, editais, notícias breves sobre a nobreza.

Com relação à imprensa brasileira, Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (1998) aponta que somente após a independência os jornais ganharam o propósito educacional e a fé no poder transformador da educação. Por conseguinte, Morel e Barros (2003) indicam que os jornais do século XIX tinham por características serem “[...] de um homem só, artesanal, mais doutrinário que factual, impresso e vendido em tipografia, de linguagem veemente (por vezes

agressiva e ofensiva), circulando em duas folhas e de periodicidade irregular” (p. 49). Dessa forma, nos jornais capixabas vamos encontrar muitas dessas características apontadas pelos pesquisadores da imprensa e dos impressos.

## 1.2 – A imprensa capixaba

Em um contexto de transformações da passagem da Regência para o Segundo Reinado, surgiu a imprensa capixaba na década de 1840. Portanto, surgiu em um contexto em que os jornais brasileiros se autointitulavam “difusores da luz”, “veículo da cultura, do progresso e da liberdade”, e tinham como objetivo construir uma ideia de nação, que “deveria ter por alicerce um povo instruído e educado, logo ordeiro e trabalhador” (FARIA FILHO; CHAMON; ROSA, 2006, p. 14 e 11).

Os jornais capixabas não se diferenciavam dos jornais do restante do Brasil, como podemos perceber pelos textos que publicavam:

“É a imprensa periódica, na presente época, o veículo de relações entre os povos cultos, o meio fácil e producente de prover a instrução popular, e [uma das] mais palpitantes necessidades de todas as classes da [sociedade] [...]. [...] Gêmea da liberdade, consanguínea da civ[i]lização, deve ela doutrinar e moralizar a humanidade, edificá-la nos preceitos das suas crenças, iniciá-la nas pesquisas e indagações das ciências, guiá-la nos conhecimentos das artes e das letras, arrancá-las das trevas dos preconceitos e dos erros [da] superstição [...]” (CORREIO DA VICTORIA, 17 de janeiro de 1849, p. 1) (Anexo 3).

Para o presidente da Província Antonio Pereira Pinto, a imprensa

“tirá a província da espécie de abatimento em que tem jazido, levará ao conhecimento do governo geral a enumeração de tantas de suas necessidades e publicará as correspondências de seus presidentes, algumas das quais, e bem interessante, existem inéditas na secretaria do governo” (ESPÍRITO SANTO, 1849, p. 38) (Anexo 4).

Para Mattedi (2010), a imprensa capixaba do século XIX poderia ser descrita como

“artesanal na produção, os periódicos até a Proclamação da República serviram de janela para idealistas – escravistas ou abolicionistas, monarquistas ou republicanos – e literários. Era a época do tribunismo, das grandes e pequenas causas. Entretanto, a maioria teve vida efêmera, sendo muitos apenas pasquins apócrifos” (p. 25).

No Espírito Santo, por iniciativa do alferes Aires Vieira e Albuquerque Tovar, que criou, em 15 de setembro de 1840, a primeira tipografia e fez circular o primeiro jornal, *O Estafeta*, em que “[...] não foi possível publicar-se mais de um número [...], devido a não poderem obter boa impressão, talvez pela má qualidade da tinta feita na própria tipografia [...]” (DAEMON, 1879, p. 314). Esse jornal estava totalmente comprometido com o governo que o havia contratado por dez anos para a publicação das ordens e atos oficiais, e circulou uma única edição. Ignora-se, ainda, a data de sua publicação (BITTENCOURT, 1998).

Em 1841, faleceu o alferes e, somente em 1848, os herdeiros de Vieira Tovar transferiram o prelo para Pedro Antonio de Azeredo e, dando seguimento à imprensa capixaba, em 1849, aparece “o *Correio da Vitória*, impresso nas oficinas de *O Estafeta* [...]” (REIS, 1997 p.362). Para o presidente da Província Antonio Pereira Pinto,

“[...] a imprensa fará bem conhecida esta província, seus recursos, suas riquezas, tantos rios navegáveis, que ela encerra, tantos elementos de prosperidade com que conta, despertará assim talvez a ambição de novos povoadores, e a elevará ao lugar, que lhe compete na lista das demais províncias do Brasil” (ESPÍRITO SANTO, 1849, p. 38) (Anexo 4).

Reproduzimos, abaixo, a primeira página do jornal *Correio da Victoria*:

# CORREIO DA VICTORIA.

**ADVERTENCIA.**

O CORREIO DA VICTORIA publica-se 4 vezes por semana. Subscrição-se a 3,000 reis por trimestre, e a 7,000 reis por semestre. Pagos adiantados. Anzaldúa n.º 15, da rua de São Paulo, a hora da tarde, de 2 horas e 30 minutos da manhã. Azaredo, rua de São Paulo, Folha avulsa ao rateio.

**EXHIBIÇÕES.**

Gravadas a 2 e a 4 horas 25 minutos da manhã. Chôa a 5, de 4 horas a 37 minutos da tarde. Anzaldúa n.º 15, da rua de São Paulo, a hora da tarde, de 2 horas e 30 minutos da manhã. Azaredo, rua de São Paulo, Folha avulsa ao rateio.

**PARTIDA DOS CORREIOS.**

Rio de Janeiro, Bepelém, Bepe entre Guapary e Espírito Santo, 1, 2, 10, 15, 20 e 25. Minas, Serra Nova Almeida, Santa Cruz, Lulhares e Barra de São Mateus, 3, 13, e 23. Minas nos dias 1 e 15.

**PARTE OFFICIAL.**

**SECRETARIA DO GOVERNO.**

**EXPEDIENTE DO DIA 8 DE JANEIRO.**

— Ao Exm. Sr. ministro da guerra, officio communicando que se remetteu a Secretaria o modelo que acompanhou o aviso de 15 de dezembro ultimo.

— Ao Exm. Sr. ministro da justiça, rematando em exemplar do relatório da presidência, com que foi aberta, no anno passado a assemblea legislativa provincial, uma colleção dos actos da mesma assemblea no dito anno promulgados, e o relatório com que o Exm. Sr. vice-presidente Monjardim, entregou ao Exm. Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto, a administração dos negocios publico, em 3 de agosto ultimo. — Igual remessa se fez ao Exm. Sr. ministro da marinha.

— Ao Exm. Sr. ministro do imperio, devolvendo informada a representação do padre Ignacio Rodrigues Bermude, e outros, pedindo que se annulem as eleições de vereadores e juizes de paz, que tiveram lugar n'esta cidade no dia 7 de setembro do anno p. p.

**Dia 10.**

— Ao Exm. Sr. ministro da guerra, declarando, em resposta ao aviso de 12 de dezembro do referido anno, que nos officios da presidência de 28 de fevereiro, e 11 de março ultimos, sob ns. 23, 29 e 30, se achão as informações exigidas no citado aviso.

— A thesauraria, transmittindo por copia, o aviso do ministerio do imperio de 16 de dezembro, que revoga o do 4.º do dito mez.

— A mesma, communicando, que fora approvada a proposta, feita pelo inspector da alfandega desta cidade, de Manoel Rodrigues de S. Felipe, para administrador das capatazias, a qual foi remetida a presidência com o officio de 4 de novembro ultimo, n. 198.

— A administração das rendas provinciales, remetendo para informar, os requerimentos de Manoel José da Noronha, e Joaquim José de Souza Ribeiro, ambos pedindo a restituição do que pagaram de terras partes de officios.

— Ao Dr. chefe de policia, para dar toda a publicidade nesta provincia, por intermedio dos respectivos delegados e subdelegados, ao regulamento, que se remette, para o contracto de volunta-

rios para os corpos do exercito, approvedo pelo decreto n. 562 de 18 de novembro do anno passado. — Igual remessa se fez a todos os juizes de paz.

— A camara municipal de Benevente, enviando para informar os requerimentos de José Marcelino Pereira de Vasconcellos, de Manoel Francisco da Silva e de Antonio Francisco Xavier Nobre, todos pedindo terrenos de marinhãs n'aquella villa.

— Ao capitão commandante da companhia de caçadores, transmittido por copia a avaliação da cidade, que se deve fornecer ás praças da mesma, no 2.º semestre corrente.

**Dia 11.**

— A todos os presidentes de provincias, enviando exemplares do relatório com que foi aberta, no anno passado, a assemblea legislativa provincial, dos actos da mesma nesse anno promulgados, e do relatório com que o Exm. Sr. vice-presidente Monjardim, entregou a administração da provincia, no dia 3 de agosto ultimo, ao Exm. Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto.

— Ao Dr. chefe de policia. Tendo nesta data demittido do cargo de subdelegado da villa de Benevente, avista do que representou o Sr. Dr. chefe de policia, a Cornelio Nepote de Vasconcellos, e nomeado para esse cargo a José Marcelino Pereira de Vasconcellos, proposto pelo mesmo Sr. Dr. chefe de policia, assim se lhe communica para seu conhecimento, e para que o faça constar ao nomeado, que deveya solicitar o respectivo titulo na secretaria deste governo.

Palacio do governo, na cidade da Victoria, em 11 de janeiro de 1849. — José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim. — Ao Sr. Dr. chefe de policia. — Communica-se a camara municipal de Benevente.

— A camara da villa de Santa Cruz, remetendo para informar, o requerimento de João Baptista da Costa, que pede por abramento cincoenta palmos de terreno de marinha nessa villa.

— A thesauraria, remetendo-se por copia, em virtude do aviso do ministerio da guerra de 13 de dezembro findo, o modelo, em conformidade do qual deve enviar no fim do anno financeiro, uma tabella demonstrativa das despesas desse ministerio.

— Ao administrador das rendas provinciales, para declarar o motivo porque não tem sido cumprida a ordem que lhe foi transmittida em portaria de 6

MUTILADA

Correio da Victoria (20 de janeiro de 1849, p. 1) Disponível no APEES

Para Bittencourt (1998), a iniciativa de Azaredo não só reacende a chama da “natimorta” imprensa capixaba, como também abre as portas, decisivamente, às perspectivas de publicações locais. Firmou contrato com o governo da



província por dez anos, que o obrigava a publicar um periódico hebdomadário de duas folhas, em formato tabloide, recebendo, para tanto, subsídio de 10\$000 (dez mil réis) por tiragem.

Os termos do contrato assinado pelo editor do *Correio da Victoria* estão publicados no número 3 do jornal, onde se lê que a publicação tem o intuito de “[...] servir de bússola às pessoas que nos quizerem obsequiar com seus interessantes escritos, afim de não nos desviarmos do trilho que almejamos prosseguir” (Correio da Victoria, 23 de janeiro 1849, p. 2). E são esses:

“Artigo 1º Obriga-se o empresário a publicar as ordens e ofícios da pública administração da província, em uma folha de papel ordinário, que sairá duas vezes por semana, ficando reservada a última página de cada folha para a publicação de objetos particulares. Debaxo da expressão – ordens e ofícios da pública administração – se compreendem não só as portarias e a correspondência do governo com as autoridades da província, como também os ofícios destas, dirigidos à presidência, quando o governo entender conveniente fazê-los publicar.

Artigo 2º Dos atos que tiverem de ser impressos serão [ ]administradas cópias rubricadas pelo secretário do governo, para se evitar alguma inexatidão e salvar o empresário de qualquer responsabilidade ou dúvida que a esse respeito possa haver ficado obrigado o empresário a entregar na secretaria do governo 100 exemplares de seu periódico para serem remetidos às autoridades e estações da província.

Artigo 3º O governo pagará por cada folha, inclusive o papel, a quantia de 10\$000 réis, devendo a impressão ser em leitura – Cícero –; sendo o pagamento das folhas publicadas em cada mês feito no princípio do mês seguinte.

Artigo 4º Fica sendo privativo do empresário o imprimir as leis, regulamentos, relatórios e todos os papéis necessários às diversas repartições da província; sendo o preço da impressão, o po[r]que imprime, a tipografia Nacional.

Artigo 5º Sendo remetido de noite a horas tais, em que a folha já esteja composta, algum ofício, que tenha de ser publicado no dia seguinte, que para isso seja necessário tirar alguma parte do que estiver composto, o pagamento da impressão em casos tais será regulado pelo número de l[i]nhas, segundo o que então se convencionar.

Artigo 6º O prazo de 10 anos para o privilégio exclusivo, marcado na lei provincial de 23 de março de 1835, sob nº 6, começará a contar-se da publicação do primeiro número da folha em diante. O empresário se compromete a aplicar todo o cuidado, para que tal publicação se verifique quanto antes.

Artigo 7º O presente contrato dotará o mesmo tempo que o privilégio, não podendo ser nesse prazo derogado; podendo todavia ser alterado ou modificado, se nisto concordarem o governo e o empresário.



Artigo 8º Os objetos particulares, de que fala o artigo 1º, cifrão-se de quaisquer reflexões em desabono das medidas que o governo geral ou provincial tenha tomado a respeito.

Artigo 9º Fica proibido ao empresário aceitar correspondências que entrettenham polêmica individual, e nem artigos que ofendam a qualquer cidadão, e só admitirá anúncios que não conttenham insultos diretos ou indiretos e também publicações literárias.

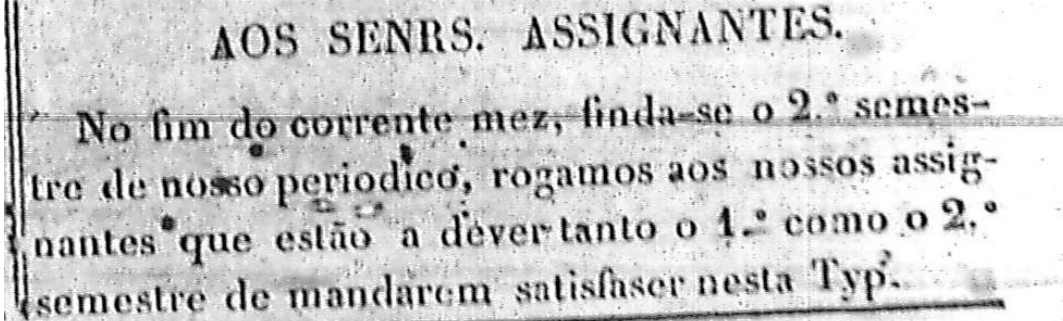
Artigo 10º Sendo o presente jornal oficial, não poderá fazer censura aos atos do governo, quer geral, quer provincial.

Artigo 11º O empresário da tipografia invidará todos os esforços para dar principio à publicação do jornal contratado no mês de janeiro próximo.

Artigo 12º A transgressão de qualquer destes preceitos importará imediatamente a rescisão do contrato” (CORREIO DA VICTORIA, 1849, 23 de janeiro de 1849, p. 2 e 3) (Anexo 5).

Sendo impresso em papel de linho azulado com quatro páginas e tendo circulado em Vitória entre 1849 e 1873, era bissemanal (quartas e sábados) até 1872, quando começou a circular três vezes na semana (terças, quintas e sábados); ao longo do tempo evoluiu em tamanho, no início media 165x280 mm, a partir de 1852 passou a 214x327 mm, em 1854 foi ampliado para 214x355 mm, em 1855 era de 255x370 mm e, já ao final do período, media 275x370 mm sob propriedade e redação de Pedro Antônio de Azeredo (PEREIRA, 1922).

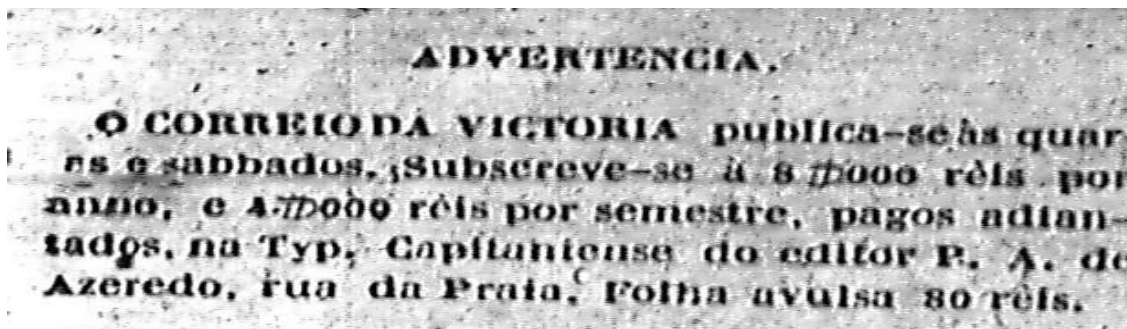
O jornal possuía assinantes e, segundo Pereira (1922), os valores das assinaturas variavam entre a capital e o interior ou fora da província e percebemos o forte apelo do editor para que os mesmos acertassem seus débitos.



AOS SENRS. ASSIGNANTES.  
No fim do corrente mez, finda-se o 2.º semestre de nosso periodico, rogamos aos nossos assignantes que estão a dever tanto o 1.º como o 2.º semestre de mandarem satisfazer nesta Typ.

(Correio da Victoria, 5 de dezembro de 1849, p. 4). Pertencente ao acervo do APEES.

Assim como era vendido por número conforme anunciado na primeira página:



Correio da Victoria, 17 de janeiro de 1849, p. 1 Pertencente ao acervo do APEES.

Na sua configuração, a primeira página trazia o nome do periódico em letras garrafais; logo abaixo, em letras pequenas, colunas nomeadas de “Advertencia” traziam os dias da publicação, o valor do periódico e da assinatura e onde deveria ser contratado o serviço; a seção “Ephemerides” trazia as fases lunares e seus horários; e a “Partida dos Correios” trazia os dias das partidas para diferentes localidades. Buscando referências de sua rotina de publicação, temos:

“De cunho ideológico conservador, cessando a publicação em 1873 em consequência de um cisma ideológico. Tinha quatro páginas. Até 13 de janeiro de 1872 era bissemanal (quarta-feira e sábados), quando começou a circular três vezes por semana (terça-feira, quinta-feira e sábados). Em janeiro de 1872, com a morte de Azeredo, Joaquim Francisco Pinto Ribeiro tornou-se proprietário e Aprigio Guilhermino de Jesus o gerente, que passou a responsabilidade da edição para Joaquim Francisco Pinto Ribeiro (o editor)” (FRANÇA, 2006, p. 31).

Conforme indicações de França (2006), o jornal *Correio da Victoria* dialoga com outros periódicos brasileiros e de outras regiões da própria província espírito-santense, além dos europeus, assim como com revistas da época:

“Diário Oficial, Jornal da Tarde, O Movimento, Correio do Brazil, Revista Illustrada (Rio de Janeiro), Opinião Conservadora (São Paulo), Correio da Bahia (Bahia), Noticiador de Minas (Ouro Preto), Parahybano (Parahyba do Sul), Correio Official (Goyás), O Publicador (Parahyba do Norte), Conservador (Natal), Conciliador (Santa Catharina), Horizonte (Bahia), Estandarte (Itapemirim) e Monitor Campista (Campos), entre outros” (p. 31).

Conforme sua própria descrição, o periódico dividia-se da seguinte forma:

“Parte Oficial: Para os atos do governo provincial de imediata importancia, ou de todos eles, quando seja conveniente sua publicidade.

Cronica Nacional e Estrangeira: Para noticias do interior e exterior, extratadas cuidadosamente das folhas periodicas, que iremos recebendo.

Parte Comercial: Para revista das transações mercantis, que se efetuarem no giro do comercio desta cidade.

Variedades: Para tudo o que, pela especie, como historia, biografia, etc, não tiver cabimento em outra parte da folha.

Declarações: Para anuncios dos dias da partida dos correios, audiencias, etc.

Folhetins: Para a mais extremada escolha de contos românticos, traduzidos ou originais que prendam a atenção dos leitores por algumas horas com as [primazias de Victor Hugo], [ ] Dumas, Eugéne Sue, Balzac e tantos outros.

E finalmente, sobre a epigrafe – [Correio] da Victoria – daremos á ler artigos de fundo, [notícias da Côrte, e o juizo das obras publicadas no império” (*CORREIO DA VICTORIA*, 17 de janeiro de 1849, p. 2) (Anexo 6).

Tendo um correspondente epistolar no Rio de Janeiro (Pereira, 1922), os jornais lá publicados deveriam chegar ao Espírito Santo com maior frequência, mas percebemos que as notícias chegavam por correio também de várias províncias brasileiras, como a Bahia, e também de jornais publicados no exterior. Da mesma forma, o Correio da Victoria iria para outras partes do Brasil. Essa forma de circulação dos jornais pressupõe a constituição de uma ideia de pertencimento da Província capixaba ao Brasil, na difusão de valores, hábitos e atitudes a serem compartilhados por todos os indivíduos pertencentes à população brasileira.

Assim, a imprensa capixaba seguiu com vários jornais que “vinham à luz da publicação”, de acordo com a expressão usada por Daemon (1879, p. 331), e que, com o objetivo de uma duração mais longa, mantinham contratos com a Assembleia Provincial para a publicação dos atos oficiais que eram publicados sempre na primeira página, mas que acabavam por não conseguirem se manter e logo desapareciam na escuridão das faltas de condições para prolongar seus escritos.

Em 1853, surgiu o jornal *A Regeneração*, publicado em Vitória e que encerrou suas atividades em 1856. Segundo Daemon (1879, p. 343-344), “[...] foi um

dos melhores periódicos aqui publicados, pelas matérias nele contidas, boa redação e nitidez de impressão, sendo imparcial em seus escritos e juízos”.

*A Regeneração* foi um jornal com quatro páginas, divididas em três partes. Só existe um exemplar microfilmado disponível no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e também acessível em seu sítio<sup>8</sup>. É um importante jornal da história capixaba, por ser o primeiro sem ligações políticas com o poder ou com a oposição, segundo Daemon (1879). Ao observarmos o número do jornal existente, percebemos que é o único que não possui os atos oficiais na primeira página, dedicando somente uma pequena parte da página três para a publicação das ordens militares da presidência da província.

Assim como o *Correio da Victoria*, o jornal *A Regeneração* foi vendido por número:

---

A REGENERACÃO publica-se ás quartas-feiras e sábados de cada semana, na TYPOGRAPHIA IMPARCIAL do Editor—proprietário MANUEL FERREIRA DAS NEVES, Rua-grande n. 44, sobrado, onde recebem-se correspondencias, communicados e annuncijs, uma vez que não impliquem com a vida privada do cidadão, e sejam redigidos em termos decentes; assim como quaesquer reclamações, que deverão ser dirigidas em carta fechada ao Editor. O preço da assignatura, paga adiantada, é 8,75000 réis por anno, e 5,25000 réis por seis mezes, para esta capital; e 9,25000 réis por anno, e 5,75000 réis por seis mezes, para fóra d'ella. Impressão de cada linha de quarenta letras, 80 réis; havendo razoavel differença a favor dos Surs. assignantes. Numero avulso 120 réis.

---

*A Regeneração*, 1854, p. 1. Pertencente ao acervo do APEES.

Reproduzimos, abaixo, a primeira página desse jornal:

---

<sup>8</sup> <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>.



# A REGENERAÇÃO.

A REGENERAÇÃO publica-se ás quartas-feiras e sábados de cada semana, na TYPOGRAPHIA IMPARCIAL do Editor-proprietario MANUEL FERREIRA DAS NEVES, Rua grande n.º 44, sobrado, onde recebem-se correspondencias, communicados e annuncios, uma vez que não impliquem com a vida privada do cidadão, e sejam redigidos em termos decentes; assim como quaesquer reclamações, que deverão ser dirigidas em carta fechada ao Editor. O preço da assignatura, paga adiantada, é 8,25000 réis por anno, e 5,25000 réis por seis mezes, para esta capital; e 0,25000 réis por anno, e 5,25000 réis por seis mezes, para fóra d'ella. Impressão de cada linha de quarenta letras, 80 réis; havendo razoavel differença a favor dos Srs. assignantes. Numero avulso 120 réis.

## A REGENERAÇÃO

O Exm. Sr. Barão de Itapemirim foi, no dia 31 de dezembro, atacado de fortissima esandescencia intestinal, que o teve em cama quatro dias, durante os quaes muito deu que recar por sua existencia; de então por avante, foi experimentando melhoras lentas, e desde o dia 6 do corrente acha-se de pé, posto que muito abatido, e debilitado de forças.

S. Ex.º foi, no tempo de seu maior incommodo, visitado por seus amigos, e muitas outras pessoas, excedendo o numero dos concurrentes á sessenta individuos. De Itapemirim, apenas constou o soffrimento do Exm. Barão, partiu para esta cidade consideravel numero de seus amigos, que, atrahidos pela noticia da gravidade do incommodo de S. Ex.º, vi-nhão dizer-lhe talvez o ultimo adeus; mas voltárao de Guarapary, onde souberão da melhora de S. Ex.

Por involuntario esquecimento, não demos opportunamente aos nossos leitores noticia d'este serio incommodo do

idigno chefe do governo da provincia, do que pedimos-lhes a merecida desculpa.

Vencendo nosso amor pela educação da mocidade o escrúpulo que temos de entrar na questão da desconveniencia do systema de escola duas vezes ao dia, estabelecido pelo ex-presidente o Sr. Dr. Evaristo Ladislão e Silva, em sua portaria de 7 de janeiro do anno passado, sempre pretaríamos hoje d'essa importante materia, com o intuito de gravarmos no animo do bem intencionado Exm. Barão de Itapemirim a idéa da conveniencia da nullidade de acto tão contrario á utilidade publica, quanto aos principios da igualdade de direitos estabelecida no pacto fundamental da associação brasileira.

De bem remotas épocas, e quando ainda não se entendia que a educação publica devia estender-se á todas as classes da sociedade, erão as escolas no imperio frequentadas duas vezes ao dia, de manhã, e de tarde; mas com a adopção dos methodos elementares, que expressamente vedão a interrupção do ensino, pela estreita relação de seus exercicios;

com o pensamento que os governos tiverão de conciliar a economia das familias, especialmente as pobres, com a facilidade de adquirir a educação os jovens da classe numerosa e não abastada; com a convicção, em fim, de que depois do jantar nem o mestre tem disposição para ensinar, nem o discipulo para aprender, e de que a contrariadade das disposições naturaes importa quasi sempre uma revoltante injusticia, uma cruz perseguição, adoptou-se o systema de aula uma só vez ao dia em todo o imperio. Na corte, assim como na provincia do Rio de Janeiro, as quaes com sufficiente razão modelão nossa conducta em quasi todas as materias, e muito especialmente em as que concernem á educação publica, frequentão-se as escolas uma só vez cada dia, sendo das 8 da manhã á 1 da tarde no tempo de verão, e das 9 ás 2 no de inverno; e é por todos all tido por tão conveniente uma semelhante usança que não será facil conceber-se e idéa de sua destruição, pois onde não obra a paixão ouvem-se os conselhos da prudencia, adoptão-se as medias do progresso e utilidade geral; e a adulação fallaz, e sedenta

## FOLHETIM.

### A CRUZ DE PÃO, ou A CONSOLAÇÃO NA DESGRAÇA: PELO CONEHO SCHMIDT.\*

Os novos donos da quinta, que erão muito deshumanos, lhe declararão que devia retirar-se dentro de tres mezes, e não lhe derão a titulo de reforma senão uma pensão muito modica, um pouco de lenha, e de trigo.

«Ficar assim sem emprego, e sem abrigo! disse Guilherme, abatido de tristeza. De que havemos de viver, como havemos de sustentar os filhos que o céo nos deu?» Mas Sophia lhe disse com tom consolador: «Tulhamos confiança em Deus, que elle não nos ha de abandonar»

\* Vid. n. 6.

nar; mas tambem he preciso que nós nos ajudemos a nós mesmos. Não ha posição desgraçada na vida, que faça desesperar o homem que crê em Deus.»

Depois conferirão sobre o partido que devião tomar. Na aldeã onde moravão, não havia nenhum mercieiro, assentário pois de comprar uma casa, e de n'ella estabelecer um negocio de seus genros mais necessarios aos moradores do lugar. «Eu creio, dizia Guilherme, que a debilidadade do meu braço me não impedirá de fazer o serviço da loja. Está bom, respondem Sophia: e como ganhar tambem alguma coisa, nas horas que me deixar o arranjo da casa, fazendo meia, ou cozendo, o que faço muito bem, graças á senhora Dutilleul.»

Havia justamente na aldeã uma casa para vender, e, aindaque estivesse muito arruinada, resolverão-se a compral-a, e a mandal-a construir. Mas para tudo isto lhes foi preciso uma quantia não pequena; a molestia de Guilherme (filha occasionado grandes despesas que era necessario pagar antes de tudo; quizerão portan-

to recorrer aos dous mil escudos de Sophia, que estavam a juros em mão de um negociante da capital; porem este recusou desconta-l-os, allegando que, á vista do contracto, não era obrigado a pagal-os senão dahí a um anno, e que antes não daria nem um real.

Esta recusa poz Guilherme e Sophia em grande aperto, de que não escaparão senão pelo soccorro de um rico camponez, que lhes offerrecu adiantar a somma necessaria pelo tempo de um anno, e com o competente premio; o que elles acceitirão com agradecimento.

A casa comprada e concertada fihlha um aspecto muito alegre; Sophia e Guilherme muito contentes mudirão-se para ella com seus filhos. Formecirão a loja de mercadorias boas e bonitas; e, recebendo a todos com benevolencia, vendendo por preços moderados, e dando quasi sempre, e sobretudo com meninos, alguma cousinha de mais do peso, ganhão grande consumo. Elles fihlho por principio que a probidade inspira sempre confiança, e que um ganho modico, porem certo, era preferivel a um grande lucro, que pode

A Regeneração (11 de janeiro de 1854, p. 1) – Pertencente ao acervo do APEES.

A aparente falta de ligações poéticas deve ter incomodado os leitores capixabas, visto que houve críticas por parte dos leitores do *Correio da Victoria*,

no ano de 1854. Dessa forma, aquele que assina “O Puri” acusa o redator do jornal *A Regeneração* de agradar aos que estão no poder e esquecer ou atacar aqueles que lá já estiveram:

“Temos lido a *Regeneração* desde o primeiro número até agora. O programa pareceu-nos bom; escrito em linguagem portuguesa, seu estilo não era inchado, nem suas palavras campunadas, *sesquipedalia verba*; como dizia o velho Horácio. – Depois do programa, tudo mais que tem saído da pena do redator da *Regeneração* é uma moxinifada abominável, uma algaravia ininteligível, um reclame indicifrável: isto quanto ao estilo. Se falamos da doutrina, então temos pano para mangas. Achamos na *Regeneração* uma tendência para apedrejar o sol no ocaso, como ainda não vimos coisa igual. O Exm. Sr. Dr. Evaristo, que tantos bens fez a esta provincia, tem sido mordido muitas vezes: se isto não é covardia, não sabemos o que seja então. A *Regeneração* só adora o sol nascente” (CORREIO DA VICTORIA, 24 de fevereiro de 1854, p. 3) (Anexo 7).

“O Puri” reclama a atenção do editor à instrução pública, à moralidade, e que defenda os interesses do povo. Também requer a publicação dos melhores meios para o cultivo da cana, do café, do feijão. Ao mesmo tempo, rejeita as publicações do que chama de bajulações servis e ignóbeis, aquelas que tratam de assuntos pessoais como o casamento, o penteado novo ou a morte de uma mulher por indigestão. Conforme muitos dos estudiosos da imprensa brasileira já destacaram [Faria Filho (2000, 2003, 2005), Morel e Barros (2003), Neves, Morel e Ferreira (2006), Pallares-Burke (1998)], os jornais do século XIX assumiram a missão de instruir a população e ao mesmo tempo cobrar a melhoria desse ramo do serviço público, principalmente relacionado à instrução primária:

“Assemelha-se a um antigo deputado que dizia – não gostava de acompanhar defuntos. – O Exm. Sr. Barão, por muito incensado quando na presidência, hoje está de todo esquecido. O nobre redator voltou-se já para outro ídolo. Será este proceder digno de um escritor que adota a imparcialidade como a máxima de seu evangelho político? Será próprio do sacerdócio da imprensa este turiniferar incessante, somente para angariar simpatias? Pois até hoje o ilustre redator ainda não encontrou um ato de autoridades superiores a censurar? Ou tem havido medo do nobre redator, ou então vivemos em um mar de Rosas. Na verdade, a *Regeneração* quer a todos agradar, já elogiando a torto e a direito, já noticiando fatos insignificantes e notoriamente conhecidos, já finalmente ocupando-se de pieguices e ridicularias impróprias de uma folha séria. Agradar, somente agradar, eis o credo do novo paladino, que prometia na estacada da imprensa ser o censor dos maus e propugnador dos

interesses de nossa bela província e, finalmente, o defensor do povo, as vozes oprimido por insolentes bachas!... O que tem feito a Regeneração? Qual a questão de interesse geral, que tem ela ventilado? Qual o artigo de utilidade pública que tem ela publicado? A exceção de alguma linhas sobre o toque dos vapores nesta província, de alguns elogios, ou alguma notícia de proveito individual, nada mais tem ela publicado. Que se importa o público que se case em São Matheus um Sr. Martins? Que morreu aqui uma pobre velha de indigestão, que João ande de casaca à polka e Maria de cabelos a Stuart?! Queremos saber da melhor forma de preparar o café, do açúcar e da farinha de mandioca. Desejamos conhecer o meio de curar a cana da – Tatagiba – , de obstar que o provisório no feijão, que o café fique isento do Carimá..... Queremos quem escreva sobre a instrução pública, sobre a moralidade, quem censure empregados públicos preguiçosos, os magistrados pouco zelosos, os delegados, e subdelegados perseguidores, os professores vadios e estúpidos, e, finalmente, quem seja a favor do povo e por ele se interesse. Eis o que desejamos; e não bajulações servis e ignóbeis. Perdoe-nos o ilustre redator, se lhe ofendemos com estas reflexões e conselhos, pois, velhos roceiros, não sabemos falar outra linguagem, senão a da verdade” O Puri Aldeamento Affonsino, 17 de fevereiro de 1854. (CORREIO DA VICTORIA, 24 de fevereiro de 1854, p. 3) (Anexo 7).

Dessa forma, percebemos que os traços salientados por “O Puri” de um jornal que defenda algum grupo político, de textos de linguagem veemente na defesa dos interesses da sociedade urbana e rural, estão em concordância com as características apontadas por Morel e Barros (2003), conforme destacamos acima. Na sequência é criado o primeiro jornal liberal da província capixaba.

O primeiro jornal liberal a nascer na província, em 1861, foi *O Tempo*, que circulou até 1863 e, segundo Daemon (1879), teve como principal redator o advogado, major e deputado provincial José Marcellino Pereira de Vasconcellos, que também dirigiu o jornal *O Estafeta*.

É o primeiro a declarar que

“A tipografia “Liberal” é da propriedade de dezesseis acionistas; – a colaboração do – Tempo –, seu periódico, está a cargo de diversos cavaleiros, cada um dos quais é responsável pelos seus escritos. O que se declara ainda [de] uma vez por todas” (O TEMPO, 10 de dezembro de 1861, p. 4) (Anexo 8).

Não pudemos identificar quem são os dezesseis proprietários. Pensamos que, se o editor do jornal não o fez, provavelmente eram de conhecimento do público ao qual estava dirigido.

Aparentemente, foi mantida a prática de haver um contrato com a Assembleia Provincial para a publicação de atos oficiais, uma vez que apresenta na primeira página uma resolução do Ministério da Justiça, conforme reprodução abaixo:





*O Tempo* era um jornal com quatro páginas, divididas em três partes. Só existe um exemplar no APEES e disponível em seu sítio<sup>9</sup>.

E, assim como o *Correio da Victoria* e *A Regeneração*, a venda era feita por números e assinaturas:

---

<sup>9</sup> *TEMPO* publica-se ás terças e sextas-feiras de cada semana, na TYPOGRAPHIA LIBERAL, rua do Porto dos Padres n. 6, onde recebem-se correspondências, comunicados e annuncios, uma vez que sejião redigidos em termos decentes: e quaesquer reclamações, que deaerão ser dirigidas ao gerente em carta fechada. Assignatura ADIANTADA, 10\$5000 por anno, e 3\$5000 por seis mezes, para a capital; 12\$5000 por anno e 6\$5000 por seis mezes para fóra della. Impressão de cada linha, 60 rs. para os Srs. assignantes, e 80 para os que o não forem, pagos adiantados. Numero avulso, 160 rs.

*O Tempo*, 10 de dezembro de 1861, p. 1. Disponível no APEES.

Foi um importante jornal na história capixaba por ser o primeiro a expressar sua ligação com o partido liberal. Definia-se como:

## PERIODICO POLITICO--COMMERCIAL--NOTICIOSO E LITERARIO

---

*O Tempo*, 10 de dezembro de 1861, p. 1. Disponível no APEES

E tinha o seguinte lema<sup>10</sup> expressado na primeira página na parte superior, logo abaixo do nome do jornal:

*Le temps est médecin d'heureux & expériences.  
Son remède est tardif, mais il est bien certain.*  
**MALHERBE**

*O Tempo*, 10 de dezembro de 1861, p. 1. Pertencente ao acervo do APEES

No número 12, disponível no APEES, há o seguinte texto que aborda a censura que o jornal estava sofrendo:

---

<sup>9</sup> <http://www.apee.es.gov.br/index2.htm>.

<sup>10</sup> Tradução minha: O tempo é médico das horas e da experiência. Seu remédio é tardio, mas ele é bem certo.

#### “Considerações gerais

Até agora não houve governo algum nesta província que sofresse oposição da imprensa dela.

Um ou outro homem, que raros tem aparecido, cioso pelos interesses desta parte do Império, a desenvolvido a sua oposição nos jornais da corte, que poucos leitores contam pelas nossas vilas.

Por ocasião do aparecimento do "Tempo", constou-nos que a sua entrada e leitura foram proibidas em algumas repartições e até se citou o fato de um empregado, aliás, de nobres sentimentos, que foi encontrado a ler o 1º, ou o 2º nº no fundo de uma porta.

Na cadeia desta cidade, onde há presos que gostam de ler os escritos que advogam a causa dos infelizes, foi um dia proibida a entrada do "Tempo" pelo comandante da guarda!" (O TEMPO, 10 de dezembro de 1861, p. 1) (Anexo 9).

Para Wlamir Silva (2006), apoiando-se em Bourdieu (1990), a imprensa liberal mineira buscou montar uma pedagogia de lutas simbólicas, para alcançar desde as elites esclarecidas até o povo mais simples, e travou batalhas contra a política conservadora que dizia ser regressista ao promover desmandos, corrupção e perseguições aos opositores. Ao mesmo tempo, a imprensa liberal procurava diferenciar-se dos exaltados e anárquicos, que considerava ser incitadores de incautos e ignorantes (Silva, 2006). É nesse contexto que compreendemos a inserção do jornal *O Tempo* na sociedade capixaba, uma vez que travava uma luta por representações políticas, sociais e culturais; conforme percebemos no lema expresso pelo jornal, o tempo deve ser o remédio para uma sociedade que se encontrava doente:

“É público que pessoas de alto coturno se encarregarão de espalhar que o "Tempo" era anarquista, revolucionário, sedicioso, inimigo das autoridades e até inimigo do "povo", cuja causa ele defende.

Pareceu-nos que não estávamos em um país livre; que não éramos cidadãos de um país de publicidade e de liberdade da imprensa, mas sim humildes escravos do rei de Tunes, ou do imperador de Marrocos, ou moradores de algum cantão da Turquia.

Pareceu-nos que a inquisição com as suas fogueiras e com os seus horrores havia ressuscitado!

Pareceu-nos que um novo tribunal de "censura" se ia restabelecer, para cortar as "heresias e inconvenientes" do "Tempo"!

O "Tempo" não é anarquista, nem inimigo da ordem; sê-lo-á, se convir dar esse título àquele que deseja a veneração das leis em toda sua plenitude e o respeito aos sagrados ditames da constituição.

Sê-lo-á, se convir dar esse título àquele que deseja a maior economia dos dinheiros públicos e o engrandecimento deste belo torrão.

Sê-lo-á, se a liberdade de imprensa não valesse por todos os direitos, em que o povo pudesse pensar, e se não fosse por si só uma instituição, como diz Chateaubriand.

Anarquistas são os "fariseus," que por aí andam e que, conforme um clássico português, a título de conservarem a lei e as tradições, as dissiparão; – e suas santificações pararão em profanidades.

Anarquistas são os "fariseus", que por aí andam, que, procurando ganhar para com o povo a opinião de letras e virtudes, procurando incliná-lo para onde eles fazem pender, não duvidaram perseguir depois ao homem justo, como se perseguiu ao Salvador, levantando voz de que era contrário à lei, enganador das turbas, profeta falso, amigo da gente ruim, ambicioso de reinar e até feiticeiro" (*O TEMPO*, 10 de dezembro de 1861, p. 1) (Anexo 9).

E, atacando aos que estão no poder, procurava criar uma "constante batalha pela conquista dos corações e mentes" (Capelato, 1988, p. 23) da sociedade oitocentista espírito-santense:

"O governo, quando é moralizado, aprecia a "oposição", porque dela tira proveitos para caminhar direito e desassombrado, para fugir de escolhas e de precipícios.

Quando, porém, o governo fornece meios para que se realizarem "protestos", se cheguem a "convênios" e fiquem satisfeitas as "aspirações" de um partido, ele divide cruelmente a província; armando uns contra os outros e tolerando o falseamento do sistema representativo.

Em tal caso, o governo deixa de o ser – é chefe de um partido.

O povo tem visto cercearem-se cruelmente todas as suas garantias, dando-as ao poder executivo; – o país, para o homem que o estuda com reflexão profunda, tem perdido muito com o [] sistema dos oligarcas, que tem preparado o terreno somente para seu proveito. É isto que se observa na corte em grande escuta e vai se observando, desde muito tempo, na "maioria" das províncias, mormente quando estas são pouco ilustradas e menos ricas" (*O TEMPO*, 10 de dezembro de 1861, p. 1) (Anexo 9).

Para Wlamir Silva (2006), os liberais mineiros buscaram legitimar as autoridades locais estabelecidas, ligando-se ao funcionamento cotidiano da administração e da política, por isso, concordando com Silva, verificamos que os redatores de *O Tempo* procuravam explicar para seus leitores e ouvintes as leis que estavam sendo estabelecidas ou que já estavam em vigor, criticando as intenções e execuções. Um exemplo é a lei de 1841, que criou os cargos de delegados, subdelegados e de juízes municipais, cargos esses que dependeriam da nomeação por parte do Imperador e do presidente da província. O autor do texto procurou demonstrar para a população que tal lei poderia trazer muitos malefícios à província, uma vez que não estaria mais a cargo das câmaras municipais a escolha de tais cidadãos, comprometendo o funcionamento da justiça local.

“A lei de 3 de dezembro de 1841 e o seu regulamento começam a matar as mais sagradas garantias do povo e, mesmo o Pacto fundamental, criando funcionários de polícia que se sucedem todos os dias pela sua mobilidade, segundo as conveniências do poder executivo; – estes funcionários são máquinas vivas de processar, que não duvidam se lhes apraz considerarem às vezes, como indiciado nos crimes mais graves, o cidadão, contra quem nunca sem a menor voz. E tem acontecido, em algumas províncias centrais, que ou de propósito, ou por informações pouco fiéis, ou pelas distâncias, se tenha dado a direção da justiça a assassinos e ladrões, que ficam inspetores das prisões, em que eles deviam fazer, carregados de ferros!

De envolta com estes funcionários, também vieram os órgãos da justiça pública, os promotores, empregados amovíveis e mal assalariados, emprego cuja proposta pertencia às câmaras municipais e que, por tanto, podia ser considerado o povo como interventor em tais nomeações.

Para acomodar a classe de bacharéis em Ciências Jurídicas, que é abundante, que tem altas pretensões, e que vai formando entre si uma espécie de nova maçonaria, [] na mesma lei de 3 de dezembro, os juizes municipais e de órfãos, que tem de decidir de graves e transcendentales questões, vistas as extensas atribuições que lhes pertencem, não sendo estes os juizes da lei, perpétuos, de que fala a nossa constituição, tirando-se assim às câmaras municipais, deitas pelo povo, a atribuição que tinham, antes daquela lei de propor cidadãos que exercessem aqueles cargos, e que eram meros preparadoras, pertencendo o julgamento final ao juiz de direito em todas as questões. As câmaras municipais são hoje reduzidas a pouco, e cada dia vai o cerceamento se alargando tanto, que as autoridades hão de acabar por si mesmo” (*O TEMPO*, 10 de dezembro de 1861, p. 2) (Anexo 9).

Pensamos que toda essa discussão parece ser apenas norteadada por questões políticas, mas teria também como objetivo levar lições sobre o funcionamento da política local e nacional para a sociedade capixaba, fazendo circular ideias e representações sobre diferentes temas e relações de poder. Por meio da forma de escrita e da linguagem utilizada, compreendemos que o autor do texto intencionava a construção das identidades sociais e políticas com a imagem dos liberais ligados à propriedade, à ilustração e à virtude (Silva, 2006). Dessa forma, percebemos que o editor do jornal procurou evidenciar as mazelas que estavam sendo cometidas pelo governo local e nacional.

O jornal *O Tempo* pode ter sido um dos poucos jornais do século XIX que deixou de circular não por motivos financeiros, mas pela mudança de perspectiva: o governo da província espírito-santense deixou de ser

conservador, para ser liberal. Dessa forma, o editor do *Jornal da Victoria*<sup>11</sup>, que poderia ser o mesmo d'*O Tempo* justifica o fechamento de um jornal e o nascimento do outro:

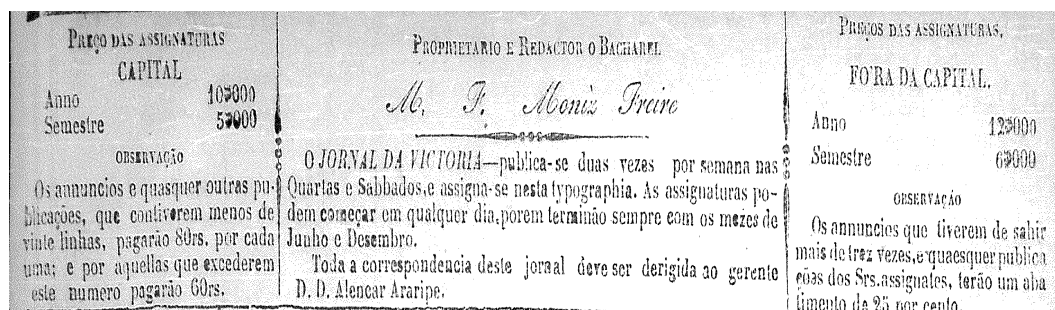
“No último número do *Tempo*, no artigo de despedida, vem uma proposição que, só ela, pode servir de prólogo para o *Jornal da Victoria*; portanto repitamo-la aqui, transcrevemos todo o terceiro período daquele artigo.

“... *O Tempo*, jornal político, e que apareceu em público trajando vestes de combate, não devia agora metamorfosear-se em jornal oficial; cumpria-lhe repousar em sua tenda de guerra, para dar lugar a um novo lidador da imprensa, o qual fosse, ao mesmo tempo, ORGÃO DO GOVERNO E DO PARTIDO PROGRESSISTA...

Eis, portanto, definida a posição deste novo jornal, eis a legenda de sua bandeira. Com efeito, os tipos que escreveram *O Tempo*, durante três anos, não saberiam hoje advogar outra política que não fosse do partido – Liberal Progressista – partido cujas ideias são, em nosso pensar consciencioso, as únicas que podem elevar a Nação ao grão de prosperidade que todos os brasileiros devem almejar” (*JORNAL DA VICTORIA*, 1864, p. 2) (Anexo 10).

Para tanto, percebemos no *Jornal da Victoria* o prosseguimento da abertura de novos caminhos que deveriam ser traçados pelos liberais para a construção de uma sociedade baseada na pedagogia liberal.

O *Jornal da Victoria* foi lançado logo após o fechamento d'*O Tempo*, entretanto, percebemos, pelo texto publicado no primeiro número do jornal, que pertenceu ao mesmo grupo, estando, portanto, ligado aos liberais. Circulou em Vitória de 1864 a 1869 e, assim como os demais jornais impressos na capital da província, a venda era feita por número e assinatura:



Jornal da Victoria, 2 de abril de 1864, p. 1. Pertencente ao acervo do APEES.

<sup>11</sup> Como até hoje só foi possível a localização de um número d'*O Tempo*, fez-se necessário o uso da fonte *Jornal da Victoria* para complementar as informações sobre a passagem de um para outro jornal, assim como, confiar na fidedignidade dos escritores dos dois jornais.

Para Pereira (1922), a composição ocupava o espaço de 255x365 mm, divididos em quatro páginas dispostas em quatro colunas. Essas dimensões foram aumentadas para 255x410 mm em 1868 e, depois, para 420x255 mm no último ano. Firmou contrato para a publicação dos atos oficiais em 1864. O *Jornal da Victoria* lutou...lutou, o quanto pode, com máxima energia é verdade, em não descer ao terreno dos convívios e dos insultos, durante a vertiginosa reação de 1868 (Pereira, 1922).

O jornal apresenta as seguintes colunas que aparecem de forma mais ou menos fixas:

– Parte oficial: ocupando sempre a primeira página, podendo ser estendida para a segunda.

Jornal da Victoria:

– Interior: traz notícias das outras províncias brasileiras.

– Exterior: traz notícias de outros países, principalmente europeus.

– Literatura: dedicada aos textos produzidos ou traduzidos pelos redatores e colaboradores, podendo ser publicado em um número ou em vários números, normalmente textos literários.

Noticiário:

– Parte policial: todo tipo de notícia policial referente à província ou a outros lugares.

– Publicações pedidas: colaboração dos leitores do jornal.

– Variedades: dedicada aos textos produzidos, traduzidos ou retirados de outros veículos de informação.

– Edital: publicação de concursos públicos, tomadas de preços etc..

– Anúncios: ocupando a quarta página do jornal, publicava todo tipo de coisa, de fuga de escravos a dívidas e pedidos que não comercializassem com outros, despedidas, partidas de pessoas ilustres para outras partes do Brasil e do mundo.

O *Jornal da Victoria* também possuiu contrato com a Assembleia Provincial para a publicação dos atos oficiais e seus números estão preservados em sua

quase totalidade no APEES. Abaixo reproduzimos a primeira página do número 1:

ANNO I. VICTORIA—SABBAO 2 DE ABRIL DE 1864. NUMERO 1

# JORNAL DA VICTORIA.

<p>PREÇO DAS ASSIGNATURAS CAPITAL</p> <p>Anno 10\$000 Semestre 5\$000</p> <p>OBSERVAÇÃO Os annuncios e quaesquer outras publicações, que contiverem menos de vinte linhas, pagarão 80rs. por cada uma; e por aquellas que excederem este numero pagarão 60rs.</p>	<p>PROPRIETARIO E REDACTOR O BARRAHEL</p> <p><i>M. F. Moreira Freire</i></p> <p>O JORNAL DA VICTORIA—publica-se duas vezes por semana nas Quartas e Sabbados,e assigna-se nesta typographia. As assignaturas podem começar em qualquer dia,porém terminam sempre com os mezes de Junho e Dezembro.</p> <p>Toda a correspondencia deste jornal deve ser dirigida ao gerente D. D. Alencar Araripé.</p>	<p>PREÇO DAS ASSIGNATURAS, FORA DA CAPITAL.</p> <p>Anno 12\$000 Semestre 6\$000</p> <p>OBSERVAÇÃO Os annuncios que tiverem de sahir mais de tres vezes,e quaesquer publicações dos Srs. assignantes, terão um abatimento de 25 por cento.</p>
---	---	---

---

## PARTE OFFICIAL.

### SECRETARIA DO GOVERNO.

#### EXPEDIENTE DO MEZ DE FEVEREIRO DE 1864.

—DIA 6—  
PRIMEIRA SECÇÃO

—Ao Doutor chefe de policia, n.º 21—Communico a V. S., em resposta ao seu officio datado de hontem, sob n.º 49, que ficou expedidas as conveniências ordenadas, para que lhe sejam apresentadas duas praças de colligios, a fim de escolherem ali a Corte o criminoso Manoel Francisco Moreira, da que V. S. trata no referido officio.

—Ao mesmo, n.º 22—Em resposta ao seu officio de 23 de Janeiro ultimo, sob n.º 27, lhe declaro, que fica autorizado o Delegado da policia da Villa da Serra a alugar por seis mil reis mensaes a casa que deve servir de cadeia no quella villa, e bem assim a fazer os reparos indispensaveis, não excedendo a quantia de cincoenta mil reis, em que foram orçados.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda, n.º 55—Mando V. S. fornecer a botica da enfermaria militar os medicamentos constantes do inclusa pedido por 1.º e 2.º Vias.

—Ao inspector da Thesouraria Provincial, n.º 21—Mando V. S. pagar ao negociante Pedro José Cajari Junior a quantia de 43\$840 reis, importância do aceite de fio que forneceu durante o mez proximo passado para luzes da cadeia desta capital, como consta da conta junta.

—Ao mesmo, n.º 22—Em resposta ao seu officio de 30 de Setembro do anno proximo passado, lhe declaro, que pôde V. S. autorizar ao collector de Hapemirim para nomear interinamente quem substitua no acerto das rendas de Itapetuma Eduardo José da Silva Mattias, o que contra este se proceda quanto antes, de conformidade com os decretos da 5 de Dezembro de 1861, e 1.º de Março de 1863, e Ordem do Tesouro de 4 de Março de 1864.

—Ao mesmo, n.º 23—Havendo o arreastamento do pedagio da ponte de Marulhupe Francisco Louella Fimentel satisffeito a exigencia do preceito do procurador fiscal d'essa thesouraria, e a vista dos documentos que exhibiu, mando V. S. restituir-lhe a quantia de 12\$5000 reis, que por elle foi recolhida ao cofre dessa thesouraria, correspondente ao mez em que deixou de cobrar o imposto do pedagio em razão de se achar em cimento aquella ponte.

—Ao mesmo, n.º 24—Em solução ao seu officio datado de 30 de Janeiro ultimo, lhe declaro, que, julgando procedente as razões por V. S. allegadas acerca da despesa feita com atencioes para a escola de Piraque-Assi, deve F. S. exigir que o padre Francisco Aduenos de Siqueira na qualidade de inspector das escolas da parochia de Santa Cruz, entre para o cofre dessa thesouraria com a importancia do alijedo 1.º do corrente, mandado dar-lhe baixa do despeza assignada.

SEGUNDA SECÇÃO.

—Ao Vigario de Guarapary, n.º 7—Remetendo a V. R. a inclusa copia do officio do inspector da Thesouraria Provincial, datado de 20 do mez proximo passado, a quem mandei ouvir a respeito da quantia de que trata o seu officio de 16 do mesmo mez, lhe declaro, que, em quanto os lendeiros de fiado vigario dessa freguezia, padre Mathias Pinheiro Furtado não prestarem contas do dinheiro que o mesmo vigario recebeu d'aquella repartição para a compra de objetos pertencentes ao culto divino, não pôde ser attendido o seu pedido, allias razoavel.

—A Camara Municipal da Capital, n.º 5—Satisfazendo a requisição que Vms. me fazem em seu officio datado de 5 deste mez, remetto-lhes cinco exemplares do regulamento da instrucção publica, approvado pela Lei n.º 3 de 26 de Novembro do anno proximo passado.

—DIA 8—  
PRIMEIRA SECÇÃO.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda, n.º 56—Mando V. S. pagar a Francisco Rodrigues Pereira a quantia de 6\$840 rs., importância dos objectos fornecidos no mez proximo passado para a enfermaria militar, como consta dos documentos juntos.

—Ao mesmo, n.º 57—Mando V. S. pagar a Francisco Rodrigues Pereira a quantia de 23\$5000 rs, em que importam os objectos fornecidos no mez proximo passado para luzes das guardas—principal, vedada, corpo de guarnição e enfermaria militar, como consta dos documentos juntos.

—Ao commandante superior da guarnição nacional do centro, n.º 6—Expedio V. S. seus ordens para que n.º 1.º Batalhão da guarnição nacional, sob seu commando acompanhado do processo do Senhor dos Passos, q tem de sobre da Igreja da Misericordia no dia 12 deste mez, as quatro luas da tarde.

SEGUNDA SECÇÃO.

—Ao agente do vapor Japaráni, n.º 65—Mando Vm. dar passagem para a cabotea bordo do vapor Japaráni, por conta do ministro da guerra, ao recruta Manoel Bilião do Nascimento e ao soldado do corpo de guarnição Formino Pinjo de Jesus; e bem assim a mulher d'este, e a dois filhos menores.

—Ao mesmo, n.º 66—Mando Vm. dar uma passagem de estado para a cabotea bordo do vapor Japaráni, ao vigario da freguezia da villa do Espirito Santo padre João Pinto Carneiro.

—Ao mesmo, n.º 67—Mando Vm. dar passagem para a corte, a bordo do vapor Japaráni, ao criminoso Manoel Francisco Moreira, e a uma praça que vai escoltando.

—Ao commandante da companhia de policia, n.º 10—Attendendo ao que me requerer o soldado da companhia sob seu commando Felipe Ferreira de Lirio, e a informação por Vm. apresentada em officio do 1.º do corrente, mandado dar-lhe baixa do serviço da referida companhia.

—DIA 9—  
PRIMEIRA SECÇÃO.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda, n.º 58—Informe V. S. se todos os adjuvados respectivos escriptas, estão servindo com a fiança exigida por lei; e se não, negativamente, quaes os que ainda a não prestaram, porque razão, e desde quando estão em falta.

—Ao inspector da Thesouraria Provincial n.º 25—Remetto a V. S., para os fins convencionados, a inclusa copia do contracto celebrado, o 9 de novembro do anno proximo passado, com o cidadão Aureo Trizinho Monjardim, para os concertos das pontes de Marulhupe e da Bomba, bem como a do termo de additamento ao referido contracto, correndo a respectiva despesa pelo cofre da Thesouraria de Fazenda.

—Ao Dr. chefe de policia, n.º 22—Em solução ao officio que V. S. me dirigio em data de hontem, sob n.º 50, lhe declaro, que n'esta data expedi a necessaria ordem ao capitão do porto d'esta provincia, a fim de por a disposicao do amanuense externo de policia repartição, um escalor para o fim de que trata o mesmo officio.

—Ao juiz de direito de Hapemirim, n.º 5—Juntos envio a V. S. os mandados a que se refere o officio d'esta presidencia de 30 de Novembro ultimo, sob n.º 31; ficando assim respondido o seu officio datado de 5 de Janeiro proximo passado.

—Ao mesmo, n.º 5—Com o officio de F. S. datado de 5 de Janeiro ultimo, recebi as informações concernentes ao caso julgado que trata o artigo do ministro da justiça de 23 de Março de 1853.

—Ao capitão do porto, n.º 10—A disposicao do amanuense externo da secretaria de policia ponha Vm. um escalor para o serviço ordinario d'aquella repartição, visto ter d'outros em concerto o que se occupa nesse serviço.

—Ao mesmo, n.º 11—Em resposta ao seu officio sob n.º 117, datado de 8 do corrente, lhe declaro, que ficou dadas as providencias no sentido de sua reclamação.

—DIA 10—  
PRIMEIRA SECÇÃO.

—Resolução n.º 7—O Vice-Presidente da Provincia attendendo ao que lhe requerer Zefirino de Mello Coutinho Ferreira Rangel, professor de 1.ª lettras da povoação de Pia-Pitangui, resolve conceder-lhe a demissão que pediu do referido cargo.

—Palacio da Presidencia da Provincia do Espirito Santo em 10 de Fevereiro de 1864.  
—Eduardo Pindubá de Mattos.

—Resolução n.º 8—O Vice-Presidente da Provincia attendendo ao que lhe representou Diego Carlos Tertuliano de Vasconcellos, o á vista da informação do Dr. juiz de direito interino d'esta comarca, ouviu o respectivo juiz municipal, resolve conceder-lhe a demissão que pediu dos lugares de escrivão do jury e tabelião do puerio da provincia Bagacão de la Martiniere judicial e nottas deste termo, que para que, quanto antes, se dirigisse á essa interinamente exerceo—Palacio da Presidencia da Provincia do Espirito Santo em 10 de Fevereiro de 1864.

—Resolução n.º 9—O Vice-Presidente da Provincia attendendo ao que lhe requerer o Sr. Dr. Manoel de S. Mattos, resolve conceder-lhe a demissão que pediu do cargo de escrivão do jury e tabelião do puerio da provincia Bagacão de la Martiniere judicial e nottas deste termo, que para que, quanto antes, se dirigisse á essa interinamente exerceo—Palacio da Presidencia da Provincia do Espirito Santo em 10 de Fevereiro de 1864.

—Ao inspector da Thesouraria de Fazenda, n.º 59—Communico a V. S. que o vigario da freguezia da villa do Espirito Santo, Padre João Pinto Carneiro, entrou em data de hontem no gozo da licença de um mez, que no dia anterior lhe concedi com a respectiva congrua, para ir ao Rio de Janeiro, tratar de sua saúde.

—Ao inspector da Thesouraria Provincial, n.º 26—Respondendo ao seu officio de 30 de Novembro do anno 1.º p. sob n.º 124, lhe declaro, que tendo n'esta data ordenado ao engenheiro da provincia Eugenio da Martiniere que vá incontinente proceder ao exame do orçamento da obra do cemiterio publico da villa de Guarapary para a qual recebeu a Camara Municipal a quantia de 300\$000 rs. de que trata o referido officio, aguarde V. S. o espaço de tempo razoavel e procedimento da mesma Camara, a fim de chama-la de nove á contas.

—Ao mesmo, n.º 27—Remetendo a V. S. copia do parecer do procurador fiscal d'essa repartição, dado sobre o seu officio de 20 do mez p. p. sob n.º 11, reporto-me ao que lhe declarei em meu officio de hoje, sob n.º 28, detendo aditar a restituição das contas a que estão sujeitos os herdeiros do Padre Mathias Pinheiro Furtado.

—Ao mesmo, n.º 28—Mando V. S. pagar ao porteiro do Lyceo d'esta capital a quantia de 10\$75000 rs, em que importam as inclusas contas dos concertos indispensaveis á quella repartição.

—Ao engenheiro da provincia, n.º 5—Respondendo ao seu officio datado de 17 do mez p. p., em que informa por que deixou de levantar a planta e proceder ao orçamento do cemiterio publico da villa de Guarapary, lhe declaro, que deve cumprir o que lhe declarei em meu officio de hoje, sob n.º 28, detendo aditar a restituição das contas a que estão sujeitos os herdeiros do Padre Mathias Pinheiro Furtado.

—Ao juiz commissario de 1.ª Instancia, n.º 4—Remetto a Vm. copia da requisição feita pela Camara dos Srs. Deputados, a fim de que preste, na parte que lhe toca, as informações de que trata a mencionada requisição.

—Identio ao juiz commissario de S. Mathes n.º 1.

—A Camara Municipal d'esta capital, n.º 4—Communico a Vms. que dirigio em data de hontem, ficou interinido de tomar Vms. na mesma data encerrado a 4.ª sessão ordinaria do anno proximo passado.

—A camara municipal de Guarapary n.º 4—Communico a Vms. que n'esta data expedi os necessarios ordens ao engenheiro da provincia Bagacão de la Martiniere judicial e nottas deste termo, que para que, quanto antes, se dirigisse á essa interinamente exerceo—Palacio da Presidencia da Provincia do Espirito Santo em 10 de Fevereiro de 1864.

Jornal da Victoria (2 de abril de 1864, p. 1, nº 1) Pertencente ao acervo do APEES.

O *Jornal da Victoria* teve por redator e proprietário M. F. Moniz Freire, e D. D. Alencar Araripe era o gerente responsável pela correspondência recebida. No primeiro número, apresentou um texto que nos levou a perceber que se tratava da continuidade da proposta jornalística d’*O Tempo*:

“Em referência aos assinantes do Tempo, cumpre-nos acrescentar que aqueles que já tiverem pago as suas assinaturas até o fim de junho e não quiserem prestar a mesma coadjuvação ao novo órgão, terão a bondade de comunicar isto mesmo, para lhe ser restituída a importância do trimestre – de abril a junho” (*JORNAL DA VICTORIA*, 1864, p. 2) (Anexo 10).

O editor liga a forma de elaboração do jornal ao do livro, pois, conforme já demonstrado na história da imprensa por Chartier (1999), o jornal nasceu nos moldes dos livros, porém era apresentado em partes que se constituíam ao longo dos dias e meses. Essa parece ser mesmo a ideia do editor ao estabelecer, no primeiro número do *Jornal da Victoria*, um prólogo em que conversa com a sociedade capixaba, deixando claro ser aquele jornal um livro para o povo:

“O uso tem estabelecido como indispensável a existência de um prólogo em todos os livros que são lançados no *mare magno* da apreciação pública. É nestas primeiras páginas que os escritores explicam aos seus leitores o plano de sua obra, pedindo desculpas das faltas que encontrarem, circunstância esta nunca esquecida, principalmente pelos autores de poesias. Se é indispensável um prólogo em qualquer livro, quer ele trate de ciências exatas ou sociais, de artes liberais ou mecânicas, com muita mais razão tal falta seria sentida em um jornal que nasce, porque um jornal é também considerado como um livro do povo. Além disto, a redação, seja ela anônima ou não, acha-se na obrigação de explicar os compromissos que contraiu para com a Sociedade, e particularmente para com seus assinantes. Vê-se, portanto, que o prólogo de um jornal é como o rumo dado pelo piloto a um navio que começa a flutuar sobre as ondas. Visto isto, vamos escrever nosso prólogo” (*JORNAL DA VICTORIA*, 1864, p. 2) (Anexo 10).

Dessa forma, o *Jornal da Victoria* seria a ponte entre os ensinamentos dos livros e os leitores e ouvintes. Assim, para Wlamir Silva (2006), apoiando-se em Mattos (1987), o esforço dos “partidários luzias” em fazer chegar a todos as benesses da civilização teve na imprensa o maior veículo de transformação da vida dos brasileiros.



Portanto “a imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento” (VIEIRA, 2007, p. 13). Então, para a “intelectualidade, a imprensa, em geral, e o jornal, em particular, representaram um ofício, um meio de expressão e uma forma de promoção social. Ele permitiu ao intelectual, em diferentes contextos, marcar presença na cena pública” (VIEIRA, 2007, p. 15), para tanto se mostrou indispensável formar uma noção de intelectuais para o período recortado.

### 1.3 – Intelectuais

Definir um grupo como intelectuais é uma tarefa árdua para os pesquisadores em história, visto este título ser, ainda hoje, controverso e renegado. Ainda mais árdua é a tarefa de definir o que foi um intelectual no segundo quartel do século XIX. Em nossos estudos, percebemos o aparecimento e distinção dos conceitos de bacharel, erudito e intelectual.

No *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, de 1832, encontramos bacharel como “[...] substantivo masculino que tem o primeiro grau em qualquer faculdade” (PINTO, 1832, p. 134<sup>12</sup>); erudito como “[...] adjetivo dotado de erudição, que contém erudição”<sup>13</sup> (PINTO, 1832, p. 442); e intelectual como “adjetivo do entendimento, pertencente ao entendimento”<sup>14</sup> (PINTO, 1832, p. 624).

Também nos inspiramos nos estudos de Sérgio Miceli (1979), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2005), Daniel Aarão Reis Filho (2000), Pierre Bourdieu (1990) e Jean-François Sirinelli (1996), com o objetivo de construir uma noção de intelectuais para a segunda metade do século XIX. Em cada um desses

---

<sup>12</sup> Os números das páginas constantes nessa dissertação correspondem à numeração das páginas do PDF. Nas páginas digitalizadas do dicionário falta a numeração original.

<sup>13</sup> Erudição: “substantivo feminino – ões no plural”. Saber. *Noticia litteraria*.

<sup>14</sup> Transcrição literal feita preservando o original.

autores encontramos elementos que nos propiciaram compreender as pretensões acalentadas pelos intelectuais capixabas. Dessa forma, baseando-nos nos autores citados, estamos aqui considerando como intelectuais todos aqueles que se dedicaram às funções de escritores, jornalistas, poetas, médicos, advogados, sacerdotes, professores e, ainda, aqueles que atuaram junto aos órgãos públicos exercendo funções de destaque.

No alvorecer da segunda metade do século XX, percebemos, pelo número de trabalhos que passam a ser publicados, o interesse sobre os intelectuais (como sujeitos, como grupo e como categoria de análise) por parte dos pesquisadores. Sérgio Miceli<sup>15</sup> é um dos estudiosos desse grupo. Suas publicações abordam a questão prioritariamente a partir do período da República Velha, estabelecendo as relações entre o Estado e os intelectuais. Nesse caminho de dedicação ao estudo de um grupo social de indivíduos controversos, já denominados de eruditos, bacharéis e, por fim, intelectuais, buscamos nos trabalhos de pesquisadores brasileiros e franceses conceituações que nos permitissem pensar como sendo intelectual um grupo que se dedicou às diversas atividades em diferentes áreas.

O termo intelectual entendido como polimorfo e polifônico é discutido por Jean-François Sirinelli (1996), que destaca ser necessária uma definição “[...] de geometria variável, mas baseada em invariantes” (p. 242), desembocando em duas acepções. A primeira ampla e sociocultural, englobando os criadores e mediadores culturais, abrangendo do jornalista ao escritor e do professor secundário ao erudito. A segunda acepção baseia-se na noção de engajamento na vida da cidade, como ator que legitima e privilegia sua intervenção no debate da cidade.

Para Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2005) – que aborda a substituição da figura do erudito pela do intelectual, como produtor e consumidor do saber

---

<sup>15</sup> Dentre a vasta produção do autor estão: *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil, 1920-1945* (1979); *Imagens negociadas* (1996); *Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo em São Paulo* (2003); *A elite eclesiástica brasileira* (2003); *A noite da madrinha* (2005); *Intelectuais à Brasileira* (2010).

nas sociedades contemporâneas ocidentais –, o erudito é aquele indivíduo que possui um saber vasto e universal, aliando conhecimentos das ciências exatas, sociais, políticas e biológicas. Já o intelectual é aquele que se dedica à produção de sentidos e de símbolos, é o sujeito que “[...] busca intervir nos destinos de seu país, de sua nação ou de sua classe social, [...] em nome de uma universalidade de princípios e valores e tomando como base a verdade científica, livre e apartada de qualquer particularismo” (p. 9).

Bourdieu (1990), por sua vez, ao estudar os intelectuais franceses diretamente ligados ao campo literário, observou que

[...] os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivando experiências mais ou menos confusas, fluídas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por esta via, de fazê-las existir. (p. 176)

Não vamos nos estender no conceito de poder simbólico, que para Bourdieu significa um poder que não é imposto pela coação, pela força física, mas sim pela subjetividade. Destacamos, todavia, que o autor chama atenção para a relação do poder simbólico e a formação do intelectual, que está marcada pelo tempo no qual vive e é ligada às suas experiências pessoais. Esse poder simbólico disfarça-se, tornando-se quase imperceptível, como nos textos publicados pelos jornais, influenciando nas relações e nos comportamentos humanos.

Foi no trabalho de Daniel Aarão Reis Filho (2000) que identificamos elementos para a formação da identidade do intelectual e sua ligação com a Pátria. Ao estudar a noção de intelectuais para os russos, buscando compreender as relações desse grupo com a organização política e social das cidades, o autor ressalta que os intelectuais são

[...] personagens culturais – criadores ou mediadores, ou ainda divulgadores, [...] mas sempre situados como pessoas políticas. O que importa é sobretudo a função que eles desempenham na sociedade – neste sentido, os intelectuais são sempre *men of ideas*. [...] Por mais brilhantes, e por mais que se imaginem suspensos e

soberanos na História, os intelectuais têm sempre um solo determinado, um momento específico, uma conjuntura precisa” (p. 12-13).

Dessa forma, tomando como base esses diferentes estudos, concluímos que os integrantes da elite capixaba da segunda metade do século XIX podem ser definidos por intelectuais, pois são *men of ideas*, são criadores e mediadores culturais engajados na vida da cidade, do Estado e da Nação, em nome de uma universalidade de princípios e valores, tomados como base da verdade livre de qualquer particularismo e que fazem da imprensa um poder simbólico com ideias determinadas, como a representação de infância. Os estudos citados abrem possibilidades para pensarmos os ideais propagados nos textos dos jornais por nossos intelectuais capixabas.

#### **1.4 – Os intelectuais na imprensa**

Os intelectuais, no mais das vezes, são homens de letras que, além de uma atuação de caráter político, dedicam-se objetivamente a espalhar as luzes da civilidade burguesa e a vulgarizar o conhecimento útil frente ao precário estado material da sociedade brasileira (CINQUE, 2010). Ligados à imprensa em algum momento de suas carreiras, escreviam textos com o objetivo de forjar representações. No caso específico de nossa pesquisa, nos preocupamos em analisar como construíam, se apropriavam e faziam circular as representações de infância e para e sobre a infância.

O conceito de representação é discutido por Roger Chartier (1990, 1991, 2002) com a finalidade de percepção e apreciação do real que “[...] supõe-nas [...] sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação” (CHARTIER, 1990, p. 17). Segundo o autor, são duas as formas de representação: a primeira é “[...] dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado” (CHARTIER, 1990, p.20); e a

segunda trata-se da “[...]exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém” (CHARTIER, 1990, p. 20).

O conceito de representação coletiva busca em três modalidades a relação com o mundo social: primeiro, “[...]o trabalho de classificação e recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” (CHARTIER, 2002, p. 73); segundo, “[...]as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição” (CHARTIER, 2002, p. 73); e, por fim, “as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe” (CHARTIER, 2002, p. 73).

Dessa forma, as lutas de representações estão vinculadas aos grupos de poder por uma “[...] hierarquização da própria estrutura social” (CHARTIER, 1990, p. 23) como formas de compreender por quais “[...] mecanismos um grupo impõe ou tenta impor, a sua concepção do mundo, os valores que são os seus e o seu domínio” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Compreendemos que, sendo a imprensa parte de um ideal civilizador, em que “[...] o jornalista se confundia com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos” (LUSTOSA, 2004, p. 15) e, dessa forma, transmitia uma educação em um sentido mais amplo<sup>16</sup>. Sendo a instrução um valor tido como universal para os intelectuais do século XIX, uma vez que ela é a responsável por construir uma nova sociedade, pretendendo contribuir para o aprendizado e conformação do lugar social ocupado pelos indivíduos.

---

<sup>16</sup> Estamos considerando a Educação como aquela dada em casa pelos pais e/ou preceptores e também a oferecida em forma de Aulas Régias. E, de acordo com o *Dicionário de Língua brasileira*, de 1832, a Educação daria conta da prática e da instrução das normas: “Educação: criação com ensino de doutrina e bons costumes”, p. 392. “Instrução: Documento, ensino, doutrina. Apontamento que se dá a alguém para governar-se”, p. 622.

Gondra (2007) propõe pensar a instrução como problema da agenda social da época, fortemente associada ao tema da civilização. Concordamos com Gondra e é nesse contexto que empreendemos nossa investigação. Numa sociedade como a capixaba oitocentista, em que a escola estava em processo incipiente, identificamos modos de pensar largamente propagados pela imprensa, sendo um deles as representações para a infância.

Diante do exposto, enfrentamos o desafio de perceber, nos documentos pesquisados, a dualidade de ler o que está explícito e também o que está implícito, visto que as representações de infância são divergentes, pois “[...] menos que uma descrição biológica ou psicológica, a infância constitui-se em um tempo social e historicamente construído, sensivelmente marcado pelas condições e experiências culturais facultadas a cada criança” (GONDRA e GARCIA, 2004 p. 72).

Tomamos, assim, os jornais como lugar de destaque, uma vez que

“[...] não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita; [...] ponto de encontro de itinerários individuais unidos em torno de um credo comum” (SIRINELLI, Apud LUCA, 2010, p.140).

Dessa forma, objetivamos conhecer os intelectuais que escreveram nos jornais capixabas do século XIX, assim como compreender de que forma foram responsáveis pela construção, difusão e circulação das representações para a infância. Dedicamo-nos à identificação e à pesquisa de alguns intelectuais, uma vez que praticamente todos se dedicaram em propagar ideias para a infância.

Assim, encontramos o texto escrito pelo editor-proprietário do jornal *A Regeneração* e deputado provincial Manuel Ferreira das Neves<sup>17</sup>, contra a lei que exigia que as crianças frequentassem a escola duas vezes ao dia.

---

<sup>17</sup> A pesquisa sobre os intelectuais capixabas foi feita tendo como base Daemon (1879).

Manuel Ferreira das Neves inicia o texto destacando o seu amor à educação da mocidade, tornando os seus questionamentos autênticos e o jornal um defensor dos interesses do povo:

“Vencendo nosso amor pela educação da mocidade o escrúpulo que temos de entrar na desconveniência do sistema de escola duas vezes ao dia, estabelecido pelo ex-presidente, o Sr. Dr. Evaristo Ladislão e Silva, em sua portaria de 7 de janeiro do ano passado, sempre trataremos hoje dessa importante matéria, com o intuito de gravarmos no ânimo do bem-intencionado Exm. Barão de Itapemirim a ideia da conveniência da nulidade de ato tão contrário à utilidade pública, quanto aos princípios fundamentais da associação brasileira” (A REGENERAÇÃO, 11 de janeiro de 1854, p. 1) (Anexo 11).

E Manuel Ferreira das Neves continua o texto, retomando o tempo em que as escolas eram frequentadas somente pela classe abastada e que, por seu número reduzido de alunos, poderia ser frequentada duas vezes ao dia. Já com a chegada da classe numerosa e a adoção de novos métodos, principalmente o Lancasteriano, muitos alunos poderiam receber as lições de uma só vez, visto que os alunos mais adiantados, os monitores, ensinariam aos mais atrasados. Esse método vigorou no Espírito Santo, segundo Cleonara Maria Schwartz e Elis Beatriz de Lima Falcão (2005), até a década de 1860.

“De bem remotas épocas, e quando ainda não se entendia que a educação pública devia estender-se a todas as classes da sociedade, eram as escolas no Império frequentadas duas vezes ao dia, de manhã e de tarde; mas, com a adoção dos métodos elementares, que expressamente vedam a interrupção do ensino, pela estreita relação de seus exercícios com o pensamento que os governos tiveram de conciliar a economia das famílias, especialmente as pobres, com a facilidade de adquirir a educação os jovens da classe numerosa e não abastada; com a convicção, enfim, de que depois do jantar nem o mestre tem disposição para ensinar, nem o discípulo para aprender, e de que a contrariedade às disposições naturais importa quase sempre uma revoltante injustiça, uma cruel perseguição, adotou-se o sistema de aula de uma só vez ao dia em todo o Império” (A REGENERAÇÃO, 11 de janeiro de 1854, p. 1) (Anexo 11).

Assim, o proprietário do jornal recorre ao exemplo maior em termos de ideário iluminista de civilização no Brasil – a Corte –, de onde irradiavam ideias para as províncias:

“Na corte, assim como na província do Rio de Janeiro, as quais com suficiente razão modelam nossa conduta em quase todas as matérias, e muito especialmente nas que concernem à educação pública, frequentam-se as escolas uma só vez cada dia, sendo das 8 da manhã à 1 da tarde no tempo de verão e das 9 às 2 no inverno; e é por todos ali tido por tão conveniente uma semelhante usança que não será fácil conceber-se a ideia de sua destruição, pois onde não obra a paixão ouvem-se os conselhos da prudência, adotam-se as médias do progresso e utilidade geral; e a adulação falaz e sedenta de vingança por fantasiadas ofensas em vão busca arrastar o poder à prática de atos condenados pela opinião pública, e só tendente a satisfazer mesquinhas considerações, porque com desprezo é repelida” (A REGENERAÇÃO, 11 de janeiro de 1854, p. 1) (Anexo 11).

Por isso o autor do texto clama que a portaria expedida pelo Sr. Evaristo Ladislau e Silva (Presidente da província capixaba entre novembro de 1852 e agosto de 1853) seja revertida pelo bem e progresso da província capixaba:

“Fundados em [tão] bons exemplos, forçados pela condição do método de algumas das escolas da província e, ainda mais, levados do princípio de que as outras classes de empregados, com menos pensão, tinham as tardes para seu descanso, e só os professores acabrunhados de sofrimento no penoso exercício de seu ministério viviam jungidos ao carro do martírio, toleraram diversos e muito ilustrados presidentes, desde 1811 até 1852, o exercício das escolas uma só vez ao dia, conforme o sistema adotado em quase todo o Império; o Sr. Dr. Evaristo, porém, sem conhecer-se o defeito deste uso, não obstante as unânimes informações dos professores (oito dos quais são eleitores de paróquia) e mesmo a opinião de muito pais de família, determinou que o ensino se fizesse duas vezes ao dia, das 8 às 11 da manhã, e das 2 às 5 da tarde.

Sem sermos forçados, não averiguaremos as razões particulares que levarão o Sr. Dr. Evaristo a assim proceder, conquanto em sua portaria esteja exarada a ideia de interesse público; é isso tarefa odiosa, e alheia ao nosso fim, e nunca Deus permita que tenhamos de nela entrar: diremos apenas que a inversão, estabelecida por S. Ex. tem, no decurso de um ano, exuberante manifesto que o sistema de aula duas vezes ao dia é todo contrário às ideias de progresso dominadoras do presente século, prejudicial à economia das famílias, injusto, e até inconstitucional, visto como não foi ele estabelecido para todas as escolas da província, e só para certas e determinadas. Em um país livre, em uma província onde felizmente há duas imprensas, guardar silêncio sobre ato tão contrário aos interesses sociais e que, pela [p]arcialidade que o reveste, ataca de frente os direitos de uma classe tão importante como a dos professores, é certamente uma criminosa covardia” (A REGENERAÇÃO, 11 de janeiro de 1854, p. 1 e 2) (Anexo 11).

Alerta-nos Veiga (2008) de que a escola pública imperial foi implantada para os pobres, mestiços e negros e que a obrigatoriedade escolar foi uma luta de representações, em que a elite via a população rude que deveria ser educada e



a população pobre considerava um roubo de tempo útil. Concordamos com a autora e destacamos que, para justificar o pedido de voltar ao sistema de uma aula ao dia, o editor apresenta a seguinte justificativa:

“Consta-nos que o Exm. Barão de Itapemirim, convicto, por queixas de diversos pais de família, do prejuízo resultante da dupla frequência das escolas, tem disposições de ordenar que se observe o antigo sistema; mas, escrupuloso, como é em sua prudente administração, esse ato para o seu sucessor. Permita S. Ex.<sup>a</sup> que lhe ponderemos que é bom o governo escrupulizar em tudo, e ainda mais quando trata de providenciar sobre matéria grave, porém se S. Ex.<sup>a</sup> refletir que na atual estação, em que o calor é intenso e o sol abrasador, a maior parte dos meninos que na província frequentam escolas mora uma e mais léguas distantes delas e faz quatro ou mais de viagem no dia, entre ida e volta; se S. Ex.<sup>a</sup> ponderar que essas viagens diárias e repetidas roubam todo o tempo do estudo, arruinam a saúde dos tenros meninos e dificultam a frequência; e roupa para gente tão pobre como a nossa, e que um ano já se passou de tanto sofrimento, contra o qual de contínuo se clama, certo estamos que não adiará para a vinda do seu sucessor esta salutar providência, e livrará a mocidade, os professores e as famílias de um vexame, que já não podem suportar, e que consideravelmente tem concorrido para desgosto do professorado, e atraso do ensino. A imparcialidade do governo de S. Ex.<sup>a</sup> afiança ao público o bom resultado de nossa justa suplica” (A *REGENERAÇÃO*, 11 de janeiro de 1854, p. 2) (Anexo 11).

Dessa forma, o proprietário d’*A Regeneração* inclui a instrução como problema governamental passível de soluções e, para tanto, afirma para o presidente de província a nulidade do sistema escolar duas vezes ao dia. Nesse sentido, apresenta como razões a adoção de novos métodos, a dificuldade acarretada para as famílias dos jovens da classe numerosa – que não têm condições financeiras de manter vestes e transporte adequados, os sacrifícios feitos pelo professor, a distinção entre as escolas (pois somente algumas funcionavam duas vezes ao dia) e ainda o fato de as escolas da Corte e da província do Rio de Janeiro funcionarem somente em um horário.

O problema da instrução foi motivo de inquietação também para o redator Pedro Antonio d’Azeredo do Jornal *Correio da Victoria*, onde publicou o texto sobre a educação que as meninas deviam receber para tornarem-se mulheres. O intelectual defendia que, dependendo da educação que recebessem, seriam capazes de criar ações para o bem e para o mal, para a tranquilidade e para a guerra.

Compreendemos que os intelectuais que assim pensavam concordavam que a criança deveria ser vista, para usar as palavras de Perrot (1991, p. 148), como o “[...] futuro da nação e da raça, produtor, reproduzidor e soldado do amanhã”. Destacamos o trecho abaixo para exemplificar nosso pensamento:

“Educação das meninas

O fim para que foi criada é muito nobre e sublime; sua missão é verdadeiramente grandiosa, [ ] frágil como ela é e, como foi formada a sociedade, está baseada em sua mesma fragilidade.

Parecerá isso uma utopia, um devaneio de poeta; mas não é a realidade atestada e proclamada pelos mais profundos pensadores dos tempos antigos e modernos.

Sua ação, eminentemente poderosa, é múltipla e variável; baseada ou malévola; segundo for sua natureza ou a atmosfera em que foi desenvolvida, ela pode produzir o bem ou o mal, a tranquilidade ou a guerra” (*CORREIO DA VICTORIA*, 30 de agosto de 1856, p. 3) (Anexo 12).

A educação das meninas era prioritariamente feita em casa, sendo as aulas ou escolas femininas em pequeno número. A educação das meninas já se caracterizava pela centralização da representação do papel mais importante a ser exercido durante sua vida: o de mãe. Assim as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, uma vez que lhes era atribuído um papel onde não precisariam de conhecimentos ou informações, mas sim de formação moral e bons princípios. “Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro” (Louro, 2007, p. 446). Tais representações eram reforçadas em textos como o destacado abaixo:

“A mulher é o elemento verdadeiro e essencial à perfeição do homem; a ela é que se devem todos os grandes males, que hão assombrado a humanidade. Com a [h]istória nas mãos poderíamos comprovar o que afirmamos. A mulher – como ela deve ser, formado o espírito nas emanações do bem, cultivada a alma que se reflete no espelho das mais s[a]ntas virtudes, a mulher, como a Judith dos Hebreus, como essas admiráveis matronas de Roma, como essas heroínas de que nos falam os anais dos gregos e as histórias da arte da sociedade, que por ela vive na perfeita educação de seus filhos.

Os grandes homens da antiguidade e os que hão celeb[r]ados os nossos dias com o aparato do gênio e com o brilhantismo de ações magnânimas receberam suas primeiras impressões, seus mais fortes estímulos à sombra dos cuidados e desvelos desse sexo a quem o céu dotara de imensa e misteriosa força.

Os conselhos santos de uma mãe querida, as palavras que se deslizam dos lábios castos de nossa irmã, quantas vezes não são elas o lini[ti]vo de nossa vida e o mais sério e eficaz tropeço ante as sugestões do mal, a sedução do crime e o arrebatamento das paixões! Se queres que a sociedade seja perfeita, como é possível que seja; que reine entre seus membros a harmonia e a paz de que carecem, educar a mulher nos princípios puros do Evangelho incute em sua alma, ainda não contaminada pelo bafo do vício, ainda não embotada pelo septismo da vida ainda acessível a ternura de que se alimentava, as mais doces emanações de um coração perfeito; incute-lhe a virtude e a moralidade, plantai-lhe o germ[e]n da vida, que é o complemento e o resumo de todos os bens” (*CORREIO DA VICTORIA*, 30 de agosto de 1856, p. 3) (Anexo 12).

Os editores, redatores e colaboradores dos jornais também traduziam ou retiravam textos de outros jornais ou revistas sobre a instrução pública. Foi o que fez Pedro Antonio de Azeredo, deputado provincial e editor proprietário do *Correio da Victoria*, ao publicar um texto sobre a instrução retirado do jornal *Diário do Rio*. Para Cynthia Greive Veiga (2002), a instrução escolar, mais que tornar gestos e ações previsíveis, indicava “o caminho da produção da previsibilidade” (p. 99) para toda a sociedade, incluindo as classes desfavorecidas, pois a realização plena da civilização “pressupõe ser civilizado como razão universal” (p. 100). E Norbert Elias (1994) completa afirmando que ser civilizado pressupõe a naturalidade, uma manifestação do interior. Alinhando-nos com o pensamento de ambos, destacamos o trecho abaixo:

“Da instrução

I

Não há senão um bem, que é o saber; não há senão um mal, que é a ignorância. Aquele que conhecendo o bem o pratica mal é um insensato; o homem prudente não acreditará saber o que ele ignora; ele concebe então que nada sabe, e procurará instruir-se.

Sócrates

Há três espécies de ignorância: nada saber, saber mal o que se aprendeu, e saber aquilo que se não deve saber.

Duclas

A ignorância inspira o tom dogmático. Aquele que nada sabe crê poder ensinar aos outros aquilo que ele mesmo acaba de aprender; aquele que sabe muito nem pensa que aquilo que ensina seja ignorado, e fala mais indiferentemente.

La Bruvère

Os homens nascerão uns para os outros, é preciso, pois, iustru-los ou sofrê-los.

La Rocubfoucauld” (*sic*)  
(*CORREIO DA VICTORIA*, 17 de novembro de 1849, p. 4) (Anexo 13)

As apropriações são parte integrante dos textos construídos pelos intelectuais capixabas para dar legitimidade aos argumentos construídos em favor das representações.

A apropriação “[...] visa uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os produzem” (CHARTIER, 2002, p. 68). Assim, Chartier compara a apropriação dos textos pelo leitor com as águas de um rio, em que já o

“disse (o repeti demasiadas vezes) que ninguém se banha duas vezes no mesmo rio. Ninguém se banha duas vezes no mesmo rio porque as águas mudam, mas o mais terrível é que nós não somos menos fluidos que o rio. Cada vez que lemos um livro, o livro mudou, a conotação das palavras é outra. Daí a necessidade [...] de refletir sobre as fontes e os meios que permitem abordar este ato efêmero e misterioso que é a apropriação de um texto” (BORGES apud CHARTIER, 2001, p. XI-XII).

Percebemos que os intelectuais capixabas do período e também aqueles que se apropriam dos textos de outros intelectuais usam representações de mocidade (que é por eles amada) e da modéstia (virtude comum a todos, se considerarmos suas declarações) para falar da instrução, tornando os seus questionamentos autênticos:

“A questão mais importante, a mais necessária, a mais urgente, aquela que mais atenção reclama dos governos, a instrução. Escreve-se diariamente sobre tantas coisas, debatem-se os homens a cada passo sobre tantos assuntos, e ainda ninguém, ou bem poucos tem tocado este ponto, [ ]da mais transcendente importância; aquele que o país reclama, já que a sua população cresce de dia em dia, fazendo-se sentir o quanto seria necessário se dirigirem as atenções sobre esses estabelecimentos as escolas. Não seríamos de certo nós, que pensemos estar aptos a tratar tal questão. Oh! não, longe de nós tal presunção. Mas como cada homem tem de contribuir com o seu quinhão, ainda que pequeno, para o bem estar da humanidade, nós levaremos para o edifício social também a nossa pedra tosca, para que os melhores obreiros a facetem simetricamente” (*CORREIO DA VICTORIA*, 17 de novembro de 1849, p. 4) (Anexo 13).

Outro tema recorrente, a necessária escolarização da população, esteve presente nos textos jornalísticos da época como condição fundamental para o

progresso e modernização da província capixaba e do Brasil. Os textos sempre traziam a menção aos países da Europa, representações de modelos de civilização a serem seguidos, uma vez que as discussões sobre a instrução tinham destaque nos parlamentos europeus. O autor do texto abaixo reproduzido e o editor do jornal *Correio da Victoria* parecem que estavam fazendo uma crítica aos responsáveis legais pela criação e também uma discussão da instrução pública primária no Brasil e na província:

“Temos há anos pensado nesta classe de estabelecimentos, e com alguma pequena prática, que deles possuímos, falaremos de coração o que a respeito pensamos – os que reclamam diuturnamente as necessidades da nossa sociedade.

É indubitavel, é fora de toda a contestação, que são as escolas as primeiras moveis para a completa e perfeita organização das nações; elas são, por assim dizer, o laboratório onde se prepara de antemão esse composto do coração e da alma, de direitos e deveres, de costumes e de virtudes, chamando o cidadão. O homem nasce com toda a tendência a receber o bem e o mal que se lhe ensina, portanto bem se vê e bem se tem sentido de quanta importância deve ser o estado da juventude no homem. A atenção que se deve dar aos primeiros passos da instrução da juventude é tão soberanamente palpitante, que afoitamente pretendemos que ela deverá ser a primeira que os estados devam pôr em contribuição. Em todos os países tem-se dado a maior importância a esse grande princípio de civilização, ao menos em todo os países europeus onde o adiantamento das classes os tem tornados conhecidos. Falamos da Alemanha, da França, da Inglaterra, da Suíça, da Prússia, da Suécia etc. Os grandes espíritos desses países, reconhecendo as vantagens de tão grande instituição, formam reuniões para discutirem sobre os meios do seu melhoramento; e quando a política neles aparecer como um semideus, já a instrução formou inteiramente as suas devoções; de maneira que, quando aparecem eles no parlamento, são seus primeiros cuidados contribuir para o progresso e bom desempenho nas escolas primárias.

É dessas escolas no Brasil de que vamos falar conscienciosamente.

O Brasil marcha rapidamente para o progresso, ele quer, ele aneia por melhoramentos de toda a ordem; o impulso da Europa é acompanhado; os mistérios dos melhores sábios são decompostos e estudados; enfim aí está essa nova sociedade americana, que bem alto diz o que é e o que tem ainda de ser no porvir.

Mas, para marchar, mas para se formarem novas instituições, preciso é que o espírito do povo seja de tal maneira dirigido para a compreensão do bem geral que, quando apareça o verdadeiro adiantamento, seja ele um castelo erigido sobre sólidas bases; aliás, tudo cairia por falta de fundamentos e perigoso seria o aparato fofo que tivesse presidido a todo esse movimento” (*CORREIO DA VICTORIA*, 17 de novembro de 1849, p. 4) (Anexo 13).

Considerar as representações presentes no trecho citado acima, nos remete à afirmação de Faria Filho (2007, p. 137), para quem “[...] a instrução

possibilitaria arregimentar o povo para um projeto de país independente, criando também as condições para uma participação controlada na definição dos destinos do país”.

O texto jornalístico que destacamos prossegue atribuindo à instrução o papel de regenerar a Nação:

“Qual é, pois, o meio de marchar analítica e cautelosamente para a regeneração?

É a instrução.

Mas a instrução tal como deve ser compreendida por homens sãos, sem prejuízos e que amam o bem geral.

Uma falsa filosofia tem levado a crer-se que possa o homem formar-se à sua custa, sem auxílio de preceptores, e que só aqueles que forem dotados de talento sejam os únicos capazes de se instruírem.

Não – é um erro.

Por meio do trabalho perseverante, por meio de aturada diligência é o homem capaz de tudo obter. Ninguém nos quererá por certo, negar a grande influência da vontade.

Os homens, é verdade, não nascem igualmente aquinhoados com capacidade; mas aquilo que a natureza não mostrou logo nos princípios e que está oculto poder-se-a asseverar que não existe?

Todo homem é dotado de inteligência mais ou menos pronunciada, mais ou menos forte; mas todo homem está apto para cultivá-la.

Serão poucos os exemplos de acanhadas e ocultas inteligências, que sendo chamados a luz do dia, por meio de constância no estudo, tenham desabrochado belos e dignos de serem apreciados? A história, quantas citações nos não faz, comprovando o nosso certo argumento?

Seria absurdo, independente de exemplos, supor o contrário.

Alguns gênios transcendentais [ ] abrilhantam a humanidade e foram nas escolas pequenas capacidades ou muito limitadas. Destas e de outras verdades, pois, tiramos a irrecusável indução de que o homem é preciso ser formado:

Sim, o homem é preciso ser formado; mas depois de Deus está a tarefa incumbida a duas sortes de preceptores.

A mãe e o mestre” (*CORREIO DA VICTORIA*, 17 de novembro de 1849, p. 4) (Anexo 13).

E, assim, atribui-se responsabilidades diferentes à instrução da mocidade, à mãe e ao mestre. Vejamos a seguir as representações associadas a cada um desses elementos.

Vemos aqui como a mãe e a família são responsabilizadas pela instrução primária, pois era no período que vai do nascimento até os 7 anos que acreditavam situar-se a educação de foro íntimo da criança. Como “[...] a época das aprendizagens; aprendizagem do espaço da casa, das redondezas, do

brinquedo, da relação com as outras crianças; das técnicas do corpo, das regras de participação na comunidade local, das coisas da vida” (GÉLIS, 1991, p. 314-315) acontecia em meio a parentes, vizinhos e empregados, não é de se estranhar que a mãe e a família fossem claramente responsabilizados por parte de muitos intelectuais pela instrução primária e educação da infância. Essa representação que associa maternidade, família e educação pode ser percebida em trechos como o que destacamos abaixo:

“A primeira, sobre cujos deveres não nos cumpre aqui falar, possui a mais difícil parte, isto é, tem de dar ao filho jovem a faculdade de pensar; o segundo é apenas um aplicador dessa faculdade.

Já se vê, pois, que somos inteiramente da opinião de que é a mãe aquela que primeiro deve instruir os filhos: que precisa ela ter sobre tudo, para isso, meios.

Falem homens mais abalizados sobre os deveres das mães, que nós nos declaramos incapazes de medo de não errar.

Não apelamos, porém, para os mais a[b]alizados, tocando no milindroso ponto da nossa tese, por que tanto temos visto e presenciado que somos obrigados, como bom cidadão, a dizermos duas palavras sobre a instrução.

Desde a mais remota antiguidade têm aparecido homens dedicados inteiramente ao ensino da mocidade. E de fato existe naturalmente em cada homem, geralmente falando, tem seu pai; ora o pai, deve ensinar ao filho, o homem mais ilustrado e experiente ensina aquele que o for menos e assim por diante, nessa harmoniosa progressão do espírito humano, cujo exemplo existe também espalhado em toda a classe de animais.

É, pois, uma lei natural.

Mas a sociedade organizada como existe não pode deixar aos pais o cuidado da instrução dos seus filhos; a isto se opõe mil inconvenientes, que cada um sabe” (*CORREIO DA VICTORIA*, 28 de novembro de 1849, p. 4) (Anexo 13).

Já ao mestre cabia o dever da instrução escolar. Kuhlmann Jr. e Fernandes (2004), por exemplo, defendem que a instituição escolar, como o lugar da criança, revestiu-se da ilusão de que a escola seria um meio para afastá-la da sociedade, tida, então, como foco da degeneração moral. Desse modo, sob a condução de educadores bons e hábeis, a criança poderia ser educada para uma vida social regida por valores opostos aos vigentes, mas a escola revelou-se um lugar de reprodução dos processos sociais e culturais. O trecho abaixo exemplifica esse pensamento:

“O que restava fazer?

Organizarem-se instituições onde a mocidade fosse, com o coração cheio dos sãos princípios de família, receber a nova unção da vida moral.

É bem de crer que, para tal fim, se escolhessem bons e hábeis condutores, para guiarem passo a passo as inteligências que lhes foram confiadas.

Não será tão soberanamente nobre a tarefa? Alguma há que lhe seja superior?

Não, mil vezes não.

Parece, contudo, apesar desta verdade assaz palpável, que a instrução tem sido desprezada. Nós o vemos cada dia: há grandes erros, muitos defeitos, maus hábitos a corrigir para preenchermos, neste importantíssimo ponto, o aperfeiçoamento ou antes o melhoramento.

Na época em que vivemos, época das revoluções, onde tudo se quer mudar, corrigir, melhorar, refazer, metodizar, harmonizar, igualar, analisar e decompor, dirigem-se os espíritos reformadores para tudo já está acostumado aos pretendidos defeitos das organizações que se atacam, mas não para aquela que poderiam eles criar e educar a seu modo, para que pouco a pouco fosse aparecendo os verdadeiros frutos das suas crenças. E perguntamos nós humildemente, não será absurdo ou loucura querer de estragadas ruínas formar um edifício novo e belo? Não será esse composto fraco, menos belo e fora do gosto moderno? Não será melhor criar do princípio, dar forma aos novos materiais, cinzelá-los e pô-los na mão para colocá-los? Para que enfeitar velhos homens quando a mocidade ainda virgem se apresenta a poder receber todo o suco das reformas?" (*CORREIO DA VICTORIA*, 28 de novembro de 1849, p. 4) (Anexo 13)

Faria Filho (2007) também salienta que a escola foi lentamente se afirmando como instituição social responsável pela introdução das novas gerações na vida cultural e política, tal como as entendiam a elite brasileira, para o que era necessário combater outras formas de transmissão e produção culturais. E também foi se produzindo uma noção bastante naturalizada do alfabetismo, em que ele é tido como a forma (natural) de ser do homem e da mulher civilizados e não ignorantes. Um exemplo da representação das atribuições dessa responsabilidade à escola, encontramos no trecho reproduzido abaixo:

"A dificuldade existe somente no princípio, isto é, na maneira de ilustrar essa mocidade, que reclama os seus direitos de futuros homens da civilização. Ela quer instrução para honrar o seu país – ela quer a instrução para reconhecer ao depois quais os seus direitos – ela quer instrução para poder marchar na sua peregrinação de melhoramento – ela quer instrução, porque Deus do cristianismo assim o manda – ela quer instrução, porque sua alma a reclama altamente. Ela a quer, sim; e vós dormis, ou sonhais, com o egoísmo, sem temer que, um dia, esses homens que estão ainda encarnados no espirito fogo de rapazes vos lancem o anatema, por lhe não haverdes dado o saber.

Acordai, que já é tempo, e lançai os olhos pela humanidade inteira deste Brasil tão rico e esperançoso, e condoei-vos de verdes como os estabelecimentos da instrução primária estão acanhados!... tremei, de verdes vossos filhos em escolas ignorantes, onde tudo perdem, até as crenças que vossas mulheres lhes deram como tesouro



inapreciável! Vós que reclamais do médico todos os cuidados possíveis para a conformação física de vossos filhos, não reclamais a atenção escrupulosa dos preceptores à saúde moral deles” (*CORREIO DA VICTORIA*, 28 de novembro de 1849, p. 4) (Anexo 13).

Desse modo, defendia-se que a mãe, ao educar os filhos, deveria conhecer os preceitos elaborados por médicos, higienistas, educadores, religiosos, tidos como modelos para a educação das crianças (Kuhlmann Jr, 2007). Por isso, o autor do texto sobre a instrução publicado no *Correio da Victoria*, Pedro Antonio d’Azeredo, editor e proprietário do jornal *Correio da Victoria*, reclama a atenção do Brasil com a instrução, a fim de que pais e responsáveis deixem a cargo do Estado a educação de seus filhos, para que paire sobre a Nação recém-emancipada o brado magnífico da liberdade e ilustração, com a substituição dos compêndios e dos métodos e o fim dos castigos físicos:

“Há muito que soou nesta terra o brado magnífico da liberdade, e porque não levantarmos também o brado pela liberdade e ilustração da inteligência? Não será com elas que se formam os pedestres da segurança dos estados?

Os europeus nos escarnecem por mandarmos nossos filhos receber deles instrução; ah! não temos nesta imensa terra um recanto onde se levante um instituto para e[s]se fim?! não há no pensamento constitucional do Brasil um meio para obviar tais inconvenientes e fazer estudar igualmente o filho do pobre e do rico?! Um[a] vez por todas, a instrução deve estar a cargo dos estados, porque eles devem educar seus filhos, para mais facilmente escolherem no seu longo catálogo aquele que mais aptos são para os servirem. É esta uma verdade que ninguém contestará.

Nós reclamamos a atenção do Brasil inteiro, porque o que vamos expor é a mais dura, a mais feia das verdades.

O ensino está geralmente a cargo de particulares incapazes de o fazerem.

Sim, porque o maior dos diretores e professores não se tem compenetrado da necessidade de estudar e saber, para poder ensinar. Faz-se disso um meio de subsistência, antes do que um honroso cargo. Não há precisas habilitações, porque o governo não dá diplomas de capacidade. Cada particular, cada um homem que chega ao Brasil, quando para o comércio não serve ou para outro qualquer emprego toma logo a resolução de abrir um colégio, que só tem por si, a maior parte das vezes, ridículos anúncios, que muito prometem, muito oferecem, e, no entanto, lá gemem absurdamente os alunos debaixo de brutais castigos corporais.

A este respeito, nós enviamos os leitores a todos os jornais que se publicam, para verificarem o nosso dito, e quando os fatos o atestam, é vergonhosa a irresolução.

Não há método no ensino, não há uma originalidade própria d[a]s necessidades do país:

E quem o nega?

Os compêndios são incompatíveis, as explicações nulas ou fora do alcance da capacidade dos discípulos.

Geralmente são maus todos os compêndios que por aí se adotam. As classes se acham sempre em desordem; não existe um pensamento ordeiro que contenha a mocidade nos limites da decência para poder assim melhor compreender.

O tempo de uma lição dura pouco e não é sempre a horas convenientes.

Todas as matérias se ensinam de uma forma muito superficial, de maneira a nunca poder saber o discípulo senão definições vagas que ele mesmo as não sabe explicar. O método, geralmente adotado, de decorar tudo dos livros é perniciosíssimo e não poderá jamais ensinar a pensar” (*CORREIO DA VICTORIA*, 28 de novembro de 1849, p. 4) (Anexo 13).

A emergência na formação do professorado é mais uma exigência apontada por Pedro Antonio d’Azeredo para as escolas da província capixaba, uma vez que a organização legal da instrução pública foi considerada central para ordenar e civilizar o povo brasileiro (INÁCIO et al, 2006). Sendo assim, a formação deveria produzir professores esclarecidos, uma vez que caberia a eles a tarefa de instruir as “tenras plantinhas”:

“As ideias que se dão nos colégios são mesquinhas e pouco claras, pois que aqueles que são encarregados de as transmitir, são, as mais das vezes, apoucados nelas e seguem velhos sistemas já caídos.

[...] O método do ensino de um país não convém a todos, porque não estão todos em iguais circunstâncias. Com isto não queremos dizer que o saber tenha pátria; mas o saber tem o seu tipo, assim como os homens que o possuem.

Assim como se diz: que o estilo faz o homem; também se poderá dizer que: o homem faz o país. Os talentos que abundam no país acompanhados de imaginações muito vivas requerem um método particular em dirigi-las, para se não perderem, ou para que eles se não confundam com ideias adquiridas imprudentemente.

É prejudicial o ensino, quando não é presidido por um método razoável; e traz consigo mais males do que bens.

O espírito do cristianismo, que deveria formar a base de todo o ensino, é negligenciado ou explicado dubiamente.

Nem há dúvida; porque aqueles que são disso encarregados, ordinariamente padres de nenhum saber, ou são empíricos e escuros, ou fanáticos e perigosos, e assim jamais conhecerá o rapaz qual é a sua verdadeira religião ou quando o uso da razão clara de tudo duvida e tudo profana.

A religião é a luz dos homens, e é preciso que se tirem de diante dela toda a nuvem que a possa ofuscar; e como se conseguirá isso? Dando aos rapazes, nas escolas, noções claras e precisas das suas vantagens e da sua verdade; porque uma dúvida é meio caminho para a descrença.

Não consiste o conhecimento de Deus em saber um grande número de rezas, mas na maneira de o conhecer para amá-lo, de o sentir para venerá-lo; já vemos, pois, que é este um ramo da instrução que deveria ser regido por um bom e ilustrado sacerdote, ou por qualquer homem, cuja capacidade e fé fosse reconhecida. É nas escolas que

se dá pouca ou nenhuma importância ao ensino do cristianismo; e o que há de mais belo do que essa singela filosofia cristã, que está ao alcance até da criancinha?

Ai do país que contar na maior parte de seus filhos céticos ou fânicos; ai dele, porque a sua ruína é cavada lentamente.

Nós o repetimos, esta mentira é mal-ensinada, que se perguntardes: a qualquer colegial; qual é a ideia que ele faz da sua crença religiosa, ele vos não saberá responder.

Convençamo-nos de uma grande verdade, a escola é um templo onde se ensina, a par da religião cristã, todas as ciências e vantagens que trouxe ela consigo. A escola é um templo, onde devem ser regadas as tenras plantinhas que têm de povoar o paraíso dos cristãos, o mundo adiantado e esclarecido” L. C. (Diário do Rio) (*CORREIO DA VICTORIA*, 28 de novembro de 1849, p. 4) (Anexo 13).

De maneira geral, os intelectuais capixabas ligados aos jornais mostraram-se indivíduos apaixonados capazes de defender os benefícios da instrução para a infância, questionando os métodos utilizados, os horários para as aulas, a má formação dos professores, os compêndios utilizados, a defesa do fim dos castigos físicos. De forma que

“a defesa da instituição escolar como o lugar da criança revestiu-se da ilusão de que a escola seria um meio para afastá-la da sociedade, foco da degeneração moral, de modo que, sob a condução de educadores incorruptíveis, ela fosse educada para uma vida social regida por valores opostos aos vigentes, mas [...] a escola revelou-se um lugar de reprodução dos processos sociais e culturais” (KUHLMANN Jr, FERNANDES, 2004, p. 23).

Dessa maneira, concluímos que a instrução da infância foi uma grande preocupação por parte dos escritores, editores e colaboradores dos jornais durante o período de 1849 a 1869, uma vez ser a imprensa o veículo considerado o grande responsável (FARIA FILHO, 1998, 2000, 2001, 2002, 2006, etc) por modelar comportamentos, sentimentos e ações, transformando as representações de crianças boas ou más nas representações de crianças que se tornariam indivíduos exemplares de patriotismo, trabalhadores e monarquistas.

E, na tentativa de tornarem as futuras gerações reconhecidas como um povo ordeiro e civilizado, a (des)organização da instrução pública tornou-se um obstáculo a ser vencido, tendo na Europa um centro irradiador de ideias que

foram adaptados para a realidade capixaba, uma vez que os intelectuais afirmavam que

“[...] todos sabemos, além disso, que tem cada país os seus costumes, o seu tipo; ora, porque se não deve ensinar desde logo, quais são as necessidades do país em que vivemos e damos por meio do exemplo aquela cor local, que deve necessariamente possuir cada povo.” (*CORREIO DA VICTORIA*, 28 de novembro de 1849, p. 4) (Anexo 13).

E são essas adaptações que vamos analisar adiante.

### **1.5 – Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano e as histórias conectadas**

Remetendo-nos aos modelos pedagógicos que circularam no Brasil no século XIX, principalmente àqueles vindos da França, com o objetivo de acurar nossa percepção da apropriação dos textos publicados nos jornais capixabas, são preciosas as contribuições dos estudos de Diana Vidal sobre práticas de leitura e escrita na escola primária em harmonia com a ideia de histórias conectadas “[...] que consiste em identificar a transmissão e o reemprego das mesmas referências, dos mesmos mitos, das mesmas profecias em contextos muito diferentes e distantes” (SUBRAHMANYAM, apud CHARTIER, 2009, p. 56).

A noção de histórias conectadas utilizada por Vidal (2005), baseando-se em Subrahmanyam (2001, 2005), nos permite vislumbrar as apropriações que os editores fazem dos jornais e revistas nacionais e estrangeiros, pois, quando um editor transcreve um texto, ele não o faz desinteressadamente, mas num contexto, próximo a outros textos, de forma a defender uma ideia, e, quando traduz um texto, o faz a partir de suas referências.

O texto sobre a organização da instrução primária na Holanda, por exemplo, publicado no jornal *Correio da Victoria* com a colaboração de Luís da Silva

Alves de Azambuja Suzano<sup>18</sup>, nos permite compreender as influências por que perpassam os textos dos intelectuais capixabas.

Vidal (2005), dedicando-se ao estudo “da circulação de modelos pedagógicos e materiais didáticos entre os continentes” (p. 66) americano e europeu, nos diz que mais que uma história comparada ao modelo de Marc Bloch, que pretendia possibilitar o entendimento das conexões continentais e intercontinentais, as histórias nacionais estabelecem-se em múltiplas escalas. Em consonância com Gruzinski, Vidal reconhece um processo de mundialização, em fins do século XV e princípios do XVI, que constitui múltiplas realidades históricas no entrelaçamento de culturas. Surge, então, o que Gruzinski denominou de mestiçagem cultural uma recriação identitária que, para Vidal, coloca em destaque as singularidades sócio-históricas das comunidades nacionais, regionais ou mesmo institucionais; portanto, as histórias não foram transpostas, mas estão conectadas, pois

“a categoria visa evitar a perspectiva etnocêntrica (e hierarquizante) de que muitas vezes os estudos comparados estão impregnados. É a “dilatação planetária dos espaços europeus” que emerge como questão fundamental na percepção de uma circulação de objetos e modelos culturais que, ao mesmo tempo que se acompanha constantemente da descoberta de outras sociedades e saberes, esforça-se por captá-los, sem, no entanto, absorvê-los” (GRUZINSKI, apud VIDAL, 2005, p. 66).

Para a pesquisadora, a perspectiva de histórias conectadas parece fértil para pensar tanto a circulação de modelos pedagógicos e materiais didáticos, quanto o trânsito de educadores brasileiros em solo europeu e norte-americano e de educadores estrangeiros em solo brasileiro. Estamos, aqui, entendendo circulação a partir de Chartier (1990), isto é, mais que a simples difusão, uma tensão a ser reproduzida, que tem dois lados, sendo um deles a constituição de uma distinção pela diferença e, o outro, a apropriação pela imitação social ou pela imposição aculturante. No século XIX, essa circulação era parte do processo de internacionalização típico daquele século e que poderia ser de

---

<sup>18</sup> Apresentaremos uma pequena biografia desse intelectual capixaba no próximo capítulo.

iniciativa governamental ou particular, sendo de grupos sociais ou de indivíduos.

É dessa forma que compreendemos as influências exercidas pelos modelos europeus sobre os intelectuais capixabas. Um desses intelectuais é Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano que participou ativamente da vida política, cultural e administrativa da província capixaba. O texto abaixo, publicado no jornal *Correio da Victoria*, foi extratado por Suzano, diretor da instrução pública capixaba no ano de 1848, e versa sobre a organização da instrução pública primária na Holanda.

Suzano inicia o texto explanando sobre o estado de desorganização em que se encontrava a instrução primária na Holanda e como no início do século XIX foi rigidamente organizada, com a criação de um conselho para cuidar somente desse setor, com exames para a aprovação de professores e análise do regulamento e dos livros usados nas escolas. Segundo Suzano, sem esse conselho a instrução primária já teria mudado de direção centenas de vezes:

“Instrução Primária

Extrato da obra de Mr. Cousin

Em um país tão pequeno como a Holanda, que só conta 2.500 habitantes, a instrução pública não tem ministério a parte, pertence ao ministério do interior, que para esta seção tem um referendário, que trabalha com o ministro, e ao lado deste referendário há um inspetor das escolas, que é o principal recurso da instrução pública.

Mas, por isso mesmo, a instrução pública está como fundida no ministério do interior, precisa de um conselho encarregado especialmente de velar na estrita execução dos regulamentos existentes, de preparar outros novos que possam vir a ser necessários, de estabelecer uma jurisprudência fixa em todas as decisões da administração central e de, por este modo, imprimir um impulso unido e forte em negócios escolásticos.

Há, com efeito, de tempos em tempos na Haya, sob a presidência do ministro, uma assembleia de certo número de inspetores dos departamentos, que reunidos em conselho propõem todas as medidas que parecem necessárias ao serviço. Na Alemanha, não há um só ducado um pouco considerável que não possua um semelhante conselho.

Na França, o conselho real faz parte integrante deste mister e é como o seu regulador no meio das comoções perpétuas da política, pois sem ele teria a instrução pública desde 1808 mudado cem vezes de direção, mudando de diretores e de ministros: ela teria errado a vontade das opiniões literárias da moda, dos partidos religiosos e políticos, das revoluções de ministério e do governo. A unidade de um país está mais que tudo na educação nacional; e não se pode

assegurar esta unidade senão por um conselho permanente que seja de algum modo o supremo tribunal da instrução pública. Não se pode negar a utilidade de um conselho permanente de instrução pública que tenha o olho sempre aberto sobre os abusos e trabalhe sem descanso em preveni-los e reformá-los, propondo constantemente as medidas gerais que a experiência for sugerindo. Fora disto não resta senão ou o arbítrio ministerial ou a onipotência municipal: extremos quase igualmente perniciosos à dignidade e progresso das ciências e das letras, aos quais a sabedoria alemã e o gênio de Napoleão contrapuzeram um conselho investido de uma autoridade conveniente” (*CORREIO DA VICTORIA*, 1 de agosto de 1849, p. 3) (Anexo 14).

E continua o texto apresentando como a instrução primária foi organizada em um código com máximas sábias, conforme o espírito do país, e totalmente adaptado às províncias que ao longo dos anos não sofreram graves modificações:

“Examinemos agora as leis que regem na Holanda a instrução pública.

Há cinquenta anos estava a instrução primária quase no mesmo estado que em todo o resto da Europa: as felizes mudanças que se seguiram são devidas principalmente aos esclarecidos e continuados esforços da heroica Sociedade do Bem Público. Pelo seu exemplo e conselhos é que no princípio do século XIX o governo tomou a peito a causa da educação do povo. O ilustre Van der Palm deu o primeiro passo em 1801 e o segundo em 1803: e depois Van den Ende, que desde 1800 não tinha cessado de estar à frente da instrução primária, acabou a obra começada por Van der Palm, modificando-a e aperfeiçoando-a.

Daqui a lei apresentada à câmara dos representantes da república em 19 de novembro de 1805 e adotada e publicada em 3 de abril de 1806 com os regulamentos gerais que o governo autorizado a incorporar nela.

Estava este código fundado em máximas tão sábias, era tão bem ligado em todas as suas partes e tão conforme ao espírito do país; adaptavam-se tão comodamente pela generalidade dos seus princípios as conveniências das províncias as mais diferentes; que durou até os nossos dias sem nenhuma modificação grave através de três grandes revoluções: e quando em 1829 o governo, por condescender com liberais belgas, propôs uma nova lei, em que a de 1806 sofria deploráveis modificações, as câmaras resistiram, e o governo via-se obrigado a retirar o projeto.

Ficou, pois, intacto esse código de 1806. E quando se compara esta lei e os seus regulamentos com a lei Prússia de 1819 o exame destes dois monumentos, os maiores que existem até hoje no mundo em matéria de instrução primária, dá em primeiro resultado que a maior parte dos objetos reservados na Holanda aos regulamentos faz na Prússia parte da lei. A razão é porque na Prússia, onde não há governo representativo, não há distinção de lei e regulamento, como na Holanda, onde na lei se põe, como na França, somente o que é geral, sem o risco de ver introduzir-se, na discussão em uma assembleia numerosa e pouco competente nestas maneiras, emenda

capaz de inverter o sistema o mais bem consertado” (*CORREIO DA VICTORIA*, 1 de agosto de 1849, p. 2) (Anexo 14).

Do mesmo modo, percebemos a inquietação sobre a existência de bons mestres e bem remunerados para que os homens de mérito queiram assumir a posição de professor e dessa maneira passem a existir boas escolas:

“Não é o ter escolas o que mais importa, e sim tê-las boas. É um inconveniente o não haver escola em uma freguesia: porém escola má é uma calamidade. Também se o professor não espera senão uma sorte incerta ou infeliz; não quererão os homens de mérito ser mestres de escola, e adeus instrução primária. Todavia pode um mestre ser bem remunerado e não saber grande coisa, se não houver alguma autoridade que se oponha a este abuso, como a todos os outros. Propor semelhante autoridade sobre as escolas é o recurso de toda a instrução primária: reflita-se bem nisto, que nisto consiste tudo” (*CORREIO DA VICTORIA*, 1 de agosto de 1849, p. 3) (Anexo 14).

E ainda mais: o texto chama atenção para a constituição do governo como imperativo à construção de uma sociedade civilizada, sendo a educação primária a coroa que daria vida ao governo e caberia ao governo dar o brilho ou o ofuscamento à instrução primária. Suzano justificava sua escolha pela organização da instrução da Holanda, uma vez ser desse país a organização mais forte e a lei francesa ser muito defeituosa:

“O governo é sem dúvida constituído para a sociedade, e só ele a faz marchar. Se quiserdes constituir uma sociedade, começa por constituir o seu governo; se seriamente quereis a educação do povo, sabeis que toda a mola desta educação está no governo que lhe derdes. Se um tal governo é fraco e vacilante, fica a educação primária sem futuro: poderá ter alguns momentos de brilho por circunstâncias passageiras, mas não deixará de tornar a cair em uma languidez deplorável. Dá-lhe pelo contrário um governo vigoroso e ativo: comunicar-se-á por toda a máquina o espírito deste governo e lhe imprimirá o movimento e a vida. A lei holandesa [o]cupa-se quase toda neste [ ] fundamental: e isas há nela que se en[c]aminham a matéria e a forma aos princípios e a pratica ao mesmo tempo: e como a inspeção é o fundamento da instrução primária, é sobre a inspeção que principalmente a lei se funda. Sobre este ponto, ai de mim! sobre este ponto vital (com o pesar o digo, mas sem remorsos) é muito defeituosa a lei francesa... Não se deve ser membro de um comitê de instrução primária por se ter tal ou tal capacidade.

Além de comissões gratuitas, as leis da Prússia e da Holanda instituem, com o título de inspetores, funcionários assalariados escolhidos de qualquer classe onde se ache a capacidade requerida, e que respondem ao governo por toda a instrução primária em certo distrito. É este o verdadeiro governo da instrução primária: e a sua organização mais ou menos sábia é que a meu ver tende a questão vital da educação do povo” (*CORREIO DA VICTORIA*, 15 de agosto de 1849, p. 2) (Anexo 14).



Por considerar a organização da inspeção escolar o meio mais eficiente para manter-se as escolas públicas ou particulares funcionando da melhor maneira, Suzano dedica-se a descrever como funcionava a inspetoria na Holanda:

“É difícil conceber uma organização mais forte do que a da inspeção da Holanda. Há em cada província uma comissão de instrução primária, composta de todos os inspetores dos diversos distritos de escola em que a província está dividida, e nenhum desses distritos é muito extenso. Cada inspetor reside no seu distrito e tem o dever de inspecionar e dirigir as escolas ao menos duas vezes no ano: está-lhe subordinada a instrução primária em todos os graus. Sem ele não se pode chegar a ser professor público, nem mesmo particular; nem se podem tais professores sustentar, nem receber qualquer gratificação ou recompensa; porque nenhuma comissão tem poder sobre ele que, pelo contrário, é o presidente de cada uma delas. Três vezes no ano ele se apresenta na capital da província e, aí, sob a presidência do governador, se reúne aos outros inspetores dos diversos distritos e fazem uma conferência durante duas ou três semanas, na qual cada um lê um relatório da inspeção do seu distrito e submete à assembleia as questões cuja decisão lhe pertencem. Como cada província tem seu regulamento especial de instrução primária fundado sobre a lei e regulamentos gerais, a comissão provincial examina se todos os atos de cada inspetor são conformes ao seu regulamento especial, que ela cuida muito em fazer, observa estrita e uniformemente; então decreta as medidas, cuja iniciativa lhe pertence, e compõe o relatório anual, que envia ao governo central, submetendo-lhe os melhoramentos que lhe parecem necessários ou úteis, para que ele resolva. Na corte, há um alto funcionário, inspetor da instrução primária ao lado do ministro. De tempos em tempos, o governo convoca para a corte uma assembleia geral de instrução primária, a qual envia a cada comissão um seu deputado. Deste modo está toda a instrução primária, desde o inspetor geral na corte até o mais pequeno inspetor de distrito nas mãos dos inspetores. Cada um destes dirige o seu distrito: cada comissão provincial dirige a sua província: a assembleia geral, que se poderia chamar o conselho geral de instrução primária, dirige a nação; e todos estes poderes são da mesma natureza em todos os graus, pois que todos os graus são de funcionários, isto é, de homens assalariados, e responsáveis. O inspetor do distrito é responsável perante a comissão provincial; e esta perante o inspetor geral e o ministro. Nesta sábia e muito simples hierarquia, tem cada grau seus poderes determinados e limitados.

Mas, para bem compreender-se toda a influência dos inspetores de distrito, é preciso saber-me como segundo a lei se pode vir a ser professor público ou privado” (*Correio da Victoria*, 15 de agosto de 1849, p. 2) (Anexo 14).

A habilitação dos professores era outra constante preocupação por parte dos governantes, pois seriam os professores os responsáveis pela formação das almas dos pequenos. Por isso a lei holandesa era rigorosa, exigindo, além da certidão de moralidade, que o candidato prestasse exame perante os

inspetores do distrito, e, a partir daí, poderia seguir por dois diferentes caminhos: ser professor particular – e, para tanto, necessitaria de licença municipal que só era concedida perante anuência do inspetor –, ou então ser professor público, desde que prestasse novo exame perante um júri onde estaria presente o inspetor:

“Segundo a lei, para alguém ser mestre de escola são necessárias, além da certidão de moralidade, mais duas condições: – a admissão geral e a admissão especial. – Ambas condições se exigem na Prússia: na França, quem uma vez obteve carta de aprovação pode em qualquer tempo abrir escola em qualquer lugar do reino só com obrigação de apresentar certidão de moralidade, que não se recusa a ninguém que quer sair da freguesia.

Na Holanda, a carta de admissão geral só é concedida depois de um exame que se faz perante a comissão provincial composta exclusivamente dos inspetores do distrito. Sem isto ninguém pode ser candidato a nenhum lugar de instrução primária. Obtida, porém, a carta de exame, está aberta a entrada para a carreira: e nada é mais sábio e [ma]is bem entendido. Então, com a carta de capacidade, pode o candidato apresentar-se: quer ser mestre particular, pede licença à autoridade municipal, que não lhe concede sem ser ouvido o inspetor: se quer ser mestre público, então a sua nomeação não pode ter lugar senão depois de um exame comparativo em concurso, onde o inspetor é um dos juizes, e de modo que senão conforma com o parecer do júri do concurso tem o direito de apelar para o ministro. Uma vez nomeado ou autorizado, o candidato comparece perante o inspetor do distrito a justificar a sua nomeação ou licença de sorte que, tendo ocorrido até o fim todos os graus da sua admissão, ainda depende de algum modo do inspetor. Enfim, a sua suspensão ou demissão é pronunciada pelas autoridades administrativas municipais ou provinciais, mas sobre proposta dos inspetores.

Resta a saber como são nomeados e recompensados funcionários que se revestem de uma autoridade tão extensa. Se fossem nomeados e pagos pela freguesia e pela província, ficariam por isso mesmo quebrantados de poder; porque dependeriam de autoridades estranhas às suas funções, dos conselhos municipais, dos maires, prefeitos e subprefeitos: poderiam ser escolhidos e mantidos em interesse diverso daquele da instrução primária e por um outro motivo [di]verso do da sua capacidade. Na Holanda, os inspetores são pagos pelo estado e nomeados pelo estado: o seu ordenado não é grande, antes é bem módico; não propriamente falando, senão uma gratificação: um pai de família que não tivesse outra fortuna mais do que subsídio não poderia sustentar-se honradamente: mas quem tiver por outro emprego eclesiástico, ou escolástico, modesta subsistência com uma posição conveniente, acha neste subsídio e, principalmente, na honra da nomeação real um acréscimo de bem ser e de consideração que o dedica às suas funções. Demais é o estado quem nomeia o inspetor do distrito, mas sob proposta; e esta proposta não é feita por uma autoridade estranha à instrução primária, e sim precisamente pela comissão provincial dos inspetores, que, conhecendo a fundo as necessidades da instrução primária na província, são os melhores juizes da capacidade especial que o lugar exige. Contudo, o estado não é obrigado a nomear aquele a que a comissão lhe apresenta; porque então seria a comissão quem nomeava, e fora isto vicioso. A administração provincial transmite a

proposta com a sua informação e até pode acrescentar-lhe mais um ou outro candidato: o ministro escolhe e o rei nomea” (*CORREIO DA VICTORIA*, 15 de agosto de 1849, p. 3) (Anexo 14).

O texto segue apresentando a forma de contratação e a recomendação das escolas normais para aperfeiçoamento dos professores. Lembramos que a finalidade da instrução primária era ligada à formação moral e religiosa dos futuros adultos e, dessa forma, os candidatos a mestre deveriam professar a religião oficial do Estado.

A carta de nomeação dos professores só poderia ser conseguida por meio de concursos. Essas cartas delimitavam os professores em quatro graus: aos de primeira e segunda ordem era conferida a posição de mestres particulares ou públicos; os de terceira ordem somente poderiam assumir a posição de professor em cidades menores; e os de quarta ordem só poderiam ser contramestres. Dessa forma, estabelecia-se uma hierarquia entre os professores e entre estes e os demais funcionários:

“Recomenda o artigo trinta que as administrações provinciais tomem as medidas necessárias para que se observe a frequência das escolas em todo o ano. Recomenda escolas normais onde se aperfeiçoem aqueles que se destinem ao magistério.

O segundo regulamento trata dos exames que devem fazer aqueles que pretendem exercer o magistério.

Quando vaga se estabelece numa escola, vem a concurso todos os candidatos que já tem carta de suficiência, mas não de nomeação. Esta ordem faz com que os pretendentes não se descuidem de adquirirem cada vez maiores conhecimentos.

Os exames e concursos distinguem candidatos de quatro ordens e compõem entre todos os candidatos uma hierarquia que causa entre eles uma emulação útil e tem também suas consequências positivas. Nas cidades não se admitem mestres particulares ou públicos senão da primeira ou segunda ordem. Não se pode obter a primeira sem ter vinte e cinco anos de idade. No seu exame recomenda-se a maior severidade: além dos diversos objetos assaz difíceis que ele encerra, exige que se reconheça no candidato uma cultura distinta. A carta de terceira ordem não dá direito senão ao magistério em lugares de pouca importância: e a da quarta ordem somente a ser contramestre de alguma escola.

O exame de cada um destes quatro graus e, principalmente, do 3º, 2º e 1º versa sobre o talento para ensinar, como sobre talento científico dos candidatos. Primeiramente e fora do ato do exame, trata-se de conhecer a moral e a religião do candidato, e o seu modo de pensar em geral: depois segue-se o exame dos seus conhecimentos, seu método de ensino e seu talento para a disciplina, e para o governo intelectual e moral da escola.

Feito o exame dá-se ao candidato a sua carta, que declara o grau que lhe co[m]pete e até o gênero de talento de que deu prova, [ ] se publica na Gazeta Oficial.

Além destes exames, o inspetor de cad[a] comarca deve estabelecer ou em sua casa, ou e[m] qualquer outro lugar que lhe convenha, uma conferência em certas épocas fixas, e nela se acham todos os mestres de escola de seu distrito para tratarem da melhor maneira de preencherem as suas importantes funções. Duas vezes no ano ele visita as suas escolas, e três vezes no ano anotam-se todos os inspetores de comarca na capital da província. Do resultado de suas conferê[n]cias, formam um relatório, que enviam ao ministro da instrução pública” (*CORREIO DA VICTORIA*, 18 de agosto de 1849, p. 2) (Anexo 14).

Para finalizar o texto, Suzano, assim como fez Pedro Antonio d’Azeredo, demonstrou a importância da escolha dos livros a serem usados pela infância, uma vez que pensava ser necessária a condução pelas lições de moral e religião e o conhecimento do bem, do belo e do verdadeiro destino da humanidade. Ainda recomendava o uso do método simultâneo, permitindo mesclar com o método mútuo apenas em seu aspecto de o aluno mais adiantado ensinar ao mais atrasado. Por último, proíbia totalmente o uso do método individual:

“Esta lei tem só vinte e um artigos e eu não conheço lei de instrução primária mais curta e ao mesmo tempo mais eficaz. Os regulamentos tem por título – Dos estabelecimentos relativos à instrução primária. O artigo vinte um deste regulamento anuncia outro geral de ordem interna para todas as escolas primárias, atribuindo a cada comissão de superintendência o direito de aplicar as modificações adaptadas às necessidades e circunstâncias locais. Estes são, com efeito, propostos por estas comissões; mas [são] remetidos à comissão provincial, que os examina e transmite com o seu parecer ao ministro. O artigo vinte e quatro reserva exclusivamente ao governo central o direito de autorizar os livros que podem ter uso nas escolas: é, pois, evidente que em matéria tão delicada e tão decisiva o governo não pode delegar este direito, cuja aplicação exige uma prudência e firmeza d[o] que só ele é capaz. Mas uma vez decretada pelo governo a lista geral destes livros, trata-se de fazer deles uma escolha em lista especial para cada província. O direito de fazer esta escolha é muito importante, porque fica sendo exclusiva para a província. O nosso artigo encarrega desta escolha a comissão provincial, que, depois de o fazer, deixa aos mestres de escola o poder de escolher os livros que lhes convém. E deste modo são (menos) todos os direitos, todos os interesses, todas as conveniências. Esta sábia liberdade produz nos métodos uma emulação e um aperfeiçoamento perpétuo, e os inspetores que dirigem a lista vigiam que seja respeitada. Os mestres particulares servem-se dos livros que querem, só com obrigação de o participarem ao inspetor do distrito, que pela sua parte o comunica à comissão provincial, que conforme as circunstâncias transmite ao governo central.

Os artigos vinte e dois e vinte e três estabelece[m] que o fim da instrução primária é a educação moral e religião. E com efeito se as escolas populares não fizessem mais que desenvolver os sentimentos de moral e de piedade, próprios a bem dirigir na sua conduta as classes laboriosas, fariam talvez mais mal do que bem e talvez não ser[vi]ssem para mais do que manter uma barbária de nova espécie, em que aliassem conhecimentos materiais a uma profunda ignorância do bem e do belo e do verdadeiro destino da humanidade.

Enfim um quarto regulamento estabelece: 1º – sendo mais de 70 o número de alunos, haverá um contramestre; 2º – toda escola é dividida em três classes separadas, e cada uma recebe uma instrução separadamente; 3º – é banido o ensino individual e adotado inteiramente o simultaneo; 4º – do ensino mutuo é somente adotado o método de um discípulo já adiantado ensinar ao principiante: prática na verdade excelente. Não esquece o recomendar-se toda a limpeza e asseio assim na casa da escola, como nas pessoas dos alunos, e as recompensas dadas depois dos exames aos que se distinguem pela sua aplicação e boa conduta.

Este é, em suma, o fundamento dos belos resultados que tanto tem contribuído para a alta estima de que a Holanda goza na Europa. Na França, a instrução primária acha-se ainda na infância. Não se trata ali de vãs teorias, e sim de princípios consagrados por 30 anos de brilhantes sucessos, e por isso julguei dever esta exposição ser a glória da Holanda” (*CORREIO DA VICTORIA*, 12 de setembro de 1849, p. 3)

Extratado por – [Suzano] (Anexo 14).

O papel que a instrução pública assumiu na formação do povo (Mattos, 2004), docilizando a população e conduzindo à modelação de uma sociedade virtuosa e cumpridora de seus deveres, tornou-se, assim, uma preocupação constante por parte dos governantes.

No Espírito Santo, o *Regulamento das escolas de primeiras letras da província do Espírito Santo (1848)*, produzido pelo presidente Couto Ferraz em 1848, ao final de seu mandato, e aprovado em maio do mesmo ano, é constituído por 46 artigos distribuídos por seis títulos. O regulamento apresenta pontos semelhantes com os pontos apresentados no texto de Suzano.

Ao compararmos as atribuições dos inspetores de escola no texto e no Regulamento, percebemos mais que diferenças e semelhanças, percebemos adaptações para realidades diferentes, uma vez que “Couto Ferraz reorganizou o sistema de inspeção, tendo como referência o sistema austríaco combinado com o sistema holandês” (MATTOS, 2004, p. 290). No texto de Suzano, defende-se a existência de um conselho de inspetores que reúne-se três vezes

ao ano para debater os ajustes feitos em cada distrito do regulamento nacional. No regulamento de 1848, percebemos as adaptações feitas no Espírito Santo, em que cada inspetor a cada três meses deve enviar um relatório ao presidente da província:

“Art. 22. O presidente da província nomeará em cada freguesia um inspetor da escola, ou escolas nela existentes; o qual terá as seguintes atribuições:

1º Visitar, ao menos uma vez por mês e sempre inesperadamente, a escola ou escolas debaixo de sua inspeção.

2º Verificar, à vista da matrícula, o número de alunos que as frequentam efetivamente.

3º Examinar a salubridade do local para elas escolhido, e se os professores cumprem tudo quanto for determinado nos regulamentos e instruções.

4º Enviar trimensalmente ao governo uma informação circunstanciada do estado das escolas, do progresso dos discípulos, das causas da falta de concorrência, quando se realize, e de todas as necessidades que ocorrerem.

5º Dar atestados aos professores para cobrarem seus vencimentos.

6º Adverti-los sobre omissões leves no cumprimento de seus deveres, participando ao diretor das escolas, quando se mostrem incorrigíveis, e comunicando as faltas que encontrarem.

7º Exigir trimensalmente no fim de cada ano dos professores, tanto públicas como particulares, um mapa dos alunos que frequentam as escolas a seu cargo, e os esclarecimentos, que forem necessários para balizar suas informações” (ESPÍRITO SANTO, 1848, p.11-12.) (Anexo 15).

Do mesmo modo, no *Regulamento das escolas de primeiras letras*, destacamos um título dedicado ao provimento e habilitações dos professores primários composto por dez artigos. Constam nesses artigos: a forma de concurso para o cargo (constituído por prova feita perante o presidente da província e uma comissão composta por três pessoas), o conteúdo da prova que deveria versar sobre a matéria específica e os livros em que os alunos fariam a leitura e a análise gramatical. Ao provimento do cargo das aulas femininas, a prova deveria ser feita perante o presidente da província; seria composta pelas mesmas atividades da masculina e acrescida de bordado, costura e outras prendas; seriam avaliada por uma ou duas senhoras designadas pelo presidente da província e a comissão.

O governo de Couto Ferraz não deixou a moralidade dos professores passasse despercebida:

“Art. 14º Não serão admitidos a exame, nem nomeados professores, apesar de quaisquer habilitações, os que tiverem sofrido condenação por homicídio, furto ou roubo, juramento falso ou falsidade, ou já tiverem sido demitidos por maus costumes ou incorrigíveis no desempenho de suas funções” (ESPÍRITO SANTO, 1848, p. 5) (Anexo 15).

No título 6º, percebemos mais semelhanças entre o texto extratado por Suzano e o regulamento das escolas de primeiras letras. Trata-se do estabelecimento dos métodos de ensino: o *Regulamento* instituía o método simultâneo e abria a possibilidade para a organização da instrução a partir de outros métodos, e não havia proibições quanto a nenhum método de ensino:

“Art. 32. O método do ensino da instrução primaria, nas escolas publicas, é em geral o simultâneo, mas poder-se-hão adaptar outros, que forem mais adequados, conforme os lugares, suas necessidades e recursos” (ESPÍRITO SANTO, 1848, p.16.) (Anexo 15).

A partir da análise de textos dos intelectuais capixabas publicados nos jornais, compreendemos que as representações para a infância se transformam com o tempo. Mudam também as diferentes formas de representar os modos de ser das crianças, vinculados a diversos fatores integrantes do contexto social. Assim tomamos por pressuposto ser a infância uma construção histórico-social.

Percebemos também que o trânsito de ideias, objetos pedagógicos e pessoas entre os continentes europeu e americano tornou-se um campo fértil de estudos, o que nos possibilitou entender a partir de que modelos os intelectuais capixabas do século XIX estavam pensando a organização da instrução da infância e de que modo as representações para a infância foram influenciadas por essas trocas. Entretanto, não nos é possível descartar a ideia, mesmo que aqui não venhamos a desenvolvê-la, de que esse trâmite não afetava apenas aos brasileiros.

## **Capítulo 2 – A influência francesa nos textos dos intelectuais capixabas: os manuais escolares**

Tendo visto no capítulo anterior a importância atribuída pelos intelectuais aos livros para a educação da infância, objetivamos compreender de que forma esses livros contribuíram para a construção das representações para a infância na capital da província capixaba entre 1849 e 1869, uma vez que a circulação das representações para a infância é parte das histórias conectadas.

Diana Vidal (2005), ao discutir a circulação de modelos e objetos pedagógicos entre os continentes europeu e americano, abre-nos possibilidades para entendermos como os livros franceses chegaram ao Brasil; a autora destaca que são três as formas de circulação, de iniciativa governamental, pela ação de grupos sociais ou por iniciativas de indivíduos isolados (Vidal, 2006).

Dos três livros aqui apresentados, dois podem ser inseridos em qualquer uma dessas formas, conforme veremos no item sobre a produção. As obras estão classificadas em: um compêndio, conforme consta no dicionário da língua brasileira (SILVA, 1832, p. 261), “compendio epitome resumo do mais essencial, de noções elementares de uma ciência”, um livro de lições morais e um manual com lições de moral, virtude, civilidade, geografia e história sagrada. Essas obras foram escolhidas por facilidade de identificação, pois parecem ser bastante comuns a indicação do nome da obra sem referência a autores e o acesso a tais livros, e ainda por representarem os modelos mais comuns para a época em circulação no Brasil (ABREU, 2003).

### **2.1 - A França como madrinha<sup>19</sup>**

Para Bittencourt (1993), a influência francesa no século XIX deve ser entendida a partir de uma trama de interesses econômicos, sociais e culturais. A

---

<sup>19</sup> Expressão usada por Mattos (2004).

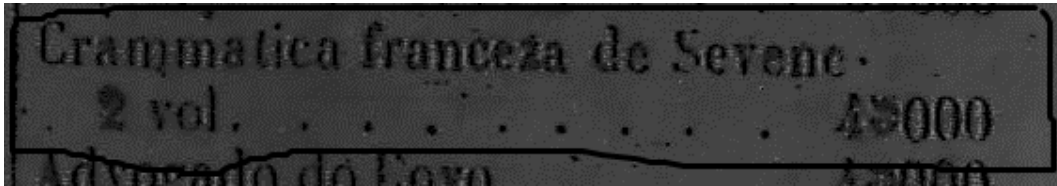


identificação do Brasil com a sociedade francesa pode ser percebida pelo desenvolvimento econômico de ambos, uma vez que se constituíam de sociedades agrárias que se pretendiam urbanas. A França investiu em uma política industrial baseada na exportação de variados produtos, dentre eles os livros. Dessa forma, a cultura francesa, baseada na religião católica, servia como modelo a ser exportado, bem como suas formas de educação, consideradas modernas, que atraíam a elite brasileira que se esmerava em enviar seus filhos às universidades francesas.

E esse processo no qual a França esteve inserida passa a se modelar para os intelectuais. Para Emilia Viotti da Costa (2000), a chegada da Família Real, em 1808, trazendo consigo os costumes e luxos europeus, nos primeiros anos de intenso comércio com a Inglaterra, deram o tom dos modos de viver no Brasil até 1815. Com a deposição de Napoleão e a situação política da França apaziguada, a influência francesa passa a ter total acolhimento na vida diária brasileira, principalmente na Corte, em Pernambuco e na Bahia, pois seus portos recebiam muitos vapores vindos da Europa.

Emília Viotti da Costa (2000), no que se refere à influência francesa no século XIX em São Paulo, percebeu que os jovens iam estudar na França e, ao retornarem ao Brasil, procuravam reproduzir o estilo de vida e os ambientes aos quais se acostumaram e que tanto lhes agradava. Assim, muitos traços franceses foram acrescentados à vida brasileira graças aos contatos com homens, costumes, ideias e produtos de procedência francesa. Nesse cenário, destacam-se os livros no original ou traduzidos, que agiram como centro de propagação da cultura francesa e fontes de novos modos de vida para grande parte da sociedade urbana brasileira, com a irradiação de ideias, costumes, usos e estilos de vida, sendo “[...] o domínio da língua francesa uma credencial cultural muito significativa à elite brasileira” (Bastos, 2008, p. 43).

No que diz respeito à capital da província capixaba, podemos destacar os anúncios nos jornais para a venda de gramáticas francesas:



Jornal da Victoria, 3 de março de 1864, p. 4. Pertencente ao acervo do APPEES.

Bem como os relatórios de presidentes de província ao destacarem que a aula de francês foi assumida por um determinado professor:

O habil professor de uma das cadeiras de instrucção primaria desta capital, Manoel Ferreira das Neves, foi incumbido do ensino da lingua franceza, segundo a authorisação do § 9 ° titulo 5 ° do orçamento vigente Já entrou em exercicio, e conta o numero de 11 alumnos

Espírito Santo, 1850, p. 16. Pertencente ao acervo do APEES.

Assim como a venda dos livros, a *História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras* e *Thesouro de meninos*, realizada na tipografia do *Jornal da Victoria*:

Na rua de S. Luzia n.º 48 vende-se:	
Curso da lingua latina, de Castro Lopes, adoptado para o ensino desta lingua.	50000
Grammatica portugueza de Su- zano.	10000
» » de Cyrillo.	20000
Cathecismo de Montpellier.	10000
Cod. criminal, de Cordeiro.	40000
Arithmetica, de Avila.	10000
Historia da idade média, de Ca- logeras.	80000
» patria, do Pinheiro.	20000
Obras poeticas de Alves de Azavedo —bella edição—3 vol.	180000
Do peder temporal dos papas.	20000
Manual dos promotores.	30000
Historia da provincia do Espirito Santo.	40000
Jardim poetico—1.ª e 2.ª séries	30000
Florilegio—poesias—3 vol.	70000
Simão de Nantua—1 »	10000
Thesouro de meninos.	10000
Grammatica franceza, de Sevenc.	40000
Abontamentos do proc. crim., por Pimenta Bueno — 2.ª edição.	90000

*O Tempo*, 10 de dezembro de 1861, p. 4. Pertencente ao acervo do APPEs.

Os livros são parte importante desse trabalho, pois nos auxiliam na compreensão da construção e circulação das representações para a infância que influenciaram os textos dos intelectuais capixabas no período estudado, uma vez que transmitem valores, ações, sentimentos por meio de fábulas, mas com situações que pareçam reais. Desse modo nos dedicamos a compreender o livro como objeto cultural.

## **2.2 – O livro como objeto cultural: produção, circulação e prática de escrita**

O caminho percorrido pelo historiador Roger Chartier no estudo da história do livro e da leitura – iniciado e perseguido pela análise da obra Dom Quixote de La Mancha em suas variadas edições e traduções – levou-o a reflexões sobre as diferentes formas que podem ter um mesmo texto, pois, com a mudança dos dispositivos materiais e discursivos, criam-se novos gestos, hábitos, espaços empreendidos por práticas de escrita e de leitura como procedimentos de interpretação (Chartier, 1999). E é dessa forma que percebemos os livros no contexto que pesquisamos.

Diante do mercado disponível para a venda de livros na segunda metade do século XIX no Brasil, o escritor acaba criando e produzindo sua obra perante uma dependência às regras econômicas, sociais e até mesmo de relações pessoais que se tornam sua condição de publicação, uma vez que

“toda criação (...) inscreve nas suas formas e nos seus temas uma relação: na maneira pela qual – em um dado momento e em determinado lugar – são organizados o modo de exercício do poder, as configurações sociais ou a economia da personalidade. Pensado (e pensando a si mesmo) como um demiurgo, o escritor cria, apesar de tudo, na dependência. Dependência em face das regras (do patronato, do mecenato, do mercado) que definem a sua condição. Dependência, mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável” (Chartier, 1999, pág. 9).

Consideramos, assim como Chartier e Roche (1976), que o livro “[...] exerce há muito sua fascinação” e é visto como “[...] objeto de inesgotável riqueza” (p. 111). E, baseando-nos em Chartier (1999), pensamos que o livro impresso transformou as relações com o texto, criando a invenção do autor como princípio fundamental de determinação dos textos; o sonho de uma biblioteca universal, real ou imaterial, contendo todas as obras já escritas; e a emergência de uma nova definição de livro, associando indissolivelmente objeto, texto e autor.

Na produção dos manuais escolares brasileiros no século XIX, essa associação é uma realidade que começa a ser construída, conforme estudou André Luiz Bis Pirola (2008), no governo imperial quando inicia uma cruzada em busca de autores para escrever e traduzir obras destinadas ao uso escolar. Esses autores transitaram em um território constituído pelos saberes erudito e didático, relação claramente presente nos primeiros manuais escolares ou compêndios. Pirola (2008) conclui afirmando que os nomes ligados à produção didática constituíram a plêiade intelectual do Colégio Pedro II e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dessa forma, empreender o estudo do livro como objeto cultural no Brasil, em geral, e no Espírito Santo, mais especificamente, implica atentar aos aspectos que configuram sua produção, a circulação e as práticas de escrita, sendo esta histórica, social e cultural (Chartier, 1990). Então, atentemo-nos para os aspectos de produção dos manuais utilizados nessa dissertação.

### **2.2.1 – A produção dos manuais escolares**

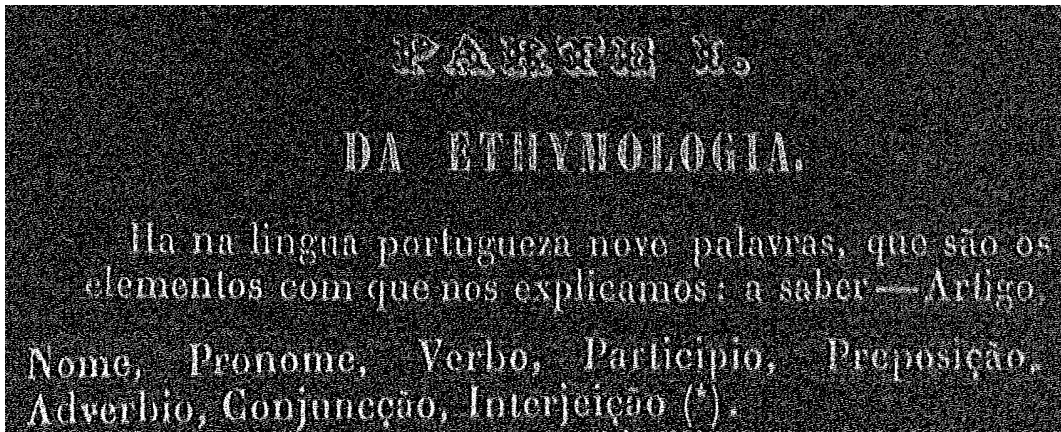
O *Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias*<sup>20</sup> foi escrito por Luiz da Silva Alves D'Azambuja Suzano em 1848<sup>21</sup>. Consta na capa do livro a informação de que o mesmo foi elaborado a pedido do presidente da província capixaba, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, para ser utilizado nas escolas primárias. Foi impresso em 1851, tendo sua publicação e venda ficado sob a responsabilidade de Eduardo e Henrique Laemmert. O livro é constituído por 54 páginas, incluindo índice, apresentação, prólogo e dedicatória.

E este volume está dividido em duas partes: Ethymologia e Syntaxe.

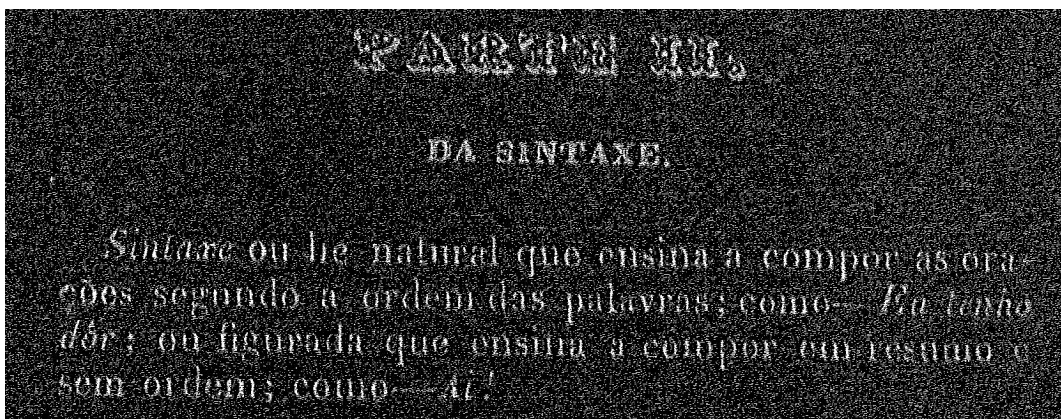
---

<sup>20</sup> Doravante compêndio de gramática portuguesa.

<sup>21</sup> Conforme consta no suplemento Autores e livros, p. 15. Suplemento literário do jornal *A Manhã*, publicado no Rio de Janeiro, circulou entre 1940 e 1950.



(Suzano, Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias, p. 1-2)



(Suzano, Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias, p. 2)

Para melhor entendermos a produção e a circulação da *Grammatica Portugueza*, torna-se necessário também analisar sua publicação e venda por Eduardo e Henrique Laemmert, uma das mais importantes livrarias do Rio de Janeiro da época. De acordo com Aline de Moraes Limeira (2007), as livrarias Laemmert e Garnier eram as mais importantes da época no Rio de Janeiro, mas não disputavam publicações, pois a Garnier só publicava autores já conhecidos pelo público, e os proprietários da Laemmert investiram principalmente no Almanaque Laemmert, em que publicavam diversos tipos de textos, informações culturais, artísticas, educacionais, científicas, propagandas – enfim, uma variedade de assuntos. A pesquisadora identificou, ainda, que a divulgação da lista de assinantes do almanaque implicava não só os nomes dos assinantes, mas também o endereço, a condição social e/ou política e as ligações com as ordens religiosas. Percebemos que, com isso, os irmãos Laemmert pretendiam criar um sentimento de identificação, a princípio, da

população carioca com o Almanaque. E Bittencourt (1993) completa que os irmãos Laemmert se encarregaram da edição de todas as obras em edições completas, praticamente substituindo a Tipografia Nacional, durante a longa existência da livraria Laemmert.

Outro manual que merece destaque em nossa pesquisa é *História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras*<sup>22</sup>, escrito por Laurent Pierre de Jussieu (1792-1866), que foi elaborado para concorrer ao prêmio da Sociedade de Instrução Elementar, “[...] onde são traçados com simplicidade, precisão e sabedoria os princípios da religião cristã, de moral e assistência social que devem reger a conduta dos homens em todas as condições e as qualidades de pai, filho, marido, cidadão, de sujeito e trabalhador”<sup>23</sup>. O editor da tradução portuguesa explica aos leitores como foi o concurso que objetivou levar a toda população francesa da cidade e do campo o esclarecimento das ideias humanas e a comunicação dos conhecimentos e,

“com este intento, pois, instituíram há anos uma sociedade denominada de Instrução elementar. Além disto, a virtude modesta de um anônimo (que se presume ser o duque de La Rochefoucauld) poz á disposição daquela sociedade a soma de mil francos para premiar a obra que se oferecesse mais acomodada para ensinar as máximas de moral cristão e prudência social, que devem dirigir os homens de todas as condições. Segundo o programa, a obra devia mostrar com evidencia que “a felicidade do homem depende absolutamente do cumprimento de seus deveres, – que da carta constitucional e da legitimidade têm vindo aos Franceses muitos benefícios; e que enfim a obediência ás leis é condição essencial para que o cidadão possa gozar completamente da segurança pessoal, da justa liberdade e da propriedade”.

“Por isto, a sociedade na sessão de 20 de fevereiro de 1817 abriu o concurso, com as condições determinadas pelo anônimo, e na sessão de 28 de fevereiro de 1818 conferiu o premio á obra intitulada Simão de Nantua, de que é o autor M. de Jussieu, por julgar que ela tinha em sim os requisitos marcados pelo fundador do premio, e correspondia aos fins da sociedade” (JUSSIÉU, 1867, p. 1-4) (Anexo 16).

Também chama atenção para a importância da obra que o juízo da sociedade e dos sábios levaram ao esgotamento quatro edições:

---

<sup>22</sup> Doravante *História de Simão de Nantua*.

<sup>23</sup> Tradução minha. Texto disponível em <http://www.inrp.fr/edition-electronique/lodel/dictionnaire-ferdinand-buisson/document.php?id=2974>. Acesso em 31-04-2012.

“O juízo da sociedade foi confirmado sucessivamente pela opinião pública, e pelo parecer dos sábios; pois logo se esgotaram quatro edições, e tem-se recomendado depois como preciosa para a instrução popular, e digna de ser traduzida em todas as línguas cultas” (JUSSIÉU, 1867, p. 1-4) (Anexo 16).

O manual impresso e publicado pela livraria francesa de Vva. J. P. Aillaud, Guillard e C<sup>a</sup>, que, segundo Bittencourt (1993), foi a principal editora de obras exportadas para o Brasil. No próprio manual constam maiores detalhes da produção do livro, sendo essa de 1867 a primeira edição portuguesa na qual o editor clama pelo importante serviço que está prestando ao gênero humano e à civilização de Portugal e Brasil. Sendo o francês um povo que tem necessidade e paixão pelo conhecimento:

“Assim vemos o afincamento com que os amigos da humanidade procuram difundir a instrução. Neste empenho, porém, distingue-se a nação francesa. Nenhuma outra se conhece que tenha acumulado mais riqueza científica, nem que a haja derramado com tanta profusão. A multiplicidade de sociedades literárias, de bibliotecas públicas, de gabinetes de leitura, de jornais, tradução, estabelecimentos de educação, e enfim a prodigiosa atividade do comércio de livros prova que o esclarecimento das ideias humanas, e a comunicação dos conhecimentos, são para este povo extraordinariamente vivos, uma necessidade e uma paixão. Mas, para que este benefício se tornasse mais eficaz e mais geral, era mister que fosse administrado com discernimento e método” (JUSSIÉU, 1867, p. 1-4) (Anexo 16).

Para Elias (1994), as nações que alcançaram o processo de civilização durante o século XIX querem repassar às outras nações, difundindo e ampliando o padrão já conhecido. E é essa a intenção demonstrada pelo editor na advertência:

“Assim tenho que uma obra em que a moral mais pura se oferece debaixo de um plano bem entendido, e escrita em estilo ameno e fácil, não pode deixar de ser bem-aceita em um país onde os germes da virtude e da civilização só esperam pelo calor das instituições liberais para o seu mais pronto e completo desenvolvimento. Convencido, pois, da utilidade da obra, e simpatizando com os povos que falam e prezam a língua portuguesa, ousei oferecer-lhes neste imperfeito traslado uma parte do interesse e da graça do original. Possam realizar-se amplamente os votos de Simão de Nantua, sejam os seus conselhos sempre escutados com docilidade e amor do bem!” (JUSSIÉU, 1867, p. 1) (Anexo 16)



Bittencourt (1993) destaca a impressão do viajante inglês Jonh Luccock quando, de passagem pelo Rio de Janeiro em 1818, ao descrever as obras publicadas e licenciadas pela editora oficial, encontrou, além das obras referentes a questões militares, a obra *Thesouro de meninos*, escrito por Pedro Blanchard (1851), dedicada ao segundo filho do Imperador D. João VI, o infante D. Miguel. Pouco sabemos sobre esse manual e seu autor, mas conseguimos algumas pistas sobre a produção da obra no prefácio do autor publicado nas primeiras páginas. O *Thesouro de meninos* apresenta, além das boas maneiras, partes dedicadas à história sagrada, aritmética e à geografia e, ao final, uma lista completa de todos os reis de Portugal. Essa edição foi impressa e publicada em Portugal.

“O Estudo dos nossos deveres é sem dúvida um estudo extremamente útil, e que nem os Pais, nem os Mestres poderão desprezar, sem se constituírem réus de grave culpa. É certo encontrarmos muitas pessoas honradas, e virtuosas, que não entrarão no trabalho de estudar o que é honra, nem o que é virtude: e é isto uma dessas providências admiráveis do Ente Soberano, que de tal modo dispôs as coisas, que, por mais ignorantes que sejamos, nunca o somos tanto que não possamos distinguir o bem do mal: entre duas pessoas, porém, igualmente bem-intencionadas; aquele que tiver refletido mais sobre os seus deveres, que mais se tiver deixado penetrar da sua importância, e que, finalmente, mais se tiver convencido do perigo de os não seguir, esta, digo, se inclinará mais decididamente a estes deveres, preenche-los-á com mais exatidão, e gozará de uma duplicada satisfação tanto mais viva, quanto melhor conhecer toda a extensão do bem, que tem feito; esta única razão será bastante para provar a importância deste estudo. Nunca é cedo para o fazer começar aos meninos: logo que seu espírito se sinta com bastante força para avaliar as suas ações, é preciso dirigir-lhes para o bem pelas luzes da própria razão. Intentar isto antes desta época será desgostado com perda certa; guardar para mais tarde, é correr risco de achar o lugar ocupado por algum mau princípio, ou alguma inclinação viciosa: a empresa viria então a ser mais difícil, e por isso menos frutuosa. Direi poucas palavras sobre a intenção desta obra, na qual procurei muitas pessoas, aliás instruídas, que se servem indiferentemente destas duas palavras, por não tomarem o trabalho de notar, qual é a sua verdadeira significação, nem distinguir as ações, que elas exprimem. Eu creio haver estabelecido o limite, que as deve separar, e feito perceber a diferença que há entre Homem Honrado e Homem Virtuoso” (BLANCHARD, 1851, p. VII) (Anexo 17).

O autor ressalta o espírito empreendedor que dedicou à escrita de sua obra e que, com exemplos, procurou amenizar certos pensamentos metafísicos e normas sociais, com o objetivo principal de sustentar a atenção dos meninos:

“As pessoas acostumadas a refletir são as únicas que podem avaliar quanto me terá custado acomodar certos pensamentos metafísicos à capacidade dos meninos. Contudo, ainda não sei se tenho conseguido como é necessário; posso, porém, dizer que fiz todos os esforços possíveis. Tudo o que não se apresenta imediatamente aos sentidos é quase sempre ininteligível para os meninos, por esta razão é que eu tenho empregado tantas comparações, e suposições, e recorrido a exemplos, todas as vezes que o pude fazer. Igualmente não tive receio em seguir um estilo rasteiro, e frouxo, quando me vi obrigado a usá-lo para melhor me fazer entender. Nesta sorte de obras, o bom não é escrever com precisão e energia, mas escrever de modo que nada fique mal estabelecido no espírito dos meninos. Nunca ninguém se explica demasiadamente nestas ocasiões; e uma redundância não é defeito, quando serve para sustentar a atenção do menino sobre o objeto principal da sua lição” (BLANCHARD, 1851, p. VII) (Anexo 17).

Conforme nos informa o próprio autor, para escrever a terceira parte do livro, ele se inspirou no texto de Erasmo, *A civilidade pueril*, que de acordo com Revel (1991) foi publicado pela primeira vez em 1530, em latim, e foi fonte abundante para muitos dos manuais publicados ao longo dos três séculos seguintes, sendo reivindicado, plagiado e deformado:

“Concluo, pois, confessando que me servi, para a terceira parte desta obra, de um pequeno livro intitulado *Civilidade pueril*. Dele tirei quanto me pareceu bom e conveniente aos nossos costumes atuais. Neste caso eu penso como o bom e sábio Rollin. Pouco importa saber d'onde nos veio o que é útil, com tanto que frutifique. Resta-me somente fazer um voto, já por mim repetido, na frente de outras obras que tenho publicado para a educação; e é que este fruto do meu trabalho e das minhas vigílias contribua para a instrução e felicidade de alguns Entes. Se algum tempo um homem, hoje menino, me disser: Eu te sou devedor de algumas virtudes, será então que eu me darei por plenamente satisfeito dos trabalhos, de que me tenho encarregado” (BLANCHARD, 1851, p. VIII) (Anexo 17).

Deste modo, pensamos o livro em sua materialidade, criado, produzido e posto em circulação sob uma dependência de regras, com a função de ordenar e civilizar a sociedade oitocentista. Assim, passamos a analisar a circulação dos livros no Brasil e no Espírito Santo.

## **2.2.2 – A circulação de livros no Brasil e no Espírito Santo**

Para Márcia Abreu (2010), antes mesmo de a imprensa ser instalada por aqui, já existiam os livros importados, que poderiam chegar por meios legais,

pedidos e declarados à Real Mesa Censória, ou poderiam ser contrabandeados:

“[...] no caso da América Portuguesa, os arquivos lisboetas guardam, sob o nome de “Catálogo para Exame dos Livros para Saírem do Reino com Destino ao Brasil”, milhares de solicitações de autorização para envio de material impresso para o Brasil, elaboradas entre 1769 e 1826. Esses registros foram produzidos devido à ação da censura, que exigia que se obtivesse uma licença para embarcar todo e qualquer livro, folha ou papel impresso com destino a uma de suas colônias” (ABREU, 2007, p. 164).

Abreu (2007) faz uma observação interessante quanto ao número de livros que podem ter chegado ao Brasil, no período de 1769 a 1826:

“[...] registram-se em torno de 700 pedidos de autorização para envio de livros para o Rio de Janeiro, outros 700 para a Bahia, 700 para Pernambuco, 350 para o Maranhão, e mais 200 para o Pará. Em cinquenta e poucos anos, por mais de 2.600 vezes, pessoas manifestaram interesse em remeter livros para o Brasil. No total, 18.903 obras são mencionadas nos pedidos de licença, referindo-se, sobretudo, a obras religiosas e de cunho profissional, comportamento que se observa também na América Espanhola, onde sobressaem os enviados de livros religiosos. O número acima não corresponde ao total de exemplares enviados, pois a censura não controlava o comércio, e sim a circulação de ideias, razão pela qual não era necessário especificar a quantidade de exemplares de cada título para o qual se solicitava autorização. Portanto, a quantidade de exemplares remetidos era certamente muito superior ao número de títulos referidos nos pedidos de licença” (p. 165).

De modo que a transferência da Corte portuguesa para o Brasil teve forte impacto na produção e circulação de livros no Brasil (ABREU, 2003).

Conforme nos chamam atenção Sara Cavalcanti Pinto Bandeira e Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2004), o fato de o Brasil no século XIX ser um país com grande número de analfabetos não impediu a circulação de muitos livros, uma vez que estes eram considerados símbolos de *status* e poder. Portanto, aqueles que detinham riquezas possuíam terras, escravos, joias, louças, pratarias e livros.

Rastreamos a circulação dos manuais pelo Brasil, encontramos outros trabalhos que se dedicaram ao estudo dos manuais escolares, descobrimos

que os manuais *Simão de Nantua* e *Thesouro de Meninos* foram usados nas escolas da Paraíba, por exemplo. Os trabalhos de Fabiana Sena e Jocilene Pereira Lima (2010) e Socorro de Fátima Pacífico Barbosa (2004) demonstram que tais compêndios circularam nas províncias do Rio de Janeiro, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará e Espírito Santo.

Quanto ao Espírito Santo, André Pirola (2008) desenvolveu um trabalho no qual identificou, do período colonial ao republicano, as principais obras que circularam na província. Dessa forma, percebeu que o Espírito Santo foi um porto seguro para os padres inacianos que passaram, viveram e catequizaram como parte do projeto pedagógico dos jesuítas. Quanto à circulação de obras para a catequização jesuítica, temos algumas pistas a partir de Daemon (1879), que publicou o inventário de todos os bens que foram sequestrados após a Carta Régia de 1759, decretando a expulsão dos jesuítas de terras brasileiras. Entre obras de arte, joias para ornar os santos e a Igreja e escravos, destacavam-se “[...] os seguintes livros *Desejos de Jô; Martyrologio Romano; Cathecismo geral de doutrina; Josefina Evangelica, Theologia Moral; Locrision de Dios; Officios de reza e privilégios; Breviários*” (p. 183-184).

André Pirola (2008) continuou no encalço das obras que circularam no Espírito Santo, encontrando uma lista de materiais pedidos por um professor que administrava as aulas de ensino mútuo no antigo colégio dos Jesuítas no século XIX, alguns dos livros pedidos são: *Exemplares de Multiplicação; Ditos de divisão; e regra de três simples e composta; Methodo de ensinar em ordens; Deveres para os decuriões; Insigneas de vergonha; Bilhetes de Decurioes; Ditos recomendatorios; Ditos de primeiro, e de Moniteur; Ditos de accusação, e de vergonha* (Pirola, 2008, p. 64).

Percebemos que o pesquisador dedicou-se principalmente às obras de cunho didático e chama a atenção para dois livros franceses: *História de Simão de Nantua* e a *Gramática* do abade Charles-François Lhomond (1727-1794).

“Outra obra francesa utilizada nas salas de aula do Espírito Santo é a vultosa e clássica *Éléments de la grammaire françoise* (1780), que

acabou sendo conhecida pelo nome do autor – Gramática de Lhomond –, foi a primeira que separou o substantivo do adjetivo e definiu o particípio fixando a lista de categorias que ainda hoje aprendemos, além de determinar a colocação da relação do ponto e da frase. Esta obra basilar, então, não só no contexto francês, como também em várias partes do mundo, foi referência para diversas gerações de jovens. Ao que tudo indica, também o foi no Espírito Santo” (SANTACROCE, 1998 *apud* PIROLA, 2008, p. 70).

Dessa forma, a partir da descrição que André Pirola fez da *Gramática de Lhomond*, pensamos que tal gramática pode ter sido a inspiração para apropriações feitas pelos escritores das gramáticas brasileiras, dentre elas a *Grammatica Portugueza* de Azambuja Suzano.

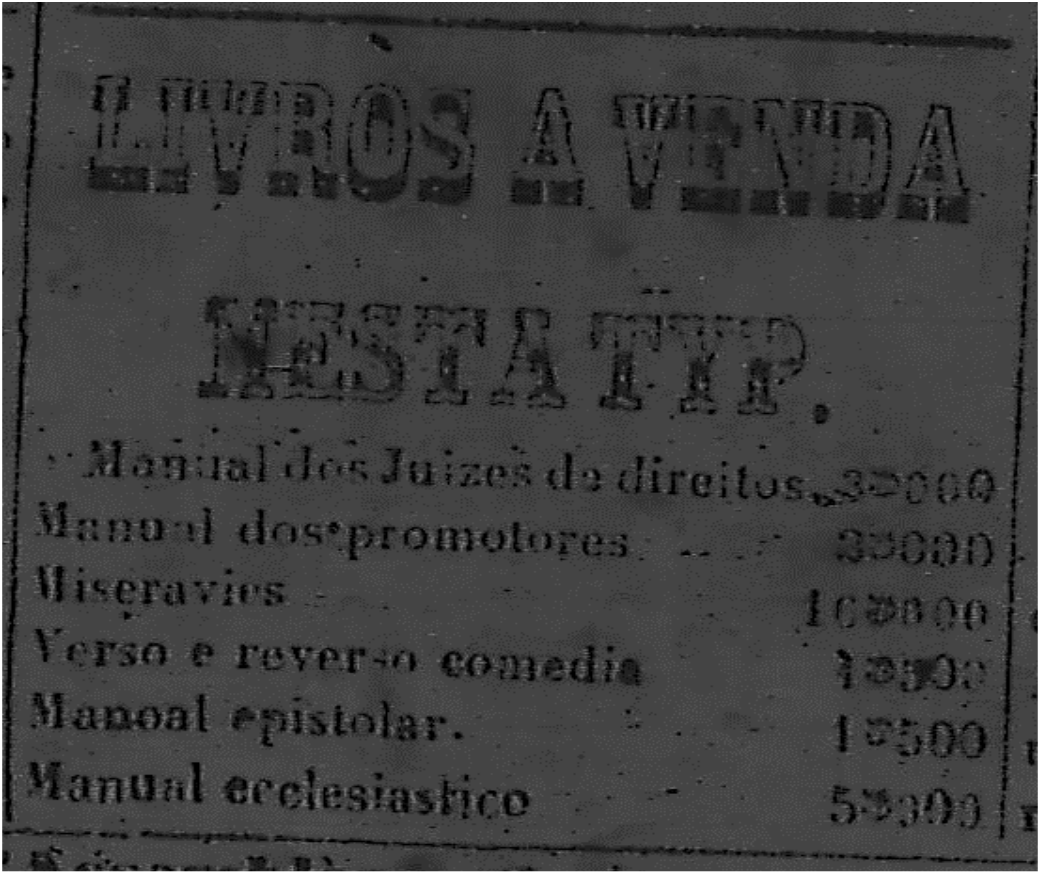
Entretanto, interessava-nos, nas nossas buscas por livros que circularam no Espírito Santo no período de 1849 a 1869, obras de ampla circulação, destinadas à infância – mas não necessariamente de cunho didático – e que possam ter sido fonte de inspiração para as apropriações das representações para a infância feitas pelos escritores dos textos dos jornais:

“apesar de os autores indicá-las, em sua grande maioria, para o “uso da infância”, ou seja, como próprias para o ensino de primeiras letras e, mais tarde, para o ensino primário, é arriscado dizer que essas obras, sobretudo no século XIX, estavam restritas ao uso da infância brasileira. Até mesmo porque a categoria infância não era um conceito bem definido na época, assim como, mesmo compreendendo que a instrução moral e religiosa, a leitura e a escrita, a gramática e aritmética, faziam parte da instrução primária, não eram evidentes e homogeneizados os conteúdos que faziam parte dos programas escolares nos diferentes níveis de ensino em todo o país” (Valdez, 2004, p. 9).

Sendo assim, recorreremos aos anúncios dos jornais do período estudado, onde percebemos que a grande maioria dos livros à venda nas tipografias versava sobre o Direito. Todavia, encontramos ainda romances, gramáticas, livros sobre a História da Província e Universal, catecismos, tabuadas e material para a escrita, como papéis, tinteiros e penas.

Portanto, devido à referência incompleta das obras das quais se extraíam os trechos publicados na imprensa, a identificação e a forma de acesso às mesmas foram muito dificultadas. A prática de se referir somente ao autor ou

de fornecer dados não muito precisos sobre os títulos das obras parece ser bastante comum nos jornais capixabas do XIX. Considerando o número de livros vendidos na tipografia do *Jornal da Victoria*, selecionamos três livros que pensamos ter sido fonte de inspiração para a maioria dos textos publicados, sendo eles: *História de Simão de Nantua, ou o mercador de feiras*; *Thesouro de meninos*; e o compêndio da *Grammatica Portugueza*.



LIVROS A VENDA	
NESTA TIP.	
Manual dos Juizes de direitos	30000
Manual dos promotores	30000
Miseravies	100000
Verso e reverso comedia	10000
Manoal epistolar.	10000
Manual ecclesiastico	50000

Jornal da Victoria, 04 de abril de 1864, p. 4. Pertencente ao acervo do APEES

Formulario de eleições	12000
Curso da lingua latina	52000
Guia do orador militar	42000
Consultor juridico	52000
Roteiro dos delegados	42000
Primeiras linhas criminaes 2 volumes.	32000
Livros das terras	52000
Synopse de direito natural	22000
Droit penal de Ortolan	92000
Codigo penal de Cunha Azevedo	32000
Codigo do processo de Ramos	52000
Codigo criminal	12300
Regimento das Camaras	12600
Canhenho de depositario publicos	2500
Ensaio sobre a historia desta Provincia	32000
Historia Universal	32000
Grammatica portugueza de Ortiz	22000
Thesouro de meninos	22000
Grammatica franceza de Sevens	42000
Methodo facilimo de Monte Verde	12000
Cathecismo de Montipellier	12000
Cathecismos historico, dogmatico, moral e liturgico da doutrina christã	12200
Aventuras de Talemaque	22000
Cartas de a-b-c	2020
Taboadas	2100
Primeiro navegante	12000
Felicidade	12000
Cantos da solidão	22000
Cantos da mocidade	22000
Jardim poetico	32000
Urania—poema de Magalhães	42000
Illusao, experiencias e desenganho	12000
Maria de Itamarãca	22000
Maravilhas da sympathia	32000
Perservações pessoal	22000
Os Homens de cera—drama	22000
Gabriel—drama	12500
O Filho do ministro—comedia	22000
Exposição nacional	52000
Paraizo perdido	22000
Auxiliador da industria	20000
Revelações—poesias de Zeluar	52000
Estudos sobre os Luziadas	22000
Esboço biographico do Barão de Moreira	22000
Regimento de custas	1200
Calabar—drama	22000
Luzbella—dram	12500
Oraculo das moças	12000
Poder temporal dos papas	22000
Tratado dos brancos, 4 vol.	202000
Novo Advogado do povo 1 vol.	42000
Codigo commercial annotado 1 vol.	62000
E outros muitos, tanto de recreio como de instrucção, assim como papel maquina pautado e liso, unpal	

Jornal da Victoria, 04 de abril de 1864, p. 4. Pertencente ao acervo do APEES

A *Grammatica Portugueza*, a *História de Simão de Nantua* e o *Thesouro de meninos* foram pensados, em sua origem, para uso nas escolas. Levando em conta sua circulação no Brasil e no Espírito Santo, visto que sua leitura não era restrita ao âmbito escolar (porquanto eram vendidos nas tipografias locais), e considerando também sua linguagem clara e simples, compreendemos que foram usados por todos os que gostariam de adquirir os conhecimentos por eles disponibilizados.

### 2.2.3 – A prática de escrita didática

Em vista da produção e da circulação de obras e ideias, destacamos, em nossa análise dos livros, uma preocupação com a prática da escrita didática que

“[...] não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Assim, para Chartier (1999), devemos considerar, de um lado, a análise dos textos, sejam eles canônicos ou profanos, decifrados nas suas estruturas, nos seus objetivos, em suas pretensões; de outro lado, a história do livro, além de todos os objetos e de todas as formas que toma o escrito; finalmente, o estudo das práticas que se apossam de maneira diversa desses objetos ou de suas formas, produzindo usos e significações diferenciados. Nesta pesquisa, nos ativemos particularmente aos dois primeiros aspectos destacados por Chartier.

Inicialmente, ressaltamos que, no contexto da história dos livros escolares, a transformação dos manuais de civilidades em manuais escolares deveu-se a uma conveniência em levar às classes populares e às crianças as boas maneiras nos diversos âmbitos da vida pública e privada, uma vez que:

“[...] a modelagem torna automático o comportamento socialmente desejável, uma questão de autocontrole, fazendo com que o mesmo pareça à mente do indivíduo resultar de seu livre arbítrio e ser de interesse de sua própria saúde ou dignidade humana” (ELIAS, 1994, p. 153).

No Brasil, os manuais de leitura para uso da infância (não necessariamente na escola, mas também lá) tinham objetivos de inculcação de normas, valores e condutas e ganharam grande importância a partir de meados do século XIX, principalmente importados do modelo francês. Estes manuais já eram muito utilizados nas cortes europeias desde o século XIV, sob a forma de tratados de cortesia, regras de moral, e nas artes de agradar ou de amar. Podemos



encontrá-los divididos em dois gêneros: pedagógico (destinado às crianças) e cortesão (cujos leitores eram adultos).

Norbert Elias (1994) afirmou que a nobreza necessitava de dispositivos de discernimentos de hierarquia social e que, quando os burgueses começaram a comprar títulos nobiliárquicos, os manuais de civilidade passaram a ser importantes mecanismos para a nobreza. Ao eleger a diferenciação por meio do comportamento e não mais apenas por meio dos títulos, esses manuais, produzidos desde o século XV, foram ao longo de quatro séculos responsáveis pela mudança de comportamento em ambientes públicos e privados.

Os manuais escolares e de civilidade eram “[...] escritos de forma clara e didática, [...] introduzindo seus leitores nas especificidades que marcavam a nova vida da sociedade” (SCHWARCZ, 1997, p. 11). A escrita didática é uma escrita concisa, simples, em que os autores procuravam transformar as normas acadêmicas e sociais em escritos singelos, onde principalmente a literatura funcionou com o objetivo de “[...] moldar a população a partir do escrito e transformar a sociedade em um texto de conteúdo único” (VEIGA, 2005, p. 103).

Desse modo, a percepção de alguns dos aspectos relacionados por Chartier (1990) para a compreensão do livro como objeto cultural tornou-se essencial para essa dissertação, assim como o entendimento por parte da elite da missão de instruir a população oitocentista, do mesmo modo que a civilidade como parte da transformação no pensamento Ocidental.

### **2.3 – A civilidade nos manuais escolares**

Concordamos com Chartier quando destaca que para Philippe Ariès é possível compreender a modernidade a partir da transformação no pensamento e na conduta, para tanto é essencial a análise de seis categorias,

“a civilidade, que suscita atitudes novas com relação ao corpo; o autoconhecimento, procurado na escritura íntima; a solidão, praticada não mais apenas como ascese, porém ainda com prazer; a amizade, cultivada em particular; o gosto, valorizado como uma forma de autoapresentação; e a comodidade, resultado da reorganização do cotidiano” (CHARTIER, 1991, p. 165).

Logo, consideramos em nossa pesquisa a representação de civilidade no período recortado, uma vez que para Revel (1991) esta é uma noção que perdurou do século XVI ao XIX, atingindo todas as classes sociais e todas as nações ocidentais, independentemente de credos religiosos, pois o modelo da civilidade foi adotado também nos países que aderiram à Reforma protestante.

Assim, para Rainho (1995, p. 140),

“cada emprego da palavra civilidade, cada definição da noção reflete uma estratégia enunciativa que é também representação das relações sociais. A dificuldade é de poder, a cada caso, reconstituir a relação entre aquele que escreve, os leitores que ele supõe e para quem ele fala e aqueles que, no ato da leitura, produzem um significado do texto”.

Dessa forma, a civilidade

“[...] designa um conjunto de regras que não tem a realidade dos gestos que as efetuam. Sempre enunciada como modo de dever ser, a civilidade visa transformar em esquemas incorporados, reguladores, automáticos e não ditos de condutas, as disciplinas e censuras que ela enumera e unifica numa mesma categoria” (RAINHO, 1995, p. 141).

Assim sendo, Rainho (1995) vai estudar os manuais de civilidade que circularam no Rio de Janeiro no século XIX, a partir das sugestões de Chartier (1987) e Revel (1991); para a autora,

“[...] deve-se fazer uma leitura destes tratados e manuais que permita, de maneira geral, focar os modelos de civilidade impostos por estas obras, seus destinatários e a forma como reforçavam distâncias sociais, pela instrução dos comportamentos ditos civilizados” (p. 141).

Desse modo, passamos a compreender como Jacques Revel (1991) entende a civilidade. O historiador vai estudar a civilidade a partir da dualidade público X privado, uma vez que o autor a entende como “[...] uma arte, sempre

controlada, da representação de si mesmo para os outros, um modo estritamente regulamentado de mostrar a identidade que se deseja ser reconhecida” (p. 166). E complementa que, para tanto, as civilidades visam criar entre os homens as condições agradáveis e lícitas de vida, impondo cada vez mais normas e comportamentos para uma sociabilidade imperativa e insinuante.

Revel (1991, p. 174) analisa os manuais de civilidade que circularam na Europa, a partir do século XVI, em busca de imposição das condutas cotidianas na disciplinarização do corpo e dos gestos. Portanto, para o historiador, “[...] a verdadeira civilidade consiste em livrar-se de todos os idiotismos e reivindicar somente as expressões corporais que são reconhecíveis e aceitáveis para o maior número, pois seu único objetivo é unir mais os homens”.

Chartier (2004) também considerou a noção de civilidade. Para o historiador, a civilidade é mais que um conceito, é a representação de uma sociedade, pois

“[...] tentar compreender o que os homens, entre os séculos XVI e XVIII, entendiam por civilidade é, pois, entrar no coração de uma sociedade antiga, que muitas vezes nos é opaca, em que as formas sociais são representações codificadas das categorias e das condições e em que muitos comportamentos por longo tempo publicamente lícitos tornam-se proibidos, mesmo no refúgio do privado” (p. 45).

Então, inicia sua pesquisa pelos dicionários do século XVII até a Revolução Francesa, identificando três cadeias semânticas, a primeira:

“baseada no radical da palavra civil, civilização, civilizar, cívico, [...] a noção se encontra duplamente conotada: ao mesmo tempo inscrita no espaço público da sociedade dos cidadãos e oposta à barbárie daqueles que não foram civilizados; [...] portanto, estreitamente ligada a uma herança cultural, que une as nações ocidentais à história da Grécia antiga, [...] e contrária da barbária, [...] também do despotismo. Segunda cadeia, [...] dentro e fora dos dicionários [...], inseri numa série de adjetivos designando as virtudes mundanas [...]: honesto, polido, cortês, gracioso, afável, bem-educado; [...] e recebe um antônimo com rústico. Esse conjunto desenha um outro espaço, [...] em que conta antes de tudo a aparência das maneiras de ser. Um terceiro círculo é traçado pelas noções [...] de três substantivos honestidade, conveniência e polidez; [...] e se refere também a noções éticas moral, virtude, honra” (CHARTIER, 2004, p. 46-47).

Em sua análise, Chartier (2004) vai buscar nas diversas edições da obra *Civilidade pueril*, de Erasmo de Roterdã, uma primeira acepção para o termo civilidade, em que este propõe um código unificado de condutas, em que as exigências de um tempo, em que as regras tradicionais da vida cavallhereisca recuam e surgem novos imperativos diante de uma vida social mais densa e de uma relação mais cerrada entre os indivíduos, sem distinção de condições econômicas e sociais.

Para o pesquisador, as regras de civilidade de Erasmo são universais, pois que em cada homem repousam princípios éticos: a aparência é o signo de ser; o comportamento, o índice seguro das qualidades da alma e do espírito. No século XVII, repousa uma outra acepção do termo civilidade contrária à primeira, uma vez que recomenda a diferenciação entre os grupos, segundo idade e condição social.

E há ainda uma terceira acepção para o termo civilidade, no século XVII, que Chartier chamou por “civilidade barroca”, sendo aquela que traveste a realidade, engana aos olhos e ao coração, longe de revelar o indivíduo inteiro, dissimula, fantasia a aparência, tornando-se uma polidez de convenção.

Já a civilidade do século XVIII é a de Jean-Baptiste La Salle e engloba ao mesmo tempo o mundo social e os valores cristãos, já não pertence mais a ordem da verdade, mas a da reputação, é definida pelo olhar e pelo julgamento do outro.

No século XIX, que interessa mais proximamente a nossa pesquisa,

“[...] a civilidade tende a tornar um exercício escolar destinado a dispensar uma instrução inextricavelmente religiosa e cívica. Esta destina-se prioritariamente às crianças que, depois dos sete anos (a idade da “razão”) e antes dos doze (e das ameaças da puberdade), adquirem os rudimentos do saber: ler, escrever, contar” (REVEL, 1991, p.179)..

Portanto, é necessário transformar o indivíduo, esconder o adquirido, revelando-o inato, “[...] a lição em dom. As marcas da aprendizagem devem esfumar-se para deixar lugar a uma natureza, enfim revelada [...]” (REVEL, 1991, p. 200).

Nos livros<sup>24</sup> *Gramática portuguesa, História de Simão de Nantua e Thesouro de Meninos*, optamos por analisar os aspectos impostos à infância que permitissem a identificação da civilidade, começando pelos pré-textos, pois nos manuais:

“[...] nesses paratextos, que preparam o leitor para as narrativas, os autores ou tradutores demonstram [...] valor de verdade aos escritos que oferecem aos leitores, afirmando que suas histórias não foram inventadas. Além disso, informam previamente o leitor sobre o intuito moralizante do texto, que será desenvolvido no decorrer dos enredos, com exemplos e contraexemplos de virtude, bem como com o castigo dos vícios” (SOUZA, 2007, p. 103-104).

Os manuais “revelam a mesma vontade de expor e ensinar as maneiras legítimas; no entanto, realizam esse projeto de modo bem diverso, segundo a importância que atribuem às regras de conduta” (REVEL, 1991, p. 170) e é sob essa forma que a civilidade invade as práticas cotidianas e escolares:

“Por isso escrevemos este compêndio para uso das escolas primárias, onde os alunos es[ ]ecem de aprender a sua linguagem tendo ou não depois de passar ao estudo de outras línguas: sabendo a sua, terão mais facilidade no estudo das outras; e não a sabendo é bem difícil saber bem as outras: tantas miseráveis traduções que se dão ao público o provão” (SUSANO, 1851, Prólogo) (Anexo 18).

Para tanto, havia nesse projeto de intuito político, cultural e social a crença no poder transformador do impresso destinado à infância e tendo como mote a moral, a virtude e a civilidade, principalmente por meio da literatura:

“Tivemos a ventura de nos não enganar e de ver adotar e receber este Livro em quase todos os Colégios de Educação, de sorte que já se consumiram cinco edições; e é isto uma honra para os nossos costumes, que apesar da desenvoltura do século ainda se preza e

---

<sup>24</sup> Compreendemos, no caso da realidade aqui estudada, que tais livros por sua intencionalidade e uso escolar também podem, em um sentido mais amplo, serem considerados “manuais escolares”.

ama a Moral, a Virtude, e a Civildade; ou antes esta parte da Educação da Mocidade é tão essencial e necessária à Sociedade, que a mesma corrupção a respeita e promove e quer a sua doutrina” (Blanchard, 1851, p. 1) (Anexo 17).

Assim, a instrução, por meio dos impressos, cumpriria o papel de ordenar, civilizar e instruir todas as classes, e permitiria ao Brasil se colocar ao lado das “Nações Civilizadas” (MATTOS, 2004, p. 271), rompendo com “[...] as trevas que caracterizavam o passado colonial; possibilitando estabelecer o primado da Razão, superando a barbárie” (MATTOS, 2004, p. 272). Da mesma forma, Jussieu (1867, p. 1) recomenda: “[...] se homem mais esclarecido conhece melhor os seus interesses e os seus deveres, é evidente que, promovendo a instrução, faz o mais importante serviço ao gênero humano e a civilização”.

Portanto, esses manuais não deveriam difundir conhecimentos considerados perigosos pela elite intelectual, e sim ensinamentos pautados na moral e nos valores da época. A partir disso, passamos a apresentar e analisar os manuais utilizados nessa dissertação.

## **2.4 – O compêndio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primárias e seu autor**

Luiz da Silva Alves D’Azambuja Suzano<sup>25</sup>, nascido no Rio de Janeiro em 1791, faleceu em Vitória em 1873. Formou-se pelo Seminário de São Joaquim e, não ingressando na carreira sacerdotal, dedicou-se ao serviço público no Ministério da Fazenda da Corte. Nomeado secretário da Junta de Governo Provisório, quando assumiu a direção da Província do Espírito Santo em 1822, aqui se radicou e viveu por mais de 50 anos. Gramático, professor de humanidades, advogado, diretor do primeiro liceu capixaba, foi deputado provincial na primeira legislatura no ano de 1834 e, por diversas vezes, foi nomeado inspetor de instrução pública pelo presidente Antonio Pereira Pinto, em 1848, ocasião em que este dirigiu-se a Suzano com as seguintes palavras:

---

<sup>25</sup> Esta biografia foi feita com base em pesquisas e nas obras de Afonso Claudio (1912) e Luiz da Silva Alves D’Azambuja Suzano (1858).

“O conhecido zelo de V.S., pelo bem geral desta Província e notadamente pelo serviço público da mesma, leva este Governo a encarregar a V.S. da inspeção de treze aulas públicas, que existem nesta Cidade. O Governo da Província espera que V.S., examinando por si mesmo estas escolas, ministre-lhes esclarecimentos seguros sobre os seguintes pontos = Qual o método nas mesmas seguido; quais os compêndios de que usam; se a localidade e os edifícios são os mais caminháveis, e se estes prestam as necessárias acomodações para os alunos; o número deles, e especificamente os dos indigentes, e finalmente todas aquelas outras observações que V.S. julgar conveniente sugerir a este Governo sobre as mesmas escolas. Na certeza de que V.S. acertará com gosto a comissão de que este Governo o incumbe, resta ao mesmo governo a confiança nessa de que V.S. desempenhará satisfatoriamente, e no mais curto prazo. Deus Guarde a V.S. = Palácio do Governo na Cidade da Victoria em 7 de Agosto de 1848 = Antonio Pereira Pinto = Snr Luis da Silva Alves Azambuja Suzano” (Espírito Santo, 1848-1855,p. 13-14) (Anexo 19).

Como escritor, publicou diversos trabalhos:

- Textos didáticos:
  - Compêndio de ortografia, 1826<sup>26</sup>.
  - Compêndio ou arte de agricultura, de 1834.
  - Silabário para ensinar a ler a língua portuguesa, 1848.
  - Compêndio de gramática portuguesa para uso das escolas primárias, 1851<sup>27</sup>.
- Princípios de aritmética mercantil, para ensinar nas escolas primárias, de 1860.
- Textos forenses:
  - Digesto brasileiro ou extrato e comentários das ordenações e leis extravagantes etc., 1845.
  - Código das leis e regulamentos orfanológicos<sup>28</sup>, 1847.
  - Repertório das leis, regulamentos e ordens da Fazenda, 1853.
  - Guia do processo policial e criminal, 1859.
- Literatura:

---

<sup>26</sup> Identificado em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo7481.PDF>. Acesso em 18-05-2010.

<sup>27</sup> Disponível na Biblioteca Nacional.

<sup>28</sup> Disponível na Biblioteca Nacional.

- O capitão Silvestre e Fr. Velloso ou a plantação do café no Rio de Janeiro, 1847<sup>29</sup>.
- A baixa de Matias: ordenança do Conde dos Arcos Vice-Rei do Rio de Janeiro<sup>30</sup>, 1858.

Ao buscarmos compreender Suzano em sua época e em diálogo com outros intelectuais, consideramos a análise de Bittencourt (2004) que, ao se dedicar ao estudo do livro didático, concluiu que,

“considerando o período entre 1810 e 1910, pode-se verificar uma mudança do perfil dos autores. Um primeiro grupo iniciou sua produção a partir da chegada da família real portuguesa no Brasil, e suas obras foram produzidas pela Imprensa Régia, mas podemos identificar uma primeira “geração” a partir de 1827, autores preocupados com a organização dos cursos secundários e superiores, apenas esboçando algumas contribuições para o ensino de “primeiras letras”. Uma segunda “geração” começou a se delinear em torno dos anos 1880, quando as transformações da política liberal e o tema do nacionalismo se impuseram, gerando discussões sobre a necessidade da disseminação do saber escolar para outros setores da sociedade, ampliando e reformulando o conceito de “cidadão brasileiro”, criando-se uma literatura que, sem abandonar o secundário, dedicou-se à constituição do saber da escola elementar” (p. 480).

Dessa forma, pela produção bibliográfica de Luiz da Silva Alves D’Azambuja Suzano, percebemos que ele aplicou-se à produção de manuais escolares para a educação elementar num período em que poucos dedicaram-se ao assunto.

Assim, ao compreender Suzano, compreendemos a relação estreita deste com a palavra escrita pronunciada em compêndios, textos sobre diversos assuntos, na literatura e em textos veiculados nos jornais capixabas, com os embates de seu tempo e suas práticas sociais. Como outros intelectuais da época que “ao conjugar, [...] ao longo da vida, ocupações como as da política, da docência e da literatura” (FARIA FILHO, INÁCIO, 2009, p. 13), pensamos que Suzano contribuiu para a construção das representações para a infância veiculadas na imprensa e impressos capixabas na segunda metade do século XIX.

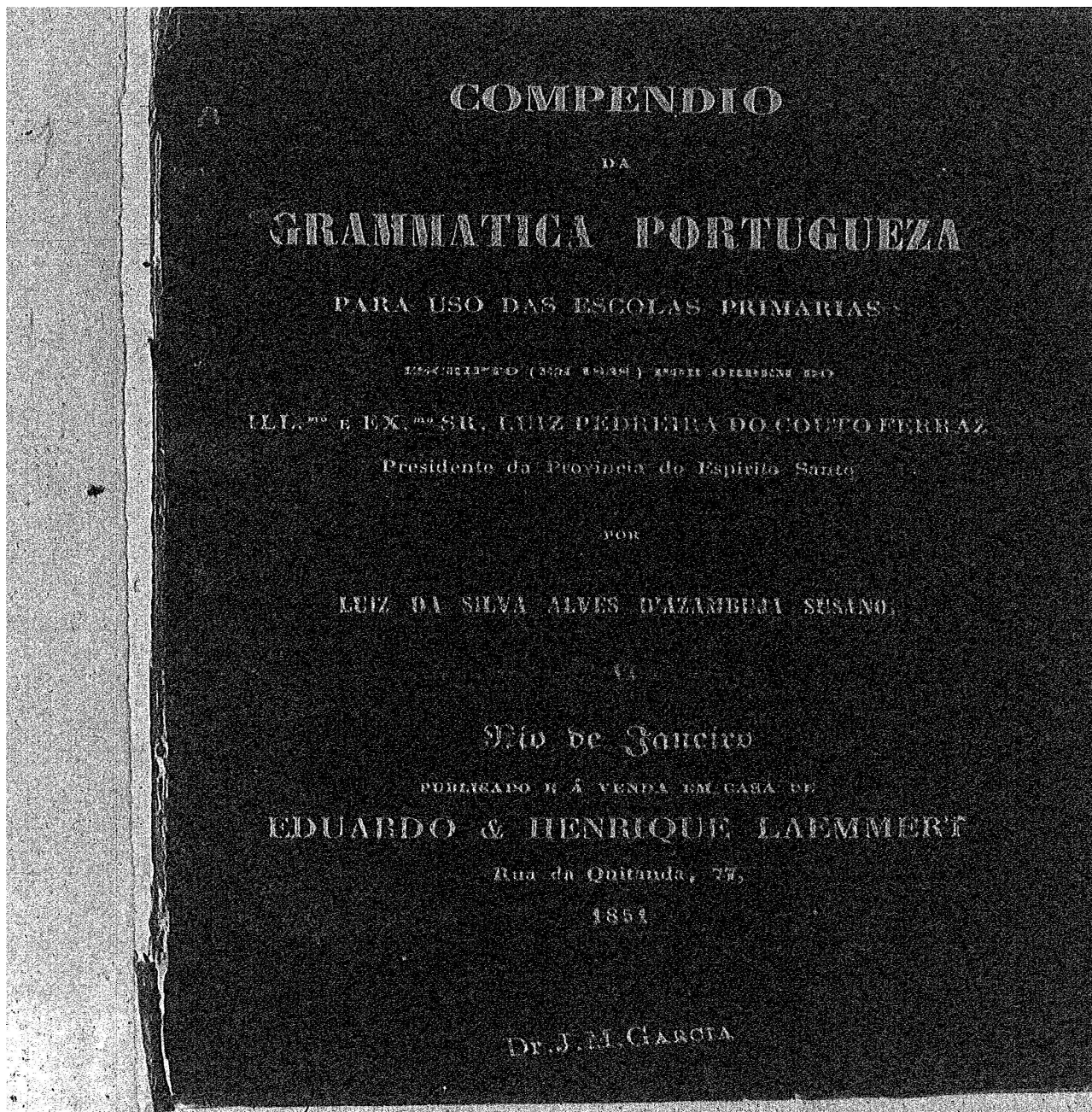
---

<sup>29</sup> Pertencente ao acervo da Brasileira-USP.

<sup>30</sup> Esta obra encontra-se disponível na Biblioteca Pública do Espírito Santo, na seção Espírito Santo.



2.4.1 – O compêndio de Grammatica Portugueza



Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias, 1851. Pertence ao acervo da Biblioteca Nacional. Microfilmado.

Resolvemos iniciar a nossa análise do compêndio de Suzano pela dedicatória, pois essa passagem pode nos indicar as ligações de Luis da Silva Alves

D’Azambuja Suzano com o poder provincial estabelecido. Para o dicionário da língua brasileira (Pinto, 1832, p. 318), dedicatória é um “substantivo feminino, carta, em que se dedica uma obra”.

Chartier (2008), citando o *Dictionnaire universel de Furetière* (1690), aponta que o significado da palavra dedicatória em francês tem o mesmo significado para “[...] consagração de uma igreja e o oferecimento de um livro. [...] Significa oferecer um livro a uma pessoa para homenageá-la e ter ocasião de elogiá-la e, muitas vezes, para esperar dela, em vão, alguma recompensa” (p. 186).

“No livro, a dedicatória ao príncipe é, inicialmente, uma imagem. Na era do livro manuscrito, numerosos são os frontispícios que representam o “autor”, ajoelhado, oferecendo ao príncipe, sentado no trono e provido dos atributos de sua soberania, um livro ricamente encadernado, que contém a obra da qual ele é o criador, o tradutor, o comentador ou o mandatário.[...] Os contratos feitos entre os autores, ou os tradutores, e os livreiros registram à sua moda a persistência da dedicatória aos protetores” (CHARTIER, 2008, p. 186 e 188).

De forma que a dedicatória tornou-se essencial na história do livro, a impressão e circulação estavam diretamente ligadas a esse termo de um livro.

“Num tempo em que o mercado das obras ainda não está estabelecido com bastante força para permitir aos homens de letras, ou de saber, viverem de sua pena, os favores dispensados por um patrão generoso são o único meio de obter status e remuneração” (CHARTIER, 2008, p. 198).

O compêndio de gramática foi escrito e publicado a pedido de Luiz Pedreira do Couto Ferraz, presidente da Província do Espírito Santo, entre 1846 e 1848, e sua dedicatória não pode passar despercebida:

“Continuando a dedicar aos desejos de V. Ex. a prol do bem público o tempo que me fia vago de outros serviços da Nação, levo nesta ocasião às mãos de V. Ex. o Compendio de Grammatica para se ensinar nas escolas primárias a língua nacional. Com a correção de V. Ex. ficará perfeita, e eu com a satisfação de ter contribuído com as minhas fracas forças para tão interessante objeto da instrução da mocidade, e ser de V. Ex. amigo e súdito respeitador”. Luiz da Silva Alves d’Azambuja Susano. Victoria 15 de Abril de 1848 (SUSANO, 1851, dedicatória) (Anexo 18).

Também atentamos para o prólogo da obra, onde, de acordo com Bittencourt (2004, p. 5), “[...] é possível entrever mensagens dos autores e os possíveis diálogos com os professores, com as autoridades, com os alunos e suas famílias”:

“Embora seja a língua portuguesa filha da latina: é filha emancipada, tem cabedal e economia própria com que se rege, e galas suas com que brilha em seus usos e costumes afastados dos moldes, e atavios da sua mãe: mais singela e mais natural, sua simples e nobre contextura não carece de modelo estranho.

Por este compêndio, em que damos desembaraçadas e fáceis as regras da etimologia e sintaxe puramente portuguesas, formarão os mestres discípulos capazes de conhecerem e falarem bem a sua língua, sem lhes ficar nenhum pesar de não saberem o latim: apliquem ao ensino dela o sistema de leituras, argumentos, análises, como ensina o latim, explicando as regras, ofício e regência das orações; que facilmente conseguirão o seu fim de ensinar a escrever e falar bem o português; não creiam que é preciso saber latim para saber o português; pelo contrário, é preciso saber o português para saber latim” (SUSANO, 1851, Prólogo) (Anexo 18).

Segundo Galvão (2005, p. 6), “os livros deveriam ser úteis às crianças, relacionando o conteúdo a ser aprendido com a sua vida prática”. A consecução desse aspecto pode ser notada no trecho abaixo:

“Insistem comumente as Gramáticas da língua portuguesa em darem ao português as regras do latim; chamam para aquela os preceitos desta, que não lhe cabem; e formam uma e outra um amálgama, que não se presta a nenhuma delas: o aluno que não pode passar da escola primária à escola do latim (e destes é o maior número) desconhece inteiramente o que é Gramática; e aos que vão ao latim e não aproveitam o que aprenderam na escola primária; e ao final, exceto muito poucas regras gerais, não sabem o português nem o latim” (SUSANO, 1851, Prólogo) (Anexo 18).

Ainda para a pesquisadora, “[...] além de útil, o livro escolar também deveria ser bem organizado. O manual deveria apresentar uma sequência lógica, não ser confuso, ser claro/breve, ser metodicamente planejado, ser adequado ao uso escolar” (GALVÃO, 2005, p. 8). Considerando essa observação, compreendemos a apresentação da divisão da *Gramática*:

a

GRAMMÁTICA he a arte que ensina a escrever e pronunciar bem as palavras e discursos. Consta de quatro partes, que são— *Orthografia, Prosodia, Ethymologia, Syntaxe,*

Suzano, Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias, 1851, p. 2

Já

A *Orthografia* ensina a escrever, a *Prosodia* ensina a pronunciar, a *Ethymologia* ensina a formação e derivação das palavras, e a *Syntaxe* ensina a compôr com as palavras as orações, com que explicamos o nosso pensamento.

De cada huma destas partes tractaremos separadamente: aqui só da *Ethymologia* e *Syntaxe*.

Suzano, Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias, 1851, p. 2

Percebemos no compêndio a preocupação em uma escrita didática e linguagem acessível às crianças e a todos os que dela quisessem tirar o proveito do ensinamento. Assim, a cada início de título e subtítulo, o autor escreve como que conversando e se preocupa em explicar em palavras simples cada um dos tópicos da gramática:

#### § 1.º

#### DO ARTIGO.

Chamão-se Artigos as vozes *O* e *A* pronunciadas levemente: e servem para mostrar o genero e o numero dos nomes, a quem se ajuntão (\*\*).

(\*\*) Outros officios fazem estes Artigos, como se verá em seus respectivos logares.

Suzano, Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias, p. 2

Ainda sobre as recomendações que faziam de um manual próprio para uso da infância, de acordo com Galvão (2005, p. 8), “[...] na segunda metade do oitocentos, os manuais deveriam coadunar-se com um espírito mais prático do

que teórico e, entre os recursos possíveis para que isso ocorresse, recomendava-se o uso de desenhos, de exercícios, de quadros”. Conforme o quadro apresentado na gramática de Suzano sobre os participios, simples, claro, organizado.

Tem dous Participios Activos :

Acabar . . . . .	acabante, acabador.
Amar. . . . .	amante, amador.
Cantar . . . . .	cantor, cantador.
Compor. . . . .	componente, compositor.
Embargar. . . . .	embargante, embargador.
Fallar. . . . .	fallante, fallador.
Fumar . . . . .	fumante, fumador.
Fabricar. . . . .	fabricante, fabricante.
Tirar . . . . .	tirante, tirador.
Beber. . . . .	hebedor, bebado.
Bater. . . . .	batente, batedor.
Caber. . . . .	cabedor, cabido.
Correr . . . . .	corrente, corredor.
Crer. . . . .	crente, credor.
Entender. . . . .	entendente, entendedor.
Fazer. . . . .	faciente, fazedor, factor, feitor.
Ler. . . . .	lente, leitor.
Moer . . . . .	moente, moedor.
Prover. . . . .	providente, provedor.
Reger. . . . .	regente, regedor.
Saber. . . . .	sapiente, sabedor.
Valer. . . . .	valente, valedor.
Arguir . . . . .	arguinte, arguidor.
Competir. . . . .	competente, competidor.
Consentir. . . . .	consciente, consentidor.
Dormir . . . . .	dormiente, dorminhoco.
Ouvir. . . . .	ouviante, ouvidor.
Servir. . . . .	servente, servidor.

&c.

Suzano, Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias, p. 30

Sobre o ensino da gramática, Galvão (2007) aponta que já está presente como conteúdo fundamental da instrução primária desde a lei de 1827, assim como a leitura e a escrita, ainda que apresentados como conteúdos individuais. E,



assim, no Espírito Santo, encontramos separados os ensinamentos de leitura, escrita e gramática constantes no regulamento de Couto Ferraz de 1848:

“Art. 2º Nas de primeira classe ensinar-se-há a leitura, a escrita, os rudimentos da gramática da língua nacional, a teoria e prática da aritmética até proporções inclusive, as noções mais gerais da geometria prática, a moral cristã, e a doutrina da religião do estado” (Espírito Santo, 1848, p. 1) (Anexo 15).

Visto que a aprendizagem da gramática estava, por sua vez, direcionada para a aquisição das normas ortográficas, a análise sintática e etimológica e a memorização das normas que regem a língua” (Galvão, 2007, p. 11). Consoante com essa afirmação, encontramos a normatização do ensino nas escolas primárias capixabas no Regime interno das escolas publicado pelo *Correio da Victoria*, em que vislumbramos esse aspecto do ensino da gramática no Espírito Santo

“[...] estarão os do segundo ocupados em conjugar por escrito algum verbo, ou explicar alguma regra de gramática Nos sábados, haverá primeiramente classe geral para a instrução de moral e doutrina cristã, e da civilidade urbana. Depois a 3ª classe se ocupará nos exercícios da gramática nacional principalmente sintaxe e ortografia” (Correio da Victoria, 31 de outubro de 1849, p. 3) (Anexo 23).

Portanto, entendemos que a gramática de Suzano foi escrita e publicada com o objetivo de atender aos anseios dos dirigentes da instrução pública primária capixaba.

Por outro lado, as outras publicações selecionadas para esta pesquisa, *A História de Simão de Nantua* e *Thesouro de Meninos*, foram adaptações do original francês, dirigidas para a leitura escolar, mas não somente. Trechos dessas obras circularam na imprensa local e, portanto, foram dados a ler a grande parte da população, ainda que não alfabetizada.

2.5 – As lições morais: A História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras

**HISTORIA**  
D E  
**SIMÃO DE NANTUA**

OU  
**O MERCADOR DE FEIRAS**  
**OBRA DE LAURENT DE JUSSIEU**

A QUEM A SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO ELEMENTAR  
ESTABELECIDADA EM PARIS, CONFERIO O PREMIO DESTINADO POR UM ANONYMO  
PARA O LIVRO QUE APPARECESSE MAIS CONVENIENTE Á INSTRUÇÃO  
MORAL E CIVIL DOS MORADORES DA CIDADE E DO CAMPO

TRASLADADA DA LINGUA FRANCEZA

POR

**PHILIPPE PEREIRA D'ARAUJO E CASTRO**

SEGUIDA DAS OBRAS POSTHUMAS DE SIMÃO DE NANTUA

**NOVA EDIÇÃO**

CORRECTA, AUGMENTADA, E ORNADA COM OITO ESTAMPAS COLORIDAS

Eu faço votos, meus amigos, para que sejais  
prudentes e felizes.

(Cap. XXXVIII, da *Historia de Simão de Nantua*).

**PARIS**

**LIVRARIA DE V<sup>ta</sup> J. P. AILLAUD, GUILLARD E C<sup>a</sup>**

47, RUA SAINT-ANDRÉ-DES-ARTS

1867

A edição da *História de Simão de Nantua*<sup>31</sup>, escrita por Laurent de Jussieu e traduzida para o português por Philippe Pereira d'Araujo e Castro, é uma edição de 1867, possui 280 páginas e 8 “estampas coloridas”. Todas as estampas coloridas referem-se a comportamentos sociais.

Esta é a segunda edição, conforme fica claro na apresentação dos editores:

“Advertência dos editores

Ofecemos aos nossos caros correspondentes, e respeitáveis leitores, uma nova edição do Simão de Nantua.

A primeira, esgotada desde já há muito tempo, não tinha sido suprida; entretanto, é esta uma obra excelente para a educação moral da mocidade escrita por um distinto literato português, e por isso merece ser conservada no nosso catálogo.

Hoje, apresentamo-la com confiança, impressa com o maior cuidado, e adornada com oito estampas coloridas, a fim de agradar aos nossos jovens leitores, e, ao mesmo tempo, instruí-los.

Advertimos que a presente edição é mais completa do que as antigas, nas quais vinha suprimida a maior parte do capítulo XXXVIII da edição francesa, que trata DA CARIDADE PARA COM AS PESSOAS AFLIGIDAS DE ENFERMIDADES NATURAIS.

Possa este novo penhor de nossos esforços contribuir para a boa fama de nossa casa, o que para nós será a maior recompensa de nossos trabalhos”

Vva J. P. AILLAUD, GUILLARD E C<sup>a</sup>. (p. V-VI) (Anexo 16).

É dividido em duas partes, a primeira com 39 capítulos, em que o narrador apresenta os lugares por onde andou com Simão de Nantua e as histórias que ouviu e presenciou.

---

<sup>31</sup> Livro disponível em: [http://books.google.pt/books?id=Qd3tAAAAMAAJ&printsec=frontcover&d q= %22sim%C3%A3o+de+nantua%22&source=bl&ots=TF5NCRXYDU&sig=9sPtcWoW Xw\\_z. c2 gqxt0 dZ\\_YAGF8&hl=pt-PT&ei=qmHeTO6eM4nQhAfg-KTKDQ&sa=X&oi=book \\_result&ct=r es ult& resn um=2&ved=0CB0Q6AEwAQ#v=onepage&q&f=false](http://books.google.pt/books?id=Qd3tAAAAMAAJ&printsec=frontcover&d q= %22sim%C3%A3o+de+nantua%22&source=bl&ots=TF5NCRXYDU&sig=9sPtcWoW Xw_z. c2 gqxt0 dZ_YAGF8&hl=pt-PT&ei=qmHeTO6eM4nQhAfg-KTKDQ&sa=X&oi=book _result&ct=r es ult& resn um=2&ved=0CB0Q6AEwAQ#v=onepage&q&f=false). Acesso em 22-07-2011.



## TABOA DAS MATERIAS

---

### PRIMEIRA PARTE

Advertencia do editor. . . . .	1
CAP. I. Quem era Simão de Nantua. . . . .	7
CAP. II. Simão de Nantua vai á feira de S. Claudio, onde encontra charlatães e impostores que dizem a buena dicha. . . . .	10
CAP. III. Simão de Nantua vai a um baile, falla sobre a intemperança, e a este respeito conta uma historia. .	15
Historia de Philippe. . . . .	16
Cap. IV. Simão de Nantua indigna-se contra aquelles que maltratam os animaes. . . . .	19
CAP. V. Simão de Nantua faz ver as vantagens das escolas em que as crianças se instruem pelo methodo de ensino mutuo, e conta a historia do cavalheiro Paulet. . . . .	22
CAP. VI. Simão de Nantua conduz á escola os meninos que até então perdiam o seu tempo. . . . .	28
CAP. VII. Simão de Nantua concilia dois litigantes. . . .	50
CAP. VIII. Conversação de Simão de Nantua com um mendigo, e boa lição para os orgulhosos e vadios. . .	34

CAP. IX. Simão de Nantua inspira resignação e anima as esperanças de um vinhateiro esmorecido. . . . .	38
CAP. X. Sensibilidade de Simão de Nantua e bons conselhos que elle dá por occasião da morte e inventario de um pai de familias. . . . .	40
CAP. XI. Grande satisfação de Simão de Nantua por ver o fructo de seus bons conselhos. . . . .	43
CAP. XII. Simão de Nantua conta a historia de uma menina laboriosa e de outra dissipada. . . . .	47
Historia de Catharina Gervaes. . . . .	47
Historia de Coletta Michaud. . . . .	50
CAP. XIII. Simão de Nantua faz uma proclamação sobre as vantagens e historia da vaccina. . . . .	54
CAP. XIV. Simão de Nantua enternece-se á vista do quadro que lhe offerece uma familia virtuosa e feliz . . . .	59
CAP. XV. Differentes encontros de Simão de Nantua na estrada, e bons conselhos que dá sobre diversos assumptos. . . . .	64
CAP. XVI. Simão de Nantua chega a uma casa de campo, e indigna-se da ingratição dos criados para com seus amos. . . . .	70
CAP. XVII. Simão de Nantua passa a noite em um corpo de guarda, onde acha occasião de dizer cousas boas ácerca da guarda nacional. . . . .	75
CAP. XVIII. Discurso de Simão de Nantua aos curiosos que corriam para verem a execução de um condemnado á morte. . . . .	81
CAP. XIX. Simão de Nantua mostra a utilidade do aceio, e como até a gente mais pobre pôde ser aceiada. . . .	86
CAP. XX. Simão de Nantua assiste á festa dos annos do rei.	89
CAP. XXI. Simão de Nantua explica a um novo jurado (membro do jury) a natureza e importancia de suas funcções. . . . .	94
CAP. XXII. Boa lição dada por Simão de Nantua áquelles que creem em duendes ou almas do outro mundo. .	99

TABOA DAS MATERIAS.

279

CAP. XXIII. Simão de Nantua anima ao trabalho pastores indolentes e preguiçosos. . . . .	104
CAP. XXIV. Sabios conselhos de Simão de Nantua a uns eleitores que vão para a assembleia eleitoral. . .	107
CAP. XXV. Reflexões do companheiro de Simão de Nantua sobre o respeito devido aos monumentos publicos.	112
CAP. XXVI. Simão de Nantua faz calar pessoas maldizentes, e para isso conta-lhes a historia do velho Paraiso.	114
Historia do velho Paraiso. . . . .	115
CAP. XXVII. Simão de Nantua faz uma arenga ao povo sobre a necessidade de pagar exactamente os impostos. .	118
CAP. XXVIII. Simão de Nantua discorre contra a falta de respeito devido aos mortos. . . . .	122
XXIX. Simão de Nantua teve um encontro do qual se mostra que os golosos são castigados pela mesma gula. .	125
CAP. XXX. Simão de Nantua encontra um fabricante seu conhecido que acabava de fazer a sua viagem por toda a França. . . . .	130
CAP. XXXI. Simão de Nantua discorre ácerca da inveja, e sustenta que o invejoso nem se enriquece, nem engorda. . . . .	134
CAP. XXXII. Simão de Nantua faz conhecer as vantagens do novo systema de pesos e medidas. . . . .	138
CAP. XXXIII. Simão de Nantua é testemunha de um caso nocturno em que se mostram os funestos effeitos da colera. . . . .	141
CAP. XXXIV. Simão de Nantua vai á igreja, canta no côro, e ouve o sermão do cura, que acha ser um seu conhecido antigo . . . . .	145
CAP. XXXV. Simão de Nantua janta em companhia em casa do cura, e para provar com factos a verdade do que disse o prégador, conta uma historia. . . . .	149
Historia dos dois irmãos Marcel. . . . .	151

<b>CAP. XXXVI.</b> Continuação da historia dos dois irmãos Marcel contada por Simão de Nantua; máo comportamento e fim tragico de Jeronymo. . . . .	<b>158</b>
<b>CAP. XXXVII.</b> Fim da historia dos dois irmãos Marcel, contada por Simão de Nantua; bom comportamento e prosperidade de Luiz. . . . .	<b>169</b>
<b>CAP. XXXVIII.</b> Simão de Nantua declara-se energicamente contra a falta de caridade para com as pessoas affligidas de enfermidades naturaes. . . . .	<b>180</b>
<b>CAP. XXXIX E ULTIMO.</b> Conclusão. . . . .	<b>185</b>

JUSSIEU, História de Simão de Nantua, 1867, p. 280

E a segunda parte contém 8 capítulos, que são escritos de Simão de Nantua contendo conselhos “à boa gente” (p. 194). Os capítulos são sempre pequenos, entre 2 e 5 páginas, permitindo a leitura em um único dia de aula.

### SEGUNDA PARTE

<b>ADVERTENCIA</b> do companheiro de viagem de Simão de Nantua, na qual se vê como acabou esta personagem. . . . .	<b>191</b>
<b>SABEDORIA</b> de Simão de Nantua. . . . .	<b>196</b>
<b>JURISPRUDENCIA</b> de Simão de Nantua. . . . .	<b>213</b>
<b>MEDICINA</b> de Simão de Nantua. . . . .	<b>234</b>
<b>APHORISMOS</b> de Simão de Nantua. . . . .	<b>236</b>
<b>BONDADE</b> de Simão de Nantua. . . . .	<b>242</b>
<b>RELIGIÃO</b> de Simão de Nantua. . . . .	<b>263</b>
<b>PARABOLA</b> de Simão de Nantua. . . . .	<b>272</b>

JUSSIEU, História de Simão de Nantua, 1867, p. 280

Pelo sumário, chamado de *Taboa das matérias* (assim chamado por apresentar todas as matérias que as crianças deveriam “estudar”: leitura, princípios da matemática, moral, religião cristã), e pelo conteúdo (por exemplo, o capítulo XXXII discorre sobre a “vantagem do novo sistema de pesos e medidas”), percebemos que o livro foi pensado para ser usado na escola. Assim, ensina

**a ler, escrever e contar, e onde  
se aprende o Evangelho; o catecismo e tudo o que é  
preciso que as crianças saibam**

(JUSSIEU, 1867, p. 23)

Para Gélis (1991, p. 315),

“[...] as aprendizagens da infância e da adolescência deviam, pois, ao mesmo tempo fortalecer o corpo, aguçar os sentidos, habilitar o indivíduo a superar os revezes da sorte e principalmente a transmitir também a vida, a fim de assegurar a continuidade da família; [...] e preparar cada indivíduo para o papel que dele se esperava”.

Já, para Chartier (2004), esse processo consiste, antes de mais, na interiorização individual das proibições que, anteriormente, eram impostas do exterior, numa transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos do autocontrole exercidos sobre as pulsões e emoções e que fazem passar do condicionamento social ao autocondicionamento.

Considerando esses aspectos, passamos à análise da obra.

### **2.5.1 – O nosso herói**

É Simão de Nantua quem vai nos conduzir pelas lições de civilidades, que são pensadas como algo que se ensina e se aprende, e isso desde a infância. Ele é apresentado, em desenho, após a capa, como um homem branco com cabelos grisalhos, nariz afinalado, olhos e boca pequenos, modestamente vestido, portando uma bengala, acompanhado de seu cavalo branco, em que carrega os cestos onde estão os produtos a serem vendidos nas feiras e cobertos por um pano vermelho. Ao fundo, uma casa de tamanho regular, com uma janela aberta e cercada de árvores. Esta é a imagem que marca as características de Simão de Nantua que serão reforçadas ao longo das narrativas: um homem

bondoso com as outras pessoas e com os animais, sábio, honesto, trabalhador, que evita gastar mais dinheiro do que ganha.



Jussieu, História de Simão de Nantua, 1867, p. 10. Simão de Nantua vai à feira de S. Claudio

Logo no início do livro, o autor apresenta Simão, que repete uma das máximas que costumava ouvir de seu avô "PEDRA MOVEDIÇA NÃO CRIA BOLOR", e expõe as características que marcam-no física e psicologicamente, é a representação do homem sábio, "que tem sabedoria, ou prudência" (PINTO, 1832, p. 953), e virtuoso, "dotado de virtude – hábito moral que inclina para o bem e desvia do mal" (PINTO, 1832, p. 1105):

“[...] o velho Simão com a sua cabeça calva, e apenas alguns cabelos brancos em roda das orelhas, passava excelentemente. O seu rosto risonho e nédio causava prazer. Não obstante a sua grande barriga, movia-se com agilidade, e andava direito arrimado ao seu bordão de viagem” (JUSSIÉU, 1867, p. 8) (Anexo 16).

Assim, Simão tornou-se uma pessoa confiável para dar conselhos e, por isso, todos paravam para ouvi-lo, pois

“[...] que andava de feira em feira, havia mais de quarenta anos, com um cavalo carregado de mercadorias, não se tinha enriquecido n'este emprego; mas havia ganho experiência, que vale tanto como ouro, pois tinha bons olhos e bons ouvidos, via muitas terras e muita gente, e ouvia muitas coisas. Era dotado de juízo claro e justo, e d'uma memória fiel, que de tudo se lembrava, de maneira que podia dar bons conselhos a todos. Com efeito, ele não os negava a ninguém, nem tinha maior prazer do que o da conversação, a ponto de passar por um pouco falador. Entretanto aqueles que o ouviam não perdiam o seu tempo, porque dizia coisas sensatas e proveitosas, pois antes que falasse, tinha visto, ouvido e meditado muito” (JUSSIÉU, 1867, p. 7-8) (Anexo 16).

Nos dois primeiros capítulos, Simão de Nantua vai apresentar as máximas que conduzem a sua vida: “Pedra movediça não cria bolor”; “Só é verdadeiramente pobre quem deseja mais do que pode ter”; “A ociosidade e a preguiça são os maiores inimigos da saúde e da felicidade”; “O trabalho cura a miséria e a economia impede que ela volte”; “Os impostos mais pesados são aqueles que cada um lança a si mesmo pela ociosidade ou pela dissipação”. Esses conselhos serviriam a todos, pois “[...]os bons comportamentos podem ser ensinados e aprendidos de maneira útil e são os mesmos para todos” (REVEL, 1991, p. 193).

E descreve como o narrador conhece Simão de Nantua:

“Parece-me que o leitor folgará de saber como eu conheço o velho Simão; eu o digo. Passando há um ano por Nantua, encontrei-o casualmente em casa de um fabricante de cobertores de lã com quem eu tinha negócios. A sua conversação me pareceu tão sensata, e tão interessante tudo o que me contou de suas disgressões, que concebi o projeto de o acompanhar em uma delas. Nessa ocasião, estava ele a partir para S. Claudio, pequena cidade comerciante na província ou departamento do monte Jura, onde devia estar a seis de junho, dia de feira. Propus-lhe que fizéssemos juntos esta jornada; ele conveio e foi dito e feito. De S. Claudio passamos a outros

lugares, e assim andamos sempre juntos uma parte da nossa viagem por toda a França” (JUSSIÉU, 1867, p. 9-10) (Anexo 16).

A primeira aventura dos dois é na feira de S. Claudio, onde distribui conselhos, sobre como agem charlatães e impostores e como evitar os vícios e as tentações. Percebemos a inculcação de valores culturais para criar um cidadão que trabalhe, pague seus impostos, não questione ou culpe os dirigentes, ou seja, que obedeça às leis impostas com resignação:

“Depois passeamos pela feira. O velho Simão parava em todos os grupos. Uns lhe diziam: Oh! bem-vindo, bom Simão, como vão os negócios? E ele respondia: Vão bem. Vós sabeis que estou sempre contente, e nunca me queixo. – Outros lhe diziam: Vós sois feliz, amigo Simão, em pensar assim, pois os tempos correm bem contrários, não se faz negócio; e as contribuições são pesadas. – Bem sei, diz Simão de Nantua, que o país não é rico e sofre muitos encargos; mas deveis confessar que, se eu o não soubesse por outra parte, teria motivo para o duvidar se julgasse pelo que vejo aqui. Eis aí mercadores que vendem bem as suas mercadorias, e aqueles que apresentam coisas uteis. Vós acabais de comprar memórias e joias para vossas mulheres, e quando vier o frio talvez não tenhais um bom cobertor de lã, e depois direis que o não podeis comprar porque tendes de pagar contribuições. Parece-me que vos estou ouvindo murmurar, ora contra o maire<sup>32</sup>, como se ele pudesse pagar as dívidas e ocorrer às despesas do Estado, sem o concurso dos cidadãos contribuintes. Não era melhor que, em vez de queixumes e murmurações, cuidásseis em trabalhar e ser econômicos? – O trabalho cura a miséria e a economia impede que ela volte” (JUSSIÉU, 1867, p. 10) (Anexo 16).

E continua, contando uma história em que todos, homens, mulheres e crianças, falavam de política e criticavam a tudo e todos enquanto as oficinas estavam paradas e a miséria se adiantava, criando a base de uma sociedade mansa, trabalhadora, sem vícios e sem pecados. “As civilidades visam criar entre os homens (e as mulheres) as condições de um relacionamento agradável, lícito e cada vez mais conforme as reforçadas exigências da religião” (REVEL, 1991, p. 185) e, naturalmente, do Estado monárquico.

“Quando eu voltei a Nantua, da minha última viagem, já não acheis nas nossas oficinas e manufaturas senão homens, mulheres e até crianças a falarem em política, e a criticarem tudo o que se fazia. E em quanto as oficinas estavam paradas, a miséria se adiantava e muito. – E então agora que fazeis? lhes dizia eu. É esse o caminho para diminuirdes os encargos? Pois bem; se continuardes n’essa

---

<sup>32</sup> Pronuncia-se mere, magistrado ou chefe da Municipalidade (p. 11).



ociosidade, vereis bem depressa enriquecer à vossa custa os vizinhos, e ainda em cima escarnecerem da vossa loucura. – Mas eles entenderam bem isto, corrigiram-se, tornaram ao trabalho, e já se não queixavam. Fazeis vós o mesmo, meus amigos, e não sentireis o peso dos encargos. – Os impostos mais pesados são aqueles que cada um lança a si mesmo pela ociosidade ou pela dissipação” (JUSSIÉU, 1867, p. 11-12) (Anexo 16).

Simão de Nantua em seu passeio pela feira aconselha aqueles que têm o costume de se entregar aos jogos:

“Existe uma lei sábia que os proíbe, e vós favoreceis aqueles que lhe desobedecem, tentando-os com o ganho? Sabeis vós o que é um jogador. É um louco que começa por perder o seu dinheiro; perde depois o dos insensatos que lhes emprestam; e quando já não tem crédito, acaba roubando” (JUSSIÉU, 1867, p. 12) (Anexo 16).

E adverte a um pai sobre as condutas de sua filha:

“E vós, amigo Guilherme, se não me engano, lá está vossa filha a ouvir um aventureiro, que lhe diz a sua buena dicha. Ele lhe fala ao ouvido com um grande canudo de lata, e Deus sabe o que ele lhe diz! Quereis vós que eu o repita? Pois bem: talvez não fiquéis contente de ouvir o conselho que se dá à vossa filha. “Minha querida menina, vós estais em estado de casar. Mas para achar marido precisais um dote. Em breve o achareis, e todos os moços desta terra vos procurarão” (JUSSIÉU, 1867, p. 12-13) (Anexo 16).

Assim, compreendemos que esses códigos são reflexos da sociedade que se queria construir no Brasil, uma vez que não estão desvinculados da realidade, mas também não revelam a realidade em sua completude, são portadores de concepções de mundo, de vida, de crença e valores.

Conforme avançamos na leitura do livro, percebemos que os capítulos fazem referência a problemas que afligiam as elites, pois traziam obstáculos à construção de um país independente nos moldes europeus de civilização. Ao longo do livro, o velho Simão encontra muitas pessoas, às quais leva sempre uma palavra, um conselho, uma história, com propósitos de instruir para a vida em sociedade. Condena os vícios e percebe a pobreza como a falta de vontade com o trabalho. Exalta as virtudes, a saúde e o asseio.

De acordo com Santos (2011, p. 107), conforme se fazem descobertas da medicina e da higiene, esses códigos são incorporados aos livros “e geralmente acentuam as restrições quanto ao trato do corpo”, assim percebemos essa preocupação no capítulo XIII, quando Simão de Nantua “faz uma proclamação sobre as vantagens da vacina” (JUSSIÉU, 1867, p. 54):

“Habitantes de Bar-sur-Aube, vede esta criancinha, que acaba de ter bexigas, ela esteve a morte, e toda a sua vida ha de trazer os sinais da moléstia que a desfigurou. Que pensarieis vós de uma mãe, que tendo pão em casa deixasse morrer de fome a sua criança? Que pensais de uma mãe que deixa a sua criança exposta ao perigo de uma moléstia muitas vezes perigosa, tendo ao seu alcance todos os meios de prevenir esse mal?

Uma tal negligência mereceria grave castigo. A beneficencia do governo estabelece em toda a parte casas de vacina; todos vós podeis fazer vacinar vossos filhos, e aqueles que deixam de o fazer, por negligência ou obstinação, são culpados para consigo mesmos, para com o governo, e para com toda a sociedade. Eles comprometem a existência da geração nascente alimentando um mal contagioso. [...]Sabeis vós quantas crianças levava a moléstia das bexigas antes do descobrimento da vacina? De sete bexigosos perecia pelo menos um; e apenas um ou dois ficavam sem medonhos sinais da moléstia. Nesta povoação, as bexigas deviam levar pelo menos uma dúzia de crianças que são outras tantas vítimas que a vacina hoje pode salvar. Mas eu observo alguns dentre vós, que parecem descofinfiarem deste preservativo. Sois por ventura grandes doutores para presumirdes saber mais disto do que os médicos de todos os países?” (JUSSIÉU, 1867, p. 55-56) (Anexo 16).

Há ainda dois capítulos dedicados ao bem que a instrução pode fazer às crianças; a “[...] instrução foi a única herança que Simão recebeu da sua família; mas herança que vale mais do que dinheiro, porque oferece meios de o ganhar, enquanto que a ignorância só conduz a perdê-lo” (JUSSIÉU, 1867, p. 9). E, no capítulo VI, conduz de volta à escola as crianças que perdiam seu tempo com outras atividades:

“Na manhã do dia seguinte, Simão de Nantua e eu tomamos cada um pela mão um dos rapazes para irmos com eles à escola do ensino mútuo. Madame Bertrand nos acompanhou, também com sua filha, porque esta teve curiosidade de ver aquilo de que lhe havia falado o velho Simão. Um menino nos abriu a porta, e o mestre se apressou a receber os dois novos discípulos que nós lhe levávamos. Quando chegávamos, cantava-se o Domine salvum facregem, e logo depois a classe começou os seus trabalhos. Ali estavam quase duzentos meninos, que todos obedeciam aos gestos de um de seus camaradas colocados no estrado do mestre em qualidade de monitor geral, e cada banco obedecia depois ao seu monitor particular. Todos trabalhavam juntos” (JUSSIÉU, 1867, p. 28) (Anexo 16).

Para demonstrar os benefícios da instrução social e moral para a sociedade, Simão de Nantua apresenta a história dos irmãos Marcel. No caso dos intelectuais brasileiros, ao se referirem a essa história, pensamos que “[...] mobilizaram um conjunto de saberes para qualificar ou desqualificar códigos e comportamentos sociais, com a finalidade de corrigir as “anomalias” que se instauraram nas famílias, principalmente as urbanas” (BURITI, 2011, p. 16). Vejamos como começa essa história:

“Havia em uma pequena povoação do departamento dos Altos-Alpes um pobre homem chamado Marcel. Este homem enviuvou cedo, e sua mulher deixou-lhe dois filhos pequenos. Marcel tinha juízo, mas faltava-lhe instrução, e sentia muito não poder dar educação a seus filhos, pois era assaz desprovido de fazenda. Quanto ele seria feliz hoje podendo enviá-los as escolas onde a instrução é gratuita! Mas naquela época não as havia em bastante número para que a povoação onde vivia Marcel pudesse possuir uma. Não podendo pois fazer aprender mais nada a seus filhos, ao menos procurava inspirar-lhes princípios de piedade e virtude. Todavia como ele não podia ocupá-los todo o dia com estas instruções, era fácil a ociosidade e a dissipação destruírem prontamente a sua obra” (JUSSIÉU, 1867, p. 152) (Anexo 16).

Já, nessa introdução, percebemos a veiculação do valor da instrução escolar para a vida, valor esse associado à possibilidade de acesso criada pela ampliação da gratuidade do ensino. Na impossibilidade da instrução escolar elementar, vemos, no trecho destacado acima, uma compensação dessa lacuna através do ensino de valores por meio de “princípios de piedade e virtude”, visando combater uma vida ociosa. Essa é a lição moral perceptível no eixo da história. Os irmãos são assim caracterizados: Jeronymo, o irmão mais velho,

“[...] era extravagante; andava todo o dia com os rapazes vagabundos da terra, ia com eles saltar os muros dos jardins, e roubar as frutas, de maneira que já por estas extravagâncias tinha sido muito repreendido por seu pai. Por desenfado, entretinha-se em maltratar os animais. Um dos seus passatempos era espancar os cães e os gatos ou quebrar as pernas dos patos e galinhas a pedradas. Todas estas más disposições se fortaleceram nele pelo hábito, e já era fácil antever que viria a ser um homem de mau procedimento” (JUSSIÉU, 1867, p. 152-153) (Anexo 16).

Já Luiz, “[...] era naturalmente alegre, contudo tinha momentos de tristeza causados pela cogitação de se achar ignorante, e sem meios de instruir-se” (JUSSIÉU, 1867, p. 153). E, para sanar esse inconveniente,

“[...] veio-lhe uma ideia em que logo se fixou. Vai pois a casa do cura, e diz-lhe: Senhor cura, eu sou bem infeliz! - E porque, meu filho? pois eu tinha ouvido dizer que sereis um bom rapaz e muito melhor do que vosso irmão. - Oh! senhor cura, meu irmão é bom rapaz, ainda que um pouco estouvado. - O que vos mortifica, pois? - É não saber ler. Oh! senhor cura, se vós me ensinásseis a ler... eu vos faria todo o serviço que pudesse.

O cura ficou atônito e encantado desta rogativa, feita por um rapaz tão novo, e conjecturou-se que ele viria a ser um homem distinto. De boa vontade anuiu ao seu desejo; e eis o nosso Luiz indo todos os dias a casa do cura tomar a sua lição. Não lhe foi preciso muito tempo para saber ler, porque tinha boas disposições, e estudava quanto podia. O cura tomou-lhe amizade, e quis continuar a sua educação. É escusado dizer que Luiz era perfeitamente instruído ao mesmo tempo, nas verdade da religião cristã, e tinha piedade e devoção” (JUSSIÉU, 1867, p. 153) (Anexo 16).

Vemos, aqui, Luiz como a personificação das qualidades advindas da instrução/ alfabetização agregadas à educação da moral cristã, de modo que a primeira não teria valor sem a segunda.

Entretanto, Jeronymo

“[...] zombava da assiduidade com que seu irmão lhe falava de aprender alguma coisa. Os defeitos de Jeronymo à medida que ele crescia tornavam-se vícios. Na idade de quatorze anos já era temido e detestado na terra, e não fazia convivência senão com três ou quatro indivíduos, que não valiam mais que ele” (JUSSIÉU, 1867, p. 154) (Anexo 16).

Trabalhando, dessa forma, na construção de personagens irmãos e antípodas, a história revela os valores úteis à sociedade da época e, portanto, essenciais na instrução da infância.

Quando os irmãos saíram da fase da meninice

“[...] chegaram à idade de quinze ou dezesseis anos o pai os chamou, e disse-lhes: Meus queridos filhos, vós ambos estais em idade de procurar fortuna. Eu não posso ajudar-vos a adquiri-la, pois sabeis quanto me custa a substituir. Aqui tendes quarenta e oito francos que apenas pude poupar para vos dar. Dou metade a cada um, e é

quanto posso fazer. Ide com isso a cidade, procurai em que trabalhar e ganhar dinheiro, e dai-me notícias vossas. Havendo caminhado todo o dia os nossos dois viajantes chegaram no fim da tarde a uma casa de pasto com tenção de ai pernoitar. Estavam na distância de quase doze léguas de Lyon, e esperavam lá chegar no dia seguinte, ou no outro” (JUSSIÉU, 1867, p. 154-155) (Anexo 16).

A partir desse momento, a vida dos irmãos segue caminhos diferentes, de modo a demonstrar a utilidade de uma instrução dentro dos princípios de civilidade da época:

“Na casa de pasto havia muitas pessoas, e entre estas Jeronymo notou um furriel que ia para a guarnição de Grenoble. Este moço não tinha gesto de bondade, e por isso lhe foi fácil fazer a conquista de Jeronymo, pois diz o provérbio: - O semelhante facilmente se junta ao seu semelhante. - Passado um quarto de hora são íntimos amigos, contam-se reciprocamente os seus negócios como pessoas que logo ao primeiro golpe de vista se conhecem não valer mais uma do que outra. O furriel sabendo que Jeronymo tinha vinte e quatro francos na algibeira, lambia os beiços. Era ele um brejeiro muito mais do que o seu novo amigo, e na guarnição tinha aprendido todas as gatunices do jogo. Diz ele a Jeronymo que também tem dinheiro, convida-o a jogar. Jeronymo não era homem que se esquivasse a tal convite; e assim como os loucos e insensatos, que não duvidavam de nada, vê já os fundos dobrados, e a sua bolsa bem provida de modo que nunca pode achar-se vazia. Jeronymo em poucas mãos perdeu os seus vinte e quatro francos, e, portanto ficou privado de todo o recurso. A amizade do furriel para com Jeronymo esfriou notavelmente logo que ele percebeu que Jeronymo não tinha real. Ele o deixou desejando-lhe boa noite e boa sorte para o futuro, e foi deitar” (JUSSIÉU, 1867, p. 156-157) (Anexo 16).

E, dali, Jeronymo segue para Grenoble sempre vivendo de modo contrário ao recomendado

“Jeronymo, que não perdia de vista o seu furriel, e esperava sempre tirar partido dele, abandonou o projeto de ir a Lyon, e tomou o caminho de Grenoble, andando devagar, para dar tempo a que o furriel o pudesse alcançar. Ei-los que caminham juntos e chegam a Grenoble. Jeronymo é apresentado e incorporado. Veste o uniforme, toma o mosquete, e começa a fazer exercício. Nos primeiros dias tudo foi muito bem. Jeronymo tinha recebido o soldo, e de mais havia ganhado um pouco de dinheiro ao jogo com alguns de seus camaradas, de sorte que não pensava senão em se divertir com este dinheiro, e não lhe importava mais nada. Isto não podia durar muito tempo. O bom humor de Jeronymo começou a diminuir com seus fundos, e quando viu a bolsa vazia nada o fazia rir. Oh! não é isto o que eu queria. Para me divertir é que assentei praça. Não duvido fazer o exercício e entrar de guarda, mas com a condição que poderei divertir-me, aliás, mando ao diabo a arma e a patrona” (JUSSIÉU, 1867, p. 158-159) (Anexo 16).

Luiz, por sua vez, teve destino diferente do irmão, fazendo proveito de sua instrução:

“Quando Luiz se separou de seu irmão, encaminhou-se pela estrada de Lyon. Enquanto caminhava, pensava sempre em seu irmão Jeronymo, e concebia grandes receios sobre a sorte deste infeliz. Depois refletindo sobre si mesmo, dizia: - E que vou eu fazer? Quando chegar a cidade, quais serão os meus recursos? eu tenho uma pequena instrução, mas como a farei valer? não conheço ninguém que me proteja e ajude a estabelecer-me. O mais que posso esperar é acomodar-me por criado em alguma coisa. Antes ficar no campo, e fazer-me cultivador. Eu observo que muitos dos proprietários de terras não sabem tirar delas todo o partido possível. Com os meus pequenos princípios, posso aprender coisas úteis, principalmente estudando sobre o que se tem escrito em agricultura. Se eu chegasse a aumentar o rendimento de algum proprietário, talvez fizesse a minha fortuna. Conversando assim consigo mesmo, chegou a uma grande quinta ou granja, que consistia em terras, bosque, vinhas e prados. Entra portanto na casa, apresenta-se ao rendeiro, e sem preâmbulo pergunta-lhe se tem necessidade de alguém para o seu serviço. Somente preciso de um pastor, respondeu o rendeiro; se este emprego vos convém, meu filho podeis entrar em mina casa. - De muito boa vontade, diz Luiz, eu estou as vossas ordens, e farei quanto me for possível para que fiqueis contente com o meu serviço. - Assim o espero, meu amigo, diz o rendeiro” (JUSSIÉU, 1867, p. 169-170) (Anexo 16).

Assim, Luiz faz uso da sua instrução para conquistar não só uma posição melhor, mas também a fortuna como recomendou seu pai; neste ponto, concordamos com Santos (2011, p. 87), para quem “defender o ensino era lutar por uma sociedade não só menos ignorante, mas também menos pobre”:

“Logo que pode, escreveu a seu pai para dar-lhe parte da sua posição. Também escreveu ao seu respeitável mestre, e lhe contou os seus projetos e esperanças. Assim que o cura recebeu a carta do seu discípulo, logo lhe enviou três ou quatro livros de agricultura, que ele possuía. Seria impossível pintar a alegria de Luiz quando recebeu os livros! Ele queria devora-los; levava-os consigo para o campo, e enquanto os rebanhos pastavam, estava ele assentado debaixo de uma árvore a ler, como um sábio no seu gabinete” (JUSSIÉU, 1867, p. 171) (Anexo 16).

Contrapondo-se ao destino de Luiz, a história chama atenção para as atitudes do outro irmão, pois

“Jeronymo, como sabeis, tinha-se acostumado a achar lícito todos os meios de satisfazer os seus apetites. Ora nestas circunstâncias, sem se dar ao trabalho de averiguar se para ter dinheiro não havia outro expediente senão o de roubar, pensou que este era o mais simples e o mais cômodo, e determinou-se a empregá-lo sem o menor

escrúpulo. Todavia fez uma reflexão, a qual prova que não era totalmente desprovido de prudência. Vou roubar meus camaradas, diz ele; mas se isto se descobre serei preso e espingardeado, e não é isto o que eu quero. Em verdade que, tudo bem considerado, o ofício de soldado não me convém muito; façamos, pois um pequeno mealheiro, e desertemos” (JUSSIÉU, 1867, p. 159-160) (Anexo 16).

E, assim, colocou seu plano em ação e fugiu,

“Tendo viajado por dez dias de um modo tão incômodo, chegou a uma grande cidade, que se lhe disse ser Châlon-sur-Saona. Com efeito parecia coisa milagrosa haver escapado as diligências da guarda da polícia, que não costume gracejar com desertor; e Jeronymo era já não só desertor, mas ladrão. Este sucesso o animou, e projetou continuar um ofício que achava lucrativo, e lhe parecia muito agradável. Não advertia o insensato que os olhos da justiça estão sempre abertos sobre a gente desta classe; que se uma ou outra vez se escapa a sua vigilância, por fim se descobre, e é mister dessa vez pagar por todas” (JUSSIÉU, 1867, 160-161) (Anexo 16).

Nesse ínterim,

“Foi-lhe preciso começar a sustentar-se do seu dinheiro, o que não durou muito, pois veio também o jogo ajudar o estomago a gastar o dinheiro mais depressa. Quando se viu sem recursos cuidou em realizar outros, esperando ocasião de fazer o que chamava um bom lance de fortuna” (JUSSIÉU, 1867, p. 161) (Anexo 16).

Enquanto isso,

“Havia em Châlon uma companhia de cômicos volantes, que representavam um melodrama. Jeronymo tinha-se ligado na taverna com um desses farsistas, que faziam papel de ladrões nas peças do repertório. Este homem chamava-se Bernardino. Um dia, contudo lembrou-se de perguntar se não havia alguns papéis mudos, porque, dizia ele, não tinha memória, e nunca poderia aprender uma só linha. Jeronymo é apresentado; o diretor acha-lhe uma boa fisionomia, e para o dia seguinte se lhe destina o primeiro ensaio. Ele estava vestido como um ladrão, e pertencia ao bando de que era chefe Bernardino. O traje ficava-lhe bem; o seu rosto principalmente tinha uma boa expressão, e eis aqui o que concorria para lhe dar. Antes de entrar no teatro tinha lançado uma vista de olhos sobre o escritório onde se vendiam os bilhetes da entrada. O aspecto da receita tinha excitado nele certos sentimentos e desejos, que pintavam em suas feições, e as punham em perfeita harmonia com o seu papel” (JUSSIÉU, 1867, p. 161-162) (Anexo 16).

E Jeronymo não conseguia mais parar de pensar na possibilidade de se apropriar daquela receita:

“Por um ou dois meses pensou nos meios de executar este leindo plano. Depois de haver meditado muito, achou que não haveria melhor partido do que convidar o recebedor a fazer sociedade com ele, e escaparem-se ambos levando a caixa. Acordou-se entre ambos que a grande empresa fosse executada no dia seguinte. Eles não escolhiam mal o dia por ser domingo, e haver um espetáculo que não deixa de atrair muita gente. Havendo o recebedor realizado o valor de todos os seus bilhetes, arranja o seu saco segundo o estilo, e leva-o como se fosse entregar a receita. Mas em vez de ir a caixa fazer a entrega, saí furtivamente da cidade, e vai lealmente encontrar-se com o seu companheiro, que o esperava em alguma distancia, e a quem uma indisposição suposta havia dispensado de figurar na cena até este dia. Logo que se ajuntaram puseram-se a caminhar com cuidado para escaparem ao perigo o mais prontamente possível. Correram assim toda a noite, e não pararam senão ao romper da manhã em uma casa de pasto para tomarem algum alimento. Jeronymo não ficou pouco assustado quando viu nesta casa de pasto dois soldados de polícia, que haviam deixado os seus cavalos no pátio. Ele não se esquecia de que era desertor, e como visse que os soldados olhavam para ele com atenção não duvidou que tivessem a indicação dos seus sinais. Sem dizer nada ao seu companheiro sai da sala, e vai ao pátio aonde estavam os cavalos dos guardas ou soldados da polícia. Escolhe o melhor, corta o peitoral do outro, para que não se sirvam dele e põe-se a correr a toda a brida, zombando dos soldados da polícia, que o viam fugir, e inutilmente o ameaçavam” (JUSSIÉU, 1867, p. 163-164) (Anexo 16).

Entretanto, para concretizar a intenção moral da história, o fim de Jeronymo não poderia deixar de apresentar uma punição para aqueles que não vivem de acordo com as normas da civilidade:

“Era chegado o momento em que tudo se ia combinar contra Jeronymo. Chegam dois soldados de polícia, e um deles é precisamente aquele em cujo cavalo Jeronymo tinha fugido depois do roubo de Châlon. Vós advinhais o resto, meus queridos amigos. Jeronymo é levado a prisão, forma-se-lhe processo, seus crimes são manifestos e públicos, ele é forçado a confesá-los e é condenado as galés. Mas ainda isto não é tudo; haveria oito dias que estava em Toulon, quando um forçado se chega e fita os olhos nele por alguns instantes. Depois levantando o seu grilhão, e dando um grito terrível, atira com ele ao peito de Jeronymo, e o deita aos pés. - Perverso, diz ele eu te esperava aqui para me vingar de ti. A ti e aos teus perfidos conselhos devo eu a desgraça de arrastar este instrumento de infamia e de dor; eu quizera que ele fosse também instrumento da minha vingança. Se não fosses tu, eu não teria sido um celerado; tu me fizeste cometer o primeiro crime, convidando-me a roubar a caixa dos comediantes de Châlon. O meu último crime será para livrar a terra de um monstro. Assim acabou Jeronymo, depois de ter sucessivamente passado por todos os graus do crime. A vingança do céu e a vingança das leis as vezes tardam, mas o culpado nunca lhes escapa e elas o alcançam tarde ou cedo” ( JUSSIÉU, 1867, p. 167-168) (Anexo 16).



Por outro lado, o irmão mais novo:

“[...] ora eis-aqui o nosso Luiz administrador de uma grande fazenda. Deixo a vossa consideração avaliar qual seria a sua alegria recebendo o consentimento de Berthaud. Portanto em menos de dois anos, o seu comportamento o tinha já levado a esse grau de felicidade e confiança. Ele começou a reger e administrar as terras do rendeiro Berthaud, e aproveitar os seus estudos em agricultura. No território daquela quinta não houve mais baldios, nem alqueives; todas as terras estiveram sempre em plena produção; não se tornou mais a dizer de que era preciso deixá-las descansar sem produzir nada: de que se tratou foi de cultivá-las com cuidado, empregar os melhores adubos, e tirar delas o maior partido possível. Luiz fez os prados artificiais, que ainda não eram conhecidos no país. O rendeiro Berthaud que até então seguia a sua antiga rotina, não podia ver sem receio as tentativas do novo agricultor; entretanto, porém confiava no seu talento, e deixava-o fazer o que entendia a despeito dos próprios receios, e dos discursos dos outros rendeiros vizinhos, que murmuravam de tais novidades” (JUSSIÉU, 1867, p. 173-174) (Anexo 16).

E, como “[...] a civilidade é expressa não somente por palavras, mas também por atos” (SANTOS, 2011, p. 111), o reconhecimento ao trabalho de Luiz por parte do rendeiro exprimiu as qualidades morais deste homem e a representação do amor burguês, pois, conforme a narrativa, o amor entre Luiz e Annette havia nascido do convívio nas aulas ministradas pelo administrador com o objetivo de tornar a moça encantadora:

“O rendeiro Berthaud não sabia como mostrar o seu reconhecimento a Luiz. No fim de um ano de ensaio, ele tinha dado grandes soldadas de que Luiz como bom filho repartia com seu pai. Luiz lhe escrevia regularmente, assim como ao seu respeitável cura, de quem recebera a educação que era origem da sua prosperidade. Tinha o rendeiro uma filha única que era linda. Quando Luiz veio para a granja tinha ela quatorze anos, e só lhe faltava alguma instrução para ser capaz de encantar. Luiz sentiu por ela uma inclinação que a sua delicadeza não lhe permitia manifestar. Mas o rendeiro Berthaud, que não era lerdo, percebeu bem a inclinação que os dois tinham um para o outro, ainda que o não confessassem. Havia quase cinco anos que Luiz fazia prosperar a granja, quando Berthaud lhe disse um dia: - Luiz, tu me tens feito serviços que eu não posso reconhecer senão tratando-te como filho: queres pois tomar o lugar de meu filho? Minha filha te ama, eu sei que ela te agrada; assim eu te a dou. Com isto Luiz ficou louco de contente! Pouco faltou para fazer rebentar o honrado Berthaud a força de abraçá-lo. Não cabia em si de alegria!” (JUSSIÉU, 1867, p. 175-176) (Anexo 16).

Del Priore (2006, p. 165) trata o casamento entre aqueles que haviam conquistado certa condição social como um contrato selado entre as partes

envolvidas evitando perdas econômicas, “[...] o amor como estímulo para o casamento parece ter ocupado lugar de menor importância, aparecendo como consequência da vida cotidiana”:

“Annette não teve dificuldade em consentir neste arranjo, nem mesmo julgou necessário esconder quando lhe era agradável. Convidaram o velho Marcel para assistir ao casamento, e o bom cura também quis vir. O nosso querido Luiz estava no auge da felicidade. Logo que teve seu pai na sua companhia, não consentiu em que ele partisse, e Berthaud juntou as suas instancias as deste bom filho. Assim Luiz na idade de vinte e cinco anos se achava casado com uma mulher encantadora; esteio de seu pai, senhor de algumas geiras de boa terra, e rendeiro de uma excelente granja” (JUSSIÉU, 1867, p. 176-177) (Anexo 16).

Portanto, o final da história de Luiz foi bem diverso da de seu irmão, pois constituiu família, fortuna:

“Passados pouco anos o seu cabedal se achou consideravelmente aumentado. Será difícil imaginar uma felicidade mais perfeita do que a de Luiz! Uma mulher cheia de encantos, digna de ser amada, boa esposa e boa mãe; duas crianças cuja educação fazia um dos seus mais suaves prazeres; um pai, que devia a tranquilidade e a consolação da sua velhice a piedade de um bom filho; e finalmente esse excelente Berthaud gozando de uma felicidade que pela maior parte era obra sua: que circunstancias para um bom coração como o de Luiz! Juntai isto a estimação e ao apego de toda a gente que o conhecia” (JUSSIÉU, 1867, p. 177-178) (Anexo 16).

E, ainda, contribuiu para o bem-estar de seus semelhantes e alcançou distinção social

“Luiz fez grandes serviços ao seu país contribuindo por suas luzes e exemplo ao progresso da agricultura, e a sua municipalidade se tornou uma das mais ricas da França. Quando vagou o emprego de maire, logo a opinião pública designou Luiz para o ocupar. Sendo com efeito nomeado maire, mostrou-se magistrado esclarecido e inteiro, e a sua administração foi uma nova origem de prosperidade para o país, porque todos estavam convencidos de que ele a queria, e cada um se esforçava em auxiliar os seus desejos” (JUSSIÉU, 1867, p. 179) (Anexo 16).

E, por fim, a moral da história dos irmãos é apresentada, sempre deixando a lição para que a assembleia possa pensar e discutir tais questões:

“Eu não posso deixar de fazer ainda algumas reflexões acerca da história que acabo de contar. Que coisa mais preciosa do que a educação! que desgraça é não a ter recebido oportunamente! Vede Luiz e Jeronymo, a prosperidade de um, a degradação e o fim desastroso do outro. Oh meus amigos, se tendes filhos, pensai nisto seriamente. Nenhuma desculpa tereis se desprezardes a educação de vossos filhos, pois se vos oferecem todos os meios convenientes para esse fim. Inspirai-lhes temor de Deus, respeito as leis, e amor aos seus semelhantes. Com tais guias ninguém se perderá, e sem elas será inevitável o extravio” (JUSSIEU, 1867, p. 180) (Anexo 16).

Compreendemos que a apropriação dessa história, nos impressos que circularam na cidade de Vitória da segunda metade do século XIX, nos diz sobre os valores que deveriam ser disponibilizados à infância por meio de instrução escolar ou não, visando uma vida normatizada em princípios da civilidade da época.

### **2.5.2 – Os ensinamentos cristãos**

Os capítulos de *Simão de Nantua* dedicados aos ensinamentos cristãos são responsáveis pela propagação dos valores e dogmas do catolicismo, religião oficial do Império brasileiro. O primeiro deles condena os maus-tratos aos animais:

“Eu tenho notado, disse ele, que os homens que tratam os animais com crueldade são maus. Quem vê sem pena sofrer um cavalo ou um cão, não está longe de ser insensível aos sofrimentos dos seus semelhantes; e quem se acostuma a fazer mal aos brutos, não tardará em o fazer aos homens. Há países onde a crueldade para com os animais se considera como delito e é castigada pelas leis. Isto me parece muito prudente. Entre nós, porém, onde não há esta legislação, eu quisera que ao menos a opinião pública se declarasse de um modo eficaz contra este gênero de barbaridade, e aquele que sem necessidade maltratasse qualquer animal fosse coberto de vergonha, assim como por haver ferido ou maltratado qualquer criatura mais fraca do que ele, e que não sabe ou não pode defender-se. Ou eu me engano muito, ou o carreiro que acabamos de encontrar é tão covarde como cruel. Mas, enfim, não falemos mais nisto, pois ele logo foi bem castigado da sua brutalidade, pelo fato mesmo dessa brutalidade” (Jussieu, 1867, p. 22) (Anexo 16).

Os ensinamentos cristãos geralmente eram ensinados por oposição entre o certo e o errado, como vimos na história dos irmãos Marcel. Também, na

história das irmãs Catharina Gervaes e Coletta Michaud, isso pode ser verificado. Enquanto Catharina era humilde, submissa e modesta:

“Catharina Gervaes era uma boa rapariga sem formosura nem pretensões, mas muito sisuda, amiga do trabalho, e inclinada a piedade. Quando partiu para Paris, o seu único desejo foi trabalhar quanto pudesse para ganhar dinheiro com que fosse útil a seu pai, que era velho e enfermo” (JUSSIÉU, 1867, p. 47) (Anexo 16).

A irmã, ao contrário, praticava sempre os pecados capitais da luxúria, vaidade e soberba:

“Coletta Michaud era muito bonita e o sabia muito bem e gostava excessivamente que lhe dissessem. Só ia a igreja quando não podia deixar de ser. Todo o seu cuidado durante a semana, era o modo porque se vestiria ao domingo, para ir a dança. Temia denegrir a pele, ou ter ásperas as mãos, e por isso não gostava de trabalhar nem no campo, nem na cozinha. O pouco trabalho que fazia, se a obrigavam, era mal feito; porque em vez de lhe dar atenção, recordava-se de todos os cumprimentos que lhe haviam feito os rapazes” (JUSSIÉU, 1867, p. 50) (Anexo 16).

Assim, é apresentada a história de Catharina Gervaes que vai trabalhar em Paris na casa de uma senhora “para lavar a louça e fazer o serviço grosseiro da casa” (JUSSIÉU, 1867, p. 48) e, com toda sua dedicação, logo passa a ser amada por todos os que lá residem e trabalham. Com o tempo,

“como ela tinha grande desejo de aprender a cozinhar, pediu ao cozinheiro da casa que lhe explicasse como ele fazia as coisas, e dar-lhe algumas instruções: o mestre da cozinha prestou-se de boa vontade, e em pouco tempo Catharina fez-se uma excelente cozinheira. Tudo é fácil para quem tem boa vontade” (JUSSIÉU, 1867, p. 50) (Anexo 16).

Desse modo, Catharina, em consequência de sua dedicação e disposição para aprender, passa a ser cozinheira. Como a casa em que trabalha já possui um cozinheiro,

“foi ter com sua ama, e disse-lhe: ‘Senhora, eu sou muito reconhecida a bondade com que vós me recebestes em vossa casa; eu vos devo a obrigação de saber alguma coisa e estar em estado de ganhar a vida. Bem quizera eu não vos deixar, mas tenho um pai que é velho, e necessita do meu socorro; é preciso que eu trabalhe para ele. Eu já posso acomodar-me como cozinheira em uma casa menos considerável do que a vossa: teríeis vós tanta bondade que me

recomendásseis as pessoas que poderiam admitir-me? Eu não quis procurar casa sem primeiro vos pedir licença” (JUSSIÉU, 1867, p. 48-49) (Anexo 16).

E, com a recomendação de sua ama e do padre, Catharina conseguiu a posição de cozinheira em casa de uma boa senhora já idosa:

“Catharina entrou com efeito em casa dela, e ficou sendo a principal cozinheira. A ama está muito contente com ela. Catharina ganha grande soldada; e se não tivesse a desgraça de perder seu pai, como sabeis, poderia hoje dar-lhe com que vivesse folgadoamente. Além disso, é de esperar que a ama não se esqueça dela em seu testamento; bem que Catharina por seu bom coração e desinteresse não é capaz de se lembrar disso, nem fazer semelhante cálculo” (JUSSIÉU, 1867, p. 49) (Anexo 16).

Logo após finalizar a narrativa sobre o destino da irmã cozinheira, a história prossegue dando conta da “estouvada” irmã Coletta, que deseja ir a Paris e

“com isto importunava sua mãe; mas a boa mulher que sabia bem os perigos a que se expunha sua filha, não queria consentir nisso. Madame Michaud, não sabendo o que havia de fazer desta tresloucada, decidiu mandá-la para Paris, a uma casa que lhe indicou o padre cura, e onde a recomendou muito para que a vigiassem no seu comportamento. Ao despedir-se, deu a Coletta os mais prudentes e maternais conselhos; mas tudo era perdido, porque a estouvada não cuidava senão no prazer de ir à cidade” (JUSSIÉU, 1867, p. 50-51) (Anexo 16).

E assim foi Coletta a Paris trabalhar,

“logo que chegou, acomodou-se em uma casa na qualidade de *bonne* ou aia de crianças. A infeliz não entendia nada disto: deixava gritar as crianças; não lhe importava se quebravam os móveis ou a cabeça. Não as lavava, nem cuidava que andassem asseadas” (JUSSIÉU, 1867, p. 51) (Anexo 16).

Seu comportamento individualista é assim descrito:

“Coletta só tratava da sua pessoa, e se vinha a casa algum criado estranho apressava-se a ir a antecâmara para receber os cumprimentos. Tendo, porém ocasião de os receber de pessoas de distinção, a sua altivez se tornava insuportável para com os outros criados, e até mesmo para com sua ama chegou a tomar algumas vezes um tom insolente” (JUSSIÉU, 1867, p. 51) (Anexo 16).

A partir desse ponto, a história se concentra na narrativa da desgraça no restante da vida da menina:

“finalmente, um dia que tinha levado os meninos a passear ao Luxemburgo em meio do qual há um grande tanque deixou os correr a sua fantasia, enquanto ela se entretinha a conversar com um moço que a havia acompanhado. Eis que [de] repente se ouvem gritos espantosos: era um dos meninos que caíra no tanque! A pobre rapariga perdeu os sentidos. Felizmente um homem que ia passando, saltou no tanque, e salvou o pequeno que se julgava perdido. Foi despedida no mesmo dia, e achou-se só no centro de Paris, sem saber o que fizesse, e sem recomendação alguma para conseguir outra casa. Entretanto bastante matéria se oferecia para reflexões, mas era Coletta capaz de as fazer prudentes? "Não quero mais ser aia ou *bonne* de crianças; dizia ela; é ofício cansado e enfadonho. Quero antes ser criada de quarto em uma casa grande. Isso é que é lugar de apetite! Tenho conhecido algumas criadas desta ordem, que se apresentam como suas amas, e eu serei mais bonita do que a minha. Não sei a quem hei de dirigir-me para isso? Mas não importa, irei ao jornal *des Petites Affiches* (dos pequenos anúncios)" (JUSSIEU, 1867, p. 51-52) (Anexo 16).

Dessa forma, ao invés de aprender a lição, depois de despedida da casa de família,

“Coletta achou uma casa onde se acomodou por criada do quarto: mas que casa! Era uma mulher desprezível por seus costumes, e onde se lhe ofereceram sobejos exemplos de depravação para acabar de se perder. Basta que vos diga que saiu desta casa estragada de costumes e perda de reputação, e que seu único regresso foi dar-se ao mais infame e horroroso ofício. Por algum tempo ousou esperar a sua felicidade no meio do vício. Mas a mão de Deus ia tocá-la. Bem depressa se murcham e desaparecem os seus encantos; a enfermidade e a miséria se apoderam dela para a devorarem. Tudo tinha perdido; o que lhe restava somente era o remorso, a vergonha, os trabalhos e o terror” (JUSSIEU, 1867, p. 52-53) (Anexo 16).

A narração finaliza chamando atenção para o objetivo da história, a lição de moral sobre ser honesto ou extravagante, escolher entre a virtude e o vício, uma vez que essas escolhas levam a caminhos diferentes, sendo a virtude sempre o caminho da felicidade:

“Vede, meus filhos, a diferença que há relativamente a felicidade entre um comportamento honesto e laborioso ou extravagante e dissipado. Vede também como a formosura é uma vantagem deplorável quando se lhe dá demasiada importância. A beleza do rosto não tem valia senão enquanto é imagem da beleza da alma. Lembrai-vos da história de Coletta para entreter o horror que deve

inspirar o vício; pensai muito na história de Catharina para vos animar cada vez mais a virtude” (JUSSIÉU, 1867, p. 53) (Anexo 16).

Dessa forma, percebemos que, nessas narrativas, há uma representação de sociedade que está vinculada ao “favorecimento da paz, da harmonia e coesão social, buscando conduzir a tranquilidade, a calma, a subserviência e o amor ao próximo” (SANTOS, 2011, p. 117-118). Assim sendo, para viver nessa sociedade, era preciso incentivar o crescimento de virtudes associadas aos padrões adequados àquela civilidade. Para tanto, uma das más qualidades que deveria ser amplamente combatida era a ira, como podemos verificar no trecho abaixo:

“Havia quase duas horas que dormíamos a sono solto, quando acordamos espavoridos aos gritos que pareciam partir de um quarto vizinho. Levantamo-nos pois a pressa, para nos informarmos do que isto era. A porta do quarto estava aberta. Simão de Nantua entrou sem cerimônia, e logo foi seguido por muitas pessoas, que assim como nós acudiram ao ruído. Achamos então um homem enfurecido, que com uma das mãos sustentava pelos cabelos uma mulher, e tinha na outra o resto de uma cadeira com que espancava duramente esta infeliz. A mulher pedia socorro com todas as suas forças. Isto é escandaloso, diz Simão de Nantua, não há espetáculo mais aflitivo do que uma família em desordem, nem paixão mais funesta do que a cólera” (Jussieu, 1867, p. 141-142) (Anexo 16).

E ainda discursa sobre os malefícios que acometem aos encolerizados:

“Estes diversos incidentes produziram tal transtorno no cérebro do malvado, e tanto exaltaram a sua cólera, que os seus órgãos não tiveram força para resistir a um tão grande abalo. Na manhã seguinte acharam-no estendido na sua cama desfalecido, balbuciando palavras sem conexão, e com todos os sintomas de transporte de cérebro. Todos os socorros foram inúteis, ele expirou no mesmo dia. A cólera, esse feio vício que faz esquecer o cristão dos seus deveres nesta vida, e de que há outra depois desta” (Jussieu, 1867, p. 143-144) (Anexo 16).

Outros vícios (pecados) que mereciam ser destacados de forma negativa eram a preguiça e a indolência, temas do capítulo XXIII,

“Assim conversando chegamos a um lugar onde havia uns pastores, que guardavam carneiros. Enquanto o rebanho pastava em meio do rostolho, os dois rapazes que os pastoreavam, e dos quais o mais velho teria dezessete anos, estavam deitados debaixo de uma árvore, e parecia que dormitavam. Simão de Nantua aproximou-se a eles, e disse-lhes: Parece-me, amigo, que não temeis que o lobo vos leve os

carneiros, pois dormis assim tão descansados.- Oh! não há perigo aqui, disse o mais velho dos dois rapazes, o lobo não anda por este sítio, e quando aparecesse, o cão nos avisaria. - Embora, diz Simão de Nantua, mas vós não poderíeis empregar o vosso tempo de um modo mais útil? Parece que a noite é tempo bastante para dormir. Enquanto vós guardais o vosso rebanho, o que não vos ocupa muito, há muita casta de trabalho em que vos ocupásseis. - E que trabalho, senhor mercador? - Se soubésseis ler, poderíeis gastar algumas horas em aprender coisas úteis. Há livros que vos podem ensinar como se trata o gado parasse tirar dele o maior proveito possível. Quando chegásseis, a saber isso, e que aumentásseis o rendimento de vosso amo, ele também vos aumentaria a soldada. Além disso, também poderíeis ainda ocupar-vos em pequenos artefatos, de que tiraríeis algum lucro. Eu já vi pastores como vós, que, mesmo guardando os seus rebanhos, em vez de dormirem como mandriões debaixo de uma árvore, passavam o seu tempo a entrançar a palha para fazer chapéus, e vendiam isso muito bem. Se vós por exemplo tivésseis feito outro tanto, eu poderia, quando passasse, comprar-vos a obra, e isso seria de muita conveniência para vós. Outros tem habilidade, e divertem-se em fazerem brinquedos de crianças, o que se vende muito bem na cidade. Finalmente, havendo boa vontade de trabalhar, de tudo se pode tirar partido... Mas quem se deixa adormecer sem providência acorda sem recurso. Se vós continuardes assim como agora, nunca passareis de guardar um rebanho alheio. Se, porém fizerdes como eu vos digo, chegareis algum dia a guardar um rebanho vosso. Ora, isto faz bastante diferença. Não é assim? Mas também é muito diferente trabalhar ou não fazer nada. Vós sois moços, e não deveis inutilizar as vossas forças” (Jussieu, 1867, p. 105-107) (Anexo 16).

A gula, por sua vez, não poderia ser esquecida e também mereceu destaque:

“A gula é como os outros vícios, isto é, encarrega-se de castigar aqueles que se deixam seduzir por ela. Mas se fordes gulosos, podeis adoecer até com as coisas mais saudáveis, porque as tomareis sem moderação, e o excesso até mesmo nas coisas boas produz sempre efeitos penosos. O que lisonjeia o paladar muitas vezes dilacera o estomago. Quem se entrega sem moderação ao que seduz e tenta os sentidos, expõe-se a sofrer fisicamente, e vem a saúde a pagar as dívidas da sensualidade. Eu me recordo de ter visto um moço muito guloso, a quem um engano semelhante foi funesto. Este homem jamais via alguma coisa que lhe parecesse boa para comer, que não a provasse. Esta disposição lhe tinha feito cometer muitas indiscrições e imprudências. Finalmente ele mesmo veio a ser vítima delas. Achando um dia uns pós brancos embrulhados em papel, entendeu que seria açúcar, ou outra coisa boa, e comeu... Entretanto era arsênico! Poucos instantes depois foi atacado por cólicas e convulsões terríveis. Como se ignorava a causa do mal não se lhe pode ministrar algum socorro, e expirou poucas horas depois com dores espantosas: Possam servir-vos de lição este exemplo e o mesmo que acaba de vos acontecer, meus filhos. A gula é um vício muito baixo e perigoso, de que só se pode esperar enfermidade e vergonha” (Jussieu, 1867, p. 128-129) (Anexo 16).



Por fim, o último capítulo XXXVIII trata da caridade para com as pessoas que têm alguma deficiência natural. Esse capítulo foi suprimido na 1ª edição e voltou a ser publicado nessa edição portuguesa, conforme informou o editor na advertência. Nele, o deficiente é descrito como um ser “desgraçado, horrivelmente corcundo, com as pernas tortas, feio como o diabo, e meio mentecapto” (Jussieu, 1867, p. 180), e que atendia pelo nome Bijou (Joia):

“Serve de escarno a maior parte dos meninos do país, e até a alguns homens e mulheres, que deveriam ter mais juízo e caridade. É pena presenciar semelhante coisa, por quanto este pobre aleijado é a mais inofensiva, mansa e humilde das criaturas de Deus” (Jussieu, 1867, p. 181) (Anexo 16).

E, assim, como os pecados capitais deveriam ser combatidos numa sociedade civilizada, também o deveriam ser os escárnios para com as pessoas deficientes física e mentalmente:

“Ora, é assim que neste país tratam as criaturas de Deus! Acaso será este um país cristão e civilizado? ou estamos aqui entre selvagens e ou antropófagos? Haverá, por ventura, coisa mais bárbara, injusta, odiosa e covarde do que insultar as enfermidades naturais, e divertir-se a custa delas? Por isso que um infeliz é enfermo de corpo ou tem fraca inteligência, porque é fraco, e sem defesa, acreditais, pois, que Deus vo-lo entregou para brinquedo? Não vedes, pelo contrário, e, sobretudo, que deve servir-vos de advertência para que pondereis com humildade em todas as enfermidades e fraqueza as quais está submetida a humanidade? Não vedes, pois, que é esta uma prova e ocasião oferecida a vossa caridade? Esqueceis-vos, enfim, de que neste corpo tão disforme como é na aparência, existe uma alma humana, uma alma como a vossa, que é igual a vossa, talvez mais pura, e então mais digna da sua celeste origem? Pois sabeis que não está em vossa mão o aviltar esta alma com os vossos ultrajes; pelo contrario, vos degradais as vós mesmos quando insultasse a dignidade de uma criatura feita como vós a imagem de Deus. Quero acreditar que da parte destes rapazes há mais inconsideração e estouvamento do que malvadez, enquanto seja bem doloroso o ver a mocidade divertir-se com os sofrimentos dos outros. Porém, o que não posso conceber, é que pessoas mais sérias careçam, ao mesmo tempo, de caridade cristã e prudência humana, a ponto de rirem perante semelhante cena; e que as que não riem e a desaprovam não tem a coragem de oporem-se a ela e impedi-la” (JUSSIÉU, 1867, p. 183-184) (Anexo 16).

Sendo assim, a caridade e o amor ao próximo deveriam ser práticas cotidianas, inseridas numa sociedade civilizada

“Então, chegou-se um rapaz alto, vigoroso, e de bom porte, conduzindo o pobre Bijou pela mão. - Bom Simão de Nantua, disse ele, pois que julgo que sois vós, pelo que ouvi narrar por companheiros que vos encontraram em viagem; prometo-vos que nunca mais ninguém ofenderá esta pobre criatura. Tomo-a debaixo da minha proteção, assim como a todos os enfermos que eu encontrar no meu caminho” (JUSSIEU, 1867, p. 184-185) (Anexo 16).

Percebemos que esse capítulo foi inserido na edição portuguesa, talvez para incentivar práticas de civilidade não apenas em Portugal, mas também no Brasil. Lembramos que, em 1854, o Rio de Janeiro presenciou a abertura do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que funcionava em regime de internato. O Instituto fora criado após a volta de Paris, onde estudara, do cego brasileiro José Álvares de Azevedo, vindo a ser professor da filha do médico pessoal do Imperador. Por interesse de Couto Ferraz, José Álvares de Azevedo encaminhou o projeto e obteve a aprovação (Jannuzzi, 2006).

*Simão de Nantua* é uma fábula e, como tal, tem por essência a disputa do bem contra o mal, onde todos aqueles que são bons, piedosos, caridosos têm um final feliz, em comparação com aqueles que agem de maneira equivocada e têm sempre um triste fim. Em meio a isso tudo, intenciona-se que os indivíduos aprendam desde muito cedo a controlar suas paixões, vícios, pecados, e a praticar o bem de acordo com um código de conduta relacionado a uma determinada estrutura social.

2.6 – Tesouro de meninos

257

**THE SOURO DE MENINOS.**

OBRA CLASSICA  
DIVIDIDA EM TRES PARTES,  
**MORAL, VIRTUDE, CIVILIDADE.**  
COMPOSTA EM FRANCEZ  
POR  
**PEDRO BLANCHARD,**  
VERTIDA EM PORTUGUEZ,  
E OFFERECIDA  
A **MOCIDADE PORTUGUEZA,**  
E  
BRASILEIRA.  
POR  
*Mattheus José da Costa.*



SEXTA EDIÇÃO, EMENDADA, ORNADA COM 16 ESTAMPAS,  
E ENRIQUECIDA DE EXTRACTOS DE POESIA PARA FA-  
CILITAR A LEITURA DOS VERSOS, DE NOÇÕES PRELI-  
MINARES DE ARITHMETICA OU AS QUATRO OPERAÇÕES,  
DE UM COMPENDIO DE HISTORIA SAGRADA, DE BRE-  
VES NOÇÕES DE GEOGRAPHIA, E DA TABELLA DOS REIS  
DE PORTUGAL.

LISBOA:  
TYPGRAPHIA DE ANTONIO JOSÉ DA ROCHA,  
RUA DA VINHA N.º 38 (AO BAIRRO ALTO).  
1851.

*Vende-se na loja de Borel Borel & C.ª  
aos Martyres n.º 14.*

10798

1261



Tesouro de Meninos, 1851. Disponível no site Caminhos do Romance da Universidade de Campinas.

A edição do manual *Thesouro de meninos*<sup>33</sup>, escrito por Pedro Blanchard e "vertida em português e oferecida à mocidade portuguesa e brasileira" por Matheus José da Costa, possui 384 páginas<sup>34</sup> e dezesseis estampas.

#### "DEDICATORIA

Quando pela primeira vez demos à luz a impressão d'este trabalho, tivemos em vista uma obra útil para a educação da Mocidade, tanto Portuguesa como Brasileira: e logo previmos que esta obra havia de ter boa aceitação do público, por conter doutrinas gravadas no coração dos homens pela Natureza, e pela Razão, a que eles não podem resistir; e porque o método, ou ar de expor estas doutrinas é muito acomodado á volubilidade espirituosa de ambas as Nações.

Se este lugar o permitisse nós diríamos que, agradecidos à fortuna de ter acertado com um presente útil do gosto das duas Nações, empreendemos esta sexta edição e não a deixamos passar sem lhe adicionar um pequeno tratado de Geografia geral, assim como outras noções preliminares de Aritmética, História sagrada etc., que julgamos não só serem de grande utilidade à Mocidade, mas muito análogas a fazerem seguimento ao Tesouro, por serem dos primeiros estudos a que se deve dedicar a Mocidade depois de saber ler com perfeição, fazendo-a assim mais digna quanto em nós cabe de novamente a apresentarmos à Mocidade estudiosa de um e outro País." Borel Borel & C.<sup>a</sup> (BLANCHARD, 1851, p. 1) (Anexo 17).

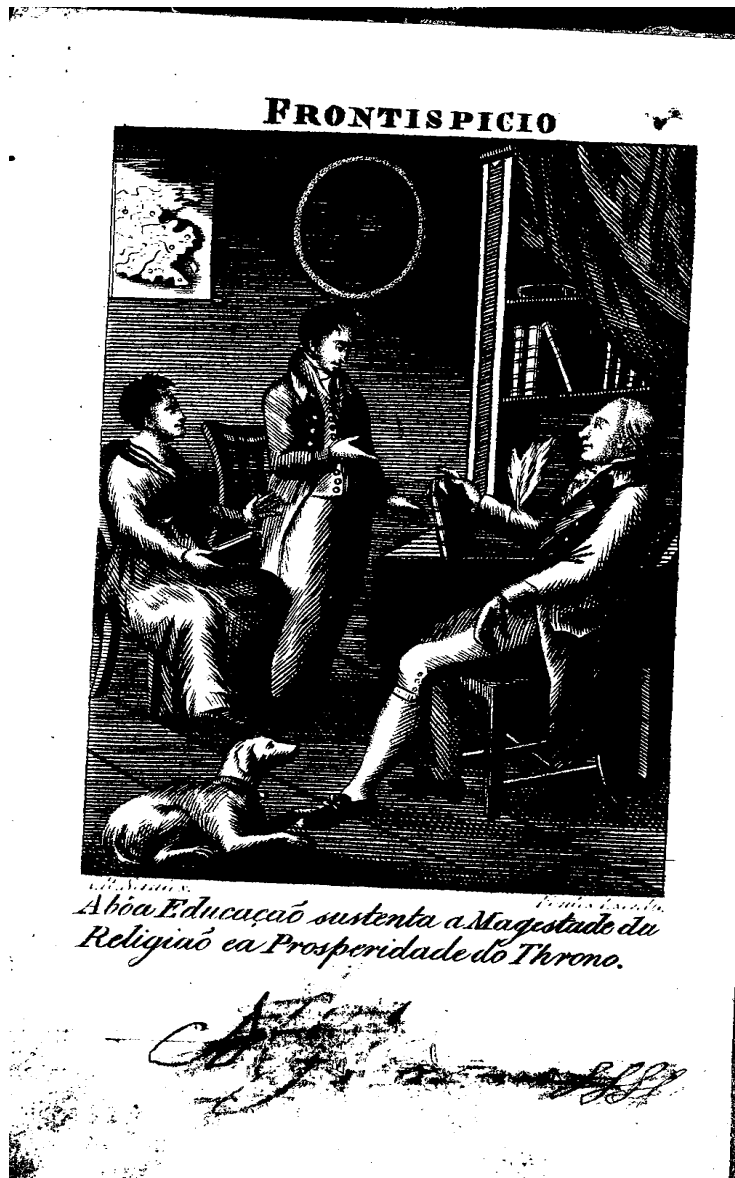
A primeira gravura, logo após a capa, apresenta uma cena típica da instrução do século XIX, a educação domiciliar. A cena apresenta três homens: um sentado, aparentando ser um pouco mais velho e que, por sua atitude, compreendemos ser o mestre, pois está com um livro apoiado na mesa, como que tomando a lição do aprendiz; e o menino, que seria o aprendiz, apresenta-se em pé e olhando para aquele que seria o mestre. Os trajes do aprendiz nos permitem perceber e conjecturar tratar-se de pessoa pertencente à elite ou até mesmo à realeza e, ao seu lado, outro menino, aparentando ter a mesma idade do aprendiz, está sentado e, por suas roupas e pela posição de sua face a contemplar o primeiro menino, entrevemos ser um servo. Percebemos na cena ainda a presença de um cão ao chão próximo ao homem. Estão em algum ambiente da casa em que há uma estante com livros. Por ser uma imagem em preto e branco, não é possível identificar a quem pertenceria a casa. Abaixo uma frase: "A boa educação sustenta a Majestade da Religião e a Prosperidade do Trono". Todo este ambiente da imagem passa a fazer mais

---

<sup>33</sup> Livro disponível em <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/biblioteca>. Acesso em: 22-07-2011.

<sup>34</sup> Nesta edição estão faltando dez páginas: da página 81 a 90.

sentido após a informação de que o livro foi escrito para uso da realeza portuguesa.



BLANCHARD, 1851, p. 2 Disponível no site Caminhos do Romance da Universidade de Campinas.

O manual é dividido em três partes: moral, virtude e civilidade.

# INDICE

DO

## THESOURO DE MENINOS.

---

PREFACIO . . . . .	VII
<i>Introdução. Da Sociedade</i> . . . . .	13
PRIMEIRA PARTE: <i>da Moral</i> . . . . .	26
SEGUNDA PARTE: <i>da Virtude</i> , . . . . .	123
TERCEIRA PARTE: <i>da Civilidade</i> . . . . .	158
<i>Poesias diversas</i> . . . . .	233
<i>Breves Noções de Arithmetica</i> . . . . .	237
<i>Compendio da Historia Sagrada</i> . . . . .	257
<i>Breves Noções de Geographia Uni-</i> <i>versal</i> . . . . .	299
<i>Summario da Historia Universal</i> . . . . .	359
<i>Tabella dos Reis de Portugal</i> . . . . .	376

BLANCHAR, 1851, p. 384. Disponível no sítio Caminhos do Romance da Universidade de Campinas.

O índice<sup>35</sup> não representa essa divisão, é muito conciso, justifica-se apresentando uma nota:

**N. B.** Posto que neste Indice não se menciona por extenso todos os capitulos como nas edições precedentes, todavia nenhum se omittiu nesta reimpressão.

BLANCHAR, 1851, p. 384. Disponível no site Caminhos do Romance da Universidade de Campinas.

---

<sup>35</sup> Neste trabalho, vamos analisar a introdução, primeira, segunda e terceira partes.

### 2.6.1 – Tesouro de Meninos: moral, virtude e civilidade

O livro inicia-se e segue a lógica do diálogo do Pai de Família com os dois filhos. A filha, de nome Felícia, tem 11 anos e o filho, de nome Paulino, tem 12 anos. O diálogo começa com o pai elogiando os filhos e dizendo que já estão crescidos e em idade de aprender a conviver em sociedade. E o filho salienta que é bom aprender com o pai, pois quer ser querido por todos como o é o pai.

Para Vasconcelos (2002), a educação já se caracterizava em seu conteúdo na preparação para os papéis a serem exercidos na vida adulta e continha especificidades próprias das representações de gênero da época; já havia certo consenso do que era apropriado a meninas e meninos. Com o propósito de desenvolver as províncias e fortalecer o Estado-Nação, o pensamento pedagógico dos oitocentos – presente na educação doméstica de meninos e meninas, que se realizava nas casas, palácios, conventos ou recolhimentos, bem como nas escolas; na educação praticada por mestres e mestras, por preceptoras ou por professores, no Brasil e em Portugal – demonstrava através de seus conteúdos as ideias que subsidiaram a educação da meninice brasileira.

O primeiro diálogo é de Felícia, pedindo ao pai que esclareça o que é Sociedade. E, de uma forma bem didática, usando como exemplo a forma de viver dos ursos, o pai responde ao questionamento de Felícia. O uso dessa comparação entre seres humanos e outros animais parecia ser um recurso utilizado com finalidades pedagógicas:

“Que esta palavra Sociedade tomada no sentido, que lhe convém, quer dizer reunião de homens, que vivem entre si debaixo das mesmas leis. Uma comparação, ou antes uma suposição, fará com que melhor possas ambos compreender o que vos quero explicar. Imaginai, por um momento, que os homens deixam de viver unidos pelos laços da Sociedade: desde logo eles se espalham a sua vontade por toda a terra como os animais; passam ao lado uns dos outros, como os ursos passam ao lado dos outros ursos, sem se falarem, sem nem mesmo olhar uns para os outros, ou, se encontram, é só para se despedaçarem. Ah! quanto miserável é neste estado o gênero humano! O homem, reduzido unicamente a si,

não lhe resta mais do que as suas próprias forças para se conservar; não podendo só edificar uma casa para se recolher, fica na precisão de contentar-se com uma caverna na terra, ou com o côncavo de alguma árvore velha” (BLANCHAR, 1851, p. 14) (Anexo 17).

Então, a partir da explicação do pai os dois filhos, elaboram sua compreensão do assunto, para Felícia: “Sociedade quer dizer, o estado, no qual os homens se tem reunido para se sustentarem mutuamente, e vedar que os maus façam o mal impunemente” (BLANCHAR, 1851, p. 17). Já para Paulino:

“[...] os homens na sociedade, um foi lavrador, outro pedreiro, outro alfaiate, e que o lavrador pagou com trigo a casa, que lhe fez o pedreiro, ou o vestido, que lhe fez o alfaiate. Não é assim meu Pai? Eu já tenho lido na história de muitos povos semisselvagens, que só faziam assim o seu comércio por troca; e só depois de mais civilizados é que os homens imaginaram as moedas de ouro, prata, ou qualquer outro metal, para representarem a casa, o vestido, ou o trigo” (BLANCHAR, 1851, p. 18) (Anexo 17).

Para compreendermos a moral e a virtude em *Thesouro de Meninos*, recorreremos ao grego Aristóteles, visto, conforme o autor esclareceu no livro, ter inspiração no manual civilidade pueril de Erasmo de Roterdã, que foi escrito no século XVI, uma época de revalorização das produções gregas.

Para Aristóteles (1991), existem duas espécies de virtude – a intelectual e a moral:

“a primeira, por via de regra, gera-se. e cresce graças ao ensino — por isso requer experiência e tempo; enquanto a virtude moral é adquirida em resultado do hábito, donde ter-se formado o seu nome por uma pequena modificação da palavra (hábito). Por tudo isso, evidencia-se também que nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza; com efeito, nada do que existe naturalmente pode formar um hábito contrário à sua natureza. Por exemplo, à pedra que por natureza se move para baixo não se pode imprimir o hábito de ir para cima, ainda que tentemos adestrá-la jogando-a dez mil vezes no ar; nem se pode habituar o fogo a dirigir-se para baixo, nem qualquer coisa que por natureza se comporte de certa maneira a comportar-se de outra” (BLANCHAR, 1851, p. 29) (Anexo 17).

Assim, compreendemos as lições dadas pelo Pai de família a seus filhos:

“Vejo que compreendeis tudo perfeitamente. Agora observa quais são as bases morais deste edifício, e ficareis sabendo como cada um se deve conduzir para ser homem honrado. Estas bases morais são:



Não façam a outro o que não queres que te façam; e faça aos outros o que quereis que te façam. Por este modo, o selvagem achando mau, e injusto que o lancem fora da sua choupana, e lhe roubem a sua presa, se abstém de cometer esta mesma injustiça com o seu semelhante, para ser respeitado na sua propriedade; eis aqui quanto basta para a primeira base; este é o fundamento de todas as leis. O mesmo selvagem, observando que lhe não dão uma coisa que lhe é útil, senão quando apresenta outra igualmente útil, trabalha quanto pode para gozar da indústria alheia; e assim ele presta os seus socorros ao seu semelhante para haver o direito de exigir outros iguais no tempo das suas precisões: eis aqui o que forma a segunda base, é o principio do comércio, ou da troca das coisas necessárias a vida entre os homens; tal é a fonte das vantagens, e dos prazeres da Sociedade.

Lembrai-vos, e trazei sempre presentes na vossa ideia estes dois princípios, meus filhos: é por eles que se julga todas as ações humanas” (BLANCHARD, 1851, p. 18-19) (Anexo 17).

Da mesma forma, percebemos as similitudes entre a virtude para Aristóteles (1991) e os ensinamentos sobre o “Homem Virtuoso” nas lições de *Thesouro de Meninos*:

“à nossa concepção a felicidade com a virtude em geral ou com alguma virtude particular, pois que à virtude pertence a atividade virtuosa. Mas há, talvez, uma diferença não pequena em colocarmos o sumo bem na posse ou no uso, no estado de ânimo ou no ato. Porque pode existir o estado de ânimo sem produzir nenhum bom resultado, como no homem que dorme ou que permanece inativo; mas a atividade virtuosa, não: essa deve necessariamente agir, e agir bem” (ARISTÓTELES, 1991, p. 18).

Uma vez que a honra e a virtude fariam da Humanidade pessoas felizes:

“Toda a Moral, portanto consiste em não fazer o mal, e em retribuir o bem que se nos fez: eis aqui o que constitui o Homem Honrado. Mas ainda não basta não fazer o mal, e retribuir o bem, que se nos fez; é necessário também saber fazer sacrifícios generosos; quero dizer, fazer sacrifícios sem esperança de ser jamais recompensado com outros semelhantes sacrifícios. Eis aqui então a Virtude; isto é, o ânimo de ser útil aos seus semelhantes gratuitamente, e mesmo até contra o próprio interesse. Deste modo, quando um homem está a ponto de morrer em um incêndio, ou na torrente de um rio, para salvá-lo é necessário expor a nossa vida lançando-nos ao meio do perigo, posto que quase certos de que este desgraçado nunca nos fará o mesmo serviço: outro nosso semelhante está em indignação, temos pouco, mas este mesmo pouco nós o dividimos com ele para socorrê-lo: adotamos um órfão; defendemos com zelo intrépido a inocência oprimida; finalmente preferimos a felicidade do nosso próximo a nossa própria felicidade: eis aqui o que constitui o Homem Virtuoso” (BLANCHARD, 1851, p. 20-21) (Anexo 17).

O Pai de Família demonstra ainda a seus filhos que, além da Moral e da Virtude, é necessária a Civilidade para tornar a convivência em sociedade mais agradável a todos:

“Escutai, pois. Supondo, meus bons filhos, um homem que desempenha a risca todos os deveres da Moral e da Virtude, sem lhes ajuntar os da Civilidade; este homem respeita os direitos dos seus semelhantes, honra a seus pais, serve-lhes de amparo, abriga o seu próximo, sacrifica-se por todo o mundo, e rende a Deus as homenagens, de que é capaz a fraca humanidade; é um ente digno do respeito dos homens, e das recompensas do Céu: felizes mil vezes o que se parece com ele! Porque razão não se adornará ele com um pouco dessa polidez, que aumenta a amabilidade da Virtude? Parece-me logo um diamante de grande preço, preparado por um mau lapidário, que não soube trabalhá-lo. Eu sinto também uma certa pena em lhe ver fazer o bem sem modo; desgosta-me que algumas pessoas se queixem de que ele entra em uma companhia sem a cumprimentar; que se assenta no primeiro lugar que encontra; que anda num desasseio, que mete nojo; que enfim dá indícios de não respeitar quanto deve aos outros, ao mesmo tempo que está pronto a morrer por eles, se a sua vida lhes é necessária. O que lhe resta a fazer é o menos; mas eu rogo com todas as veras a que não despreze este menos. É sem dúvida que a Civilidade nada acrescenta a Virtude real; e importa bem pouco que eu tire, ou não, o meu chapéu, que me assente deste, ou de outro modo: todavia estas atenções sempre indicam respeito aos meus semelhantes, e lhes causam certo prazer; é quanto basta para me obrigar a ser Civil, conforme o uso o exige. O aceio nos meus vestidos, e nas minhas ações, poupa aos que estão junto de mim sensações desagradáveis: este aceio torna-se então em Virtude, porque é um bem para os outros. O socorro obsequioso, que eu dei ao desgraçado, une-o comigo, e o põe mais a sua vontade: por quanto não deveis acreditar meus filhos, que a polidez só se deve exercer com os nossos Superiores, ou iguais; um bom coração tem igual prazer em usar das mesmas atenções com aqueles, a quem a fortuna deixou seus inferiores: por este meio ele faz com que se estimem em mais, e remedia, de alguma sorte, a cegueira da fortuna a seu respeito. Finalmente, a Civilidade faz mais agradável, e mais franco o comércio dos homens entre si; ela não toma o lugar de alguma virtude, mas há ocasiões em que as faz supor: pelo menos ela obriga os homens viciosos a esconderem aos olhos do público a fealdade das suas ações, e aos nossos ouvidos a indecência dos seus pensamentos. Isto é bastante; e não devemos procurar desprender-nos das ligeiras cadeias, em que ela nos retém.  
Eis aqui, meus queridos filhos, os três pontos principais, que farão todo o objeto das nossas Conversações” (BLANCHARD, 1851, p.22 a 25) (Anexo 17).

Essa “primeira conversação” do Pai de Família com seus filhos parece constituir a introdução às doze conversações seguintes em que estão divididas as três partes que nos interessam para análise.

A “segunda conversação” versa sobre os deveres da Humanidade para com Deus. Assim o pai inicia a conversa sobre os deveres morais com a seguinte pergunta: “primeiro que tudo falemos acerca dos deveres morais do homem. Qual são meus filhos, o que deve ser desempenhado com preferência a todos os outros?” (BLANCHAR, 1851, p. 26). Ao que Felícia responde: “Oh! não tem dúvida, meu bom Pai, o nosso primeiro dever é amarmos, e respeitarmos a nossos pais, e quando houver um pai tão bom como o nosso, este dever é o mais gostoso de todos os prazeres” (BLANCHAR, 1851, p. 26-27). Já a resposta de Paulino: “Terei eu outro que não seja o de minha irmã? Não é de nossos pais que nós recebemos os primeiros benefícios? Não é deles que recebemos as primeiras carícias?” (BLANCHAR, 1851, p. 27). Ao que o Pai esclarece:

“Meus filhos, ainda que seja para mim extremamente agradável o vosso amor, contudo não é meu o primeiro lugar do vosso coração. Verdade é que eu sou vosso pai; tendes, porém outro, que é o pai de todas as criaturas; é Deus, que não só nos deu a vida, mas que também no-la sustenta pela sua beneficência cotidiana. Tudo vem dele, e a ele é que tudo se deve dirigir. Oxalá que os vossos corações, que ele animou, se elevem continuamente para ele! Não há maior ingratidão como a de usar do benefício sem reconhecer o benfeitor. Ah! meus queridos filhos, se quereis ser perfeitamente felizes, nunca separareis de vós o reconhecimento: é ele o suspiro da alma, que busca sempre o Céu. Sim, nunca estas palavras deixem de sair da vossa boca: Oh meu Deus! Vós tendes enchido com as vossas graças, sede mil vezes bendito! Este suspiro, estas palavras tornam mais doce o gozo das bondades do Criador; por elas quase temos a certeza de haver adquirido alguns direitos a recebê-las” (BLANCHAR, 1851, p. 27-28) (Anexo 17).

Assim é que o Pai de Família esclarece a seus filhos que é a Deus que todos devem ter em primeiro lugar em suas vidas e a Ele sempre recorrer. Percebemos a influência do catolicismo na cultura brasileira:

“Venturosos efeitos de uma piedade sincera! Oh! meus bons amigos, não vos esqueçais nunca que é de Deus de quem tendes recebido tudo, e que é também dele que recebereis no outro mundo a recompensa, ou o castigo das ações, que tiverdes feito neste. Para regra principal da vossa vida, não deixeis passar as vossas orações ao Criador do Universo. É suma glória para nós, que somos tão pouca coisa, termos o direito de elevar a voz para aquele, que está superior a tudo: isto mesmo nos deve servir de novo motivo para o nosso reconhecimento. Cada dia, de que gozais, é um grande benefício; logo que acordades, não deixeis de render ações de graças; tal deve ser o vosso primeiro

pensamento. A noite, sejam os vosso últimos momentos igualmente empregados em louvar a Divindade, e depois gozareis de uma tranquilidade mais verdadeira, porque tereis preenchido um dever sagrado. Deus não tem precisão das vossas orações, sois vós porém que tendes precisão de orar; e posso certificar-vos que em tanto que orardes com um afeto bem vivo, e não por um hábito vão, achareis todos os deveres da humanidade mais fáceis e mais agradáveis a desempenhar” (BLANCHAR, 1851, p. 29-30) (Anexo 17).

A “terceira conversação” aborda os deveres para com nossos Pai e Mãe e é Paulino o responsável por passar a lição:

“Pelo que pertence aos deveres dos filhos para com seus pai e mãe, todos os conhecemos muito bem: o nosso mesmo coração nos ensina isto, logo que chegamos a estado de os satisfazer. Deixai-nos explicar estes deveres; e nos emendareis, se não dissermos bem.

Devemos amar nossos pai e mãe mais do que a nós mesmos: pois que nos devemos sacrificar por eles, se assim lhes for necessário. Não somente nos deram a vida; mas ainda vigiaram sobre a fraqueza da nossa primeira idade: respectivamente para nós são sobre a terra o que Deus é no Céu para todos os homens: por isso os devemos respeitar como Divindade Protetoras.

Como só vivem para nossa felicidade, as suas ordens devem ser para nós sagradas; devemos crer sempre, que não é por gosto de exercitar sobre nós os seus direitos, que eles nos mandam, mas somente para dirigir as nossas ações para o bem: deste modo murmurar contra a vontade de nossos pais é uma culpa, desobedecer-lhes um crime. A atenção, e o zelo que eles exigem que demos aos nossos estudos, não vem de um bárbaro prazer de nos atormentarem; nasce sim do doce interesse, que lhes é natural de que nos façamos dignos de viver entre os homens. Ah! sim, Deus nos livre de jamais resistirmos a vontade daqueles, que nos deram a vida, e principalmente de maldizer a sua mão quando nos castiga” (BLANCHAR, 1851, p. 31-32) (Anexo 17).

Ainda sobre a moral dos Homens, Blanchar (1851) considera os deveres para com a Pátria

“O mesmo que devemos aos nossos semelhantes, devemos também a nossa Pátria: é o mesmo princípio de moral. Por pátria não se há de entender somente o canto de terra que nos viu nascer; mas sim todo o país que se governa pelas mesmas leis: por este modo um habitante de Lilla, e outro de Marselha são ambos da mesma pátria; posto que um nacesse no Norte, outro no Meio-dia da França, e que haja duzentas léguas de uma a outra cidade. Ora, todos os homens de uma mesma pátria são como filhos de uma mãe comum; em certo sentido, eles estão ligados por deveres recíprocos, como os irmãos o estão entre si.

Lembra-vos do que já vos disse acerca das bases da Sociedade geral dos homens: as de cada Estado em particular são as mesmas: trata-se sempre da união de todos para a segurança de cada indivíduo. As leis são feitas para assegurar a todos os Cidadãos as suas propriedades, e os seus direitos: assim, logo que a Pátria nos

protege, nós também nos devemos dedicar a ela” (BLANCHARD, 1851, p. 57-58) (Anexo 17).

Para a compreensão da virtude pelos filhos, o Pai de Família pede aos mesmos que lhe expliquem o que já entenderam: como filho mais velho, é de Paulino a responsabilidade de iniciar as respostas:

“Pai de Famílias: como é mais proveitoso pôr-vos em estado de raciocinar sobre o que vos proponho, que encher eu mesmo este encargo, explique-nos Paulino, que é o que entende por sacrificar-se aos seus semelhantes.

Paulino: Entendo que o homem verdadeiramente virtuoso deve estar sempre pronto a sacrificar-se por todos os seus semelhantes, que tem necessidade dos seus socorros.

Pai de Família: Mas nestes sacrifícios generosos, não há uma ordem que guardar? Deveremos sacrificar-nos por um desconhecido, com preferência a um amigo ou parente?

Paulino: Oh! isso não: é natural que socorramos nossos parentes primeiro que os estranhos.

Pai de Família: Ponhamos, pois algum método nos nossos raciocínios: estabeleçamos já por princípio, que todos se devem aos seus semelhantes; mas que em circunstancias, que igualmente exijam os nossos socorros: devemos atender primeiro que tudo a nossa família, logo depois a nossa Pátria e por fim a todo o mundo” (BLANCHARD, 1851, p. 127-128) (Anexo 17).

Para exemplificar a virtude, Felícia faz a narração de uma história:

“Oh meu querido pai, o que acabais de dizer me faz lembrar de um caso admirável da parte de um pai para com sua família. Eu o li há já muito tempo, mas nunca hei de esquecer. Tu vais ver, Paulino, até que ponto um bom pai chega a sacrificar-se por seus filhos.

Um pobre homem chamado Jacó, que ganhava a sua vida trabalhando quanto podia, tinha quatro filhos, e sua mulher que sustentar. Era para ele um grande peso; mas em quanto pode suprir a esta despesa, nunca se queixou; não eram os trabalhos, eram somente as precisões da sua querida família que o atormentavam. Este infeliz, e pobre Jacó ganhava tão pouco, que muitas vezes faltava ao necessário a si, para o dar a seus filhos, mas então ele sofria só, e este homem tinha um animo, que o punha superior a própria aflição.

Entretanto, apesar de todos os seus cuidados, vigílias e obstinação em combater a sua triste sorte, Jacó se viu oprimido pela mais terrível miséria. Sua mulher e seus filhos sentiam a mais cruel das precisões, a fome e pediram pão chorosos e gemendo. Jacó não podia fazer mais que chorar com eles, mas enfim vencendo o pejo que sente o homem de honra em implorar o socorro dos passageiros e desconhecidos que o desprezam este desgraçado sai de casa, mendiga, roga com voz tímida, e o rosto banhado em pranto, com que adoça a sua miséria. A sua voz foi surda, as suas lágrimas não foram vistas. Se por acaso lhe davam alguma coisa, era tão limitado socorro, que sua mulher e seus filhos só retardavam o fim da sua existência por poucos instantes.

Entregue a desesperação este desgraçado, corre furioso pelas ruas; ali encontra um dos seus camaradas, quase tão indigente como ele. Este tocado da dor, em que vê a Jacó, lhe pergunta o motivo: estou perdido (lhe respondeu o pobre homem) minha mulher, e meus filhos ainda não comeram desde ontem ao jantar, e... eu não sei o que faço... é preciso morrer.- Meu amigo, lhe diz o outro, todo penetrado da sua situação, eis aqui um vintém: é quanto posso dar-te; mas se queres ganhar algum dinheiro, eu te vou descobrir um meio: - Farei tudo, responde Jacó, com vivacidade, farei tudo, exceto o que for contra a probidade. - Pois bem: (continua seu camarada) vai a tal sítio, a casa de tal pessoa: ela aprende a sangrar, por isto te dará algum dinheiro.

Não quis mais ouvir: Jacó voa a casa da pessoa indicada; sangram-no no braço, e recebe a paga. Sabe de outra pessoa em outro sítio; lá corre, e se deixa sangrar no outro braço. Este homem tão respeitável, quanto digno de lástima, transportado de alegria, compra pão, torna precipitadamente a sua casa, e o reparte entre sua mulher e seus filhos. Um instante depois estes o veem mudar de cor; ele se assenta, o sangue lhe corre dos braços.- Ah! Meu esposo! Ah! Meu pai! Que tendes lhe perguntam todos? Deixastes-vos sangrar! - Minha querida esposa! Meus queridíssimos filhos! lhes diz ele com um profundo suspiro, e tendo-os a todos estreitados nos seus braços, foi... sim, foi para vos trazer esse bocado de pão” ( BLANCHAR, 1851, 130-132) (Anexo 17).

E, por fim, as normas que regem a Civilidade, tão importante quanto a Moral e a Virtude para se viver em sociedade:

“Passemos agora a examinar finalmente o modo porque uma pessoa se há de conduzir no meio dos seus semelhantes quando desempenhou a seu respeito tudo o que pede a Moral e a Virtude. Mas antes de irmos mais longe expliquemos o que é Civilidade.

O termo Civilidade é derivado de outro, que significa Cidade; assim, na primitiva acepção, Civilidade quer dizer, maneira de viver dos habitantes de uma Cidade entre si. Com efeito: a Civilidade compreende todas as regras segundo as quais nos devemos conduzir na Sociedade. Com muito acerto foi ela chamada Civilidade, pois que fazendo o comércio dos homens entre si mais fácil e agradável contribui muito para a sua civilização. E na verdade uma Sociedade, onde ninguém se constrangesse, onde não houvesse nenhum respeito entre os indivíduos, ofereceria muito poucos atrativos e depressa faria entrar os homens no estado de selvagens. O ligeiro constrangimento que nos temos imposto reciprocamente não é como algumas pessoas que não refletem propendem a crer, uma simples convenção, uma etiqueta inútil pelo contrário é uma lei nascida da precisão, um ramo do grande princípio da natureza: Faze aos outros o que quererias te fizessem: e com razão; se quero que me saúdem com agrado, porque não hei de eu saudar os outros da mesma maneira? Quando me abstenho do que pode ofender os que se acham comigo em companhia, não é para que me façam as mesmas atenções? Tal é a base da Civilidade entre os homens” (BLANCHAR, 1851, 159-160) (Anexo 17).

O Pai de Família explicita, ainda, a diferença entre Civilidade e Polidez:

“Muitas pessoas confundem estes dois termos, o uso porém que é só quem dá as palavras a sua significação verdadeira, os separa deste modo: por Civildade entendem-se todos os respeitos, que somos obrigados a guardar uns para com os outros: e por Polidez entendem-se essas simples atenções, que vem do costume e que nada tem de útil em si mesmas: deste modo, fazer um oferecimento obrigatório, abster-se de tudo o que ofenderia os outros, eis aqui o que é Civildade, fazer porém um pequeno cumprimento, apresentar o braço a uma pessoa que pode muito bem andar sem encosto, não é mais que Polidez. A primeira, portanto nasce da Moral, a segunda vem do amor próprio” (BLANCHARD, 1851, p. 160-161) (Anexo 17).

Para compreendermos a preocupação do pai em diferenciar as noções de civilidade e polidez, consultamos no Dicionário da Língua Brasileira (1832) o termo civilidade, que designa a seguinte noção: “Antigamente se tomava no sentido de civildade. Agora se toma por urbanidade” (p. 244). E “urbanidade: civilidade, cortesia, modos de gente civilizada” (p. 1081). Ainda consta no dicionário o sentido de civildade: “vileza, vil” (p. 244), que para Santos (2011) diferente de hoje, o sentido de vil, à época, não apenas falava de pessoas desprezíveis e desonrosas, mas também de pessoas sem sorte; mesmo a ideia de desprezível dizia respeito ao indivíduo fadado à pobreza, desprezado pela sorte. Já o sentido de polidez não consta no dicionário, pensamos assim que os autores inquietavam-se para esclarecer o sentido da noção de pessoas polidas.

Para finalizar, o Pai de Família dá o seguinte conselho aos seus filhos:

“Pelo que me pertence, eu tenho desempenhado um dos pontos da Moral; tenho-vos transmitido estas lições que recebi de meus respeitáveis pais; algum dia, se Deus permitir, vos achareis no lugar que eu hoje ocupo. Dai então a vossos filhos o mesmo, que eu acabo de vos dar, é este um dever sagrado para vós; e por este modo é que os bons princípios se propagam, e se conservam entre os homens” (BLANCHARD, 1851, p. 231) (Anexo 17).

*Thesouro de Meninos* é um manual de boas maneiras que, além das normas sociais, apresenta também as primeiras noções de aritmética, geografia, história sagrada e uma lista com todos os nomes de reis portugueses, assim como as dinastias a que pertenceram.

Lembramos que tais obras foram por nós selecionadas uma vez que circularam no Espírito Santo de forma livre; isto é, qualquer indivíduo poderia ter acesso a tais normas e regras. A imprensa capixaba foi o veículo preferencial de alguns intelectuais de dar a ler à sociedade capixaba lições de civilidade para uma infância que deveria ser instruída, favorecendo a normatização da sociedade.



## Capítulo 3 – Jornais, civilidade e representações para a infância

### 3.1 – O jornal: fonte e objeto de pesquisa

A história cultural em muito contribuiu para problematizar o papel da imprensa na história da educação, evidenciando seu papel ora oficial, visto como fonte da realidade, ora oficioso, como sujeito a interesses e forças (MOREL e BARROS, 2003). A esse propósito, Nóvoa (2002) nos remete à importância dessa fonte para o estudo da história, afirmando que

“[...] é difícil encontrar um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias. [...] São as características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fulgaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico” (p. 30).

O jornal está entre os chamados novos objetos que passam a ser considerados fontes para a “operação historiográfica” (CERTEAU, 1988, p. 17). “Nos jornais encontramos como que um retrato em branco e preto da realidade do período, podendo ler em suas páginas desde anúncios de compra e venda de escravos [...] quanto a projetos políticos para o futuro da nação” (FARIA FILHO, 2002, p. 134).

“A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo de informações, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos” (CAPELATO, 1980, p. 118).

Sendo assim, a importância atribuída ao texto escrito pelos intelectuais que pensam regular as condutas e as maneiras de modelar os espíritos relaciona-se a seu papel pedagógico, aculturador e disciplinador. Os textos colocados em circulação para numerosos leitores (diretos ou indiretos) também sofriam os controles exercidos sobre o impresso, submetidos a uma censura que deveria

apartar tudo o que pusesse em perigo a ordem, a religião ou a moral (CHARTIER, 1994).

Por isso, neste trabalho, o jornal é fonte, pois a partir dele retiramos textos que enunciam as representações para a infância que circularam na província capixaba. E é também objeto, na medida em que nos debruçamos sobre suas características, seus editores e seus colaboradores. Diante disso, passamos a perceber o jornal como objeto cultural, uma vez que nele observaremos os aspectos de apropriação, prática e representação.

Essas categorias não estão separadas na obra de Roger Chartier, elas se complementam e dão sentido ao arcabouço teórico construído pelo pensador para o entendimento da realidade histórica. Para Chartier (1991, p. 183), a escrita é uma prática histórica, social e cultural, uma vez que

“[...] visa a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.”

Sendo assim, pensamos que a prática de escrita em jornais capixabas do século XIX visava criar uma identidade social para um determinado grupo de intelectuais. Esses sujeitos atuavam também por meio da imprensa em defesa de uma nova vida em sociedade, mais civilizada. Dentre seus interesses, estava a instrução pública primária.

Portanto, essas práticas de escrita corroboraram com as intenções dos intelectuais. Por se tratar de um veículo de informações, de preços baixos, destinado a atender à população das cidades, os jornais tinham uma linguagem clara e veemente, bem como um discurso carregado de intenções; por isso, “[...] ao incorporar e promover práticas que legitimam e privilegiam alguns conhecimentos em detrimento de outros, produz e divulga saberes que homogeneizam, modelam e disciplinam” (BASTOS, 2002, p. 152). Dessa forma, o redator escolhia quais sentidos queria construir e reconstruir para seus

leitores e ouvintes, uma vez que, segundo já demonstrado no primeiro capítulo, a leitura em voz alta tornou-se uma prática comum no século XIX.

Concordamos com Chartier (1998, p. 2) quando, ao dedicar-se ao estudo dos impressos, principalmente do Antigo Regime europeu, conclui que

“[...] a forma que torna disponível [o impresso] para a leitura também participa da construção do sentido. O mesmo texto, fixo em sua letra, não é o mesmo se mudarem os dispositivos do suporte que o transmite a seus leitores, a seus ouvintes ou a seus espectadores.”

Nesse caso, o jornal é a forma disponível para levar ao conhecimento de um maior número de pessoas notícias do Brasil e do mundo, textos literários de autoria própria ou de outrem, textos religiosos etc.

Os jornais possuíam, ainda, as histórias contadas em capítulos que Morel e Barros (2003) denominaram de folhetim novelesco. Estes seriam contos românticos, traduzidos ou originais, capazes de prender a atenção do leitor, podendo ser livros ou longas histórias contadas em vários números do jornal, em que a tradução se daria a partir das referências do editor. Geralmente traziam uma lição de moral, a fim de provocar nos leitores uma revisão de comportamentos, valores, opiniões, civilizando-os, sem que fossem, todavia, meras transposições.

Dessa forma, o trabalho de apropriação dos redatores dos jornais *Correio da Victoria* e *Jornal da Victoria* não estava somente em publicar as notícias vindas de outras partes do país ou do mundo, uma vez que, já no ato de transpor um texto de um jornal para o outro, o redator deveria fazer escolhas, produzir novos sentidos, agrupando os textos de forma a passar claramente sua mensagem aos leitores.

Consequentemente, esse trabalho de apropriação realizado pelos redatores envolvia a expansão da cultura impressa. Esse processo era feito através da disponibilização e difusão do texto a um número maior de leitores e ouvintes, ou a um público para o qual esses textos não haviam sido destinados

inicialmente (JINZENJI, 2008), produzindo representações “[...] contraditoriamente construídas por diferentes grupos sociais” (CHARTIER, 1991, p. 183). Isto é, cada grupo social construía para si uma representação da realidade.

Para melhor exemplificar nosso pensamento, analisamos a história *Dois irmãos* como parte das apropriações feitas pelos editores dos jornais com o objetivo de fazer circular as representações para a infância, por meio das quais a elite intelectual tentava homogeneizar a concepção de infância pobre.

A história dos irmãos Claudio e Miguel foi publicada como romance no jornal *Correio da Victoria*, nos dias 04, 08, 11, 22, 25 de agosto e 12 de setembro de 1849, e foi assinada por Da Estrella – que podia referir-se a um jornal, uma revista ou um pseudônimo. O romance, passado na França, aborda a história de dois irmãos que ficaram órfãos. Foram recolhidos por um padre amigo da mãe, que acabara de falecer, mas que, por ser muito pobre, não tinha como sustentar aos dois. Assim o irmão mais velho, Claudio, foi mandado a Paris para trabalhar:

“— Claudio, sê prudente, dá exemplo a teu irmão. Quanto me custa dizer-vos-lo! mas dentro em poucos dias, meus filhos, seria preciso que saísseis desta casa; dentro em poucos dias não teríeis vós onde morardes: assim, antes que chegue esse tempo, Claudio, cumpre que partas para Paris: aí um amigo meu, que é mecânico, te receberá em sua casa, tú tens quatorze anos, já podes trabalhar. Vai, meu filho, vai; a recomendação para que te amem tu a levas contigo mesmo, em teu rosto. Tú has de trabalhar, não é assim? Para conservar esta amizade que para sempre te asseguro; e depois tu nos escreverá todas as vezes que puderes, porque é bom que tu saibas que as letras nos consolam muito na ausência. – Quanto a Miguel, continuou o sacerdote voltando-se para este menino e pegando-lhe pela mão, ficará ele comigo: eu o tomo de ora em diante à minha conta, e o protegerei como puder. Pobre criança! eu te estimarei sempre!... E tu te há de sempre comportar bem, não é assim? Tu te aproveitarás de tudo quanto eu te disser?... Depois nós veremos a que se há de fazer. Ah! meus pobres amiguinhos! bem quizera eu tomar-vos a vós ambos; mas eu sou tão pobre! O pão nos faltaria dentro em pouco.” (Correio da Victoria, 11 de agosto de 1849, p. 3) (Anexo 20)

Logo após essa passagem é apresentada a personalidade forte de Claudio:

“De um gênio pouco firme, Claudio se havia deixado levar muitas vezes por seus camaradas de infância a cometer ações que o próprio coração repelia; mas o seu amor e adesão pela família nunca se haviam desmentido. – Amava mais que tudo seu irmão. – Educados juntos, nunca tendo dado um passo um sem o outro, causava-lhe esta separação uma dor terrível; e quando triste e desconsolado, voltou a cabeça para enxergar ainda o teto onde se devia deslizar a existência do seu querido irmão, longo suspiro se lhe escapou do peito;... tudo já era desaparecido.” (Correio da Victoria, 11 de agosto de 1849, p. 3) (Anexo 20)

Ao chegar a Paris e ser recebido pelo mecânico como um filho e iniciar os serviços na oficina, Claudio tornou-se um moço trabalhador e feliz. Salientamos que “[...] no século XIX, a alternativa para os filhos dos pobres não seria a educação, mas a sua transformação em cidadãos úteis e produtivos” (DEL PRIORE, 2006, p. 10).

E foi trabalhando na oficina que conheceu Gabriel Lamsbert,

“um mancebo, cuja elegância equiparava em verdade a de um príncipe. Tinha ele sido rico e opulento, e passado a vida em sociedades e prazeres; e agora divertia-se em narrar aos seus antigos camaradas, moços afáveis e ingênuos, todos os triunfos e gáudios deste mundo. No princípio desprezou Claudio as suas palavras, mas depois forão-se-lhe os ouvidos tornando mais atentos, e por fim começou a pensar e a entristecer, e pareceu tomar uma resolução.

Seduzido pelo apurado alinho e maneiras distintas de Gabriel Lamsbert, travou com ele amizade, e ligou-se-lhe ao coração. Ouvia Claudio com inveja a narração dos bailes e das festas magníficas a que tinha assistido o seu novo amigo; já o trabalho se lhe tornava enfadonho, e muitas vezes com a cabeça inclinada entre as duas mãos fantasiava ele uma posição mais brilhante, sonhava com esse mundo que se lhe pintava tão belo, e com esses prazeres que se lhe diziam tão embriagantes; moço e ardente, desejava ele ver-se envolvido em semelhante turbilhão.” (Correio da Victoria, 22 de agosto de 1849, p. 3) (Anexo 20)

Envolvido pelos bailes, festas, teatro, danças até que o remorso o tocasse, quis Claudio voltar à sua vida na oficina, o que, segundo o narrador, ele o teria feito, se não fossem as circunstâncias:

“Por fim chegou sempre um momento em que o remorso atravessou o peito de Claudio; e nesse momento se recordou ele de toda a sua vida passada, lembrou-se de sua mãe já morta, de seu irmão longe dele..... Oh! que se em tal ocasião a voz de um verdadeiro amigo se erguesse para o desviar dos seus funestos projetos, não haveria aí dificuldade em Claudio de mudar de rumo, porque o seu coração se

achava ainda repleto de sentimentos generosos e delicados! Mas Gabriel, como um anjo mau, o impelia e o arrastava para esses lugares em que o luxo, o esplendor dos lustres, a música e a dança o faziam esquecer todas as promessas e até o próprio ninho.” (Correio da Victoria, 22 de agosto de 1849, p. 4) (Anexo 20)

E, logo após esses acontecimentos, seu protetor Raymond sucumbe à doença e vem a falecer, deixando para Claudio a oficina e toda uma herança.

“Daí a alguns dias, expirou Raymond de uma enfermidade que só lhe concedeu vinte e quatro horas de vida. Claudio ainda achou lágrimas que derramar pro seu pai e amigo que o deixava só... sozinho pela segunda vez! Mas essas lágrimas secaram bem depressa! Constituído herdeiro pelo testamento de Francisco Raymond, de toda a sua fortuna, achou-se Claudio senhor de imensos capitais.

— Ei-lo rico e livre, fechando a oficina de que era proprietário, e atirando-se impetuoso a esses mares de delícias que ele sonhara: — o mundo e os prazeres!...

Nem sequer por uma carta anunciou ele ao irmão a notícia de sua felicidade e riqueza; num instante tinha-se ele tornado egoísta e esquecido! Dai em diante os votos, as súplicas, as recomendações de sua mãe moribunda, a cruz de [ ] olhos. Por todas essas festas e bailes, que frequentava, veio ele a conhecer uma interessante menina, a quem deu logo o coração. E daí a pouco, sem dar parte a seu benfeitor nem a seu irmão, acerca dos quais nem ao menos falara á sua nova família, se desposou Claudio com mademoiselle Branca de Tréville.” (Correio da Victoria, 22 de agosto de 1849, p. 4) (Anexo 20)

Passados oito anos, chega a Paris Miguel, o irmão de Claudio:

“Por um dia bem fresco de primavera seguia um mancebo o caminho que vai de Tullés para Paris. Louros cabelos lhe caíam pelos ombros sem alinho, e os olhos azuis, banhados de lágrimas, lhe iam como cravados no chão; a palidez extrema e os vestidos de luto que trajava bem demonstravam que não era só a fadiga que o oprimia, mas que um grande infortúnio acabava de acontecer-lhe. De improviso para todo açodado, como que indciso a respeito do que devia fazer: E que vou eu buscar a Paris?! diz ele, meu irmão se tem sem dúvida esquecido de mim; já lá vão oito anos sem que eu tenha notícias suas.... oito anos!... Mas .... quem sabe?... talvez que ele se ache em miséria!... Talvez....” (Correio da Victoria, 25 de agosto de 1849, p. 3) (Anexo 20)

Percebemos, por meio dos trechos exemplificados acima e extraídos de *Dois Irmãos*, que as representações para a infância veiculadas estão relacionadas à infância pobre, trabalhadora, cordial, amável, enfim, virtuosa. Consideramos que estas representações são apropriações de outras perceptíveis em manuais de civilidade da época e que circulavam no Brasil e na Europa. Sobre isso,

Buriti (2011), ao estudar o livro *A alegria da casa*, escrito por uma missionária inglesa que veio viver no Brasil no século XIX, percebeu que as atitudes para a formação de uma civilidade associava os cuidados com o corpo, a conservação da casa e as transformações da cidade. Já Vidal (2005), embora tenha concentrado seu estudo no entorno de dois livros de leitura, detalhou de que forma os manuais de civilidade influenciaram outras literaturas, interferindo em toda cultura escolar da época.

Assim, compreendemos que se transmitiram prioritariamente apropriações de representações sobre a infância pobre. Concordamos com Teixeira (2007) quando observa que as crianças deveriam ser úteis a si e à nação, vistas como futuros cidadãos sobre as quais recairiam as tarefas de elevação da pátria ao progresso e à modernização.

Pensamos, assim, que as histórias de *Simão de Nantua...* podem ter sido a fonte de inspiração para *Dois Irmãos*, uma vez que o livro apresenta duas histórias: primeiramente a de duas irmãs e, em seguida, a de dois irmãos. Em ambos os casos, os irmãos têm personalidades bem diferentes e tomam caminhos diferentes em suas vidas, resultando em êxito ou infelicidade. O livro *Simão de Nantua...* foi escrito por Laurent de Jussieu, em 1818, para concorrer ao prêmio da Associação Francesa de Instrução Elementar, e publicado pela primeira vez no mesmo ano, conforme apresentado no capítulo 2.

Como já analisamos, a história das meninas Catharina Gervaes e Coletta Michaud trata de duas irmãs que foram se estabelecer em Paris. Catharina era uma boa rapariga, sem formosura ou pretensões, que foi trabalhar na casa de uma boa senhora e lá aprendeu a cozinhar. Já Colleta era uma menina bela e que gostava de ouvir sobre sua beleza e só ia a Igreja quando não podia deixar de ir e não gostava de trabalhar. Por sua vez, a história dos irmãos Luiz e Jeronymo Marcel trata de dois meninos que foram criados pelo pai viúvo. Jeronymo, o mais velho, era extravagante, andava todos os dias com os rapazes vagabundos da terra, ia com eles saltar os muros dos jardins e roubar as frutas. Enquanto Luiz, o irmão mais novo, era naturalmente alegre, mas

tinha momentos de tristeza causados pela ignorância, pois não tinha meios para instruir-se.

Ao destacarmos a inspiração de *Dois Irmãos*, nos apoiamos em Buriti (2011, p. 72) quando afirma que

“[...] os textos não tem sentido estável, universal, imóvel, mas são construídos na negociação entre uma proposição (do autor) e uma recepção (do leitor), no encontro entre as formas e os motivos que lhe dão sua estrutura e as competências ou as expectativas do público que dele se apropriam.”

Dessa maneira, a apropriação de passagens ou textos completos de impressos importados da Europa, no original ou traduzidos, tinha como objetivo de construir representações para uma infância civilizada, contribuindo com os propósitos de transformação da sociedade colonial em um império nos trópicos.

Por isso,

“[...] a civilidade deveria ser expressa com naturalidade. A naturalidade confere elegância, então os modos deveriam parecer inatos, o que demonstraria a capacidade de autocontrole do indivíduo, ampliando, com isso, seu potencial social. Assim, a civilidade ganha uma grande importância, distinguindo os bem nascidos das pessoas rudes e ignóbeis, incapazes de se controlar. Um instrumento regulador eficaz, uma vez que o próprio indivíduo estará empenhado continuamente em se cercear.” (SANTOS, 2011, p. 115)

Portanto, a disseminação das normas de civilidade pelos intelectuais nos jornais capixabas atendia ao chamado pelo projeto civilizador do império brasileiro.

### **3.1.1 – Civilidade e os jornais**

Ora, considerando nossa hipótese de que as histórias estão conectadas, percebemos que essas representações para a infância estão nutridas pela influência de livros, outros jornais, revistas nacionais ou internacionais que



intelectuais capixabas se apropriavam na construção de seus textos. Se tomarmos por pressuposto que os jornais são parte de um projeto civilizador para a capital da província e empreendido por esse grupo de intelectuais, podemos concordar com Faria Filho quando afirma que:

“[...] o jornal foi visto como uma importante estratégia de construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes. Sobretudo os jornais foram vistos como importante estratégia educativa.” (FARIA FILHO, 2002, p. 134)

É possível, ainda, considerar que havia uma preocupação com a camada mais pobre e menos instruída da sociedade. A instituição da ordem na cidade, em todos os aspectos, se mobilizava então através da persuasão, procurando incorporar e internalizar no indivíduo o mundo ordenado, ao visar o enquadramento do habitante no cumprimento de suas obrigações. *Civilizar* era o chamado do momento por meio do qual se pretendia o convencimento dos *cidadinos* em relação à sua participação e integração em atividades mais convenientes à nova estruturação urbana. Objetivando a manutenção da ordem pela construção de *laços cívicos* entre si, o teatro, o jornal, o livro, a escola, todos os meios deveriam ser usados para instruir e educar (Faria Filho, 2007).

“É a imprensa periódica na presente época, o veículo de relações entre os povos cultos, o meio fácil e produtor de prover a instrução popular, e [uma das] mais palpitantes necessidades de todas as classes da [sociedade], que aparece com o alvorecer da manhã. Tem, porém, a instituição da imprensa periódica outra missão mais sagrada e sublime. Gêmea da liberdade, consanguínea da civi[liz]ação, deve ela doutrinar e moralizar a humanidade, edificá-la nos preceitos das suas crenças, iniciá-la nas pesquisas e indagações das ciências, guiá-la nos conhecimentos das artes, e das letras, arrancá-las das trevas dos preconceitos e dos erros [da] superstição: tal é a sua importante missão, tal o tem sido até o presente na culta Europa, e o é nos [f]lorescentes estados da união Americana, e começa de ser fértil e robusto império do Equador.” (Correio da Victoria, 17 de janeiro de 1849, p. 1) (Anexo 3)

Diante da difusão dos ideais civilizadores europeus, aliada às demandas – políticas, religiosas, morais, econômicas e sociais – da época de assimilar ou adaptar-se aos padrões de modernização da Europa, é destacada a inserção

do Brasil nos inícios do século XIX em um movimento de reformulação dos propósitos de constituição nacional. Tais propósitos eram calcados nos postulados europeus de civilização: Progresso, Modernidade, Urbanização e Higienização.

Assim, baseamo-nos dos estudos de Norbert Elias (1994) que trata do processo de civilização por que passou o Ocidente durante séculos. Na apresentação de *O Processo Civilizador*, Renato Janine Ribeiro atenta para o fato de que Elias vai trabalhar em uma história dos sentimentos com o uso da forma literária como um documento privilegiado de conhecimento. Nesse sentido, ainda segundo Ribeiro, há o interesse nas formas de sentir e imaginar como tema de estudo, na busca por entender esse processo civilizador que não é racional no momento em que acontece (RIBEIRO, 1994),

“[...] o que aqui se coloca no tocante ao processo civilizador nada mais é do que o problema geral da mudança histórica. Tomada como um todo essa mudança não foi “racionalmente” planejada, mas tampouco se reduziu ao aparecimento e desaparecimento aleatórios de modelos desordenados.” (ELIAS, 1994, p. 194)

Para Elias, com o passar das gerações, espera-se que os descendentes compreendam e se adaptem “naturalmente” ao processo em curso. O que a sociedade levou alguns séculos para construir é cobrado como se os indivíduos já nascessem dessa forma, formando o “indivíduo civilizado”. Elias procura por vestígios de um início para a civilização ocidental ou para o início de um conceito de civilização:

“Rastreado a transformação de conceitos através dos quais diferentes sociedades procuraram se expressar, recuando do conceito de civilização para o seu ancestral *civilité*, descobrimo-nos de repente na pista do próprio processo civilizador, da mudança concreta no comportamento que ocorreu no Ocidente. [...] Se perguntar o que é civilização, a maioria das pessoas responderia: suavização de maneiras, urbanidade, polidez, e a difusão do

conhecimento de tal modo que incluía o decoro no lugar de leis detalhadas: e tudo isso me parece ser apenas a máscara da virtude, e não sua face, e civilização nada faz pela sociedade se não lhe dá por igual a forma e a substância da virtude. [...] A civilização não é apenas um estado, mas um processo que deve prosseguir.” (ELIAS, 1994, p. 54, 62, 72)

Com a ideia de que a civilização não é somente um estado, Elias afirma que esse processo pode ter começado na Idade Média, com forte participação da Igreja,

“[...] em nome da cruz e mais tarde da civilização, a sociedade do Ocidente empenha-se, durante a Idade Média, em guerras de colonização e expansão. E a despeito de toda a sua secularização, o lema “civilização” conserva sempre um eco da Cristandade Latina e das Cruzadas de cavaleiros e senhores feudais. [...] O conceito de *civilité* também, constitui expressão e símbolo de uma formação social que enfeixava as mais variadas nacionalidades, na qual, como na Igreja, uma língua é falada, inicialmente o italiano e, em seguida, cada vez mais, o francês. [...]” (IDEM, p. 67)

Dessa forma, Elias (1994) conclui que os Estados tidos como civilizados, europeus, ou que já passaram pelo que ele chama de estágios de civilização – “cortesia, civilidade e civilização” (p. 112) – podiam “receitar” aos incivilizados formas de adquirir a tão sonhada civilidade:

“O conceito de civilização indica com clareza, em seu uso no século XIX, que o processo de civilização – ou em termos mais rigorosos, uma fase desse processo – fora completado [...], uma fase fundamental [...] em que a consciência de civilização, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começaram a se espalhar por todas as nações do Ocidente.” [...]. (IBIDEM, p. 64 e 113)

Um dos movimentos empreendidos pelos intelectuais capixabas com o objetivo civilizar a província foi a divulgação da importância da instrução para a infância, e da instalação de escolas que teriam a função de repassar às gerações mais novas as normas, comportamentos e conhecimentos que passaram a fazer

parte da vida em sociedade. Sendo esse projeto ainda incipiente na capital da província capixaba, os responsáveis pelos jornais tomaram por sua missão a instrução da população como contribuição à vida em sociedade. Considerando os objetivos de nosso estudo, percebemos conjuntamente a esse projeto a construção das representações para a infância.

Assim, passamos a analisar as representações de infância que circularam nos jornais capixabas, uma vez que, disseminadas em textos em forma de contos, folhetins, fábulas, facilitaram as inculcação das normas de conduta (SANTOS, 2011).

### **3.1.2 – A infância nos jornais**

Compreendemos que as histórias publicadas nos jornais fazem parte da produção das representações para a infância entendidas como um período de formação para a vida adulta. Encontramos dois tipos de textos: os pequenos textos publicados em apenas um número e os de publicação ampliada, que duravam vários números.

Para a análise dos textos selecionados publicados pelos jornais *Correio da Victoria* e *Jornal da Victoria*, optamos por usar as seguintes chaves de leitura: a) textos em que a **família** é o principal tema; b) as **mães** e/ou mulheres; c) os **pais** e/ou homens. Iniciamos nossa análise pelo romance folhetinesco, pois nele encontramos todas essas chaves associadas.

### **3.2 – Romance folhetinesco: paixões, vícios, família e servidão**

Morel e Barros (2003) afirmam que: “O sucesso do romance folhetinesco era garantia de venda do jornal, já que a história inacabada instigava a leitura seguinte” (p. 59). As histórias publicadas em capítulos nos jornais *Correio da Victoria* e *Jornal da Victoria* versam em sua grande maioria sobre a vida de personagens, da infância à idade adulta e morte.

Para nossa pesquisa, selecionamos três histórias, uma das quais sobre várias gerações de uma mesma família. Para compreendermos quais as representações da/para a infância que os intelectuais capixabas faziam circular por meio de seus textos, procuramos perceber os significados atribuídos, então, a palavras que remetem a atitudes e valores, uma vez que esses termos estarão presentes nos textos dos jornais:

Brio: liberalidade. Bravura. Arrogância. (PINTO, 1832, p. 156)  
Venturoso: adj Arriscado. Ditoso. Afortunado. (PINTO, 1832, p. 1093)  
Virtude: Hábito moral, que inclina para o bem e desvia do mal. (PINTO, 1832, p. 1105)  
Vício: s.m. Defeito. Mau hábito. Erro. (PINTO, 1832, p. 1099)  
Bondade: s. f. Qualidade de bom. Mercê. Favor. No plural Boas prendas, virtudes. (PINTO, 1832, p. 161)  
Coragem: s. f. Valor, animo. (PINTO, 1832, p. 287)  
Covardia: s. f. Pusilanidade, falta de valor, ação de fraco. (PINTO, 1832, p. 298)

Sendo assim, as representações que circularam na imprensa capixaba da época incluíam a formação de indivíduos venturosos, virtuosos, bondosos e corajosos.

### **3.2.1 – O lavrador cristão**

Iniciamos com o romance folhetinesco intitulado *O lavrador cristão* (publicado no *Correio da Victoria* nos dias 28, 31 de março e 7 de abril de 1849), no qual são abordadas, por exemplo, as várias fases da vida de um lavrador, desde o nascimento até sua morte, incluindo o batismo do lavrador ainda pequeno. A vida da criança é resumida até sua chegada à pia batismal, destacando a relação do pai com a criança. É realçada a expectativa para esse momento, uma vez que a vida do pequeno, de acordo com a moral cristã da época, só começaria a partir do momento em que dele se retirasse o pecado original:

“|  
A família do lavrador cristão acaba de ser aumentada com mais um membro; o pai solícito espera com paciência o dia em que possa levar seu tenro filhinho á pia batismal. Chega enfim esse dia, os

padrinhos convidados, o pai, e a carinhosa ama que em seus braços conduz o recém-nascido se põe á caminho para a freguezia. Das cúpulas das frondosas árvores saúdão os passarinhos o rei dos planetas, que faz fugir diante de si as nuvens que o ombumbraão, e derrama ondas de luz sobre as veigas, onde cresce a succulenta cana ao lado do ardoroso café. Os repiques do sino da paróquia anunci[am] que vai começar o sacrificio da missa; a nossa comitiva apressa-se por entrar, e só acham lugar junto á porta da igreja, porque toda ela está cheia de fieis: ali se vê ajoelhado o principal fazendeiro do lugar, que ocupara diversos cargos da governança do seu municipio, o miseravel coberto de andrajos, e o escravo, que rega o solo com o suor do seu rosto, todos ali são iguais: – porque todos são filhos do mesmo pai – concluida a missa apresenta o nosso lavrador seu filho ao vigário, e este pronunciando as palavras de Jesus Cristo, lava na piscina cristã a nódoa que o pecado original imprimira em sua fronte juvenil. Voltando para a casa a mãe, ainda no leite, recebe seu filhinho tão puro como os anjos que rodeam o trono do Altissimo.” (*Correio da Victoria*, 28 de março de 1849, p. 3) (Anexo 21)

Assim, o batismo se apresenta para garantir a salvação da alma do “anjinho”, pois, se morresse, poderia ser enterrado dentro da Igreja ou no cemitério. Caso contrário, estaria cercado pelos cuidados para que chegasse, livre das moléstias típicas da infância, à idade de razão de todo cristão jovem que “[...] situa-se aos 7 anos de idade, idade de consciência e de responsabilidade, [...] aos sete anos a criança adquire foro de adulto: de ingênuo torna-se alma de confissão” (AZEVEDO apud MATTOSO, 1991. p. 80). Na continuidade do seu percurso, destaca-se a *escola do Evangelho* na formação da criança:

“II

Depusera o menino as faixas infantis, e entre mil inocentes folguedos chegara á idade de 7 anos: e como então começa ele a ter noções do bem e do mal, e o negro carvão do vicio, pode tisanar-lhe a candida alma, apressam-se seus pais a dar-lhe por guia o homem formado na escola do Evangelho e prostrado aos pés do venerando ancião, cujas ca[n]s contrastam com o seu traje, tão imutável como o Deus a quem serve, confessa ingenuamente as suas faltas, leves sim, porém, que se não fossem extirpadas podiam com o volver dos tempos tornarem-se crimes nefandos, e ouve em compensação conselhos cheios de sabedoria: aprende a votar ao seu criador um culto de gratidão e respeito; a acatar de seus pais todas as ordens, e sempre tendentes á sua felicidade, bem [ ]e algumas vezes lhe pareçam arbitrarías; e preferir as invias veredas da virtude á larga estrada que conduz ao vicio.

Saindo do confessionario notam-se em seu proceder algumas mudanças, o menino que algumas vezes se mostrava iracundo, é desde então todo bra[n]dura, ele que desdenhoso olhava para o misero escravo como pertencendo a uma raça vil e abjecta que nenhum ponto de contato tinha com ele, distingue-se pela sua afabilidade, pela maneira lhãna e caridosa com que trata seus servos:

cessaram as lutas contínuas com seus irmãos, já os contempla como aliados naturais, que a benéfica mão da Providência colocou á seu lado.” (*Correio da Victoria*, 28 de março de 1849, p. 3 e 4) (Anexo 21)

Com essa escola do Evangelho, temos um modo de viver a infância da criança religiosa, que combate o vício (na confissão) desenvolvendo a brandura, o tratamento afável com os servos e a cordialidade com os irmãos. Assim, nesse endereçamento, temos um destaque para a posição de determinadas crianças, com indicativos para a forma de viver uma infância que, nas entrelinhas, apresentava outras formas, como, por exemplo, a infância vinculada às crianças em situação de servidão ou àquelas distanciadas no universo religioso. Não percebemos a exploração de formas de viver a infância distanciadas do universo religioso, o que, considerando o poder da Igreja, reafirma o jornal como elemento de *cultura e progresso* daquela dada época, atrelado a essa forma de vinculação entre a Igreja e o Estado.

Retomando o percurso de *O lavrador cristão*, nos desafios da “primavera da vida”, os dados descrevem uma reafirmação da ligação com a Igreja no processo de regulação da vida. Destacam-se outros rituais para a participação do sujeito, observando o Código Filipino<sup>36</sup>, que vigorou durante todo o século XIX e que “[...] fixava a maioridade aos 12 anos para as meninas, e aos 14 para os meninos” (MATTOSO, 1991, p. 80).

“III

Doze anos se não passado desde o dia em que o menino vira pela primeira vez a luz: está na primavera da vida, e este tempo marcado para que o adolescente se una ao seu criador. Em uma bela manhã atravessa as campinas esmaltadas por mil flores, cuja fragrancia embriaga os sentidos áquele que deve nutrir sua alma com o místico sustento que a igreja, como a mãe desvelada, lhe tem proporcionado. Chegando ao templo deposita o vigário em sua lingua ainda não maculada pela mentira, o pão dos anjos, em quanto bebe ele no vinho puro o sangue meritório do cordeiro.

Crescem as searas nos campos, os frutos nos pomares, o ar, as águas do céu, tudo concorre para sustentar a vida transitória do homem. Mas o homem não vive só de pão, e assim como tem corpo

---

<sup>36</sup> Código de leis portuguesas publicado em 1603 (Felipe I) e confirmado em 1643 (Felipe II). Apesar de sofrer alterações, vigorou no Brasil até 1917, quando então foi publicado o primeiro Código Civil brasileiro. BOTELHO; REIS apud MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava. In: Del Priore, Mary (org). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 80.

tambem tem alma, e esta tem fome e sede que lhe são próprias; é a vida de verdade e de amor, e o homem composto de alma e corpo necessita para ambos não sómente de vida temporal, mas tambem de vida eterna. Em vão procurareis nos sistemas dos filósofos, nas religiões de todos os povos, não encontrareis nenhum sustento para o corpo e para a alma: estava reservado para a religião de Jesus Cristo resolver esse problema. Tudo esta completo, graças à Eucaristia, e o homem pode exclaimar com o profeta. “Assim como a terra produz a semente, e o jardim seus frutos assim também fará o Senhor germinar a justiça e a alegria aos olhos das nações.” (*Correio da Victoria*, 28 de março de 1849, p. 4) (Anexo 21)

Dessa forma, temos uma constituição da vida, nas suas diferentes fases, regulada pela inserção na sociedade em que a conjunção Igreja e Estado indica os pressupostos para a existência individual, mas regulando também a vida social.

“IV

O menino tornou-se homem: e a religião, que o seguira com tenra solicitude no estado da natureza, não o abandonára no da sociedade. Quando o fogo das paixões estiver para inflamar-lhe o peito virá a confirmação guiar seus passos vacilantes na carreira da vida, semelhante ao bordão em que se arrimava o peregrino, que arrostando as furias dos filhos de Agar, ia á santa cidade de Jerusalém visitar o sepulcro dAquele que para nos resgatar expirou no Golgotha. O Sacramento da confirmação, tão necessário nos tempos de perseguições, quando todos os cristãos deviam estar prontos para derramar o sangue em testemunho da sua fé, [ ]cerra sublime moral: porque aquele que tem força para confessar a Deus praticará necessariamente a virtude, pois que o criminoso renega o seu criador.” (*Correio da Victoria*, 31 de março de 1849, p. 3) (Anexo 21)

As festas religiosas, a missa e os encontros dominicais (ao final das celebrações) se constituíam como formas de participação ativa na sociedade. Oportunidades para discutir os assuntos veiculados pelos jornais, passear, ver e ser visto, práticas comuns no período conforme demonstrado por Alencastro (1997). Para Mary Del Priore (2006), nos casamentos de pobres e libertos o carinho e o amor são aspectos relevantes, pois havia pouco a dividir ou a oferecer em uma vida simples.

E, assim, conforme os princípios morais, o pai do lavrador vai ao vizinho com o fim de conseguir-lhe a mão da moça em casamento:



“V

Entre as diversas donzelas que costumam reunir-se aos domingos e dias festivos na igreja paroquial existe uma, cujas graças, realçadas por singular virtude, fazem sobre o nosso mancebo a mais viva impressão. Comunica este a seu pai o seu amor, e o respeitável velho, a quem os anos, as enfermidade impossibilitam de montar a cavalo, dirige-se em um carro a situação do seu vizinho afim de alcançar para seu filho a mão da donzela que lhe preocupa a imaginação. Apenas exprimiu o seu desejo que foi este favoravelmente acolhido tanto pela moça como por seus pais; e concordam no dia em que deve ter lugar o consórcio.

Tal como o ribeiro que brandamente serpeja por entre as flores de um jardim, assim fluiu a vida do par ditoso cujo consorcio acabamos de descrever. Desde que o anjo da manhã abria as portas do dia, até que o sol ocultando-se no horizonte ia levar a luz e o calor a outros povos, achava-se o esposo fora do seu casal dirigindo os seus escravos, ora na colheita do café, ora na plantação da cana, e na mandioca, essa preciosa raiz, que para o lavrador brasileiro serve de pão quotidiano. A esposa, sempre ocupada nos misteres domesticos aguarda com impaciencia pelo esposo, o qual apertando-a em seus nervosos braços, e saboreando a frugal comedia, que ela lhe tem preparado esquece-se das suas fadigas para lembrar-se da sua ventura.” (*Correio da Victoria*, 31 de março de 1849, p. 3-4) (Anexo 21)

Para João José Reis (1997), a morte ideal devia estar integrada ao cotidiano da casa, o moribundo esperava por ela na cama em que dormia, diante de familiares, padres, rezadeiras, enfim conhecidos e desconhecidos que ali circulavam. Concordando com Philippe Ariès, Reis destaca que a morte oitocentista brasileira revela-se como uma manifestação social. Em *O lavrador cristão*, a morte é narrada respeitando-se as etapas religiosas:

“Recolhe-se um dia o lavrador mais cedo do que costumava, e cai prostrado no leito: devoradora febre lhe escalda o sangue, e apressa lhe sai a respiração. A aflita esposa expede um após outro diversos portadores para irem chamar o médico: o qual vem sem demora. Examina o doente, e receita assegurando que espera triunfar da molestia; porem ao sair diz ás pessoas da familia que como o corpo está em perigo, será bom que tratem da salvação da alma.

É chamando o vigario, que, apesar da sua avançada idade, jamais se recusa prestar todos os socorros espirituais de que é depositario. Chega, e sentando-se á cabeceira do leito do moribundo pratica com elle sobre a immortalidade da sua alma, e essa sublime scena que a antiguidade apresentou uma só vez na morte do seu principal philosopho se renova todos os dias sobre o humilde catre do ultimo christão.

Sôu a hora do passamento: um sacramento lhe abriu as portas da vida, outro sacramento virá fechá-las, mas desta vez não se servirá a religião da água e sim de óleo, emblema da incorruptibilidade celeste.” (*Correio da Victoria*, 31 de março de 1849, p. 4) (Anexo 21)

Compreendemos que essa narrativa está de acordo com a percepção de Reis (1997) quando afirma que os ritos de passagem entre a vida e a morte para evitar o Purgatório dependiam dos vivos, além do arrependimento na hora da morte, a presença do padre para dar o sacramento, a promoção de missas, promessas a santos. *O lavrador cristão* é minucioso na descrição da participação dos vivos na morte:

“VII

A dôr mais pungente está debuxada em todos os semelhantes, e a inconsolável viúva banha com copioso pranto os restos inanimados do seu finado esposo. Mas é tempo de dar sepultura ao cadaver e apesar da distancia em que se acha a igreja parochial querem todavia os amigos conduzi-lo em seus hombros, não confiando esse dever aos animaes, como se pratica nas cidades! Todos os visinhos com seus brandões funereos fazem parte do acompanhamento que se augmenta á proporção que se approxima a igreja, porque todos os lavradores que vem passar o enterro do seu companheiro nos ruraes trabalhos não deixão de se incorporar á elle. Religioso silencio reina nessa multidão sómente interrompido á tempos pelo ululado dos escravos, que no senhor lamentão o seu amigo, e o dos pobres, que perderão a mão benefica que lhes sanava a chaga cancosa da miseria.

Merencorios dobrão os sinos da paróquia, e com passos lentos penetra o funeral no santuário. O venerável sacerdote, que em sua tenra fronte aspe[ ]gira as aguas do batismo, e que o seguira nas diversas fases da vida, vestido de branco no meio do luto geral, com a figura palida, e os olhos debulhados em lagrimas balbucia sobre o feretro do seu jovem amigo a mesma oração de que se serve a igreja sobre os mausoléos dos grandes da terra.” (*Correio da Victoria*, 7 de abril de 1849, p. 3) (Anexo 21)

Por fim, destacamos o lamento do padre por estar vivendo justamente o contrário do natural fim derradeiro, em que a geração mais velha deveria anteceder ao túmulo:

“Concluida a cerimônia religiosa, e quando a fria lousa ia ocultar para sempre o corpo do honrado lavrador aos olhos dos humanos, o pároco debruçando-se sobre o caixão exclama: Ah! meu filho, sempre pensei que vos precedesse no tumulo, semprei esperei que vossas mãos piedosas cerrassem minhas palpebras; mas Deus determinou o contrário, e á nós só cumpre resignarmo-nos, e adorar os seus inexcrutáveis decretos.” (J. C. F. Pinheiro Junior (Revista Universal Brasileira) (*Correio da Victoria*, 7 de abril de 1849, p. 3) (Anexo 21)

Tendo a família como a primeira experiência das crianças para uma vida em sociedade, esta se torna a fonte das aprendizagens primordiais para formar o

indivíduo do amanhã. No texto, é perceptível que, por ser tratar do nascimento de um menino, o pai é aquele que mais influencia na educação da criança, uma vez que entre as crianças livres, porém pobres e com famílias constituídas, vão aprender desde cedo a trabalhar na lavoura ou na cidade.

A presença da mulher nesse texto é escassa: a mãe e a mulher somente são citadas para dar um tom de dramaticidade. A mãe permanece no leito enquanto o filhinho é levado a batizar pela ama e o pai. E a esposa espera todos os dias pela volta de seu marido do trabalho.

Em *O lavrador cristão*, as representações de infância construídas ao longo das fases da vida – de uma criança afável, passando às representações para a infância no apelo ao adolescente tolerante com os servos e cordial com os irmãos, até o trabalhador esforçado – deveriam conduzir a construção do cotidiano da população, assim como os ritos de passagem entre a infância, a adolescência, o mundo adulto e a morte.

### **3.2.2 – Nelly**

Da mesma forma, o *Jornal da Victoria* publicou nos dias 8, 12, 15 e 19 de outubro de 1864, a história de *Nelly, a saga de uma família*. Trata-se da história de três gerações de uma mesma família e destaca os laços entre os familiares, os valores, atitudes, o amor maternal, paternal, filial, e apresenta também atitudes condenáveis, e como essas escolhas podem influenciar nos destinos de toda a família, destacando a importância da formação de bons hábitos de todos os indivíduos pertencente a uma família.

O romance inicia com os irmãos que se apaixonaram pela mesma moça, o mais velho Harry Humprey e o mais novo William Humprey.

“Harry, dotado de uma robusta saúde, tinha renunciado sem pena a todas as distrações da mocidade para ficar a cabeceira do triste William, para lhe consagrar seus dias e suas noites com a

assiduidade de uma enfermeira. [E William] pedia, pois ao céu forças para pagar a dívida fraternal. Deixou Harry ser feliz; nunca seu segredo saiu de seus lábios, abandonou seu país para ir definhando em uma região longínqua.

Harry desposou aquela a quem amava, mas, ah! A sua felicidade foi curta, no fim de um ano, sua mulher morreu, depois de o ter feito pai de uma filha.” (Jornal da Victoria, 8 de outubro de 1864, p. 2) (Anexo 22)

Aqui, percebemos o irmão mais jovem que, devido ao devotamento que recebeu de seu irmão mais velho, compensa-o com uma atitude valorosa: abandonar a família e a mulher que ama para viver longe.

E segue o texto com uma passagem do tempo, em que inicia e termina com a filha de Harry já na idade adulta e com a morte que a levou após um casamento fracassado e dois filhos, essa parte do texto tem apenas três parágrafos, destacando a

“[...] figura mais bela, mais meiga, mais graciosa, as feições da mulher que Harry e William amaram revivia em sua filha. [E, assim] para lhe poupar um sofrimento, um desgosto, um enfado, ele teria tudo desafiado, tudo, exceto o espetáculo de suas lágrimas, quando ela concedeu seu coração a um homem indigno de um tal tesouro. Desprezada por seu marido, depois arruinada, por ele ultrajada e entregue a indigência, passado uma vida precária, cheia de vicissitudes, e de combates, a jovem mulher vergonhosa do excesso de seu pai, que duas vezes tinha comprometido sua fortuna para arrancar seu marido a infâmia: sempre dócil contra a sorte, ela morreu, e deixou ao cuidado de seu velho dois orfãosinhos, um menino de dez a doze anos e uma menina ainda bem pequena chamada Nelly, cuja idade e feições, recordavam-lhe o que era ela mesma quando a morte lhe levou sua mãe.” (Jornal da Victoria, 8 de outubro de 1864, p. 2) (Anexo 22)

Ao descrever os dois órfãos, o autor do romance ressalta que

“[...] o irmão de Nelly tinha os traços e as inclinações de seu pai; mas Nelly parecia-se em tudo com sua mãe. Quando Harry a tinha assentada sobre seus joelhos, e que encontrava o doce olhar de seus olhos azuis, lhe parecia que despertava de um sonho punível, e que sua filha se tinha tornado em uma criança. Bem depressa, o jovem arrastado pelo fogo de suas paixões deixou o teto paterno: o velho e Nelly ficaram sós.

O irmão de Nelly, este jovem desbocado, não vinha, tal como outrora seu pai, implorar dele somas de dinheiro. [...] Fraca menina de quinze anos era sobre ela de hora em diante que caía o encargo de dirigir e conduzir o velho.” (Jornal da Victoria, 8 de outubro de 1864, p. 2-3) (Anexo 22)

E, assim, o autor marca os opostos entre os dois irmãos: enquanto o mais velho entregou-se ao vício dos jogos de azar, Nelly dedicou-se ao avô já idoso e miserável. Para demarcar os atributos de bondade e virtude de Nelly, o autor descreve a ajuda recusada:

“[...] Nelly, cuja inteligência precoce adivinhou logo a espantosa verdade, foi forçada a reconhecer que não lhe restava senão um amigo na sua desventura, tão indigente e tão abandonado, como o era ela mesma. Era ele um moço chamado Christovão que tinha crescido no serviço de seu avô. Christovão ofereceu a Nelly e ao velho um asilo na casa de sua mãe; queria sustentá-los com o produto de seu trabalho, solicitava como uma graça o privilégio de gastar sua mocidade, suas forças, todo seu sangue para prover a suas necessidades.

Sofria sem o saber a influência que Nelly exercia sobre todos aqueles que o viam.

Ela recusou seus oferecimentos por interesse próprios, e por um nobre instinto de reserva, e de brio. Esta jovem se elevou a altura de sua desgraça.” (Jornal da Victoria, 8 de outubro de 1864, p. 3) (Anexo 22)

E, depois de Nelly e seu avô percorrerem a Inglaterra em busca de um lugar para viver,

“Foram recolhidos pelo mestre de escola da pequena vila de N... Este mestre de escola está alojado em umas ruínas próximas a uma antiga igreja. Nelly se acostumou bem depressa a este novo gênero de vida; partilhou todos os trabalhos do bom pedagogo, Mr. Simpson; o ajudava a governar a multidão turbulenta de seus discípulos, o substituíva quando estava doente, e era um espetáculo tocante ver esta jovem menina arrodada de meninos quase da mesma idade, e todos dóceis a sua voz. Assim vivia entre as antigas ruínas ao lado de um cemitério, ocupada nestes tristes cuidados a pobre Nelly, mas já suas forças se tinham esgotado em consolar dois velhos. Ah! Aquele que devia particularmente a prolongação de seus dias não adivinhava a expressão melancólica de seu sorriso afetuoso, não via que a maçã de suas faces se coloriram de um vermelho escuro, tornando mais visível pela palidez do resto de seu rosto. A razão enfraquecida do desgraçado o preservava desta última inquietação.” (JORNAL DA VICTORIA, 8 de outubro de 1864, p. 4) (Anexo 22)

Nesse ínterim, reaparece na história o irmão que se isolou voluntariamente para deixar o irmão mais velho ser feliz ao lado da mulher amada por ambos:

“Durante este tempo William, o mais moço dos dois irmãos, tinha viajado por países estrangeiros. Esta circunstancia tornava as comunicações entre ele e seu irmão mais velho, difíceis, incertas, muitas vezes mesmo impossíveis. Todavia, elas não tinham sido de tal maneira interrompida que não soubesse lacunas consideráveis

entre cada informação, uma parte do que precede. Então a imagem dos cuidados afetuosos de que tinha sido objeto, as recordações de sua infância, os sonhos de sua mocidade, vieram mais que nunca se reproduzir na sua imaginação. Cada noite lhe parecia que ele se tornava criança, via seu irmão a seu lado, apressou-se em por em ordem os seus negócios, realizou tudo quanto possuía e levando uma fortuna suficiente para dois, com o coração tão aberto como a mão, tremulo de emoção, o peito anhelante chegou tarde a porta de seu irmão.” (JORNAL DA VICTORIA, 8 de outubro de 1864, p. 4) (Anexo 22)

E foi ao encontro de seu irmão:

Mas esta casa não pertencia mais a Harry, credores desapiedados o tinham expelido. O que era feito dele? O que era feito de Nelly? O acaso fez que William descobrisse em Londres, Christovão seu jovem criado, e ambos começaram ativas indagações. Só depois de muitas pesquisas infrutuosas foi que vieram a descobrir que aqueles que procuravam se tinham refugiado perto de N... na casa do mestre de escola (JORNAL DA VICTORIA, 12 de outubro de 1864, p. 2). (Anexo 22)

Ao encontrar morando no local em questão seu irmão e sua sobrinha-neta,

“Christovão se apressou em ir ter com William. Ambos seguiram o caminho que lhes tinha sido indicado, e que os conduziu, depois de muitas voltas, a frente da igreja da aldeia. Era um antigo edifício cuja massa sombria se destacava das casas vizinhas, e que repousava em um sossego solene; ao lado estava o cemitério, limitado a esquerda por panos de muralhas, torreões, antigas construções amontoadas umas sobre as outras. A noite que as envolvia com suas terras impedia distinguir-se a sua extensão e proporções. Enquanto os dois viajantes faziam uma volta ao redor delas procurando um meio de aí penetrar, descobriram um raio de luz solitário que partia de uma velha janela de forma ogival. Com esta luz brilhava no meio da sombra que projetavam as outras construções, e como ela era fixa e imóvel, parecia-se a uma estrela Christovão se deteve indeciso mais o habitante da câmara não falou, não voltou a cabeça, não testemunhou por sinal algum que o barulho tivesse ferido os seus ouvidos. Tinha a aparência de um velho; seus cabelos grisalhos eram da cor das cinzas sobre as quais tinha seus olhos fixos. A luz vacilante deste fogo que se extinguiu, estes muros destruídos pelo tempo, esta solidão, esta velhice, estas trevas, todas estas coisas estavam em harmonia: cinzas, pó, ruína.” (JORNAL DA VICTORIA, 12 de outubro de 1864, p. 2). (Anexo 22)

Ao adentrar ao local, William encontra Harry já seriamente doente, assim como Nelly:

“Christovão balbuciava algumas palavras desculpando-se, sem ter bem consciência do que dizia. O velho não pareceu se aperceber da

sua presença. Continuou a se balançar, e não interrompeu um momento seu triste murmurar. O mancebo meio espantado, meio confuso, ia se retirar quando olhando com mais atenção ficou cedendo a uma força inestimável, deu um passo para a frente... um outro... um outro ainda... um último enfim, e viu o rosto deste velho, ele o viu... mudado como estava e reconheceu logo.

“Meu senhor! Exclamou ele caindo de joelhos, e apertando as mãos do velho nas suas, meu caro senhor, fala-me.

Harry Humprey, era ele, se voltou lentamente para Christovão e falando em voz baixa:

Eis ainda um disse ele. Quantos espíritos desses há aqui.

- Eu não sou um espírito, respondeu consternado o jovem: eu sou Christovão, vosso Christovão, vosso fiel criado... vós me reconheceis agora, não é assim, meu bom senhor?... E miss Nelly... onde está ela?... porque não se acha junto de vós?

- Todos eles dizem isto, exclamou o velho; me fazem todos a mesma pergunta... Um espírito!

- Onde está ela, meu bom senhor? Perguntou Christovão com mais insistência. Oh! Dizei-me, eu vos conjuro, dizei-me onde está miss Nelly?

- Nelly!... respondeu o velho, ela dorme... lá..., em um gabinete... atrás dessa porta.” (JORNAL DA VICTORIA, 15 de outubro de 1864, p. 2). (Anexo 22)

E a morte de Nelly é assim narrada:

“Harry Humphrey pegou numa de suas mãos e apertou-a nas suas. Era a mão que ela tinha estendido dirigindo-lhe seu último sorriso. Ele a levou aos seus lábios dizendo baixinho que ela estava gelada. Se esforçou para aquecê-la com seu hálito e seus beijos. Ao mesmo tempo seu olhar de angustia inexprimível, parecia clamar em socorro de sua Nelly.

O mestre escola o compreendeu e respondeu ao seu pensamento:

- Ela está entre as mãos de Deus! Disse ele com uma voz solene, e nada podemos fazer senão chorá-la convosco.

No dia seguinte, pelo meio dia, o despojo mortal de Nelly foi entregue a terra, todos os meninos da escola acompanharam o modesto ferreiro. Atrás deles vinham dois velhos curvados pela idade procurando sustentar a um terceiro mais fraco, mais quebrado que eles mesmos, que se deixava conduzir e lançava ao redor de si um olhar desvairado. A cada pá cheia de terra lançada na sepultura, ele tremia vivamente.” (JORNAL DA VICTORIA, 15 de outubro de 1864, p. 4) (Anexo 22)

Logo após, é descrita a situação de desespero do avô e sua morte:

“Durante os dias que se seguiram percorreu incessante as ruínas no meio das quais estava situada a sua morada, indo do quarto de sua filha a escola dos meninos, e chamando-a pelo seu nome. Por vezes escutava como procurando distinguir a voz de Nelly. Outras vezes olhava em redor de si, e parecia admirado de não ver aquela que costumava aí se achar.

A partir desta época passou todos os seus dias junto ao túmulo de Nelly: lá sem dúvida, melhor que em outra qualquer parte, uma voz

bem conhecida retinia em seus ouvidos; uma forma graciosa parava diante de seus olhos, viu voltejar estas longas tranças louras que ele tinha tanto amado, lá delineava a imagem do que tinha sido outrora, e do que desejava ser um dia.

Uma noite da primavera ele não voltou a hora costumada. Começaram a sua procura, acharam-no morto sobre o túmulo de sua neta...” (Do Diário de Pernambuco) (JORNAL DA VICTORIA, 19 de outubro de 1864, p. 4). (Anexo 22)

Pensamos que, por se tratar de um jornal liberal com novas perspectivas para a sociedade, a família aqui é representada como uma comunidade em que as escolhas individuais influenciam nos destinos de todos os sujeitos. Então, a história destaca como eixo as escolhas do irmão mais novo de afastar-se para deixar o irmão mais velho ser feliz, a escolha da filha de Harry ao casar-se com um homem indigno e, ainda, a influência desse pai sobre o filho mais velho, tornando-o um homem vicioso e que só trouxe perturbações a seu avô.

Essas representações somadas aos sujeitos virtuosos, como Nelly, o avô Harry e o irmão William, que após longos anos afastado decide que é hora de voltar para amparar aos familiares, formam um novo panorama das sensibilidades urbanas (BURITI, 2011). Assim, para Jizenji (2008), a imprensa liberal deixava suas marcas na defesa à família, considerada a base para uma sociedade livre.

### **3.2.3 – Nobre origem do nome Figueredo, ou o tributo das donzelas**

O romance folhetinesco *Nobre origem do nome Figueredo, ou o tributo das donzelas*, publicado no *Jornal da Victoria* nos dias 11, 14 e 22 de maio de 1867, narra como os mouros destituíam as famílias de suas filhas, principalmente aquelas pertencentes às classes mais baixas e ao campo. A trama principal é a história de um casal apaixonado que está prestes a se separar pelas mãos dos conquistadores. Nesse texto, narra-se como um homem apaixonado torna-se um herói ao salvar sua amada e livrar as famílias e outros amantes de serem roubados pelos subjugadores:

“Reinava em Oviedo, pelos anos 844 de nossa era, o rei D. Remiro. Os comissários do califa de Cordova tinham chegado para cobrar o tributo das cem donzelas, estabelecido desde o tempo de Mauregas



em prêmio do auxílio que os mouros lhe tinham dado para poder usurpar o trono que pertencia ao seu sobrinho.

Todas as cidades deviam dar um número de donzelas em proporção da sua população: as vítimas quase sempre pertenciam as gentes do campo, ou as classes plebas. Todo o chefe de família devia apresentar suas filhas ou irmãs no dia aprazado para o sorteamento.

Os sinos anunciavam já a hora de cerimônia e ao som da trombeta e tambores os comissários mouros se dirigiam para um campo vizinho da cidade, aonde eles deviam receber o tributo. Um imenso concurso de gente acompanhava a estes oficiais, alguns deles movidos só pela curiosidade, porém a maior parte por bem diversos sentimentos. Aqui o bom pai, com o coração traspassado de pesar, dava o último abraço a sua desventurada filha. Ali também via o amante favorecido dissiparem-se todas as suas brilhantes esperanças, e voltava para os seus lares na mais acerba desesperação. Além dos muitos que estavam pessoalmente interessados nesta penosa cena, outros muitos havia que, não sentissem os tormentos de pai ou amante, manifestar [vosso] mais profundo pesar por uma cerimônia tão vergonhosa para a pátria.” (JORNAL DA VICTORIA, 11 de maio de 1867, p. 2) (Anexo 24)

Ainda que a história narrada se passe em um passado idílico, trata-se de texto do século XIX. Del Priore (2006) entende os ritos amorosos do século XIX como curtos e alheios à vontade dos envolvidos, por isso os amantes recorriam a certos códigos. Para exemplificar, a autora recorre ao olhar, denominando-o de importantíssimo, porém exclusivamente masculino: o homem escolhia, identificava e definia “a presa”. No texto *Nobre origem do nome Figueredo, ou o tributo das donzelas* é o olhar que demonstra as emoções de aflição e agonia. Portanto, trata-se de um lugar de relações de dominação, de poder e força, inclusive sexual. A mulher podia, quando muito, cruzar seu olhar com o do homem. Um olhar feminino livre seria percebido como um olhar obsceno. “Olhar, portanto, era coisa de macho” (DEL PRIORE, 2006, p. 122).

“Entre grande número de espectadores havia um jovem cujo rosto estava mais profundamente alterado que todos os outros. Seus negros e animados olhos seguiam todos os movimentos de uma das donzelas, que iam tirar a sorte para uma vida de escravidão e de desonra. Chegou finalmente o momento em que sua querida devia saber seu futuro destino. Apresentou-se a tímida donzela, encostada a uma velha, que em vão se esforçava em consolar a quem nada causava impressão, porque sua alma estava toda ocupada na sua presente calamidade. As rosas das suas faces tinham murchado, e uma triste palidez usurpava o lindo sítio onde elas brilhavam no dia antecedente. O fogo de seus olhos não ardia tão vivamente, porque um rio de lágrimas o apagava. O excesso do terror e do desgosto paralisavam todos os seus movimentos, e dá-vão-lhe a aparência de uma bela estátua, até que chegou o momento em que foi quase arrastada para tirar da fatal urna a sentença de sua irremediável

miséria.” (JORNAL DA VICTORIA, 11 de maio de 1867, p. 2) (Anexo 24)

Ao mesmo tempo, o amante é descrito a partir da agonia que sentia à espera do resultado que lhe legaria infelicidade eterna, confirmado com o grito de desespero de sua amada:

“O seu amante, entretanto tremia convulsivamente, e em lugar da palidez produzida por uma mão tenebrosa incerteza, o fogo da indagação animava agora o seu rosto. Todos os seus pensamentos e sentimentos estavam reconcentrados num único objeto. Sua alma parecia dependurada num cabelo, todas as suas feições, todos os seus membros, participavam da cruel agonia daquele momento. Ansiosamente observava aquela que estava destinada para ser sua esposa, contando que a sorte não lhe fosse contrária. A sua querida Orelia com mãos tremulas tirou o decreto da sua infelicidade, e deu um grito agudo e penetrante. Os nervos de seu desafortunado amante, violentados por uma atenção tão pouco natural, afrouxaram, e apareceu repentinamente mais tranquilo. O grito de sua amada Orelia foi como o sino funeral que anunciava a morte de toda a sua felicidade, já nada tinha que temer; qualquer coisa que acontecesse havia de ser um mal infinitamente menor que este; e seguro no abandono da desesperação, experimentara aquela espécie de melancólica alegria e feroz satisfação que são algumas vezes os companheiros da suprema miséria.” (JORNAL DA VICTORIA, 14 de maio de 1867, p. 4) (Anexo 24)

Logo após o desastre da escolha, a tormenta instala-se na multidão de cristãos que não reagem, pois lhes faltava o impulso da explosão, dado por Ansures ao desembainhar uma espada em meio dos mouros. Assim, Ansures é retratado como um homem bravo – no dicionário da época, “de gênio ferino. Valoroso. Extraordinário. Grande. Magnífico” (SILVA, 1832, p. 168), pois teve a coragem de enfrentar um grande número de mouros, em comparação com os cristãos, para salvar Orelia de uma vida de escravidão e desonra:

“O momento antes de estalar a tormenta popular e terrível e dificultoso de ser descrito. A massa dos cristãos cada vez se condensava mais, e se estavam sossegados, era porque lhes faltava um que desse o impulso a explosão de sua fúria.

O chefe mouro começou asperamente a querer separar as vítimas dos amigos e parentes a quem abraçavam por despedida.

- Aonde estás tu Ansures, aonde estás neste momento de terror? Exclamou uma das infelizes formosuras. Vem livrar-me destes malvados!

O seu doloroso grito foi ouvido, porém que podia fazer então seu desgraçado amante!

Aqui estou meu amor exclamou o jovem Ansures, que estava próximo ao sítio, sim, aqui estou, minha querida Orelia, disposto a morrer

antes que consentir que te levem esses bárbaros porque a morte é a única consolação que posso esperar.

Dizendo estas palavras desembainhou uma espada curta que levava oculta, e atacou cheio de fúria ao mouro que trabalhava para separar Orelia de seus parentes. O mouro deu dois passos e caiu afogado no seu próprio sangue. Este foi o sinal para levantar-se o povo. Um grito tumultuoso rasgou os ares, e a turba muita, posto que desarmada correu impetuosamente a resgatar as donzelas, auxiliando nesta nova tarefa ao jovem Ansures, o qual via-se então muito apertado pelos seus inimigos, que pugnavam para lhe tirar a vida.” (JORNAL DA VICTORIA, 14 de maio de 1867, p. 4) (Anexo 24)

Ao final da história, o autor explica a origem do nome da história, pois, ao se ver sem sua espada, Ansures arrancou um grosso ramo da árvore mais próxima, uma enorme figueira, para lhe servir de arma. Dessa forma, chegam as admiráveis atitudes do herói dos cristãos de Oviedo ao conhecimento do rei, que lhe concede o título de cavaleiro.

“Para esse tempo Ansures tinha conseguido ver-se livre de seus adversários; porém na confusão perdera a sua espada. Este acidente não foi bastante para afrouxar o seu valor, nem refrear a sua impetuosidade. Um dos mouros vendo-o desarmado, e reconhecendo nele o autor daquele tumulto, correu para o atacar; mas Ansures, cuja agilidade só era inferior a força de seu braço e a resolução de seu coração se dirigiu rapidamente a uma figueira próxima daquele sítio, e despedaçando logo um grosso ramo se preparou para renovar o combate. Sabedor o rei dos serviços que este mancebo tinha feito, e do mesmo modo admirável com que se havia comportado para resgatar dos inimigos sua querida Orelia, o armou cavaleiro e concedeu-lhe que no seu escudo pudesse por cinco folhas de figueira, emblema que também poderia usar em seu elmo. Desde aquela época Ansures tomou o nome “Figueredo” em recordação daquela árvore que tanto lhe serviu no momento mais crítico da sua vida.” (JORNAL DA VICTORIA, 22 de maio de 1867, p. 3) (Anexo 24)

Pensamos que, ao retratar os mouros como conquistadores desalmados capazes de roubar as moças virgens das famílias cristãs, o redator do *Jornal da Victoria*, além de destacar as atitudes de bravura de Ansures por seu amor, disseminava sentimentos cívicos pela pátria e pelo povo que nela vive.

### 3.2.4 – Celestina

Os sentimentos cívicos em prol do bem de uma parcela do povo é o sentimento despertado pelo *Correio da Victoria* ao focalizar a condição de servidão dos

escravos no romance folhetinesco, publicado pelo jornal nos dias 7 e 11 de setembro de 1850, que conta a vida de Celestina, uma menina branca que está na condição de cativa:

“Celestina

I

Brasileiros! tremei diante do quadro, que vos vou traçar! Sufocai! ah! sufocai o monstro da escravidão! Expulsa-os!

Não vedes esses tenros frutos de vossos amores, que apenas firmam na terra seus mal seguros passos, estenderem-vos seus debéis bracinhos, e dizerem-vos com voz balbuciante: Papá! Ah! tremei por eles! Eles vos pedem socorro... eles parecem temer... a escravidão!!!...

II

Pobre Celestina! pobre mulatinha!

Rota, coberta de lama, as carnes despedaçadas pelo vergalho, as mãos inchadas pela palmatória, ela vaga por diante dos palácios do monarca, das residências dos ministros, e altos funcionários, curvada ao peso de um taboleiro.

— Quem compra doces!? diz ela com voz sumida.

E as lágrimas lhe regão as faces macilentas, os soluços lhe embargão a fraca voz; ella sente d’antemão as torturas com que sua senhora a martyrisará, senão vender o que leva.

III

A noite principia a cobrir com seu negro véu a terra, e suas torpezas que não deixam por isso de ser revoltantes.

Celestina segue cabisbaixa um alentado vulto... Dê-me algum dinheiro para levar á minha senhora...

— Pois sim...

E o vulto se dirige... e ela o acompanha:...

Celestina?!... á prostituição...

Celestina tem apenas dez anos...

Não vos acontece ás vezes virem-vos as lágrimas aos olhos, ao verdes uma mulata escrava, que deslumbra em alvura a seus senhores?...

Celestina era desse número. Seus cabelos em que nada acusava a raça africana, eram castanhos, ainda que emaranhados e sujos, seus olhos eram de um pardo vivo; um narizinho afilado condizia admiravelmente com uma pequena boca; e, Celestina arrancada a revoltante miséria em que jazia, seria uma... lindissima menina!!”  
(*CORREIO DA VICTORIA*, 7 de setembro de 1850, p. 4) (Anexo 25)

Assim, evidenciando o debate sobre a escravidão, em que, mesmo sendo branca, sua condição de cativa é superior à sua cor, uma vez que o filho da escrava nascia escravo. Impondo assim uma diversidade de lógicas: servir a um senhor, vender doces, prostituir-se, pedir. “Assim desumanizada, a sociedade escravista via no escravo apenas a objetivação de um capital que se destinava à escravidão como propriedade de um senhor” (ALMADA, 1984, p. 103).

“V

Vinte e seis anos tem decorrido então.

Eis uma velha mulata, que para mim se dirige arrimando-se a um bordão; seu corpo verga sob uma prematura velhice; seu rosto cadaverico traz em si o estigma da prostituição e dos vícios; ela estende-me uma mão descarnada, e tremula, dizendo-me:

- Meu senhor, dê uma esmola a pobre doente!

- És cativa?

- Não, senhor.

- Por consequencia, és livre!

- Tão pouco.

- Então como?

- Não podendo mais utilizar-se de mim por causa de minhas moléstias, algumas das quais são contagiosas, minha senhora atirou-me a rua!...

- Ah!... Teu nome?

- Celestina!!...

VI

Grande Deus! supremo distribuidor da justiça, pai dos infelizes, inocentes, juiz inexorável dos maus! Vós sem duvida, Senhor, tendes recebido em vossos braços de misericórdia a alma da infeliz e pecadora Celestina!

Vós sem dúvida carregastes os seus delitos sobre seus opressores; e no livro dos crimes dos traficantes de homens, dos ministros corruptos, e magistrados venais, mandastes o arcanjo Miguel escrever com gladio de fogo as culpas da infeliz Celestina! Eu conheço, Senhor, que ela muito vos ofendeu, porém vós mesmo disseste no Golgotha: Pai, perdoa-lhes, pois não sabem o que fazem! – E esses a quem perdoaveis, eram mais culpados do que Celestina; ela, quando vegetava no lodaçal do mundo, ou expirava na miséria, e injusta escravidão, tinha jus a repetir as palavras que proferistes na cruz. Deus! Deus! porque me desamparastes!” (*CORREIO DA VICTORIA*, 11 de setembro de 1850, p. 3) (Anexo 25)

Para Alencastro (1997), as teorias científicas caracterizavam os negros a partir de uma deficiência cerebral que fazia com eles se entregassem à libertinagem e aos vícios, produzindo as enfermidades que assolavam as cidades. E, como Celestina foi iluminada pelo cristianismo, uma vez que, vivendo no Brasil, obrigatoriamente deveria ter sido catequizada e demonstrar sua fé, portanto deveria culpar-se por disseminar tais males por toda parte.

As quatro narrações aqui selecionadas tratam da civilidade de formas diferentes a constituição e defesa da família, o sentimento cívico para com a pátria e o povo e, ainda, com o escárnio da escravidão que atrasava o Brasil de se aproximar das Nações civilizadas europeias, principalmente a francesa, todas essas formas rodeadas pelos dogmas da Igreja Católica.

### 3.3 – A educação moral

A civilidade pressupunha certas normas, regras, atitudes, valores que foram amplamente difundidos pelos jornais. Assim, no *Jornal da Victoria* encontramos textos sobre hábitos e valores condizentes ou não com a nova vida em sociedade. Assim, o auxílio à velhice, a humildade, a dedicação, o remorso, o luxo, o amor entre pessoas de classes sociais diferentes são apresentados como benéficos ou maléficos para formar as novas gerações. Para Jizenji (2008), a imprensa liberal deixava suas marcas na defesa à família e aos valores virtuosos que enalteciam a constituição de cidadãos decentes e que repreendiam os valores baseados no antigo regime, como o luxo, a aparência e os títulos de nobreza.

E, no *Correio da Victoria*, a defesa do amor romântico e da família, ao invés do interesse nas fortunas e contratos sociais, para tanto,

“[...] destacavam a importância da virtude, da solidariedade, da caridade, do amor filial e maternal, enaltecendo o despojamento dos bens materiais, o cuidado com os pobres e desvalidos [...], a modéstia, o labor e a “alma pura”; e condenando a inveja, os maus hábitos [...], a ganância e o interesse pessoal [...]” (VIDAL, 2005, p. 95-96)

A necessidade de educar a população para a civilidade pressupunha inculcar novos valores, dentre eles o respeito e o auxílio à velhice, uma vez que a conduta exemplar dos mais velhos seria o exemplo para florescer nas almas dos mais jovens os bons costumes:

“Devemos auxílio á velhice  
No mês de Novembro de 1825 conduzia uma pobre velha por uma alameda das proximidades de Bruxellas um jumento carregado com 2 grandes sacos de folhas secas.  
A carga desequilibra-se, um dos sacos desloca-se e chega a cair por terra. Fazia a boa da velha mil vãos esforços para o restituir ao seu lugar, quando um homem vestido com um casaco azul, que tinha observado a cena de um banco onde estava sentado, vem em seu socorro, e ajuda a levantar a carga.  
Reconhecida não sabia Ela como significar-lhe a sua gratidão por semelhante fineza; mas o desconhecido, esquivando-se aos agradecimentos, meteu-lhe nas mãos uma moeda de ouro e desapareceu.  
Este homem era o rei dos Países Baixos.”

[Do Almanack de Castilho] (JORNAL DA VICTORIA, 10 de janeiro de 1869, p. 3) (Anexo 26)

Dentre os bons costumes para a vida em sociedade, a humildade que segundo o dicionário da língua brasileira (1832, p. 588) é uma “virtude, que consiste no conhecimento do nosso nada, e obrar em consequência dele, como dita a religião e a razão”, a civilidade para Elias (1994) está intimamente ligada ao projeto cristão:

“Como se aprende a humildade

Refere um dos antigos padres que certa senhora de condição nobre, depois de visitar os santos lugares e cumprir outras devoções em Jerusalém, desceu a Cesaréa para fixar naquela cidade a sua residência. Ali suplicou ao Bispo de dar-lhe por companhia alguma mulher religiosa que pudesse ensinar-lhe a humildade e o temor de Deus. O Bispo fez escolha de uma donzela virtuosa e humilde, que recomendou a ela naquele propósito. Depois de algum tempo perguntou-lhe como se dava com a companheira que lhe tinha enviado? É boa, disse ela, mas não serve de grande proveito á minha alma, porque é tão excessivamente humilde, que me deixa fazer o que me agrada e nunca me contradiz. Em vista disto o Bispo enviou-lhe outra mulher de disposição mais dura e pertinaz, que não faltou de dar à boa senhora ocasiões frequentes de exercer a sua paciência, tratando-a com humor áspero e língua desregrada, contradições e repreensões perpétuas. Passado algum tempo o Bispo de novo desejou saber como se dava com esta outra companheira? Respondeu que tinha razões de estar contente com ela, porque fazia á sua alma um serviço essencial, ensinando-lhe a paciência, a mansidão e humildade, as quais melhor se aprendem na escola das censuras e contradições.” [Da Estrella do Sul] (JORNAL DA VICTORIA, 10 de janeiro de 1866, p 3) (Anexo 27)

Com a necessidade de construir uma sociedade a partir da pedagogia liberal (SILVA, 2006), o preconceito do amor entre classes sociais diferentes deveria ser abolido e, por isso, a apropriação do editor que dizia “o amor é o maior tirano das virtudes; os ditames da razão, na sua escola, são heresias, e os seus primeiros suspiros são do júizo os últimos alentos” [Rafael Bluteau] (JORNAL DA VICTORIA, 15 de junho de 1869, p. 3).

Sendo assim, a nobreza que procurou se distinguir da grande massa das pessoas comuns pelas formas de vestir, habitar, se comportar, e pelo conjunto dos rituais a ela associados.

“Julio agora é um moço de 25 anos. Mancebo elegante e esbelto, de cabelos loiros, olhos azuis e nariz bem conformado, era amado por D. Rodrigo como se fora filho desse fidalgo; e Julio mostrava-se digno da simpatia do seu benfeitor; respeitava-o como seu pai, estimava-o como seu protetor. Mas parece que uma má estrela guiava o destino desse moço. Quando criança fora abandonado nos bosques um braço protetor o amparara, e vindo criar-se em um palácio, tinha de encontrar ainda ali desgraças e tormentos.

Julio começou a amar a Malvina filha de D. Rodrigo. Ao princípio procurou desvanecer esse amor, que nascera intenso no seu coração; mas o amor quando é imenso não se abafa, não morre, e sem pensar, sem mesmo ter desejo, viu Julio que o seu amor crescia cada dia.

A simpatia é um segredo, que as almas mesmo não compreendem.

Julio procurava matar o seu amor no berço, porque via, que Malvina, a jovem fidalga, não ousaria dar o seu coração a um pobre enjeitado, a um bastardo de Deus.

Se soubera do amor de Julio, seria capaz de mandar degolar esse vilão insolente, que se atrevera a amar sua filha, ou então ardendo em soberba e fúria, julgaria o pobre moço um doudo, ou um insensato, e o desterraria para um hospital.

Julio pensava nisto, e assim tremia pelo seu amor; mas o amor não fica no estreito recinto de um coração caminha e se expande e vai até o objeto amado.” (JORNAL DA VICTORIA, 15 de junho de 1869, p. 3) (Anexo 28)

Da mesma forma, o *Correio da Victoria* apresenta uma história em que prevalecem os interesses econômicos das famílias em detrimento do amor romântico da jovem moça. Na história aqui narrada, percebemos uma apropriação da tragédia do século XVI, *Romeu e Julieta*, do escritor inglês William Shakespeare, em que não existe uma briga de famílias, mas sim um interesse por parte das famílias abastadas em juntarem as fortunas. E, por isso, a família de Maria propôs-se a desacreditar o amor de Henrique pela moça. Como o ardil foi um sucesso, as famílias concordam com o casamento de um homem já bem mais velho com a moça, que se realizou em um dia.

Com o casamento realizado tão apressadamente, Maria descobre-se ainda apaixonada por Henrique e arrependida do passo dado. No final da narração Henrique morre de dor de amor e, logo depois, Maria aparece morta ao lado do amante; eles, juntos e abraçados, são enterrados.

“Existia perto de Dublin, capital da Irlanda, um jovem que namorava a filha de um rico fazendeiro, e que teve a dita de ver sua paixão correspondida.

Os pais da moça não aprovaram esta inclinação, por Henrique não ser favorecido com os bens da fortuna, porém Maria não se importava



com isto, e lhe prometera a sua mão, e seu coração. Como ele não se achava nas melhores circunstâncias, e deseja adquirir alguma coisa, contou a fidelidade de sua amada, e procrastinou a época das núpcias. Entretanto apresentaram-se muitos pretendentes á mão da bela Maria, e seus pais não deixavam de censurar e exortar insistentemente. No principio ela resistiu, porém foram-lhe fazendo impressão as cenas desagradáveis que diariamente se representavam em casa causadas por sua obstinação, tanto mais, quanto a demora do seu amante lhe parecia indiferença, ou a fazia crer que se descuidava dela de propósito. Nesta disposição, irritada, declarou-lhe um dia que havia de casar-se com o primeiro que viesse pedir a sua mão, e que não estava disposta há esperar mais tempo. Henrique tomando esta declaração por um capricho momentaneamente nascido, respondeu da sua parte também desdenhosamente, e assim separaram-se muito irritados um contra o outro.

Na mesma aldeia morava Lourenço, velho celibatário, insulso com maneiras rústicas; mas possuía, além de uma bela fortuna, um grande engenho com uma moradia magnífica, e, por conseguinte era bem recebido por todos os pais que tinham filhas casadoiras. Há muito, ele tinha fitado seus olhos em Maria, e os parentes de ambos os lados abençoaram esta união. Na primeira efervescência hesitou o modo diferente, e prometeu casar-se com o rico proprietário; chegou mesmo a insistir em que se fizesse o casamento com a maior brevidade, o que lhe concederam de boa mente; e assim, depois de 24 horas, ela era esposa de Lourenço.

Entre os convidados, Henrique não foi esquecido; talvez ela sentisse um pequeno prazer mostrando-lhe quantos outros se apressavam com as núpcias. Ele apareceu, porém estava silencioso e melancólico, e não participou da alegria estrondosa que caracteriza estas funções de aldeia, e não parecia perceber o que se passava em torno de si.

Tendo-se a noiva ausentada por preciosas consequências dos excessos de intemperança, carregou-se o dono da casa para o leito onde o deitaram ao seu lado; apagaram as luzes, e a pobre Maria teve então tempo bastante para refletir sobre o passo dado tão precipitadamente, e para sentir que seu coração ainda pertencia a Henrique, apesar de sua mão pertencer á outro. Enquanto sua alma se deixava ir á esses pensamentos melancólicos, viu subitamente aparecer uma figura aos pés da cama, e perguntou: "Quem esta aí?" "Sou eu, Maria, não tenhas medo", respondeu a voz de seu amante. "Como! Henrique." gritou ela. "Que comportamento tão indecente! Sou esposa de outro, e se meu marido acorda, ou qualquer outra pessoa te vê, perderei minha honra. Deixa-me, deixa-me já, ou chamo socorro." "Não posso, Maria." disse ele em voz baixa, "que meu coração se parte de dor!" Ela continuou á instar, rogava-lhe que se retirasse, e sempre recebia a mesma resposta: "Não posso, Maria, que meu coração se parte de dor!" Finalmente ele caiu inteiramente exausto sobre o leito. Maria pedia socorro em voz alta; veio gente, e achou-se o pobre Henrique morto ao pé da cama: seu coração com efeito estava partido de dor! Toda a asa ficou alvoroçada; levaram o inanimado á sua própria morada, empregarão todos os meios para restituir-lhe a vida, porém tudo debalde. Conforme o costume foi deitado em cima de algumas taboas, por baixo de uma grande mesa, e correu-se de todos os lados espessas cortinas, de maneira que se não podia ver o cadáver. Em cima da mesa posaram velas acesas, fumo, cachimbo, etc., e seus amigos ficaram atordoados ao pé do corpo. Dois dias o guardaram assim: entretanto Maria era o objeto de todas as conversações e exprobrações. Não saia do seu pequeno

quarto, estava sentada sem dizer palavra, inacessível á qualquer consolação, e parecia torturada por dores. Na segunda noite desapareceu, sem que a percebessem, abandonou sua casa, e ninguém sabia para onde se fora: frustrados todos os esforços, persuadiram se que ela se tinha atirado ao rio. Na manhã seguinte fizeram os preparativos do enterro do pobre Henrique, abriram as cortinas da mesa: qual foi a surpresa quando viu-se a infeliz Maria morta ao seu lado! Ela tinha entrado furtivamente para baixo da mesa, tinha deitado seu braço por baixo da cabeça do seu amante, entrelaçando com os braços dele no seu próprio colo, tinha dito adeus a seus sofrimentos e dores.

Foram sepultados na Abbadia de Mellifont no mesmo túmulo e assim menos [] a morte. []” (CORREIO DA VICTORIA, 17 de janeiro de 1849, p. 4) (Anexo 29)

Percebemos que o redator do jornal se propõe a divulgar a importância do amor na vida da sociedade capixaba oitocentista, ao invés dos contratos de casamentos por interesses econômicos e sociais.

Da mesma forma, o *Jornal da Victoria*, ao publicar um texto em que critica a inclinação quase natural das mulheres para a exposição de seus atributos físicos, muitas vezes através da excentricidade dos ornatos e vestimentas, ao invés de a demonstração dos verdadeiros dotes do espírito, mostrou mais uma correção da estima exagerada pelo luxo e pelas modas; para o editor do *Jornal da Victoria*, as mulheres deveriam investir na conquista de um enlace matrimonial e na sua manutenção nos limites dos bons costumes.

“O luxo

De um folhetim que o Sr Camillo Castello Branco publicou no *Commercio do Porto*, extraímos o seguinte:

Escutem-no agora o frade franciscano acerca do luxo.

O príncipe dos apóstolos S Pedro diz que as antigas mulheres se adornavam conforme a vontade dos maridos, mas sem escândalos dos próximos; e esta regra ter-se há presente para que nem os maridos gastem em galas das mulheres mais que o necessário, nem as mulheres peçam enfeites que não sejam dessentíssemos, honestíssimos e exemplaríssimos...

Do que as senhoras mulheres devem ter grande cuidado, é em cobrir a cara e olhos para não ofenderem nem escandalizarem o próximo; nisto devem também os maridos andar muito apontados para que as esposas lhes não falte decente véu do rosto.

Vestir-se mulher a feição do homem é causa abominável.

As senhoras que apoquentam os maridos para lhes comprarem galas da moda, e conhecem que para este supérfluo gosto se não pagam as dividas da casa, acreditem que vivem em pecado mortal, e que as suas vestes malditas são salpicadas do sangue dos pobres de que fala o profeta Isaias.

S. Bernardino de Sena diz horrores das mulheres profanas em seus vestidos e galas.

Expressamente fala do abuso das caudas que só servem varrer as ruas e recolher imundices.” (JORNAL DA VICTORIA, 3 de março de 1868, p. 4)

Sendo assim, para Jizenji (2008) esperava-se que as moças buscassem cultivar a moderação, a discrição e a presteza no trabalho doméstico, e que os jovens soubessem distinguir essas características da beleza física pura e vazia, preferindo as moças industriosas.

Assim como se importassem mais com as pessoas, principalmente familiares, do que com as fortunas que estes pudessem possuir:

“Há alguns anos vivia bem miseravelmente em uma humilde casinha um velho celibatário do distrito de Yvetot. Tinha sobrinhos e sobrinhas em circunstâncias abastadas que não faziam dele o menor caso, por suporem que não possuía senão uma pequena renda de 150 francos e sabermem que não podia trabalhar, havia muito tempo.

Ha quatro ou cinco meses, adoecendo o velho, dirigiu a seus sobrinhos e sobrinhas uma espécie de circular, na qual lhes dizia que tendo vivido sempre só, e sendo eles os seus mais próximos parentes, queria antes de morrer dividir por eles tudo o que possuía; que conseqüentemente os convidava a reunirem-se em sua casa no dia seguinte, a fim de em sua presença escrever seu testamento.

Acudiram todos ao convite impacientes de saber que riqueza era essa de cuja existência nunca tinham tido a menor suspeita.

Meus filhos, disse o velho, fui sempre muito econômico, e assim pude reunir alguma coisa. Quero morrer com a certeza de que a minha herança não produzirá dissensão entre vós. Conseqüentemente eis aqui minhas disposições.

Deixo a meus dois sobrinhos Carlos e Isidoro as minhas rendas que representam um capital de 10,000 francos; á minha sobrinha e afilhada Celestina deixo umas terras que possui na Baixa Normandia e valem 5,000 francos. Quanto á minha sobrinha Luiza, herdará o dinheiro depositado em casa de meu procurador, isto é, 4,700 francos, não incluindo os juros deste ano. A minha modesta mobília será repartida pelos pobres.

Os quatro co-herdeiros acharam estas disposições muito judiciosas, e conseqüentemente redigiu o velho o seu testamento. Depois fechou o e selou-o, e mandou chamar um tabelião para lhe entregar em depósito.

A datar desse dia foi acariciado e ameigado o bom do velho. Nada lhe faltava, e como se sabia quanto lhe repugnava gastar um real, dava-se-lhe tudo o que precisava sem se lhe pedir vintem.

Ultimamente morreu o velho o mais tranquilamente que é possível morrer. No dia seguinte reuniram-se os quatro sobrinhos e sobrinhas em casa do tabelião; abriu-se o testamento. Eis o que continha:

Vi-me obrigado a ir para o hospital, e custava-me muito sair de minha casa.

Aprendeí a viver, vós que me ajudastes a morrer!

Furiosos apressaram-se os quatro legalarios a contramandar o enterro de segunda classe que tinham encomendado para seu tio; mas já era tarde, e foi o morto para a sepultura com todas as honras

fúnebres.” (Jornal do Commercio) (CORREIO DA VICTORIA, 3 de março de 1849, p. 3-4) (Anexo 31)

A formação moral deveria ocupar espaço de destaque nos moldes de civilidade impostos à infância capixaba, uma vez que essas normas deveriam parecer natural, como já dito no capítulo anterior. Isso garantiria uma vigilância dos indivíduos sobre eles próprios. Assim, passamos a analisar as representações dos papéis sociais difundidos pelos jornais.

### **3.3.1 – A menina, a mulher e a mãe**

Ao considerar os papéis sociais exercidos pelos indivíduos dentro da sociedade, a mulher está destinada principalmente para dois: o de mãe e o de esposa. Para Jizenji (2008), o esforço em definir a mulher virtuosa era acompanhado da defesa de certas qualidades, como a castidade, a moderação, a instrução, o patriotismo e o gosto pelo trabalho. Deste modo, o *Correio da Victoria* atribui à mulher a paz ou a guerra de uma sociedade, tudo depende dos objetivos de sua criação, e a ela também foi concedido o poder de assombrar ou iluminar aqueles que passam por sua vida. Assim é recomendado que a instrução das meninas fosse diminuída com relação à educação dos meninos, baseada no Evangelho e inserindo o bordado e a economia doméstica, incutindo-lhes a virtude e a moral na alma como pilar da civilidade, uma vez que sua conduta passaria a ser submetida aos olhares atentos:

“O fim para que foi criada é muito nobre e sublime; sua missão é verdadeiramente grandiosa, [ ] frágil como ela é e como foi formada a sociedade esta baseada em sua mesma fragilidade.

Parecerá isso uma utopia, um devaneio de poeta; mas não é a realidade atestada e proclamada pelos mais profundos pensadores dos tempos antigos e modernos.

Sua ação, eminentemente poderosa, é múltipla e variável; baseada ou malévolamente; segundo for sua natureza ou a atmosfera em que foi desenvolvida, ela pode produzir o bem ou o mal, a tranquilidade ou a guerra.

A mulher é o elemento verdadeiro e essencial à perfeição do homem; a ela é que se devem todos os grandes males, que tem assombrado a humanidade. Com a [h]istoria nas mãos poderíamos comprovar o que afirmamos. A mulher – como ela deve ser, formado o espírito nas

emanações do bem, cultivada a alma que se reflete no espelho das mais S[a]ntas virtudes, a mulher, como a Judith dos Hebreus, como essas admiráveis matronas de Roma como essas heroínas de que nos falam os anais dos gregos e as histórias da arte da sociedade, que por ela vive na perfeita educação de seus filhos.

Os grandes homens da antiguidade e os que hão celeb[r]izado os nossos dias com o aparato do gênio com o brilhantismo de ações magnanimas, receberam suas primeiras impressões, seus mais fortes estímulos à sombra dos cuidados e desvelos desse sexo a quem o céu dotara de imensa e misteriosa força.

Os conselhos santos de uma mãe querida, as palavras que se deslizam dos lábios castos de nossa irmã, quantas vezes não são elas o lini[ti]vo de nossa vida e o mais sério e eficaz tropeço ante as sugestões do mal, a sedução do crime e o arrebatamento das paixões! Se queres que a sociedade seja perfeita, como é possível que seja; que reine entre seus membros a harmonia e a paz de que carecem, educar a mulher nos princípios puros do Evangelho, incute em sua alma, ainda não contaminada pelo bafo do vício, ainda não embotada pelo septismo da vida ainda acessível a ternura de que se alimentava, as mais doces emanações de um coração perfeito; incute-lhe a virtude e a moralidade, plantai-lhe o germ[e]n da vida, que é o complemento e o resumo de todos os bens.” (CORREIO DA VICTORIA, 30 de agosto de 1856, p. 3) (Anexo 32)

Para além da mãe e da esposa, segundo o *Correio da Victoria* a mulher de cada região apresenta especificidades, sendo a brasileira apresentada por este pequeno texto como Sinhá, tendo a virtude da beleza tropical, angelicamente denominada pelo coração; percebemos que em nenhum momento o editor fala em características físicas, visto que a miscigenação das raças atraía cada vez mais os homens brasileiros, mesmo sendo recomendada pela Igreja e pelos cientificistas a não relação entre raças:

“Cada terra tem seu uso, cada expressão seu colorido; cada frase seu sentido, assim como tem cor o céu, tem harmonia o gorjeio, tem aroma a flor, tem doçura a brisa e melancolia o som do instrumento que quebra a solidão. A linguagem é a imagem da alma ou o sentir do coração: a ela l[i]gamos nossos votos com ela exprimimos o que sentimos: por ela sacrificamos até a verdade. Variada e florida nos filhos dos trópicos, doce e até encantadora, abemolhando cada tom, suavizando cada nota, galante e caprichosa, segue ela, nos filhos dos climas temperados, a arma potente com que da tribuna se desafia a atenção, e do coração o avigorado sentir; – grave, solene e pausada, nos filhos dos gelos, cópia desse taciturno ar e misteriosa obscuridade; é mística falando em poesia; e profética ensinando-a ao coração, assim o ronco salmear dos pinheiros esgalhando-se na tormenta ou rangendo sob o peso da neve. Nos idílios de Gonzaga a poesia é brasileira: nos versos de Garrete e Herculano é portuguesa; nos livros da Finlândia e d[a] Islândia é hiperbólica.

Na pátria de Gustavo Adolfo, Olga é um belo nome?

Na terra de portugueses “Catarina” é uma queixosa recordação do poeta morrendo na miséria.

Entre os túmulos da França é “Heloisa” uma saudade terníssima; “Lourença”, uma queixa sem fim.

No Brasil é “Marília” a branda e amorosa lembrança de uma poesia inimitável. Mas no Brasil, de todos os nomes, de todos os títulos que derdes a mulher, um será tão meigo, tão mágico, tão infantil como quando brasileiromente se diz: “Sinhá!”

“Sinhá” ela, a fada, a brasileira, a filha dos trópicos da primavera, da bela natureza tropical, não tem, não pode ter outro nome senão este. Se na imaginação buscardes uma expressão, se ao coração pedirdes um nome, se á alma demandardes uma imagem, se ao céus implorardes uma harmonia, uma inflexão angélica, não tereis nada, nenhum som que possa com igual [ca]dência, doçura e meiguice denominar significadamente a mulher que nos inspirou, como esse mago nome de ‘Sinhá!’” (CORREIO DA VICTORIA, 5 de dezembro de 1855, p. 3) (Anexo 33)

Quanto ao papel de ser mãe exercido pela mulher, “a guardiã do lar e da família” (D’INCAO, 2007, p. 230) responsável pela formação moral das gerações futuras, inspirando-lhes olhares de admiração, respeito, orgulho e afeição, pois é a mãe que cuida e guarda nos primeiros anos de vida as crianças e a ela ensejam as primeiras instruções evangélicas, principalmente das filhas. Daí a vigilância exercida sobre sua sexualidade, muitas vezes extirpada, para não “ameaçar a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas” (ARAÚJO, 2007, p. 45), comparada a Nossa Senhora adorada e idolatrada:

“Quanto não devemos a nossa mãe? Quando, e de que modo jamais pagaremos esses desvelos, esses cuidados, essas atenções maternais empregadas numa infância? Essas admoestações de prudência, esses conselhos de felicidade, essas repleções de doçura aplicadas numa juventude? Nunca; nunca!... Sim – quem é que nos carrega, nos cria, e nos oculta nove meses em seu seio? Quem é que nos dá a conhecer a luz do dia, que nos amamenta á seus deliciosos peitos, que nos pensa com um zelo ardente, nos educa de um modo raro? Quem é que nos veste e cinge ao nosso corpo essas primeira roupas de homem, que nos põe ao cólo a primeira insignia da religião, e que imprime em nossas faces inocentes o primeiro, o fervoroso osculo de afeição e de amizade? Quem é que nos ajunta as mãozinhas, ainda tão virgens, ainda tão puras, para erigi-las ao céu, ensinando aos nossos lábios a pronunciar pela primeira vez o nome venerando do criador de tudo? Quem é que com palavras meigas e insinuantes nos derrama as luzes da verdade, nos esconde as torpezas do vicio, nos persuade a grandeza da virtude, e com seu dedo expressivo nos está apontando para um céu matisado de estrelas? Quem é que muitas vezes ao clarão da argentea lua nos inspira um doce orgulho narrando-nos exemplos de edificação e de heroísmo? Quem é que nos entorna esses primeiros e indeléveis sentimentos de nobreza, de urbanidade, de decencia e de respeito? Quem é que com a sua mão benéfica nos conduz primeiro ao templo do Senhor, que nos grava na fronte a

primeira cruz com a água da graça e da regeneração; que nos manda ajoelhar por sobre a fria lousa dos mortos, e carinhosa nos demanda o silencio, nos pede atenção pelo espaço da celebração da missa? Quem é que interessada escuta as nossas queixas, estuda os nossos desejos, atende as nossas precisões, indaga as nossas tristezas, não nos abandona, não sabe mais do nosso leite, apenas uma enfermidade, uma molestia qualquer pareça ameaçar nossa existencia? Quem é que pelo filho dera tudo, e, cem vidas daria se as tivesse, contanto que salvasse a só do filho?! Quem? — A nossa mãe, o nosso ídolo! Poderoso, e bem poderoso é logo por certo a amor materno. — A mãe, a nossa mãe o que é senão uma divindade respeitada sobre a terra? Não faz ela prodígios, não faz ela milagres que serão sempre admirados de todos os mortais?! Quereis uma prova? — Este já avança pressuroso a meia estrada do vício; e a mãe o faz voltar ao caminho da virtude: aquele vai embeber no coração o duro ferro; e a mãe o salva da morte injuriosa. — Este quer privar da vida ao seu inimigo; e a mãe o faz conservador da vida do homem; aquele projeta com a iniqua sentença aniquilar uma familia inteira; e a mãe o faz consultar á justiça e ao direito.- Este deseja se apossar do predio alheio; e a mãe lhe afoga de momento o gremem nocivo da usurpação; aquele corre a lançar-se na irreligião, na impiedade; e a mãe o arranca, o salva da borda do precipicio. E quanto, quanto não devemos ao amor materno!!... — Quem, senão os rogos, as supplicas e os queixumes do Veturia pode arrebatat o império romano da sanguinolenta vingança do terrivel Coriolano? Quem, senão ela, pode abrandar aquele coração sempre inflexível, sempre inexorável com os embaixadores, com o senado; e com os sacerdotes romanos? — Eu te respeito, amor materno! Eu te consagro todas as minhas afeições e desvelos: — tu és o objeto de minhas adorações, a esperança de minha glória e o lenho de minha salvação! E quem te não venera, como deve, poderá dizer: — Eu idolatro a minha mãe? eu me honro de ser seu filho? Pelo contrário, o que te souber avaliar, o que te souber apreciar, que mágicos poderes não descobrirá!! Esse dirá, repassado de entusiasmo: — é incontestável que o amor de mãe é o freio mais forte para todos os crimes; que o amor de mãe é o linitivo para todas as desgraças; que o amor de mãe é o que vence e sopêa a todas as paixões; que açama a todas as iniquidades, que regenera todos os afetos, e que instila no coração já pervertido o amor sincero, o amor santo da verdade!" (CORREIO DA VICTORIA, 14 de setembro de 1850, p. 3) (Anexo 34)

Portanto, as representações de mulher, mãe e esposa nos apresentam como agente ativa e passiva, uma vez ser ela capaz de provocar a guerra e a paz, mas também ser idolatrada e sofrer as imputações da lei, da religião e da cultura, pois é sujeita à vigilância contínua por parte de todos, primeiro do pai e do padre, depois do marido e, por fim, das próprias mulheres. Dessa forma, essas representações deveriam ser infundidas desde cedo nas meninas, com o único objetivo de construir uma nova sociedade baseada nos preceitos católicos que apregoavam para as meninas a virtude e a castidade.

### 3.3.2 – O homem, o pai e o filho

As representações ligadas ao papel social exercido pelo homem na sociedade brasileira estavam baseadas na separação das atividades competentes a cada um dos sexos. Ao homem era designado o papel de provedor do lar, chefe da família, não poderia ter vícios, pois isso impediria a sua função de dar sustento à esposa dedicada e aos seus filhos.

Enquanto os filhos deveriam prover seus pais na velhice, uma vez que todo o patrimônio acumulado ao longo da vida desses naturalmente seria legado para os filhos. Assim, o texto sobre um parricida determina que este possa ser o pior crime que um indivíduo pode cometer ao outro. No caso da narrativa, o filho matou a mãe de desgosto por sua vida devassa e expulsou o pai de casa numa noite fria, por este atentar sobre a vida de erros que o filho levava. E, como forma de alerta para o filho, o pai deita-se em uma pedra fria de frente da casa e morre rezando na esperança de que um dia o filho torne-se um homem virtuoso.

“Que medonho tempo! morro de frio, e não tenho asilo contra os ventos e o gelo, nem cama em que aqueça os meus membros entorpecidos. Sou velho, estão as minhas forças esgotadas com o trabalho. Filho bárbaro!.... Trapassa-me..... despedaça-me este pensamento! Filho bárbaro!.. eu sou quem te deu a luz do dia, sou eu quem te alimentou, fui eu quem tratou de ti nas doenças da tua infância. Vendo-te padecer, corriam as minhas lágrimas pelas tuas faces. Tu então me amavas, e me dizias, afagando: meu pai, que motivos tendes para chorar?..... Já não estou doente..... não vos aflijas mais, estou bom de todo. Tu te encostavas sobre a cama, brincavam tuas mãosinhas com os meus cabelos; tornavas-me a dizer: não estejas pesaroso, já sarei; dizendo estas palavras, tornavas a cair de fraqueza! tu querias falar e não podias.... por fim forttificou-se o teu corpo. Tu estais hoje são, e robusto, tu deverias ser o esteio de minha velhice; trabalhei toda a minha vida, para ti: e tu me expulsas da tua casa, deixando-me exposto aos ventos e a neve!.... Não podemos já viver juntos, meu pai, dissés-te-me tu furioso. E porque, meu filho?... Que te fiz eu... Nada mais que exortar-te a virtude, eis aí o meu crime. Vendo-te estragar na devassidão os frutos de sessenta anos de meu trabalho, estes bens de que me alegrava de despojar-me para te enriquecer! mostrei-te o abismo em que ias precipitar-te. Deus é testemunha que eu estava mais inquieto por teu, do que por meu respeito. Não guardei bastante tempo o silêncio, só por temer afligir-te. Mas o meu silêncio, os meus gemidos ocultos, tu não os ouvias.... foi preciso falar! Cuidei então ser obrigação minha, tomar os direitos de um pai, temperei contudo a autoridade com a brandura..... eram os meus conselhos tão ternos, como



urgentes! Falei-te de tua mãe, a quem as tuas desordens mataram de desgosto.... falei-te de mim mesmo, a quem elas também lançavam na sepultura! Mostrei-te minha faces descarnadas pelas lágrimas que me fizeste derramar!.... mostrei-te os meus cabelos brancos arrepiados na minha cabeça pela amargura e pela dor!... abri meus braços para convidar-te a chegar ao meu seio!... ter-me-ia deitado a teus joelhos, se teu pai nessa postura pudesse enternecer-te!.... E tu, meu filho... não o posso ainda crer!.... tu vieste a mim com ar ameaçador, estendestes o teu braço empurrando-me, e fechaste-me a tua porta!!! Tu, meu filho... Não.... tu já o não és. Porque sinto eu ainda nas minhas entranhas que sou teu pai?.... Oh! quem me dera poder amaldiçoarte! Mas não; até não ousa exalar em altas vozes as minhas queixas. Temo que Deus as ouça, e que desabe sobre mim esta casa, da qual tu me expulsas. Vou deitar-me sobre esta pedra, diante da tua porta.

Amanhã não poderás sair sem ver-me! Quero apresentar-te este espetáculo!... não posso pensar que o teu coração se não enteneça, vendo quanto terei padecido em toda esta horrorosa noite! Mas se o rigor da estação, se o apuro da minha velhice, e ainda mais os tormentos da minha dor, puserem fim a minha vida; treme com a lembrança de teu crime! lamenta-te por meu respeito, lamenta-te ainda mais, por amor de ti!.. abençoarei minha morte, se ela pode contribuir para tua emenda.

Tais foram as queixas deste bom velho, ao estirar-se sobre a fria pedra! Estalavam no ar os horrorosos trovões, dobrava a mata as suas árvores com o furacão: parecia que a natureza toda estremecia de horror com este crime!... Ao volver do outro dia encontrou-se o pobre velho morto sobre a lage! tinha o rosto virado para o céu, e as mãos postas em sinal de quem orava!... Um viajante que alta noite passava por aqueles lugares ouviu uma voz moribunda pronunciar o nome de Ricardo!... Era o nome do seu bárbaro filho! Foi a última palavra que proferiu! – Orou até o ultimo instante pelo – Parricida.” (CORREIO DA VICTORIA, 3 de fevereiro de 1849, p. 4) (Anexo 35)

Assim como o parricídio, o comércio de seres humanos ganhou destaque entre os textos publicados pelo *Correio da Victoria*. No caso da narrativa abaixo, a venda de um filho por um pai, o filho nascera escravo, “mulatinho esperto e inteligente”, e segundo Almada (1984, p. 103), assim como ocorria no Brasil, o Espírito Santo não era uma exceção, “o escravo não passava de um objeto, de uma coisa que se podia legalmente comprar, vender, alugar, avaliar, emprestar, doar, dividir, penhorar, hipotecar, arrendar, devolver...”. O editor do jornal em nenhum momento deixa claro seus ideais quanto à escravidão negra. Percebemos pelos dois textos que intencionava criar novos parâmetros para a sociedade capixaba. Pensamos que essas publicações podem simplesmente ter o objetivo de acabar com o comércio de seres humanos para se alcançar o padrão civilizatório desejado. Ou que, com o fim da escravidão, os brancos deixassem de manter relações extraconjugais com as negras e produzir

descendestes, sendo assim esse intelectual seria um defensor das teorias de eugenia que estavam chegando ao Brasil.

“O filho de meu pai  
Miserável!...  
Ontem encontrei-o acurvado debaixo do peso da fadiga. Suas faces macilentas, seu olhar tenro, seu aspecto humilde, e seu passo retardado e incerto, disseram-me vivamente á alma que ele sofria!...  
Coitadinho!...  
É ele o escravo M... do Sr. G... C...  
Os trajes humildes de que usa, os serviços que faz forçadamente o denunciavam escravo.  
E o é.  
Sua vida, liberdade, pensamentos e trabalhos perpétuos foram vendidos por meu pai ao Sr. G... C... por trezentos mil reis!... Lembra-me bem: fui eu quem os contou!  
Ainda estremeço a esta ideia!  
E lembro-me do que foi ele:  
M... era um galante mulatinho, filho de uma de nossas escravas. Tinha tanta viveza e tanta docilidade ao mesmo tempo, que eu, meus irmãos e mesmo minha mãe o amavamos perdidamente.  
Era ele mais moço do que eu quatro anos quando entrei a cursar filosofia; via me argumentar com meus condiscipulos que me visitavam, e argumentava com meus irmãos mais moços.  
Aprendera a ler em casa com um sobrinho de minha mãe que estudava então medicina.  
Todos o admiravam: e minha mãe muitas vezes falou-me sobre o futuro dessa criança, a quem jamais determinara que dessem o nome de escravo.  
— “Deve ser livre,” disse-me ela um dia; “mas teu pai”...  
E nada mais acrescentou.  
Não precedeu isto muito ao dia da sua morte.  
Minha mãe morreu!!!...  
Choramos a sua perda, e M... chorou conosco amargamente.  
Três meses depois, meu pai chamou-me a parte e disse-me:  
— Vai á casa do Sr. G... C... receber trezentos mil reis, porque vendi o M...  
Admirei-me sobremaneira, lembrei-me das palavras de minha mãe, e chorei; mas cumpri a ordem de meu pai, porque eu não podia, nem aprendera a desobedecer jamais.  
Tem-se passado até hoje nove anos, desde esse dia funesto que eu lamento; há quatro meses que morreu meu pai...  
Orando por ele, eu digo: Meu Deus, perdoai a meu pai o ter conservado na escravidão aquele infeliz M...; perdoai-lhe ainda o tê-lo vendido a crueldade de um senhor?  
Eu amava o meu galante, o meu esperto, o meu inteligente M...  
E eu aborreço a escravidão doméstica, assim como a politica: cidadão de uma monarquia constitucional e livre, do meu caro Brasil, minha alma se repugna com essa miserável ideia.  
Penso, au[b]jelo de todo o coração, que os homens nascidos na minha terra não devem ser escravos; porque isso degrada todo o corpo politico a que pertenço, o qual pode degenerar muito facilmente em uma horda de salteadores, de senhores e de escravos. Perpetuar a escravidão é um ato anti-cristão.  
Eram estas ideias que me faziam sofrer sempre pelo meu M..., ontem veio visitar-me o Sr. A... C... antigo amigo de meu pai, a quem contei o quanto me agitara o encontro do meu M...

— Ele é seu irmão, disse-me o Sr. A.... C..., ao despedir-se e ocultando uma lágrima.  
Meu Deus.....  
M... é filho de meu pai!.....”  
(Philantropo) (CORREIO DA VICTORIA, 9 de fevereiro de 1850, p. 2-3) (Anexo 36)

O texto faz menção a situações já estudadas por pesquisadores brasileiros, principalmente Gilberto Freyre (1933) – as relações sociais entre a casa grande e a senzala. Uma vez que o mulatinho tinha a simpatia por parte da mãe da família e dos filhos, ele vivia na casa grande, onde aprendeu a ler e escrever e, por essa simpatia, nunca fora chamado de escravo. Bastou a morte bater à porta da casa, levando aquela que dominava o ambiente privado, que o senhor despendeu do mulatinho, que lhe lembrava da sua descendência, indo esse trabalhar para um senhor cruel.

Da mesma forma que um senhor de escravos não entende um filho com uma escrava como filho, e sim como escravo, o texto abaixo questiona se somente o fato de ter vínculos de sangue faz com que exista afeição reciprocamente.

Esta perspectiva de transformação de sentimentos de pais com os filhos, assim como dos filhos com os pais, “pode-se associar ao afastamento entre as casas um afastamento que o indivíduo e toda a sua família passa a desenvolver, isolando-se paulatinamente da comunidade” (D’INCAO, 2007, p. 230). Pensamos ser esse questionamento da transformação dos sentimentos parte do processo de higienização pelo qual passou o século XIX no Brasil, a recomendação médica de que as mães amamentassem seus filhos, ao invés de incumbir a uma ama de leite esse momento, transmitindo carinho ao recém-nascido e criando assim um vínculo com a criança desde a mais tenra idade. E o mesmo deveria valer para o pai, que, ao prestar “testemunhos de benevolência” com os pequenos, faz com que se tornem os pais “distintos de qualquer outro homem”.

“Fala-se as vezes dos vínculos de sangue, como se bastasse ao menino ter nascido de tal pai, para ganhar-lhe afeição. É isto o mesmo que citar-nos uma dessas qualidades ocultas da antiga física, e falar para nada dizer. Dê-se ao recém-nascido uma ama estranha, que só amamente e trate com carinho, o menino se apegará a ela, e nem um

sentimento terá para com a mãe, que nada faz por ele. E não é também por constantes testemunhos de benevolência que um pai se torna distinto de qualquer outro homem? Nada importa o sangue; a só bondade é que fala ao coração da jovem criatura, e que ela corresponde com a gratidão, que também não deixa de ser bondade. E porque não fazem sempre os pais o que devem por sua família? Se a mãe não pode, ou não quer amamentar seu filho, esteja ao menos constantemente ao pé de seu berço, e preste-lhe todos os demais cuidados, para ao poder ser sua primeira mestra de língua, sua educadora e seu anjo tutelar. Em recompensa disto, será eternamente amada toda a vida, e terá cumprido seu dever. O reconhecimento e o amor não se mandam, é necessário inspira-los pela bondade.” (CORREIO DA VICTORIA, 10 de junho de 1856, p. 2-3) (Anexo 37)

Para o editor do jornal é a gratidão que produz a afeição das crianças para com os pais:

“A gratidão produz em si mesma todas as afeições da piedade filial. Nela pois é que devemos fechar nossa atenção, deixando-lhe o cuidado de desenvolver-se naturalmente. O curso de língua buscará anima-la em seus discipulos, e o afeto os familiarizara com os motivos que podem excita-la e mantê-la. Saem as vezes formar-se algumas nuvens entre o filho e os pais, e a gratidão resente-se disso. Cuidaremos pois de preveni-las, ou dissipá-las, se desgraçadamente se tiverem já formado.

O que deve inspirar-se

Uma bela tarefa se apresenta aqui ao curso de língua, e desde seus primeiros exercícios poderia ele propor-se a desempenha-la. Terá sempre em vista que, cultivando a piedade filial em seus discipulos, trabalha em prol da religião, que em si nada mais é do que a piedade filial elevando-se nobremente da terra ao Céu.

Se animará a piedade filial, fazendo sentir vivamente aos discipulos a necessidade que eles tem tido de seus pais desde os primeiros dias de sua vida, e igualmente a de todos seus sacrifícios. Certo é que suas recordações não alcançam ao berço, mas podem a cada instante ver-se a si mesmos nas criaturinhas que tiverem em torno de si. Podem ai ver toda a extensão de sua própria miséria, e ao mesmo tempo as moléstias que hão causado a seus próprios pais, e os inumeráveis benefícios que deles tem recebido. O curso de língua os reconduzirá a esses primeiros anos de vida.

Fará mais. Os meninos acostumados a muito tempo aos cuidados de um pai e de uma mãe, em geral não conhecem seu preço, e olham com uma dívida o que só é puro dom da bondade. Esquecem que todavia não vivem senão dos benefícios daqueles, e conseqüentemente a gratidão se esfria, se é que não se estingue logo em suas almas. O curso de língua terá pois também um dever á cumprir em favor da piedade filial. Será de fazer compreender a seus discipulos que tambem devem tudo a bondade de seus pais, e que, lançados da casa paterna, pereceriam em nudez e mi[ ]ia.

Esta materia está tanto ao alcance dos preceptores e preceptoras, que temos por desnecessário entrar nos pormenores dela: ajuntaremos, não obstante, alguns exemplos, para que se possa antecipadamente conhecer o que constituirá o curso de língua.

“Estive muito tempo mudo em meu berço, e minha tenra mãe poz a palavra em meus lábios. – Quando vim ao mundo, nada sabia, e

meus pais me tem ensinado tudo. – Não moro na casa de meus pais, e me sustento de sua mesa, como um hospede a quem eles se comprasem de receber com bondade. Eu estaria nu, se meus pais não tivessem a bondade de vestir-me. – Contrain para com meus pais uma dívida, que nunca poderei satisfazer. – Rogo todos os dias a Deus faça a meus pais o bem, que eles me fazem, e eu não poderia pagar-lhes. – Deu-me Deus pais para sustentar minha fraqueza, e ilustrar minha ignorancia. – Sou todavia um pobre cego, e meus pais são os meus guias. – O menino ingrato, que desgosta seus paes, é um ente sem coração, e indigno de viver. – O menino Jesus, na idade de doze annos, tinha pleno conhecimento e certeza de sua elevada dignidade, e de sua importante missão e, com tudo está escripto que era submisso á seus pais. – Quando o divino Salvador estava a expirar sobre a cruz, deu á sua mãe outro filho para que o substituisse ao lado dela etc.” (CORREIO DA VICTORIA, 10 de junho de 1856, p. 2-3) (Anexo 37)

Portanto, a partir dos textos publicados no Correio da Victoria, na crítica a uma vida tenebrosa, cheia de vícios, e no apelo a uma transformação dos sentimentos entre pais e filhos, percebemos a influência de outras instituições, como a higienização, e das teorias científicas, como a eugenia na formação de novas representações do papel exercido pelo homem na sociedade capixaba do século XIX. Pensamos essas representações de filho, pai e marido virtuosos, como no romance lavrador cristão e em Nelly, em contraposição às representações do péssimo filho, marido e pai como em Nelly e o parricida. Como futuro da cidade e do país, garantia da espécie e da linhagem, o menino deveria aprender a administrar os bens da família, ser honrado, virtuoso e conhecer os preceitos de civilidade da sociedade.

Percebemos pelos textos publicados nos jornais que esses tinham características diversas; enquanto o Correio da Victoria preocupou-se em fazer representações de papéis sociais ideais, o Jornal da Victoria intencionou construir uma pedagogia liberal (SILVA, 2006) com novos (nem tão novos assim) valores, ideais, normas e regras.

Para Perrot (1991), a infância é uma zona limítrofe entre o público e o privado, uma vez que se torna objeto de disputas de poderes, sofre com as intervenções de controle das instituições – como a medicina, a escolarização, a família e a Igreja –, determinando-se, portanto, uma adesão aos novos valores,

e, ainda, contribuindo para o progresso da sociedade e para a elevação da pátria nas normas da civilização.

## Considerações finais

Com o surgimento da trilogia *História: Novos problemas, novas abordagens e novos objetos* organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora e publicada no Brasil na década de 1970, a historiografia brasileira passa por uma revisão que se estende até os dias de hoje. Assim novos objetos passam a ser considerados fontes para o historiador conhecer aspectos da vida social de determinada época. A imprensa está entre estes novos objetos, aquela que já foi considerada fonte oficial ou oficiosa ganha *status* de um retrato em preto e branco de uma sociedade.

Conforme apontado por diversos estudos e demonstrado no capítulo 1, desde a chegada da Família Real ao Brasil e a instalação da primeira tipografia oficial em 1808, o número de jornais e publicações impressas de Norte a Sul e de Leste a Oeste do Brasil só aumentou. Os manuais de boas maneiras, depois manuais escolares, e os jornais procuravam levar aos leitores e ouvintes normas e valores para a formação de uma nova sociedade, mas parecida com a europeia.

Nesse contexto, surgiu um novo homem público – o intelectual, escritor, jornalista, redator, editor, tipógrafo – que muitas vezes também ocupava uma posição na vida política com cargos no governo. Advindos da elite, formados no exterior ou aqui, estes homens procuravam estabelecer a civilização nos trópicos (DEL PRIORE, 2002), por meio dos textos que ganhavam ampla divulgação nos jornais apropriados de textos de livros traduzidos ou originais, advindos principalmente da França e também de outros jornais e revistas brasileiros; esses homens procuravam disseminar as Luzes onde para eles só havia a escuridão da ignorância.

Se a vida pública é cansativa para esses novos homens, o jornal deveria ser um alívio para sua alma, um lenitivo para as tribulações diárias, pois nele o intelectual podia praticar a escrita que mais lhe agradava, a literária. Além do conhecimento, o jornal pretendia contribuir para uma vida mais tranquila, para

isso se dedicou também a disseminar a moral, que é a base para a harmonia e a civilidade. O jornal amplia o discurso do embate político para a defesa da harmonia social, da civilidade.

Comprometidos com o sentido civilizador das mudanças em curso e procurando interferir nos seus direcionamentos, os textos dos intelectuais capixabas tinham como direcionamento difundir as representações de infância e para a infância por meio da imprensa, com o objetivo de formar os futuros cidadãos, garantia de perpetuação da espécie e da linhagem. Sendo a criança o grande ausente da História, uma vez que quem escreve e registra sua história pertence ao mundo adulto, ao passo que, paradoxalmente, ela é o motor da história. “Ela é [o] adulto em gestação” (DEL PRIORE; LONDOÑO, 1991, p. 9).

Como praticamente todos os intelectuais do século XIX tomaram como missão propagar as Luzes por meio dos jornais, uma vez que a falta de escolas e livros atrasava a província, assim pesquisamos sobre alguns desses intelectuais: Manuel Ferreira das Neves, Pedro Antonio d’Azeredo, Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano – esses aqui representam um grupo maior que colaborou com os quatro jornais utilizados nessa dissertação.

Assim, a importância da imprensa como fonte de estudo da sociedade oitocentista e, mais ainda, como fonte para a história da educação e para o diálogo entre história, educação e infância se mostrou uma fonte rica para estudos, marcada pelas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais que estavam ocorrendo no Brasil no período Imperial.

A imprensa capixaba nasce no contexto do Segundo Reinado, com o *Correio da Victoria*, o segundo jornal a circular na cidade de Vitória, iniciando sua publicação no ano de 1849 e, segundo França (2008), já nasceu conservador e ligado ao governo instituído, uma vez que o seu fundador assinou contrato com a Assembleia Provincial para a publicização dos atos oficiais, aliás este é um aspecto relevante na história da imprensa capixaba, uma vez que



aparentemente praticamente todos os jornais da época mantiveram contratos com essa instituição, até mesmo como forma de sobreviver. O *Correio da Victoria* é um jornal bastante estudado, mas que ainda demanda pesquisas como a de identificação dos colaboradores, suas ligações políticas com o poder local e nacional.

O único jornal que aparentemente não manteve esse tipo de contrato foi o jornal *A Regeneração*, que nasceu no ano de 1853 e findou-se em 1856. Por só existir um exemplar encontrado até o momento, não possuímos grandes informações acerca desse periódico.

É em 1861 que nasce o primeiro jornal liberal da província capixaba, *O Tempo*, só existe até o momento um exemplar encontrado. Aparentemente manteve contrato com a Assembleia Provincial para a publicação dos atos oficiais, mesmo se declarando um jornal de oposição ao governo. É um jornal de aspecto curioso, uma vez que deixou de circular por uma mudança no poder capixaba, sendo de oposição, segundo o seu redator, não poderia transfigurar em jornal da situação. Assim deixava a cena capixaba para o *Jornal da Victoria*, que aparentemente manteve contrato com a Assembleia Provincial, fonte riquíssima de estudo que possui poucas pesquisas dedicadas a esse jornal peculiar na história da imprensa capixaba e talvez na imprensa brasileira, pois o início de sua publicação, conforme já nos detivemos no capítulo 1, deve-se a uma mudança de perspectivas. É necessário pesquisar a fundo suas opiniões políticas, suas intenções em ensinar a política para seus leitores e ouvintes, suas ligações locais e nacionais e de seus colaboradores.

Para percebermos os diálogos da imprensa como outra fonte a partir da nossa hipótese de que os textos dos intelectuais capixabas estavam permeados de apropriações de textos nacionais e internacionais, procuramos nos manuais escolares da época que circularam na província capixaba de forma livre enfocando modelos de civilidade que permearam a vida política e cultural da província. Na época, civilidade, dizia respeito à conduta polida, exigida na vida coletiva, em sociedade, atributo necessário para a união e a harmonia social, e

também pode aparecer definida como bondade e honestidade e apresentada como uma virtude cristã, de amor ao próximo.

Para tanto, selecionamos três manuais escolares: compêndio da *Grammatica Portugueza para uso das escolas primárias*, escrito por Luiz da Silva Alves de Azambuja Suzano; *a História de Simão de Nantua ou o mercador de feiras*, escrito por Laurent de Jussieu; e *Thesouro de meninos*, escrito por Pedro Blanchard.

A gramática de Suzano foi escrita e publicada com o objetivo de atender aos anseios dos dirigentes da instrução pública primária capixaba, uma vez que o uso da forma correta do português passou a ser um dos aspectos exigido pelo projeto de Couto Ferraz para a instrução capixaba.

Já *Simão de Nantua* é uma fábula escrita para concorrer ao prêmio da associação da instrução francesa. E, como fábula, tem por essência a disputa do bem contra o mal, em que todos aqueles que são bons, piedosos, caridosos têm um final feliz, em comparação com aqueles que agem de maneira equivocada e têm sempre um triste fim. Em meio a isso tudo, intenciona-se que os indivíduos aprendam desde muito cedo a controlar suas paixões, vícios, pecados, e a praticar o bem de acordo com um código de conduta relacionado a uma determinada estrutura social.

E, por fim, *Thesouro de Meninos* é um manual de boas maneiras que tem por base o diálogo entre o pai de família e os filhos, que, além das normas sociais, apresenta também as primeiras noções de aritmética, geografia, história sagrada e uma lista com todos os nomes de reis portugueses, assim como as dinastias a que pertenceram.

Nos jornais *Correio da Victoria* e *Jornal da Victoria* percebemos que os textos revelam apropriações dos manuais escolares, ao difundir os ideais de civilidade como os valores morais, qualidades, méritos e honras, que são acentuados como desejáveis tanto pra a pessoa em si quanto às que estão próximas a uma

vida em sociedade harmônica. Já os vícios, as desonras, os crimes, a falta de amor com o próximo e, principalmente, com os parentes são duramente condenados.

Essa pesquisa, portanto, amplia a já iniciada no curso de pós graduação Lato-Sensu e aponta aspectos políticos e culturais relevantes para o entendimento da realidade da infância espiritosantense revelada por impressos pedagógicos e pelos jornais. E, ainda, direciona para novas pesquisas sobre a infância do século XIX na província capixaba.

## Fontes

### Jornais

Jornal **Correio da Victoria**. 1849-1869. Pertencente ao Acervo APEES.

Jornal **A Regeneração**. Pertencente ao Acervo APEES.

Jornal **O Tempo**. Pertencente ao Acervo APEES.

**Jornal da Victoria**. 1864-1869. Pertencente ao Acervo APEES.

### Documentos manuscritos

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Registro da correspondência com diversos funcionários da instrução pública de 1848 a 1855** (manuscrito). Espírito Santo. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Governadoria, série 751 (livros). Livro 351, 1848-1855.

### Manuais escolares

BLANCHARD, Pedro. **Thesouro de meninos**. Portugal-Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1851.

JUSSIEU, Laurent de. **A História de Simão de Nantua**, ou o mercador de feiras. França-Paris: Livraria de Vva J .P. AILLAUD, GUILLARD e c<sup>a</sup>., 1867.

SUZANO, Luiz da Silva Aves de Azambuja. **Compendio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primarias**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1851.

### Relatórios dos presidentes de província

Relatório do Presidente de Província do Espírito Santo José Fernandes da Costa Pereira Júnior, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em agosto de 1861. Disponível em [http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo). Acesso em novembro de 2010.

Relatório com que o Exm Sr. Antonio Pereira Pinto entregou a Presidência da Província do Espírito Santo a Exm. Sr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo vice-presidente da mesma. Victoria Typ. Capitaniense de P. A. de Azeredo, 1849. Disponível em [http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito\\_santo](http://www.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo). Acesso em novembro de 2010.

## Viajantes

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/ Ed. USP, 1974.

## Dicionários

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Ouro Preto, MG: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02254100#page/3/mode/1up>. Acesso em: 1 de novembro de 2010.

## Bibliografia

ABREU, Márcia. Circulação de livros entre Europa e América. Revista **Polifonia**, Cuiabá, n. 14, 2007, p. 161-174.

ABREU, Márcia. Duzentos anos: os primeiros livros brasileiros. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (orgs). **Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p.41-68.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. De amadores a desapaixonados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. *Trajeto*. Fortaleza: UFC, vol. 3 ,n. 6, 2005.

ALMADA, Vilma Paraiso Ferreira de. **Escravidão e transição: O Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ARANTES, Adlene Silva; SILVA, Fabiana Cristina da. **Do discípulo e do mestre ao aluno e professor: uma trajetória das concepções de professor e aluno ao longo do século XIX, em Pernambuco**. Natal, Anais II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1981.

BANDEIRA, Sara Cavalcanti Pinto e Barbosa, Socorro de Fátima Pacífico. A influência francesa nas escolas da província da Paraíba no Século XIX. Rio de Janeiro: **Anais, II Seminário Brasileiro Livro e História Editorial**, 2004.

BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). **História da Educação**. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, vol. 12, n. 26 p. 39-58, Set/Dez 2008.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel. A imprensa e a história da educação In: ARAUJO, José Carlos Souza e JÚNIOR, Décio Gatti (orgs). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados/ Uberlândia: EDUFU. 2002, p. 133-150.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. (Doutorado em História) Universidade de São Paulo, São Paulo: 1993.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). São Paulo: **Educação e pesquisa**, 2004, p.475-491.

BITTENCOURT, Gabriel. **Historiografia capixaba e imprensa no Espírito Santo**. Vitória: Edit, 1998.

BITTENCOURT, Gabriel. Fundamentos da imprensa no Espírito Santo. In: BRITTES, Juçara Gorski (org). **Aspectos históricos da imprensa capixaba**. Vitória: Edufes, 2010, p. 15-23.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BRAGANÇA, Aníbal Antônio Isidoro da Fonseca e frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (orgs). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p.25-40.

BRANDÃO, Isabel Cristina de Jesus. **A constituição histórica do projeto educacional da criança no período imperial**: instrução, moralização e disciplinamento. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CHARTIER, Roger. Introdução às Formas de Privatização. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da vida privada**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 5, n.11, jan./abr., 1991.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary del Priore. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a História entre certezas e inquietudes. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRS, 2002.

CHARTIER e ROCHE. O livro. LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). **História**: novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, v. 1.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **Educação, modernidade e civilização**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998, p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano M. de. Educação do povo e autoritarismo das elites: instrução pública e cultura política no século XIX. **Dimensões**, Vitória, n. 13, 2001, p. 75-83.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: ARAUJO, José Carlos Souza e GATTI JÚNIOR, Décio (orgs). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados/ Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 133-150.

FARIA FILHO, Luciano M. de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquíria Miranda. Imprensa e educação em Minas Gerais na primeira metade do século XIX: um estudo a partir do jornal O Universal (1825/1842). In: FARIA FILHO, Luciano M. de; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquíria Miranda (Orgs.). **Educação elementar**: Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 135-150.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; CHAMON, Carla Simone; INÁCIO, Marcilaine Soares. Apresentação. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes; INÁCIO, Marcilaine Soares (orgs.). **Políticos, literatos, professores, intelectuais**: o debate público sobre educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009, p. 7-20.

FARIA FILHO, L. M. O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: Araújo, J. C. S.; Gatti Jr, D. (Org). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 133-150.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: Ed UNESP, 1992.

FERREIRA Jr., Amárico; BITTAR, Marisa. Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial. Rio de Janeiro, Anais I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000.

FONSECA, Marcus Vinicius. **Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX**. Tese. (Doutorado em educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da educação e história cultural. In: FONSECA, VEIGA, Cynthia Greive e FONSECA, Thais Nivia de Lima e (orgs.). História e historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 49-76.

GALVÃO, Ana. Maria. de O. *A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista*. In: **Anais** da 28ª. Reunião Anual da ANPEd.: Caxambu, 2005.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 3, p. 311-329.

GONDRA, José; GARCIA, Ináira. A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância. Campinas: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 31, 2004, p. 69-182.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; JIZENZI, Mônica Yumi. Escolarizar para moralizar: discursos sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850). Campinas: **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 31, 2006, p. 114-200.

JANNUZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

JIZENZI, Mônica Yumi. **A escolarização da infância pobre nos discursos educacionais em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura Impressa e Educação da Mulher Lições de política e moral no periódico mineiro: O Mentor das Brasileiras (1829-1832)**. (Tese de Doutorado) Minas Gerais: UFMG, 2008.

KUHLMANN Jr. Moisés, FERNANDES, Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano M. de (org). **A infância e sua educação: materiais, práticas e representações [Portugal e Brasil]**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.



MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Silvia. Crianças trabalhadoras: os aprendizes marinhos no Paraná oitocentista. Caxambu: Anais 24<sup>a</sup> Reunião da ANPED, 2001.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial**. São Paulo: Hucitec, 2005.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O colégio de educandos artífices – 1865-1874: a infância desvalida da Parahyba do Norte**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 2008. Disponível em: [http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=168](http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=168). Acesso em fevereiro de 2011.

Limeira, Aline de Moraes. **Educação Particular e Publicidade no Almanak Laemmert (1844/1859)**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007.

PERES, Tirsa Regazzini. Educação Brasileira no Império. In: PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed.** São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 29-47.

PINHEIRO, Luciana de Araujo. **A civilização do Brasil através da infância: propostas e ações voltadas à criança pobre nos anos finais do império (1879-1889)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

PIROLA, André Luiz Bis. **O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: história e representações**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

REVEL, Jacques. O uso da civilidade. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIZZINI, Carlos. **O Jornalismo antes da tipografia**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

RIZZINI, Irma. Domesticar e civilizar: crianças indígenas e o ensino de ofícios no Norte do Brasil imperial. Natal, **Anais**, II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002.

ROQUETTE, J. I. Organização de SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Código do Bom-Tom ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROCHA, Gilda. Prefácio. In: TSCHUDI, Johann Jakob von. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

SANTOS, Fernando Marcelo Seabra de Oliveira. **Lições de civilidade: a didática do bem viver e regras de sociabilidade em um periódico de Ouro Preto (1845-1848)**. Universidade Federal de São João Del Rei (Dissertação de mestrado), 2011.

SILVA, Wlamir. A imprensa e a pedagogia liberal na Província de Minas Gerais (1825-1842). In; NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. **História e imprensa: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006.

SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. **Primeiras impressões: romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro (1808-1822)** Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de doutorado), 2007.

SOUZA, M. Cecília C. C. de; HILSDORF, M. Lucia S. Entre oligarquias republicanas e Igreja Ultramontana, um olhar para os esquecidos: José Vicente de Azevedo e a educação das meninas negras. Rio de Janeiro, **Anais**, I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000.

STRANG, Bernadete de Lourdes Streisky. Intelectuais na imprensa: contrastes, ideologias e significações nas crônicas de educação de Cecília Meireles. Goiânia: **Anais**, IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006.

SCHWARTZ, Cleonara Maria e FALCÃO, Elis Beatriz de Lima. Métodos para ensinar a ler e escrever no Espírito Santo no processo inicial da institucionalização da educação primária pública. **Anais**, 28 reunião da ANPED, Caxambu, 2005. p. 1-12.

TAVARES, Rachel Souza. **A infância no Maranhão imperial: a escolarização pública primária da criança pobre e livre no período de 1885-1889**. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís: 2009. Disponível em: [http://www.tedeabc.ufma.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=428](http://www.tedeabc.ufma.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=428). Acesso em fevereiro de 2011.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. **O grande mestre da escola: os livros de leitura para a escola primária da Capital do Império Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A não-infância: crianças como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)**. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TOURINHO, Márcia Selvátie. **A assistência à infância desvalida no Espírito Santo – O orfanato Cristo Rei (1957-1990)**. Dissertação. (Mestrado em História. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2009.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **Viagem à província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A educação de meninas e meninos no oitocentos: os conventos, os palácios, as casas e as escolas. Natal, Anais, II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. A produção da infância nas operações escriturísticas da administração da instrução elementar no século XIX. Campinas: **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 9, 2005, p. 73-107.

VIDAL, Diana. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005.

**ANEXOS**

## COMMUNICADO.

### PROVINCIA DO ESPIRITO SANTO.

Quaes tem sido as causas do abatimento em que se acha esta provincia ?

Procuraremos indaga-las, e queira Deos que o seu conhecimento algum beneficio produza a este pedaço tão importante do nosso querido Brazil.

Quando se sabe que esta provincia, toda cortada de magnificos rios, muitos delles navegaveis em

grande extencao, com immensos portos, e alguns destes excellentes, com as melhores terras para a produçao do café, da canna, do algodão, da mandioca, do milho, do feijão, etc., etc.; quando se sabe, digo, que esta provincia, com as maiores proporções para ser uma das mais productivas do Imperio, se acha, todavia, no estado de prostração em que a vemos, por sem duvida logo se reconhecerá que alguma cousa extraordinaria tem occasionado tão lamentavel estado.

E de certo, uma cousa bem extraordinaria, mais do que todas as outras cousas, creou, e tem conservado o actual estado desta desventurada provincia, porque bem e muito extraordinario é que os poderes supremos do paiz se tenham esquecido, quase que completamente, que a provincia do Espirito Santo é uma das estrellas do diadema imperial; que a provincia do Espirito Santo é, como todas as outras, parte integrante do imperio brasileiro; e finalmente, que a provincia do Espirito Santo tem, como todas as suas co-irmães, os mes-

## ANEXO 2 – Relatório do Presidente de Província 1861

Se n'ella os partidos são inspirados antes pela affeição individual do que pelo antagonismo de idéias políticas, se concordem no justo tributo de respeito e acatamento á lei constitucional, no apoio a authoridade legal, no desejo de progresso reflectido e das reformas indispensaveis, operadas com a segurança da meditação—disputão com ardor a respeito das pessoas que devem representar no parlamento as necessidades locais, em geral, nunca levão esse ardor e a affeição que os move até o quebrantamento dos deveres sociaes, e antes de tudo, reconhecem que sem ordem e socêgo publico são impossiveis uma eleição digna e uma victoria honrosa.

É porque o espirito de ordem e o respeito á lei e á authoridade legitima que a exêcuta, domiña na provincia como um legado do sangue—nobre tradição de familia que radica profundamente no coração, prepondera como hum dever sagrado sobre todas as outras paixões e faz ouvir sua voz ainda mesmo nos assômos do enthusiasmo, quasi sempre desorientador, das lúttas electoraes.

PROSPECTO.

É a imprensa periodica na presente época, o vehiculo das relações entre os povos cultos; o meio facil e produtivo de prover a instrução popular, e uma das mais palpantes necessidades de todas as classes da sociedade, que apparece com o alvorecer da manhã. Tem, porem, a instituição da imprensa periodica outra missão mais sagrada e sublime. Gemea da liberdade, consanguinea da civilisação, deve ella doutrinar e moralisar a humanidade, edificar-a nos preccitos das suas creanças, inculcar-a nas pesquisas e indagações das sciencias, guiar-a nos conhecimentos das artes, e das letras, arrancar-as das trevas dos preconceitos e dos erros da superstição; tal é a sua importante missão; tal o tem sido até o presente na culta Europa, e o é nos florescentes estados da união Americana, e começa de ser no fertil e robusto imperio do Equador.

Com sua applicação, despostrarão as sciencias, artes e letras; e o commercio, que nos abriu as portas á industria, a agricultura, e á navegação, que nos collocou emfim a par de alguns povos do universo.

É sendo que a cada um em particular, ou á todos em geral, é dado o promover os melhoramentos da sociedade. Vinos por nossa vez intentar empresa ardua mas honrosa, para hombros mais robustos, que não os nossos; mas certos de que não seremos desamparados daquelles, que mais amão, e se dedicão ao bem ser desta fertil provincia do Espirito Santo, faremos quanto em nós couber para preencher a lacuna que nella se fazia sentir pela falta de um periodico, concorrendo para seu melhoramento, tanto social, como material.

É a publicação de uma folha diaria de grande necessidade para os habitantes desta capital, precisão, que tem de recórrerem aos jornaes da corte, e de outros lugares para annuncios de transacções mercantis, e outros objectos. Mister é, porem, algum sacrificio; todavia se reconhecemos a falta que até hoje aqui existe de um periodico, não o devemos desanimar. Assim o *Correio da Victoria* não será publicado, por agora, mais do que duas vezes por semana, segundo o seu contracto, todavia para esperar que, sendo com a concorrência dos assignantes, e protecção do governo, conseguiremos augmentar o seu formato, e que elle se appareça mais vezes, com pouco ou nenhum augmento do preço, porque vai taxada a assignatura.

Excusado é repetirmos o principio já consagrado

no 2.º periodo do nosso prospecto, o qual será por nós fielmente cumprido; mas não podemos dispensar-nos do dever de citarmos o topico relativo á typographia, exarado no luminoso relatório, que o benemerito ex-presidente desta provincia, o Exm. Sr. Dr. Antonio Pereira Pinto, em quem sobraão as luzes que nos faltão, apresentou ao Exm. Sr. vice-presidente, quando passou-lhe o alto cargo de que se achava investido.

A assemblea provincial, acertadamente pensando nos inconvenientes da falta de uma typographia, e nos incalculaveis damnos que á provincia tem vindo de não existir nella esse meio poderoso de civilisação, autorizou a Presidencia com designada quantia para engajar essa empresa. De accordo com os desejos dessa assemblea, firutei o respectivo contracto, e de janeiro por diante contará a provincia com esse valioso auxilio de sua futura grandeza. Nutro a intima convicção, que a imprensa tirará a provincia da especie de abalimento em que tem jazido, levará ao conhecimento do governo geral a enumeração de tantas de suas necessidades, e publicará as correspondencias de seus presidentes, alguma das quaes, e bem interessante, existe inedita na secretaria do governo.

A imprensa fará bem conhecida esta provincia, seus recursos, suas riquezas, tantos rios navegaveis que ella encerra, tantos elementos de prosperidade com que conta; despertará assim, talvez a ambição de novos povoadores, e a elevará ao lugar que lhe compete na lista das demais provincias do Brasil. Será esta mais uma victoria, conseguida pelo famoso invento de Guttemberg; e um dia me encherei de satisfação, quando relatar-se-me os resultados proveitosos, que se colheo dessa instituição.

Comtudo, sendo prudente neutralisar alguns males, que tambem são inseparaveis da creação de uma imprensa, em seu começo, no contracto, que fiz, acatelei todos esses prejuizos: o estabelecimento de uma typographia nesta provincia não será o canal por onde se vassém torpes recriminações, aleivosas diatribes; não será uma arena, onde se debatão gladiadores; seus fins são mais nobres: os melhoramentos materiaes do paiz, a publicação dos actos officiaes, a vulgarisação de noticias colhidas em escriptores creditos; eis o programma que assignarei.

A transgressão d'estes preccitos será peremitorio motivo da rescisão do contracto, e ao presente auctoridade de V. Ex. cabe o auctorizar

**TYPOGRAPHIA**

A assembléa provincial acertadamente pensando nos inconvenientes da falta de uma typographia, e nos incalculaveis damnos, que á provincia tem vindo de não existir n'ella esse meio poderoso de

civilisação, autorizou á presidencia com designada quantia para engajar essa empresa De accordo com os desejos dessa assembléa, firmei o respectivo contracto, e de janeiro por diante contará a provincia com esse valioso auxiliar de sua futura grandeza Nutro a intima convicção, que impresa tirará a provincia da especie de abatimento em que tem jazido, levará ao conhecimento do governo geral a enumeração de tantas de suas necessidades, e publicará as correspondencias de seus presidentes, algumas das quaes, e bem interessante, existe inedita na secretaria do governo



# ANEXO 5 – Correio da Victoria 1849

caadores, para postar-se com a mesma companhia em frente da igreja dos extinctos Jesuitas, hoje ás 4 horas da tarde, afim de fazer as honras funéreas ao capitão de Engenheiros, Damazo da Fonseca Lima, cujo enterramento tem de ter lugar na dita igreja.

Ao da de pedestres, para pôr a disposição do referido commandante, as praças que tiver disponíveis.

## ADMINISTRAÇÃO DAS RENDAS.

Quadro demonstrativo da receita e despesa das rendas provinciais, na semana finda, em 19 corrente.

### RECEITA.

Saldo existente na semana passada . . . . .	3:077,7379
Importancia do rendimento dos generos de exportação . . . . .	243,75970
Idem das rendas internas . . . . .	222,77847
Idem do agente da villa da serra, pertencente ao anno p. p. . . . .	95,7187
	<u>3:638,7853</u>

### DESPEZAS.

Com ordenado a dous professores de primeiras letras . . . . .	50,7000
Com o coadjutor da freguezia da cidade . . . . .	28,7332
Com o sustento de presos pobres . . . . .	14,7300
	<u>92,7632</u>
Existe . . . . .	3:540,7221
	<u>3:638,7853</u>

Administração das rendas provinciais 22 de janeiro de 1849.

O administrador,

*José Joaquim de Azevedo Ribeiro.*

## CORREIO DA VICTORIA.

Tendo no nosso numero 2 franqueado as columnas do nosso periodico ao respeitavel publico, e a nossos benevolos assignantes, julgamos dever apresentar os artigos do contracto, e deveres a que nos comprometemos com o governo da provincia, para servir de bussola ás pessoas, que nos quiserem obsequiar com seus interessantes escriptos, afim de nos não desluzirmos do trilhio que almejamos proseguir.

Artigo 1.º Obriga-se o empresario a publicar as ordens e officios da publica administração da provincia, em uma folha de papel ordinario, que sahirá duas vezes por semana, ficando reservada a ultima pagina de cada folha para a publicação de objectos particulares. Debaxo da expressão—ordens e officios da publica administração—se comprehendem não só as portarias e a correspondencia do governo com as autoridades da provincia, como tambem os officios destas, dirigidos á presidencia, quando o governo entender conveniente fazel-os publicar.

Artigo 2.º Dos actos, que tiverem de ser impressos, serão administradas copias rubricadas pelo secretario do governo, para evitar alguma inexactidão, e salvar o empresario de qualquer responsabilidade ou duvida, que á esse respeito possa haver; ficando obrigado o empresario a entregar na secretario do governo 100 exemplares de seu periodico para serem remettidos ás autoridades e estações da provincia.

Artigo 3.º O governo pagará por cada folha, inclusive o papel, a quantia de 10,000 réis, devendo a impressão ser em leitura—Cicero—; sendo o pagamento das folhas publicadas em cada mez, feito no principio do mez seguinte.

Artigo 4.º Fica sendo privativo do empresario, o imprimir as leis, regulamentos, relatorios, e todos os papeis necessarios ás diversas repartições da provincia; sendo o preço da impressão, o que imprime a typographia Nacional.

Artigo 5.º Sendo remettido de noite a horas taes, em que a folha já esteja composta, algum officio, que tenha de ser publicado no dia seguinte, que para isso seja necessario tirar alguma parte do que estiver composto, o pagamento da impressão em casos taes será regulado pelo numero de linhas, segundo o que então se convencionar.

Artigo 6.º O prazo de 10 annos para o privilegio esclusivo, marcado na lei provincial de 23 de março de 1835, sob n. 6, começará a contar-se da publicação do primeiro numero da folha em diante. O empresario se compromette a applicar todo o cuidado, para que tal publicação se verifique quanto antes.

Artigo 7.º O presente contracto durará o mesmo tempo, que o privilegio, não podendo ser nesses prazos derogado; podendo todavia ser alterado ou modificado, se nisto concordarem o governo e o empresario.

Artigo 8.º Os objectos particulares, de que falla o artigo 1.º, ciffrao-se em noticias externas ou internas, desacompanhadas estas de quaesquer reflexões em desabono das medidas, que o governo geral ou provincial tenha tomado a respeito.

Artigo 9.º Fica prohibido ao empresario aceitar correspondencias, que contenhão polemica individual, e nem artigos que offendão a qualquer cidadão, e se admittir annuncios, que não contenhão insultos directos ou indirectos, e tambem publicações litterarias.

Artigo 10.º Sendo o presente jornal, offenda

## ANEXO 6 – Correio da Victoria 1849

As disposições do systema da redacção são as seguintes:

*Parte Official.* — Para os actos do governo provincial de immediata importancia, ou de todos elles, quando seja conveniente sua publicidade.

*Chronica Nacional, e Estrangeira.* — Para noticias do interior e exterior, extractadas cuidadosamente das folhas periodicas, que iremos recebendo.

*Parte Commercial.* — Para revista das transacções mercantis, que se effectuarem no giro do commercio desta cidade.

*Variedades.* — Para tudo o que, pela especie, como historia, biographia, etc., não tiver cabimento em outra parte da folha.

*Declarações.* — Para annuncios dos dias da partida dos correios, audiencias, etc.

*Folhetins.* — Para a mais extremada esca de contos romanticos, traduzidos ou originaes, que prendão a attenção dos leitores por algumas horas com as phantazias dos Victor Hugo, Alexandre Dumas, Eugène Sue, Balzac e tantos outros.

E finalmente, sobre a epigraphic — *Correio da Victoria* — daremos á ler artigos de fundo, noticias da cõrte, e o juizo das obras publicadas no imperio.

Tal é a missão do *Correio da Victoria*. Confiado na benignidade do publico, conta que elle, conscio de seus proprios interesses, o ajudará a levar a effeito tão importante, quão intrinseca empresa.

## CORRESPONDENCIAS

*Sr. Redactor.*

Temos lido a *Regeneração* desde o primeiro numero até agora. O programa pareceu-nos bom ; escripto em linguagem portugueza, seu estylo não era *inchado*, nem suas palavras *campanudas*, *sesquipedalia verba*; como dizia o velho Horacio.—Depois do programa, tudo mais que tem sahido da penna do redactor da *Regeneração* é uma *muxunifada abominavel*, uma algaravia inintelligivel, um *relamé* indizível : isto quanto ao estylo : se fallamos da doutrina, então temos pano para mangas. Achamos na *Regeneração* uma tendencia para apedrejar o sol no ocaso, como ainda não vimos coisa igual. O Exm. Sr. Dr. Evaristo, que tantos bens fez á esta provincia, tem sido mordido muitas vezes : se isto não he cobardia, não sabemos o que seja então. A *Regeneração* só adora o sol no nascente.

Assemelha-se á um antigo deputado que dizia—não gostava de acompanhar defuntos.—O Exm. Sr. Barão por muito incensado quando na presidencia, hoje está de todo esquecido. O *nobre* redactor voltou-se já para outro idolo. Será este proceder digno d'um escriptor que adopta a imparcialidade como a maxima de seu evangelho politico ? Será pro-

## DECLARAÇÃO.

A typographia «Liberal» he da propriedade de dezesseis accionistas;—a collaboração do—*Tempo*—, seu periodico, está á cargo de diversos cavalheiros, cada um dos quaes he responsavel pelos seus escriptos. O que se declara ainda uma vez por todas.

## Ⓢ O TEMPO.

### CONSIDERAÇÕES GERAES.

Até agora não houve governo algum nesta provincia, que soffresse opposição da imprensa della.

Um ou outro homem, que raros tem apparecido, cioso pelos interesses desta parte do Imperio, ha desenvolvido a sua opposição nos jornaes da corte, que poucos leitores conta pelas nossas villas.

Por occasião do apparecimento do «Tempo» constou-nos, que a sua entrada e leitura foi prohibida em algumas repartições, e até se nos cita o facto de um empregado, alias de nobres sentimentos, que foi encontrado a ler o 1.º, ou o 2.º n.º no fundo de uma porta.

Na cadeia desta cidade, onde ha presos que gostão de ler os escriptos que advogão a causa dos infelizes, foi um dia prohibida a entrada do «Tempo» pelo commandante da guarda !

He publico que pessoas de alto coturno se encarregarão de recomendar toda a desprotecção ao «Tempo.»

Houverão até homens, que se encarregarão de espalhar, que o «Tempo» era anarchista, revolucionario, sedicioso, inimigo das authoridades, e até inimigo do «povo.» cuja causa elle defende.

Pareceu-nos que não estavamos em um paiz livre; que não eramos cidadãos de um paiz de publicidade, e de liberdade de imprensa, mas sim humilides escravos do rei de Tunos, ou do imperador de Marrocos, ou moradores d'algum cantão da Turquia.

Pareceu-nos que a inquisição com as

# JORNAL DA VICTORIA.

VICTORIA. 2 DE ABRIL DE 1864.

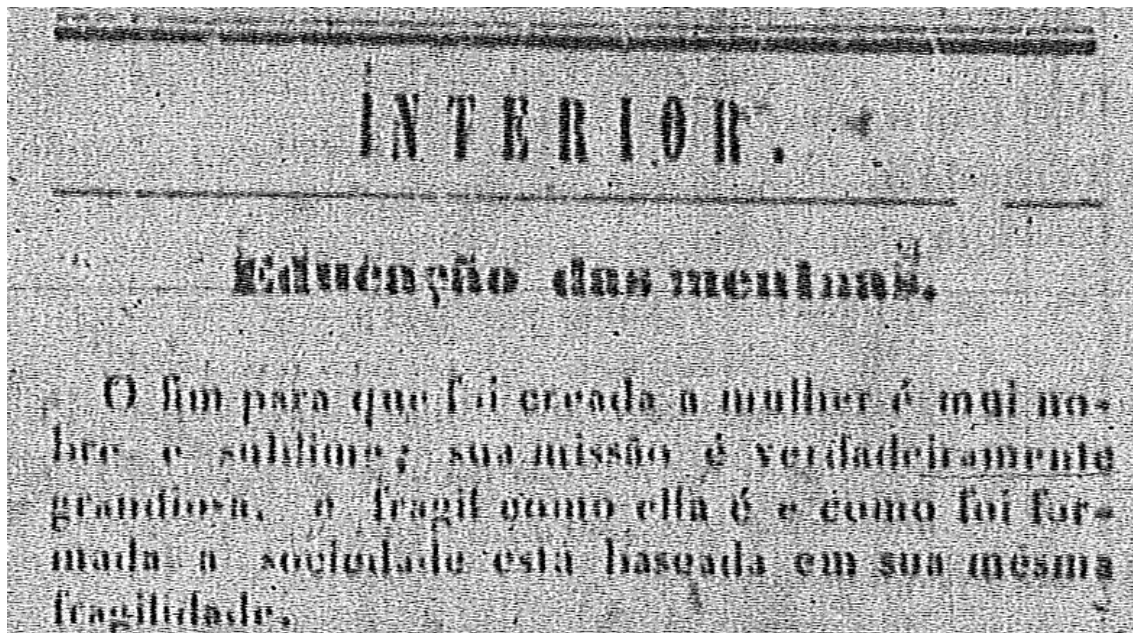
O uzo tem estabelecido como indispensavel a existencia de um prologo em todos os livros que são lançados no *mare magno* da apreciação publica. É nestas primeiras paginas que os escriptores explicão aos seus leitores o plano de sua obra, pedindo desculpas das faltas que encontrarem, circumstancia esta nunca esquecida, principalmente pelos auctores de poezias.

Se é indispensavel um prologo em qualquer livro, quer elle trate de sci-

## ANEXO 11 – A Regeneração 1854

<h3>A REGENERAÇÃO</h3>	digno chefe do governo da provincia, do que podemos-lhes a merecida desculpa.	com o pensamento que os governos tiverão de conciliar a economia das familias, especialmente as pobres, com a facilidade de adquirir a educação os jovens da classe numerosa e não abastada; com a convicção, em fim, de que depois do jantar nem o mestre tem disposição para ensinar, nem o discipulo para aprender, e de que a contrariadade ás disposições naturaes importa quasi sempre uma revoltante injustiça, uma cruel perseguição, adoptou-se o systema de aula uma só vez ao dia em todo o imperio. Na côrte, assim como na provincia do Rio de Janeiro, as quaes com sufficiente razão modelão nossa conducta em quasi todas as materias, e muito especialmente em as que concernem á educação publica, frequentão-se as escolas uma só vez cada dia, sendo das 8 da manhã á 1 da tarde no tempo de verão, e das 9 ás 2 no de inverno; e é por todos ali tido por tão conveniente uma semelhante usança que não será facil conceber-se e idéa de sua destruição, pois onde não obra a paixão ouvem-se os conselhos da prudencia, adoptão-se as medias do progresso e utilidade geral; e a adulação fallaz, e sedenta
<p>O Exm. Sr. Barão de Itapemirim foi, no dia 31 de dezembro, atacado de fortissima escandescencia intestinal, que o teve em cama quatro dias, durante os quaes muito deu que recear por sua existencia; de então por avante, foi experimentando melhoras lentas, e desde o dia 6 do corrente acha-se de pé, posto que muito abatido, e debilitado de forças.</p> <p>S. Ex.<sup>a</sup> foi, no tempo de seu maior incommodo, visitado por seus amigos, e muitas outras pessoas, excedendo o numero dos concurrentes á sessenta individuos. De Itapemirim, apenas constou o soffrimento do Exm. Barão, partiu para esta cidade consideravel numero de seus amigos, que, atraahidos pela noticia da gravidade do incommodo de S. Ex.<sup>a</sup>, vinhão dizer-lhe talvez o ultimo adeus; mas voltáráo de Guarapary, onde souberão da melhora de S. Ex.</p> <p>Por involuntario esquecimento, não demos opportunamente aos nossos leitores noticia d'este serio incommodo do</p>	<p>Vencendo nosso amor pela educação da mocidade o escrupulo que temos de entrar na questão da desconveniencia do systema de escola duas vezes ao dia, estabelecido pelo ex-presidente o Sr. Dr. Evaristo Ladislão e Silva, em sua portaria de 7 de janeiro do anno passado, sempre tractaremos hoje d'essa importante materia, com o intuito de gravarmos no animo do bem intencionado Exm. Barão de Itapemirim a idéa da conveniencia da nullidade de acto tão contrario á utilidade publica, quanto aos principios da igualdade de direitos estabelecida no pacto fundamental da associação brasileira.</p> <p>De bem remotas épocas, e quando ainda não se entendia que a educação publica devia extender-se á todas as classes da sociedade, erão as escolas no imperio frequentadas duas vezes ao dia, de manhã, e de tarde; mas com a adopção dos methodos elementares, que expressamente vedão a interrupção do ensino, pela estreita relação de seus exercicios;</p>	







LETTÉRATURA.

DA INSTRUCCÃO.

Não ha sinão um bem, que é o saber; não ha sinão um mal, que é a ignorancia. Aquelle que conhecendo o bem e pratica o mal é um insensato; o homem prudente não accreditará saber o que elle ignora; elle concebe então que nada sabe, e procurará instruir-se.

SOCRATES.

Ha tres especies de ignorancia: nada saber, saber mal o que se aprendeu, e saber aquillo que se não deve saber.

DECLAS.

A ignorancia inspira o hom dogmatico. Aquelle que nada sabe crê poder ensinar aos outros aquillo que elle mesmo acaba de aprender; aquelle que sabe muito nem pensa que aquillo que ensina seja ignorado, e falla mais indifferentemente.

LA BAUYER.

Os homens nascerão uns para os outros; é preciso pois — instrull-os —, ou soffrel-os.

LA ROCHEFOUCAULD.

A questão mais importante, a mais necessaria, a mais urgente, aquella que mais attenção reclama dos governos, é a instrucção.

Escreve-se diariamente sobre tantas coisas, debatem-se os homens a cada passo sobre tantos assumptos, e ainda ninguem, ou bem poucos tem tocado este ponto, da mais transcendente importancia; aquelle que o paiz reclama, já que a sua população cresce de dia em dia, fazendo-se sentir o quanto seria necessario se dirigirem as attensões sobre esses estabelecimentos *as escolas*.

Não seriamos de certo nós, que pensassemos estar aptos a tratar tal questão. Oh! não, longe de nós tal presumpção. Mas como cada homem tem de contribuir com o seu quinhão, ainda que pequeno, para o bem estar da humanidade, nós levaremos para o edificio social tambem a nossa pedra tosca, para que melhores obreiros a facetem symmetricamente.

Temos ha annos pensado n'esta classe de estabelecimentos, e com alguma pequena pratica, que delles possuimos, fallaremos de coraçõ o que a respeito pensamos — o que reclamaõ diuturnamente as necessidades da nossa sociedade.

ANEXO 14 – Correio da Victoria 1849

só conta 2:500 habitantes, a instrucção publica não tem ministerio á parte, pertence ao ministerio do interior, que para esta secção tem um referendario, que trabalha com o ministro, e ao lado deste referendario ha um inspector das escolas, que é o principal recurso da instrucção publica.

Mas por isso mesmo que a instrucção publica está como fundida no ministerio do interior, precisa de um conselho encarregado especialmente de velar na estricção da execução dos regulamentos existentes, de preparar outros novos que possam vir a ser necessarios, de estabelecer uma jurisprudencia fixe em todas as decisões da administra-

ção de certo numero de inspectores dos departamentos, que reunidos em conselho propõe todas as medidas que parecem necessarias ao serviço. Na Allémanha não ha um só ducado um pouco consideravel que não possua um semelhante conselho.

ci





**SE** homem mais esclarecido conhece melhor os seus interesses e os seus deveres, é evidente que promovendo a instrucção faz o mais importante serviço ao genero humano e á civilisação. Assim vemos o affinco com que os amigos da humanidade procuram diffundir a instrucção. N'este empenho porém distingue-se a nação franceza. Nenhuma outra se conhece que tenha accumulado mais riqueza scientifica, nem que a haja derramado com tanta profusão. A multiplicidade de sociedades litterarias, de bibliothecas publicas, de gabinetes

*Tivemos a ventura de nos não enganar, e de ver adoptar, e receber este Livro em quasi todos os Collegios de Educação, de sorte que já se consumirão cinco edições; e é isto uma honra para os nossos costumes, que apesar da desenvoltura do século ainda se préza, e ama a Moral, a Virtude, e a Civilidade; ou antes esta parte da Educação da Moci-*

ANEXO 18 - compêndio da Grammatica Portugueza para uso das escolas primárias 1851

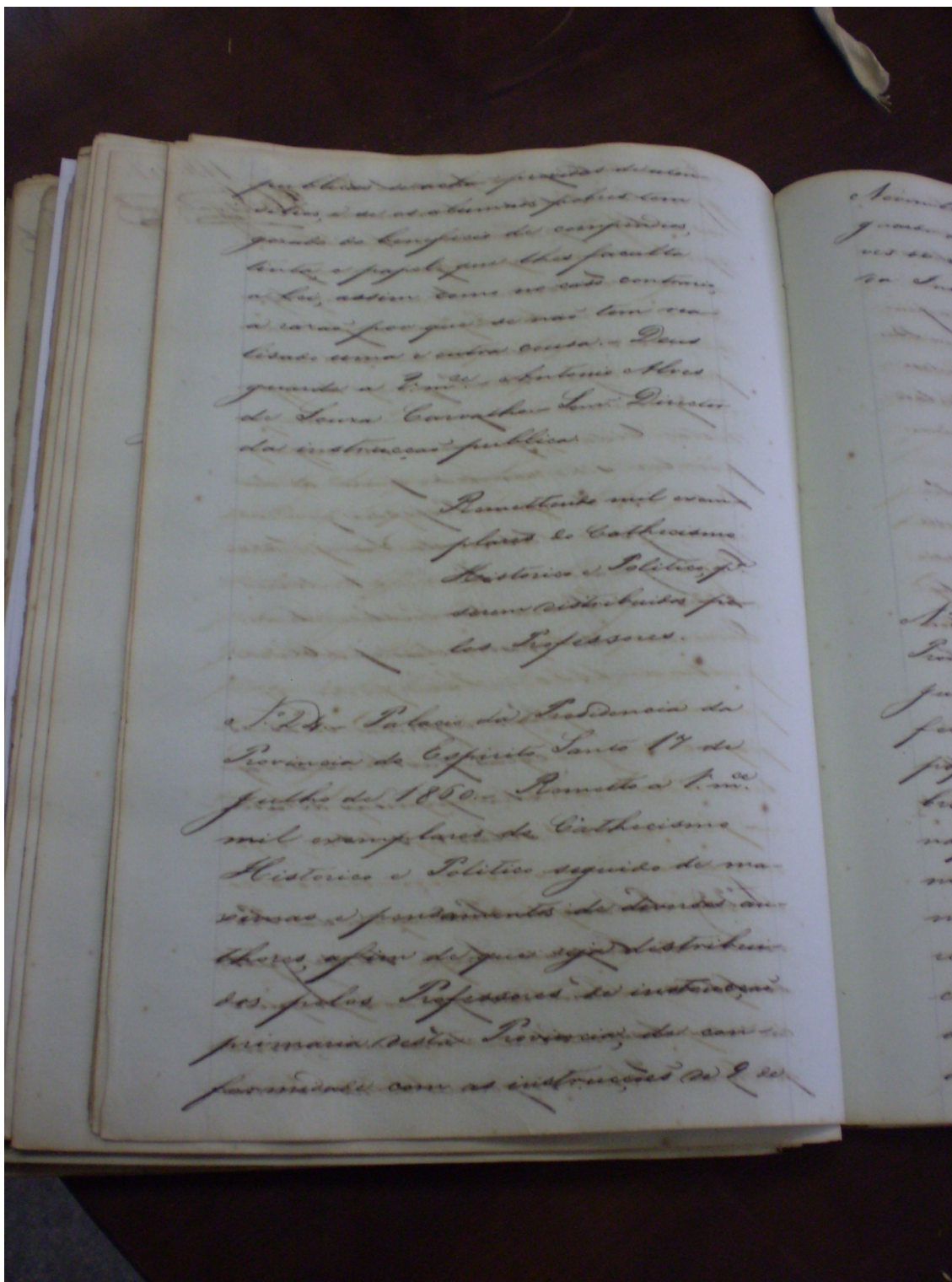
PROLOGO.

Insistem cominumente as Grammaticas da lingua portugueza em darem ao portuguez as regras do latim; chamão para aquella os preccitos desta, que não lhe cabem; e formão de huma e outra hum amalgama, que não se presta a nenhuma dellas: o alumno que não pôde passar da escola primaria á escola do latim (e destes he o maior numero) desconhece inteiramente o que he Grammatica; e aos que vão ao latim não aproveita o que aprenderão na escola primaria; e a final, excepto mui poucas regras geraes, não sabe o portuguez nem o latim.

Por isso escreveimos este Compendio para uso das escolas primarias onde os alumnos e recebem de aprender a sua linguagem tenham ou não depois de passar ao estudo de outras linguas; sabendo a sua, terao mui facil o estudo das outras; e não a sabendo he bem difficil saber bem as outras: tantas miseraveis traducções que se dão ao publico o provão.

Embora seja a lingua portugueza filha da latina he filha emancipada, tem cabedal e economia pro-

ANEXO 19 – Documento manuscrito nomeando Azambuja para o cargo de inspetor da instrução pública



... e de os estudos fobres com  
paralelo de tempos de correspondencia  
entre o popul que esta facultada  
a lei, assim como no caso contrario  
a cargo por que se nao tem con-  
cedido como a outra conta. Deus  
guarde a P<sup>ra</sup>za de Antonio Alves  
de Souza Cordeiro, Sua Director  
da instruccao publica

Permittendo mil exam-  
plares de Cathicismo  
Historico e Politico q<sup>ue</sup>  
sao distribuidos pa-  
ra os Professores.

A. D. do Palaco da Presidencia da  
Provincia de Espirito Santo 17 de  
julho de 1850. Remitto a V. m.  
mil exemplares de Cathicismo  
Historico e Politico seguido de ma-  
ximas e fundamentos da doutrina au-  
thoritaria, e para de que se distribuir  
aos p<sup>ros</sup> Professores de instruccao  
primaria desta Provincia, das com-  
municando com as instruccoes de 9 de



OS DOUS IRMAOS.

Romance.

Continuado do n. antecedente.

II

Era uma manhã e começava o dia a apparecer. — Claudio, com um pequeno embrulho debaixo do braço, se dispunha a partir; assentado no limiar da casa do velho ecclesiastico; e os dous grandes olhos negros com que a natureza o dotára estavam cravadôs havia muito tempo sobre cada um dos objectos que o cercavão, como se para sempre os quizesse gravar na memoria. A fronte pallida e pensativa revelava uma dôr profunda; e absorvido nesse delirio, nem dava attenção alguma ao irmão que se achava de pé a seu lado; até que Miguel encostando-se lhe ao hombro, Claudio levantou os olhos para elle, e uma lagrima lhe roceou as palpebras.

— Oh! meu querido irmão, diz elle, como quem queria acabar uma phrase começada, separar-nos! e talvez para sempre, depois de termos vivido tão felizes e por tanto tempo juntinhos....

O rumor dos passos do padre impôz silencio a este tempo colloquio dos dois irmãos. Miguel Amions segurou-os anciosamente pela mão, e



## O LAVRADOR CHRISTÃO!

DEDICADO

*Ao Illm. Sr. Manoel de Araujo Porto-Alegre.*

A familia do lavrador christão acaba de ser augmentada com mais um membro; o pae solícito espera com paciencia o dia em que possa levar seu tenro filhinho á pia baptismal. Chega em fim esse dia, os padrinhos convidados, o pae, e a carinhosa ama que em seus braços conduz o recém-nascido se põe á caminho para a freguezia. Das cúpulas das frondosas arvores saúdão os passarinhos o rei dos planetas, que faz fugir diante de si as nuvens que o obumbravão, e derrama ondas de luz sobre as veigas, onde cresce a succulenta canna ao lado do adoroso café. Os repiques do sino da parochia annuncião que vae começar o sacrificio da missa; a nossa comitiva apressa-se por entrar, e só achão lugar junto á porta da igreja, por que toda ella está cheia de fieis: ali se vê ajoelhado o principal fazendeiro do lugar, que occupára diversos cargos da governança do seu municipio, o miseravel coberto de andrajos, e o escravo, que rega o solo com o suor do seu rosto, todos ali são iguaes:—porque todos são filhos do mesmo pae.— Concluida a missa apresenta o nosso lavrador seu filho ao vigario, e este pronunciando as palavras de Jezus Christo, lava na piscina christã a nódoa que o peccadô original imprimira em sua fronte juvenil. Voltando para casa a mãe, ainda no leito, recebe seu filhinho tão puro como os anjos que rodeão o throno do Altissimo.

# LITTERATURA.

## NELLY

Romance Ingles

POR DICHENS

(TRADUCCÃO DE S.)

Em uma fria tarde do mez de dezembro; uma carroagem de posta, partida de Londres, rodava rapidamente sobre a estrada de Bristol.

O viajante que ella conduzia, tinha passado a idade media da vida: mas a sua cabeça calva, as rugas profundas do sua fronte faziam adviñar que os soffrimentos ainda mais que os annos tinham apressado para elle a

*Regime interno das escolas: para se observar provisoriamente.*

As escolas primarias são divididas em tres salas, ou divisões.

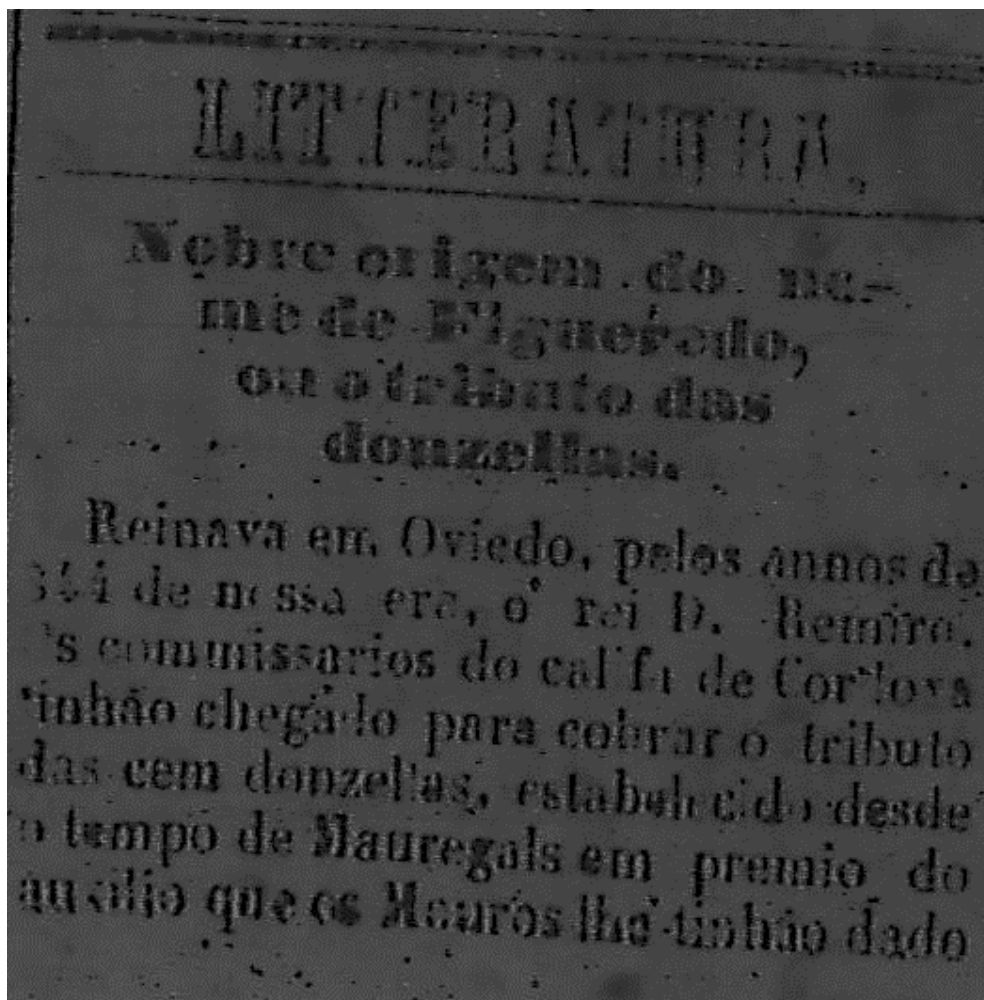
A 1.<sup>a</sup> sala conterà os alumnos que começãõ o a b c até o fim do syllabario: a 2.<sup>a</sup> os que começãõ leitura: a 3.<sup>a</sup> os que aprendem arithmetica grammatica nacional etc.

Em cada uma destas classes estarão os alumnos divididos em 3 bancos que contenhão não mais de dez.

Na 1.<sup>a</sup> sala estão no 1.<sup>o</sup> banco os alumnos que começãõ a conhecer o a b c: no 2.<sup>o</sup> banco os que lem as syllabas singelas: e no 3.<sup>o</sup> banco os que lem syllabas compondo palavras.

Na 2.<sup>a</sup> sala, estarão no 1.<sup>o</sup> banco os que começãõ a ler discursos subletrando: no 2.<sup>o</sup> banco os que lem sem subletrar: no terceiro banco os já desembaraçados em leitura.

Na 3.<sup>a</sup> sala estão em 1.<sup>o</sup> banco os que estudãõ a grammatica nacional, e a arithmetica mercantil em 1.<sup>as</sup> operações: no 2.<sup>o</sup> banco os que estudãõ a grammatica, proporções arithmeticas e geometricas: no 3.<sup>o</sup> banco os que continuãõ nestes mes-



Anexo 25 – Correio da Victoria 1850

CELESTINA.

Hormis le coup qui te frappe, et le peu qui te nourritte, tout est mort pour toi dans l'univers! . . . — Les esclaves — par Antonio Metral.

I.

Brasileiros! tremei diante do quadro, que vos vou traçar! Suffocae! ah! suffocae o monstro da escravidão! Expulsae de vosso seio essas venenosas viboras chamadas *traficantes de carne humana!* A religião, humanidade, e patria vos bradão incessantemente: suffocae-o! Expulsae-os!

Não vêdes esses teños fructos de vossos amores, que apenas firmão na terra seus mal seguros passos, estenderem-vos seus debeis bracinhos, e dizerem-vos com voz balbuciante: *Papa!* Ah! tremei por elles! Elles vos pedem soccorro . . . elles parecem temer . . . . . *a escravidão!!!* . . . . .

II.

Pobre Celestina! pobre *mulatinha!*

Rota, coberta de lama, as carnes despedaçadas pelo vergalho, as mãos inchadas pela palmatoria, ella vaga por diante dos palacios do monarcha, das residencias dos ministros, e altos funcionarios, curvada ao pezo de um taboleiro.

DEVEMOS AUXILIO Á VELHICE, .

No mez de Novembro de 1825 conduzia uma pobre velha por uma allameda das proximidades de Bruxellas um jumento carregado com 2 grandes saccoes de folhas sêccas.

A carga desequilibra-se, um dos saccoes desloca-se e chega a cair por

reconhecida não sabia era como significar-lhe a sua gratidão por semelhante fineza; mas o desconhecido, esquivando-se aos agradecimentos, metteu-lhe nas mãos uma moéda de ouro e desapareceu.

Este homem era o rei dos Paizes Baixos.

(Do Alameda de Castilho.)

COMO SE APRENDE A HUMILDADE.

Refere um dos antigos padres que certa senhora de condição nobre, depois de visitar os sanctos logares e cumprir outras devoções em Jerusa-

que podesse ensinar-lhe a humildade e o temor de Deos. O Bispo fez escolha de uma donzella virtuosa e humilde, que recommendou a ella naquelle proposito. Depois de algum tempo perguntou-lhe como se dava com a companheira que lhe tinha enviado? E'boa, disse ella, mas não serve de







Existia perto de Dublin, capital da Irlanda, um joven que namorava a filha de um rico fazendeiro, e que teve a dita de ver sua paixão correspondida.

Os paes da moça não approvarão esta inclinação, por Henrique não ser favorecido com os bens da fortuna, porém Maria não se importava com isto, e lhe promettera a sua mão, e seu coração. Como elle não se achava nas melhores circumstancias, e desejava adquirir alguma cousa, contou com a fidelidade de sua amada, e procrastinou a época das nupcias. Entretanto apresentarão-se muitos pretendentes á mão da bella Maria, e seus paes não deixavão de censurar e exhortar instantemente. No principio ella resistio, porém forão-lhe fazendo impressão as scenas desagradaveis que diariamente se representavão em casa causadas por sua obstinação, tanto mais, quanto a demora do seu amante lhe parecia indifferença, ou a fazia crer que se descuidava della de proposito. Nesta disposição, irritada, declarou-lhe um dia que haviã de casar-se com o primeiro que viesse pedir a sua mão, e que não estava disposta a esperar mais tempo. Henrique tomando esta declaração por um capricho momentaneamente nascido, respondeo da sua parte tambem desdenhosamente, e assim separarão-se muito irritados um contra o outro.

Na mesma aldêa morava Lourenço, velho celibatario, insulso, com maneiras rusticas; mas possuia, além de uma bella fortuna, um grande engenho com uma moradia magnifica, e por consequente era bem recebido por todes os paes que tinhão filhas casadeiras. Ha muito, elle tinha fitado seus olhos em Maria, e os parentes de ambos os lados não estão esta uniao. Na primeira effervescencia nasci su o modo differente, e, pelo

Anexo 30 – Jornal da Victoria 1868

O LUCHO.

De um folhetim que o Sr. Camillo Castello-Branco publicou no *Commercio do Porto*, extrahimos o seguinte:

Escutem-o agora o frade franciscano ácerca do luxo.

O principe dos apóstolos S. Pedro diz que as antigas mulheres se adornavam conforme a vontade dos maridos; mas sem escandalo dos proximos; e esta regra ter-se ha presente para que nem os maridos gastem em galas das mulheres mais que o necessario. nem as mulheres peçam enfeites que não sejam descentissimos, honestissimos, e exemplarissimos. . . . .

Do que as senhoras mulheres de-

## Anexo 31 – Correio da Victoria 1849

Ha alguns annos vivia bem miseravelmente em uma humilde casinha um velho celibatario do districto de Yvetot. Tinha sobrinhos e sobrinhas em circumstancias abastadas que não fazião delle o menor caso, por supporem que não possuia senão uma pequena renda de 150 francos e saberem que não podia trabalhar, havia muito tempo.

Ha quatro ou cinco mezes, adoeccendo o velho, dirigio a seus sobrinhos e sobrinhas uma especie de circular, na qual lhes dizia que tendo vivido sempre só, e sendo elles os seus mais proximos parentes, queria antes de morrer dividir por elles tudo o que possuia; que consequentemente os convidava a comparem-se em sua casa no dia seguinte, a fim de em sua presença escrever seu testamento.

O fim para que foi creada a mulher é muy nobre e sublime; sua missão é verdadeiramente grandiosa, e fragil como ella é e como foi formada a sociedade esta baseada em sua mesma fragilidade.

Parecerá isso uma utopia, um devaneio de poetas; mas não é a realidade attestada e proclamada pelos mais profundos pensadores dos tempos antigos e modernos.

Sua acção, eminentemente poderosa, é multipla e variavel; benevola ou malevola; segundo for sua natureza ou a atmosphera em que foi desenvolvida, ella pode produzir o bem ou o mal, a tranquillidade ou a guerra.

A mulher é o elemento verdadeiro e essencial à perfeição do homem; a ella é que se devem todos os grandes bens e egualmente todos os grandes males, que hão assombrado a humanidade. Com a historia nas mãos poderíamos camprovar o que affirmamos. A mulher—como ella deve ser, formada o espirito nas emanções do bem, cultivada a alma que se reflecte no espelho das mais Sanctas virtudes, a mulher, como a Judith dos Hebreos, como essas admiraveis matronas do Roma como essas heroínas de que nos tallão os annos dos gregos e as historias da idade media—é sem duvida o mais solido baluarte da sociedade, que por ella vive na perfeita



Cada terra tem seu uso; cada expressão seu colorido; cada frase seu sentido, assim como tem oôr o céu, tem harmonia o gorgueio, tem aroma a flôr, tem doçura a brisa e melancolia o som do instrumento que quebra a solidão. A linguagem he a imagem da alma ou o sentir do coração; ella ligamos nossos votos com ella exprimimos o que sentimos; por ella sacrificamos até a verdade. Variada e florida nos filhos dos tropicos, doce e até encantadora, abemollando cada tom, suavizando cada nota, galante e caprichosa, segue ella os impulsos de nossas fibras; — sonora e expressiva, contando com o effeito, persuadido pela força, sustentando o sentimento com energia de dedicação, torna-se ella, nos filhos dos climas temperados, a arma potente com que da tribuna se desafia a attenção, e do coração o avigorado sentir; — grave, solemne e pausada, nos filhos dos gelos, copia d'esse taciturno ar a mysteriosa obscuridade; he mystica fallando em poesia; e profetica ensinando-a ao coração; assim o ronco psalmeir dos pinheiros esgallando-se na tormenta ou rangendo sob o peso da neve. Nos idyllios de Gonzaga a poesia he brasileira; nos versos de Garrete e Herculano he portugueza; nos livros da Finlândia e da Islandia he hyperborea.

Na patria de Gustavo Adolfo, Olga, he um bello nome!

Quanto não devemos a nossa mãe? Quando, e de que modo jámais pagaremos esses desvellos, esses cuidados, essas atenções maternas empregadas n'uma infancia? Essas admoestações de prudencia, esses concelhos de felicidade, essas reprehensões de doçura applicadas n'uma juventude? Nunca; nunca ! ! . . . Sim—quem é que nos carrega, nos cria, e nos occulta nove mezes em seu seio? Quem é que nos dá a conhecêr a luz do dia, que nos amamenta à seus deliciosos peitos, que nos pensa com um zelo ardente, nos educa de um modo raro? Quem é que nos veste e cinge ao nosso corpo essas primeiras roupas de homem, que nos põe ao côlo a primeira insignia da religião, e que imprime em nossas faces innocentes o primeiro, o ferveroso osculo de afeição e de amisade? Quem é que nos ajunta as mãozinhas, ainda tão virgens, ainda tão puras, para erigil-as ao céu, ensinando aos nossos labios a pronunciar pela primeira vez o nome venerando do creador de tudo? Quem é que com palavras meigas e insinuantes nos derrama as luzes da verdade, nos esconde as torpezas do vicio, nos persuade a grandeza da virtude, e com seu dedo expressivo nos está apontando para um céu matisado de estrellas? Quem é que muitas vezes ao clarão d'argentea lua nos inspira um doce orgulho narrando-nos exemplos de edificação e de heroismo? Quem é que nos entorna esses

Que medonho tempo! morro de frio, e não tenho azilo contra os ventos e o gèlo, nem cama em que aqueça os meus membros entorpecidos. Sou velho, estão as minhas forças esgotadas com o trabalho. Filho barbaro!.... Traspassa-me.... despedaçame este pensamento! Filho barbaro!... eu sou quem te deu á luz do dia, sou eu quem te alimentou, fui eu quem tratou de ti nas doenças da tua infancia. Vendo-te padecer, corrião as minhas lagrimas pelas tuas faces. Tu então me amavas, e me dizias, assagando: meu pae, que motivo tendes para chorar?.... Já não estou doente.... não vos afflijaes mais, estou bom de todo. Tu te encostavas sobre a cama, brincavão tuas mãosinhas com os meus cabellos; tornavas-me a dizer: não estejas pesaroso, já sarei; dizendo estas palavras, tornavas a cahir de fraqueza! tu querias fallar e não podias... por fim fortificou-se o teu corpo. Tu estaes hoje são, e robusto, tu deverias ser o esteio de minha velhice; trabalhei toda a minha vida, para ti: e tu me expulsas da tua casa, deixando-me exposto aos ventos e á neve!....

Não podemos já viver juntos, meu pae, disseste-me tu furioso. E porque, meu filho?... Que te fiz eu... Nada mais que exhortar-te á virtude, eis ahí o meu crime. Vendo-te estragar na devassidão os fructos de sessenta annos de meu

Anexo 36 – Correio da Victoria 1850

O FILHO DE MEU PAE.

Miseravel !...

Hontem encontrei-o acurvado debaixo do peso da fadiga. Suas faces macilentas, seu olhar terno, seu aspecto humilde, e seu passo retardado e incerto, disserão-me vivamente á alma que elle soffria.

Coitadinho !...

E' elle o *escravo* M... do Sr. G... C...

Os trajes humildes de que usa, os serviços que faz forçadamente o denuncião *escravo*.

E o é.

Sua vida, liberdade, pensamentos e trabalhos

perpetuos torao vendidos por meu pae ao Sr. G... C... por *tresentos mil reis* !... Lembra-me bem : fui eu quem os contou !

Ainda estremeço á esta idéa !

E lembro-me do que foi elle :

M... era um galante mulatinho, filho de uma de nossas escravas. Tinha tanta viveza e tanta docilidade ao mesmo tempo, que eu, meus irmãos e mesmo minha mãe o amavamos perdidamente.

Era elle mais moço do que eu quatro annos quando entrei a cursar philosophia; viame argumentar com os condiscipulos que me visitavão, e argumentava tambem com meus irmãos mais moços.



Falla-se ás vezes dos vínculos de sangue, como se bastasse ao menino ter nascido de tal pae, para ganhar-lhe afeição. É isto o mesmo que citar-nos uma d'essas qualidades occultas da antiga phísica, e fallar para nada dizer. Dê-se ao recém-nascido uma ama estranha, que só amamente e trate com carinho, o menino se apegará á ella, e nem um sentimento terá para com a mãe, que nada faz por elle. E não é tambem por constantes testemunhos de benevolencia que um pae se torna distincto de qualquer outro homem? Nada importa o sangue; a só bondade é que falla ao coração da jovem creatura, e á que ella corresponde com a gratidão, que tambem não deixa de ser bondade.

É porque não fazem sempre os paes o que devem por sua familia? Se amãe não pode, ou não quer amamentar seu filho, esteja ao menos constantemente ao pé de seu berço, e preste-lhe todos os demais cuidados, para ao depois poder ser sua primeira mestra de lingua, sua educadora e seu anjo tutelar. Em recompensa d'isto, será ternamente amada toda a vida, e terá cumprido seu dever. O reconhecimento e o amor não se mandão; é necessario inspiral-os pela bondade.